

ASPECTOS DO SAGRADO NA COLONIZAÇÃO FENÍCIA

Francisco B. Gomes



ASPECTOS DO SAGRADO NA COLONIZAÇÃO FENÍCIA

Contextos de culto de influência oriental
na Idade do Ferro do Sul de Portugal
(séculos VIII-III a.n.e.)

Francisco B. Gomes



uniarq

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Cadernos da UNIARQ

Série de publicações da UNIARQ
(Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa)

Direcção: Victor S. Gonçalves

8.

GOMES, F. (2012) – Aspectos do sagrado na colonização fenícia. Contextos de culto de influência oriental na Idade do Ferro do Sul de Portugal (séculos VIII-III a.n.e.).

ISBN: 978-989-00000-0-0

Depósito legal: 000000/12

FOTOGRAFIAS (SALVO QUANDO ESPECIFICAMENTE ASSINALADO)
E TRATAMENTO DIGITAL DE IMAGEM Victor S. Gonçalves

PAGINAÇÃO TVM Designers

EXECUÇÃO DA CAPA TVM (ideia original VSG/Artlandia)

FOTOCOMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO -----

TIRAGEM 500 exemplares

Lisboa, Fevereiro de 2012

NA CAPA: Figurinha de vidro do Castelo de Castro Marim
(escavações Ana Margarida Arruda, foto VSG)

PARA INTERCÂMBIO (POUR L'ÉCHANGE, FOR EXCHANGE)

Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ)
(a/c Prof. Victor S. Gonçalves)
Faculdade de Letras – Cidade Universitária
P-1600-214 Lisboa – Portugal

VOLUMES ANTERIORES DE ESTA SÉRIE:

- 1 – FABIÃO, C. (1989) – *Sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*. ISBN: 972-667-108-6
- 2 – GONÇALVES, V. S. (1992) – *Revendo as antas de Reguengos de Monsaraz*. ISBN: 972-667-319-4
- 3 – ARRUDA, A. M.; GÓMEZ BELLARD, C.; VAN DOMMELEN, P., eds. (2007) – *Sítios e paisagens rurais do Mediterrâneo púnico*. ISBN: 978-989-95653-0-2
- 4 – SOUSA, E. (2009) – *A cerâmica de tipo Kuass no Algarve*. ISBN: 978-989-95653-1-9
- 5 – CASCALHEIRA, J. (2010) – *Tecnologia líticaolutrense do Abrigo Vale Boi*. ISBN: 978-989-95653-3-3
- 6 – ALBUQUERQUE, P. (2010) – *Tartessos: entre mitos e representações*. ISBN: 978-989-95653-2-6.
- 7 – GONÇALVES, V. S. (2011) – *As placas de xisto gravadas (e os báculos) do Sítio do Monte da Barca (Coruche)*. ISBN: 978-989-95653-5-7

© do Autor

Toda e qualquer reprodução de texto e imagem é interdita, sem a autorização escrita do Autor, ou dos seus representantes legais, nos termos da lei vigente, nomeadamente o Código do Direito de Autor e Direitos Conexos. Em powerpoints de carácter científico ou didáctico (e não comercial) a reprodução de imagens ou de partes do texto é permitida, com a condição de a origem e a autoria do texto e das imagens serem expressamente indicadas no diapositivo em que é feita a reprodução. Os direitos de autor da obra são extensíveis a todos os documentos, impressos ou manuscritos, com tratamento digital de imagem, nela publicados.

A UNIARQ coloca como única condicionante principal aos autores o uso das normas bibliográficas portuguesas (NP 405). Todas as ideias, opiniões, respeito por direitos autorais alheios são da sua (deles) inteira responsabilidade.

ASPECTOS DO SAGRADO NA COLONIZAÇÃO FENÍCIA

Contextos de culto de influência oriental
na Idade do Ferro do Sul de Portugal
(séculos VIII-III a.n.e.)

Francisco B. Gomes



FRANCISCO B. GOMES [SETÚBAL, 1988]

Nascido em Setúbal, Francisco B. Gomes concluiu o Ensino Secundário em Almeida, na Escola Dr. José Casimiro Matias, com a classificação final de 19 valores. Ingressou no 1.º Ciclo (Licenciatura) em Arqueologia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, que concluiu em 2009, tendo obtido a média final de 18 valores. Apresentou em 2011 na mesma instituição uma dissertação de Mestrado intitulada *Contextos de culto de matriz mediterrânea na Idade do Ferro do Sul do actual território português (séculos VIII-III a.n.e.)* dirigida pela Professora Doutora Ana Margarida Arruda, que obteve a classificação de 20 valores, com especiais felicitações do júri, e cuja versão revista se dá agora à estampa.

Ao longo do seu percurso académico (de 2005 a 2011) foi beneficiário de uma bolsa de mérito da Fundação Calouste Gulbenkian, e entre 2009 e 2010 integrou como Bolseiro de Integração na

Investigação da Fundação para a Ciência e Tecnologia o projecto *O Monte Molião na Antiguidade*. Participou activamente nas escavações arqueológicas realizadas neste sítio, entre outros em Portugal e na Itália.

Encontra-se neste momento a iniciar, como Bolseiro da FCT, o Doutoramento em Arqueologia integrado na UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, com um projecto de dissertação subordinado ao tema *Identities in transit: Cultural contacts and discursive identities in the Iron Age “Orientalizing” and “Post-Orientalizing” of the actual territory of Portugal*.

Dedica-se igualmente à investigação sobre a análise arqueológica dos processos identitários, sobre a História e Arqueologia do Mediterrâneo Pré-Clássico e sobre a interpretação e valorização do Património Histórico e Arqueológico.



Foto de Maria João David, cedida ao autor

*À memória do meu avô,
Por me deixar fazer buracos
nas paredes.*

*À minha avó,
por tudo.*

PREFÁCIO

A ORIENTALIZAÇÃO QUE TEVE LUGAR em vastas áreas do actual território português, sobretudo no centro e sul litorais, a partir do século VIII a.n.e., e que decorreu da chegada e instalação de populações de origem mediterrânea ao Extremo Ocidente, foi sentida em vários aspectos e teve consequências a diversos níveis. A arquitectura (doméstica, funerária e cultural) e as técnicas construtivas, de moagem, de redução do ferro e de produção cerâmica, por exemplo, evidenciam, a partir dos inícios da Idade do Ferro, alterações significativas relativamente ao momento imediatamente anterior e implicaram rupturas assinaláveis com os modelos existentes.

O desconhecimento sobre a religiosidade do Bronze Final, no que diz respeito às entidades cultuadas, aos espaços dedicados às manifestações religiosas e à própria organização do culto, não impede, contudo, que se perceba que, também aqui, a mudança foi certamente grande. De facto, a arquitectura dos espaços sagrados e as técnicas construtivas dos mesmos, bem como a sua configuração geral e os próprios espólios que lhes estão associados, remetem para um universo simbólico e conceptual de matriz mediterrânea que, até então, não estava implantado no território em análise.


Parece evidente que os aspectos religiosos dos processos de implantação de comunidades exógenas num determinado território são um importante componente do fenómeno, que nem sempre é fácil de analisar. Mas a verdade é que os novos espaços colonizados necessitam de um meio de reconhecimento, para o qual é essencial a existência de uma mensagem de pertença, que os santuários podem, de facto, transmitir. Terão sido, assim, um meio de identidade cultural, e portanto de comunicação entre quem fala a mesma linguagem religiosa. A perda da territorialidade original leva à apropriação de lugares sagrados, uma vez que parece indispensável o reconhecimento de dispositivos simbólicos, de forma a reconstruir identidades. Por outro lado, tendo sido elementos estruturantes da paisagem, foram também, muito possivelmente, um meio de controle ideológico e político, fazendo parte dos mecanismos de coerção que tornaram possível a dominação dos grupos colonizadores sobre os territórios e sistemas sociais indígenas. Mas não pode esquecer-se também que a apropriação por parte dos grupos autóctones de rituais e arquitecturas exógenas e coloniais, como parece ser, como bem notou Francisco Gomes, o caso do santuário dos Ratinhos, pode corresponder à última tentativa de sobrevivência de comunidades que tentam adaptar-se a novos modelos, cujo sucesso parece garantir a permanência territorial sem sobressaltos.

O livro que agora se publica é uma síntese dos espaços culturais de características mediterrâneas do actual território português, e enquadrados na Idade do Ferro (séculos VIII a III a.n.e.). Os aspectos religiosos da orientalização, expressos em sítios e espólios, são apresentados e discutidos de forma integrada, nunca se perdendo de vista que fazem parte de um «pacote» mais amplo que incorporou um conjunto de materialidades consideravelmente extenso. E o facto de certos aspectos concretos do fenómeno religioso ainda nos escaparem, nomeadamente os que se ligam à crença propriamente dita, como é o caso da teologia e da ideologia, não impede a inclusão dos restos estudados nessa *Koiné* orientalizante, uma vez que o outro componente do sistema, aquele que se relaciona com a prática, espelhado nos cultos e nos ritos, pode ser devidamente analisado neste trabalho.

Francisco Gomes trabalhou um conjunto diversificado de situações, numa cronologia relativamente extensa e num vasto espaço. O *corpus* é constituído por sítios que foram escavados de acordo com metodologias muito distintas e cujos resultados foram publicados de forma muito desigual, em termos quantitativos e qualitativos. Mas a análise exaustiva dos contextos e a descrição pormenorizada da totalidade dos dados existentes tornam este livro um instrumento fundamental e incontornável para o estudo das presenças orientais na Península Ibérica, em geral e no território actualmente português, em particular. E ainda que os fenómenos relacionados com as crenças e os cultos sejam sempre os mais difíceis de abordar para as sociedades do passado, o autor não hesitou em tratá-los, partindo de uma base empírica por vezes muito problemática de decodificar, a qual acrescentou com leituras de fenómenos idênticos e concomitantes de outras áreas geográficas.

A capacidade de análise, o espírito crítico, o talento e a inteligência de Francisco Gomes, que fazem dele um dos mais brilhantes investigadores da sua ainda jovem geração, bem conhecidos dos que com ele privaram ao longo do seu percurso académico na Faculdade de Letras de Lisboa, enquanto professores e colegas, são agora revelados a um público mais vasto que tem à sua disposição uma obra de grande qualidade.

ANA MARGARIDA ARRUDA
Coordenadora do Grupo DOIS da UNIARQ
(*Interacções dinâmicas durante a Idade do Ferro
e a época romana no Centro e Sul de Portugal*)



And an obsession with the Past is like a kid flying...
And just a few things are related to the old times
When we did believe in magic and we didn't die.
It's not my words that you should follow,
[it's your insight!

Animal Collective, *Peacebone*.
Strawberry Jam, Domino, 2009.

AGRADECIMENTOS

ESCREVER UMA PÁGINA DE AGRADECIMENTOS é, para mim, um processo um pouco ingrato (passe o trocadilho), porque o sentimento de profunda gratidão que me liga às pessoas que tornaram esta dissertação possível não pode ser expresso na sua plenitude em palavras. Essas palavras só podem tentar expressar, de forma sempre incompleta e redutora, a dívida profunda que sinto ter pelos muitos mestres, colegas e amigos que nestas páginas devem, necessariamente, constar.

O meu primeiro e sentido agradecimento deve, contudo, ser dirigido à Professora Doutora Ana Margarida Arruda, que aceitou com generosidade e entusiasmo a orientação desta dissertação, que não seria a mesma sem a sua sabedoria, encorajamento e apoio constantes. Por toda a confiança, toda a amizade e toda a boa disposição, um sentido obrigado.

Ao Professor Doutor Victor S. Gonçalves, director da UNIARQ e coordenador da sua linha editorial, agradeço a disponibilidade e generosidade sempre demonstrada.

À Professora Doutora Catarina Viegas agradeço também todo o encorajamento, apoio, boa disposição e amizade.

Aos Professores do Mestrado em Arqueologia, agradeço toda a sabedoria generosamente repartida, bem como toda a confiança e encorajamento que sempre me transmitiram.

Aos membros do Júri que avaliou a minha dissertação de Mestrado, a que corresponde quase exactamente este texto, Professores Doutores Amílcar Guerra, Nuno Simões Rodrigues e Carlos Fabião, agradeço pelas palavras de encorajamento e pelas muitas questões e sugestões pertinentes que contribuíram para uma revisão muito construtiva deste texto.

Gostaria de deixar também uma palavra muito especial de agradecimento a todos os investigadores que colaboram com a Professora Doutora Ana Margarida Arruda no âmbito da UNIARQ e com quem aprendi praticamente tudo o que sei sobre essa coisa de «ser arqueólogo», por nunca se furtarem a responder às perguntas, mesmo as mais elementares, e por sempre partilharem a sua experiência com generosidade e entusiasmo. Aos Doutores Elisa de Sousa, Patrícia Bargão, Carlos Pereira, Pedro Lourenço, Carlos Oliveira, Vera de Freitas, Pedro Albuquerque e Cléia Détry, muito obrigado por tudo.

Aos meus colegas de Mestrado agradeço o companheirismo, a amizade e as experiências trocadas, bem como todas as gargalhadas.

Aos meus colegas da Licenciatura não posso agradecer nunca o suficiente, porque em verdade aquilo que lhes devo em termos pessoais e académicos enchia não uma folha, mas um livro inteiro.

Agradeço também à «Família» *Click-to-Call*, onde nos últimos meses da realização desta dissertação me incluí, por toda a camaradagem e companheirismo. Muito especialmente à Patrícia, à Nádia, à Eliana, à Sílvia, ao Carlos, à Susana, ao Humberto, ao Rapha e à Cláudia agradeço toda a generosidade e o sorriso, mesmo em face de toda a adversidade.

Aos meus amigos devo tanto que não saberia como começar a dizê-lo e, se soubesse, talvez não soubesse nunca mais parar. Devo-vos a sanidade, o equilíbrio, o afecto e a camaradagem. Sem o vosso apoio incondicional este trabalho não existiria. À Bia, à Sofia, ao Vasco, à Débora, à Liliana, à Daniela, à Ana, à Elsa, à Rita e à Joana, agradeço de todo o coração, por tudo (e mais alguma coisa). À Roberta, ao Gabriel e à Dietske, por tornarem Madrid uma experiência inesquecível. Ao Nelson, por tudo e apesar de tudo.

É da praxe guardar o agradecimento mais importante para o final, e não serei eu a quebrar a tradição. Sem o carinho, conforto e apoio incondicional da minha família não estaria, seguramente, a escrever estas linhas. A eles devo tudo, e não posso nunca esquecê-lo. Aos meus avós, aos meus pais e ao meu irmão, esta tese é para vocês, com todo o meu amor.

RESUMO

COM ESTE ESTUDO pretendeu-se estabelecer um inventário actualizado e completo dos contextos de culto enquadráveis na «Idade do Ferro» do Sul do actual território português que denunciam uma influência mediterrânea na sua concepção e no tipo de práticas religiosas que albergaram. A sistematização desse *corpus* documental fez-se de acordo com uma abordagem contextual, enfatizando uma análise territorial que permita enquadrar estes espaços religiosos no mais vasto tecido social, político e cultural das populações sidéricas do território em estudo. A sua implantação topográfica, posição na malha de povoamento, bem com as arquitecturas, espólios e evidências contextuais de práticas rituais serão objecto de uma exposição tão detalhada quanto possível, no sentido de apreciar a validade da atribuição funcional destes contextos a práticas religiosas e de aferir, pelo menos em parte, o significado de que estes contextos se revestiriam para os seus construtores e utilizadores. Com base nos dados compilados, procedeu-se seguidamente a uma análise de conjunto dos modelos arquitectónicos presentes bem como do tipo de rituais executados. A evolução do papel da religião ao longo do I milénio a.n.e. é objecto de uma análise historicizante, tendo-se procurado estabelecer uma tipologia de base contextual que organize as diversas formas como os santuários sidéricos se inscreveram no processo histórico que os enforma.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia da Religião; Santuários; 1.º milénio a.n.e.; Colonização Fenícia; Orientalizante; Pós-Orientalizante; Identidades

ABSTRACT

THE GOAL OF THIS STUDY is to establish an up-to-date and complete inventory of the cult contexts from the «Iron Age» of southern Portuguese territory that denounce a Mediterranean influence in their conception and in the type of religious practices they sheltered. The systematization of this *corpus* followed a contextual approach emphasizing a territorial analysis that allows the integration of these religious spaces in the broader social, political and cultural tissue of the «Iron Age» populations in the studied territory. Their topographical setting, their position in relation to other settlements and also their architectures, materials and contextual evidences of ritual will be presented in such a detailed fashion as possible so as to evaluate the validity of their functional attribution to religious practices and also to ascertain, as far as possible, the meanings these contexts were imbued in to their builders and users. Based on the data thus compiled, I attempted an ensemble analysis concerning the architectonic models present as well as the ritual practices executed in these spaces. A historicizing approach to the evolution of the role of religion during the I millennium BCE then follows, with an attempt to produce a context based typology that organizes the various ways in which «Iron Age» sanctuaries were inscribed in the historical process that shapes them.

KEY WORDS: Archaeology of Religion; Sanctuaries; I millennium BCE; Phoenician colonization; Orientalizing; Post-Orientalizing; Identities.

ÍNDICE

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS: SOBRE O ESTUDO ARQUEOLÓGICO DA RELIGIÃO	14
1.a. Fragmentos de um discurso	15
1.b. Fragmentos de um conceito	17
1.c. Um objecto e fragmentos de um método	18
CONTEXTOS DE CULTO DE INFLUÊNCIA MEDITERRÂNEA. CORPUS E ANÁLISE INDIVIDUAL	22
2.a. Fragmentos de uma História (I): o litoral «Orientalizante» (séculos VII-VI a.n.e.)	23
2.b. O <i>corpus</i> documental	24
2.b.I. Castelo de Castro Marim (Fases III e IV)	24
2.b.II. Palácio da Galeria, Tavira	34
2.b.III. Abul A (Fases I e II)	39
3.a. Fragmentos de uma História (II): o interior, dos primeiros contactos ao «Pós-Orientalizante» (séculos VII-IV a.n.e.)	48
3.b. O <i>corpus</i> documental	49
3.b.I. Castro dos Ratinhos	49
3.B.II. Azougada	59
3.b.III. A área de Neves-Corvo	67
3.b.IV. Espinhaço de Cão	84
4.a. Fragmentos de uma História (III): o litoral, entre o «conservadorismo» e a «gaditanização» (séculos VI-III a.n.e.)	86
4.b. O <i>corpus</i> documental	87
4.b.I. Abul B	87
4.b.II. Castelo de Castro Marim (Fase V)	91
4.b.III. Alcácer do Sal	99

5.a. Fragmentos de uma História (IV): um mundo em mutação (século III a.n.e.)	108
5.b. O <i>corpus</i> documental	109
5.b.I. Castelo Velho de Santiago do Cacém	109
5.b.II. Garvão	111
6. Breve nota sobre alguns outros contextos mal conhecidos	121
7. <i>Loca sacra libera</i> : a questão do <i>Hieron Akroterion</i>	123
UMA SÍNTESE EM TRÂNSITO	126
8. Linhas de força da evolução dos contextos de culto sidéricos	127
9. Materialidades e transcendências, arquitecturas e equipamentos	130
10. Para uma tipologia contextual dos espaços religiosos do I milénio a.n.e. no Sul de Portugal	140
Referências bibliográficas	146
Índice de imagens	158



CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS: SOBRE O ESTUDO ARQUEOLÓGICO DA RELIGIÃO

«Imaginemos a situação de um budista que – para compreender o cristianismo – apenas dispusesse de alguns fragmentos dos Evangelhos, de um breviário católico, de um material iconográfico heteróclito (ícones bizantinos, estátuas dos santos da época barroca, vestimentas de um padre ortodoxo) (...)»

(Eliade, 1994 [1949]).

1.a. FRAGMENTOS DE UM DISCURSO

As questões relacionadas com a religião e o culto têm ganho, nos últimos anos, uma crescente visibilidade no panorama da investigação arqueológica graças a um conjunto de importantes trabalhos teóricos que, enquadrados na chamada Arqueologia Cognitiva (Renfrew, 1985; 1994) ou partindo de uma postura epistemológica eminentemente pós-processual (Insoll, 2001; 2004; Brück, 2007), têm conferido a esta linha de investigação uma substancial consistência teórica e metodológica.

A evidente vitalidade dos estudos arqueológicos sobre a religiosidade antiga insere-se, em certa medida, num mais lato interesse pelas componentes intelectuais, cognitivas e simbólicas das sociedades do Passado, tão valorizadas pela agenda pós-processual *latu sensu* (Hodder, 1992: 10-4), em clara oposição à ênfase da Nova Arqueologia nas componentes económicas e de estrutura político-social (Hodder, 1982a). A crescente consciência de que a Arqueologia além de estudo do Passado é também acção no presente, com um concomitante investimento em linhas de investigação que poderíamos designar genericamente sob a epígrafe *Arqueologia das Identidades* (cf. Insoll, 2007), contribui igualmente para um redobrado interesse pelos contextos religiosos e de culto que, pela sua própria natureza, são geralmente pólos aglutinadores, estruturadores de identidades, e espaços onde estas são representadas numa lógica altamente *performativa* (Bell, 1999: 72-6).

Estudar a religiosidade antiga implica abordar um mundo de conceitos que, apesar de muitas vezes reconhecível para o nosso contexto cultural presente, se reveste contudo invariavelmente de uma alteridade que não nos permite aceder-lhe de forma imediata; «[m]esmo a intuição de que é capaz o homem (sic) moderno não pode surpreender toda a riqueza de matizes e de correspondências que uma realidade (isto é, sacralidade) cósmica qualquer implica na consciência do homem arcaico.» (Eliade, 1994 [1949]: 208). Se, em muitas instâncias, esta limitação imposta pela própria distância cultural que nos separa dos contextos em que essa religiosidade foi efectivamente vivenciada pode ser parcialmente colmatada pelos testemunhos que os seus agentes e participantes nos legaram, sejam eles de natureza escrita ou iconográfica, permitindo-nos uma leitura mais completa do que terá sido a experiência religiosa de um determinado contexto sócio-cultural, tal não implica que possamos aceder de forma global a uma mundividência a que somos, essencialmente, alheios.

O problema torna-se ainda mais candente quando esse estudo parte de uma base documental arqueológica. Os vestígios materiais de cultura, pela sua natureza – e apesar de consubstanciarem processos formativos dinâmicos e ideologicamente significantes (Hodder, 1982b) –, assumem um carácter eminentemente estático. A sua descodificação, de uma forma geral, implica a aplicação de um quadro teórico e metodológico em permanente evolução. Durante uma larga porção da história da Arqueologia enquanto disciplina científica esse quadro teórico-metodológico privilegiou certos aspectos da vivência do passado, considerados de índole mais prática, tais como a dimensão tecnológica, os modos de subsistência, isto é, o quadro económico, ou mesmo a organização do corpo social, assumindo como dado adquirido a quase impossibilidade de aceder às dimensões cognitivas, espirituais e religiosas das sociedades pretéritas através dos seus rastros materiais (Hawkes, 1954; cf. tb. Hodder, 1982b).



As dificuldades são, efectivamente, consideráveis. Desde logo, como distinguir no registo arqueológico as evidências conotáveis com práticas religiosas e culturais? Ou mesmo, a um nível mais profundo, como aferir a validade das fronteiras que possamos metodologicamente estabelecer entre o religioso, o conotável com a esfera do sagrado, e o profano e estritamente do domínio da imanência (Renfrew, 1994: 47; Brück, 2007: 286-7)? É inevitável que a investigação contemporânea proceda ao seu inquérito baseando-se nos seus próprios conceitos, não podendo estes deixar de ser culturalmente específicos e historicamente circunstanciais (Renfrew, 1994: 47). Incorre-se pois no risco de criar um complexo sistema classificatório e um quadro analítico prévio que condicione *a priori* a leitura dos contextos religiosos do passado (*ibidem*).

Uma leitura sistémica das formações sociais humanas como a proposta pela *New Archaeology*, não obstante as suas virtualidades no reconhecimento da integralidade da experiência humana e da interdependência das suas várias facetas enquanto parte de um todo orgânico, peca por uma grelha analítica que compartimenta excessivamente essas várias facetas segundo critérios classificativos cuja validade universal é algo questionável. Assim, ao consagrar a dimensão ideológica – a *paleopsicologia* na terminologia de Binford (1962: 218-9) – como subsistema separado e delimitado, a sistémica processualista condenou-a também paradoxalmente a um segundo plano interpretativo e gerou uma lógica hermenêutica em que etiquetas tais como «ritual» ou «simbólico» assumem um conteúdo pouco definido, sendo genericamente empregues como sinónimo de «funcionalmente inexplicável» (Renfrew, 1994: 51). Em consequência do ascendente epistemológico da *Nova Arqueologia* esta tendência enraizou-se no discurso arqueológico, e só muito recentemente se desenvolveu de forma consistente a ideia de que «...an overall recognition that religion is also a key variable in the construction of identity/identities is required archaeologically» (Insoll: 2004: 4).

A integração dos numerosos dados patentes no registo histórico e etnográfico (Bell, 1999) sobre a construção da acção ritual e sobre a vivência da religiosidade desaconselha, por outro lado, a manutenção estrita de dicotomias tais como «simbólico»/«pragmático», «ritual»/«prático» ou «sagrado»/«profano» na construção do discurso sobre as manifestações religiosas das sociedades do Passado (Renfrew, 1994: 52; Brück, 2007). Da mesma forma que essas dicotomias são na sociedade dita Ocidental um produto do racionalismo Iluminista (cf. Thomas, 2004), a delimitação da esfera do religioso em outros contextos culturais decorre igualmente de um percurso histórico determinado e diferenciado (Brück, 2007: 285). Abordar as manifestações religiosas do passado com conceitos próprios do presente interpretativo implica, pois, um considerável risco: «...desumere dalla storia delle culture elementi che noi qualifichiamo come religiosi espone al rischio di costruire processi di astrazione dei fenomeni, sradicandoli dalla realtà cui appartengano e dando valore metastorico alle categorie di cui ci serviamo per comprendere quegli elementi culturali» (Ribichini, 2006: 26).

Que modo se apresenta, pois, de contornar esta dificuldade de base inerente no fundo ao próprio conceito de «religião»? O mesmo parece inescapável, não havendo forma de aceder *a priori* à maneira como as sociedades em estudo conceptualizaram o sagrado e os comportamentos religiosos. É pois necessário capitalizar nessa abordagem o conceito disponível de religião, ainda que manifestamente pouco adequado, mantendo contudo uma postura de abertura crítica. Esta permite que o próprio curso da investigação revele as *nuances* próprias do conceito quando aplicado a um determinado contexto cultural (Brellich, 1966: 66). Nesse sentido, é fundamental que a consideração das manifestações religiosas não se isole artificialmente do contexto histórico – económico, político,

social... – de que emana e que, em certa medida, enforma (Insoll, 2004: 22-3 e fig. 2). Dentro do *continuum* da acção humana, que se estende do pragmatismo puro ao simbolismo totalmente abstracto (extremos que provavelmente existem apenas enquanto ideais...), a posição da religião e do ritual é culturalmente construída e historicamente conjuntural; a nossa melhor hipótese de aceder à forma como determinadas acções se tornaram ritualizadas (Bell, 1999: 72-6) e de compreender a efectiva projecção das manifestações religiosas num dado contexto passa pela consideração destas no seio do processo histórico enquanto um todo (Pettazzoni, 1958; Brelich, 1966: 67-8).

1.b. FRAGMENTOS DE UM CONCEITO

Neste estudo procurei aplicar uma abordagem eminentemente contextual no sentido do que ficou dito no ponto precedente, com o intuito de aceder ao significado e alcance das manifestações religiosas em estudo no seu contexto próprio, valorizando o seu enquadramento numa dinâmica histórica muito concreta: o estabelecimento da interface comercial fenícia no Sul do actual território português (Arruda, 1999-2000) e o processo histórico subsequente (cf. Bonnet, 1995: 125). Nesse sentido é importante explicitar o próprio entendimento que faço do papel dos santuários nesse processo histórico. A crescente massa de dados disponíveis sobre as pautas de comportamento dos Fenícios na Bacia do Mediterrâneo (cf. Aubet, 2006; Aubet, 2009, com bibliografia) e nomeadamente sobre a sua vertente religiosa e cultural (Belén e Marín Ceballos, 2005) permite entrever o papel que as estruturas religiosas desempenharam no estabelecimento da ampla rede de colónias e entrepostos comerciais que ligou, nos inícios do I milénio a.n.e., o Mediterrâneo Ocidental e Central ao Próximo Oriente.

A principal característica que emerge de uma leitura comparada dos contextos culturais fenícios em distintas áreas do Mediterrâneo (*ibidem*) é a sua **polifuncionalidade**. De facto, seguindo a tradição próximo oriental de associação dos aspectos comerciais aos aspectos religiosos (Lipinski, 1979; esta tradição encontra de resto numerosos ecos nas comunidades mediterrâneas, cf. Dominguez Monedero, 2001: 231-2), os templos e santuários fenícios aliam ao aspecto metafísico uma marcada e determinante dimensão económica, agindo como estruturadores de *actividades produtivas* (Alvar, 1999; cf. tb., p. ex., Sáez Romero, 2009) e agentes de *relações comerciais* (Belén, 2000a); simultaneamente, agem (pelo menos numa fase inicial) como *representantes do poder central* (Aubet, 2009: 167-173) e, sob os augúrios da divindade cultuada, têm uma verdadeira *missão diplomática* no estabelecimento de laços com as populações autóctones das diferentes áreas tocadas pela colonização fenícia agem ainda, finalmente, como pólos em torno dos quais se articula a *identidade* das populações coloniais, unidas através das manifestações religiosas à metrópole oriental, e num momento posterior, com a emergência de entidades políticas autonomizadas (Arteaga, 1994), tornam-se também eixos fulcrais da construção ideológica destas, articuladas em torno da divindade políada. Para além destes quatro aspectos fundamentais – *metafísico, económico, político e identitário* –, várias outras facetas deste tipo de estruturas têm sido recentemente evidenciadas, como o seu papel na acumulação e transmissão de conhecimento (Jiménez Flores e Marín Ceballos, 2004; Sommer, 2010) ou no apoio à navegação (Ruiz de Arbulo, 1997; Gómez Bellard e Vidal González, 2000), enfatizando ainda mais o seu carácter polifuncional.



Mas, para além da polifuncionalidade, impõe-se analisar também uma outra característica, que julgo até hoje pouco valorizada, dos contextos de culto orientais/«orientalizantes», em particular dos que se têm vindo a identificar no Sul da Península Ibérica – sabemos hoje que estes se encontram na primeira linha dos contactos entre dois contingentes populacionais (o indígena e o oriental) cultural e etnicamente distintos, agindo como se referiu em muitas ocasiões como verdadeiras *testas-de-ponte* no estabelecimento de laços político-económicos com as populações autóctones, e em particular com as elites locais; nesse sentido, estes contextos de culto deverão ter sido também objecto de *leituras múltiplas*. Por um lado, revestem-se de um significado particular para as populações orientais que os edificam mas, por outro, são objecto de leituras próprias por parte das populações autóctones que poderão tê-las frequentado e conhecido e que inevitavelmente se terão apropriado conceptualmente destes espaços no âmbito de discursos sócio-políticos próprios; nesse sentido, é igualmente importante insistir no carácter *polissémico* destes contextos de culto. Parece pois pouco pertinente insistir em classificações dicotómicas restritivas – como as que estabelecem binómios tais como feitoria/santuário ou palácio/santuário – uma vez que o significado destes contextos não será uma característica intrínseca dos mesmos, estando antes muito condicionado pela forma como são percebidos por uma dada comunidade que os frequenta e inscreve na sua mundivisão.

1.c. UM OBJECTO E FRAGMENTOS DE UM MÉTODO

O estudo agora apresentado baseia-se sobretudo na consideração de um conjunto de contextos arqueológicos (Figuras 1 e 2) que a investigação tem vindo a associar, do ponto de vista funcional, a actividades culturais, religiosas, submetendo-os a uma apreciação crítica que procurou avaliar os fundamentos dessa interpretação e apreciar, na medida do possível, o seu efectivo significado e alcance. Embora quase um *cliché* em trabalhos desta natureza, é não obstante necessário referir desde o início a evidente disparidade em termos da quantidade e qualidade da informação arqueológica de que dispomos para os distintos contextos analisados, alguns dos quais foram objecto de intervenções relativamente limitadas e já antigas, tendo também, em numerosos casos, sido escassamente publicados; por oposição, contamos felizmente com contextos escavados mais recentemente e, sobretudo, publicados com maior detalhe e acompanhados de estudos aprofundados, o que nos permite alongar-nos na sua análise e interpretação.

É igualmente fundamental esclarecer que o estudo realizado se debruça quase exclusivamente sobre fontes materiais, arqueológicas, procurando sistematizar um conhecimento que se encontrava, até há pouco, disperso (tendo sido objecto de uma primeira sistematização de conjunto, muito útil, em Arruda e Celestino Pérez, 2009; cf. tb. Arruda, 1999-2000); não se esgotam, por isso, com uma análise desta natureza as questões sobre a religiosidade das populações sidéricas da área em apreço, sendo importante complementar um conhecimento arqueológico dos locais de culto com análises circunstanciadas das fontes greco-latinas e sobretudo com um estudo exaustivo dos materiais iconográficos (cf. Marín Ceballos, 1993), linhas de investigação que seguramente merecerão, num futuro próximo, uma atenção que não seria possível dedicar-lhes neste contexto (Gomes, no prelo).



FIGURA 1 Localização dos sítios estudados no actual território português (a preto, sítios com carácter cultural seguro; a cinzento, sítios com carácter cultural sugerido mas pouco seguro; a branco, o Promontório Sacro): 1 – Castro Marim; 2 – Tavira (Palácio da Galeria); 3 – Abul A; 4 – Castro dos Ratinhos; 5 – Azougada; 6 – Sítios da área de Neves-Corvo (Neves I e II; Corvo I); 7 – Espinhaço de Cão; 8 – Abul B; 9 – Alcácer do Sal (Castelo e Rua do Rato); 10 – Garvão; 11 – Castelo Velho de Santiago do Cacém; 12 – Lapa da Cova; 13 – Cabo de São Vicente (*Hieron Akroterion*). (Base cartográfica de V.S. Gonçalves).

Outro importante conjunto de evidências que fica de fora da presente análise relaciona-se com o universo funerário e, consequentemente, com as concepções escatológicas das populações sidéricas do Sul do actual território português (Paixão, 1970; Correia, 1993; Arruda, 2000a; 2004; Arruda, Covaneiro e Cavaco, 2008; Arruda, 2010; cf. tb. Pellicer Catalán, 2004), uma vez que os dados referentes àqueles, ainda que não sejam demasiado abundantes, são muito ricos e complexos, merecendo uma análise de conjunto pormenorizada que transcende os limites deste trabalho.

Delimitado, assim, o objecto de estudo levanta-se por seu turno uma primeira dificuldade metodológica que não posso obviar, e que se prende com a própria terminologia a aplicar. A aparente neutralidade de conceitos como *santuário*, *templo*, *capela*, etc. é puramente ilusória, sendo já numerosos os estudos que procuraram, para o âmbito do I milénio a.n.e., destringer estes conceitos para distintos âmbitos culturais (Vilà Pérez, 1994; 1997; de Grummond, 2005: 44-108; López Bertran, 2007). A adopção, no título deste estudo, da mais ambígua expressão «contextos de culto» é propositada, permitindo por um lado explicitar, à partida, que o estudo elaborado não inclui contextos de cariz mais pontual (como eventuais depósitos votivos isolados ou ritos fundacionais de âmbito doméstico), abrangendo

contudo realidades bastante diversificadas na sua natureza, incluindo edifícios de culto propriamente ditos, por um lado, e espaços de culto menos estruturados, por outro. Por outro lado, ainda do ponto de vista terminológico, adoptarei genericamente o designativo *santuário* face à impossibilidade de verificar nos espaços estudados a existência de autênticas imagens de culto, critério considerado indispensável para atribuir a uma estrutura o título de *templo* (Vilà Pérez, 1997: 542-3). Tomando esta opção metodológica não assumirei contudo, *a priori*, nenhum conceito fechado de *santuário*, visto que o tipo de contexto em estudo, como se disse, é bastante diversificado do ponto de vista da sua estruturação, expressão arquitectónica e monumentalidade.



São múltiplos os critérios que poderiam adoptar-se na abordagem a um conjunto de evidências com a natureza das aqui analisadas, com graus de validade algo distintos. Desde logo, uma abordagem arquitectónica poderia ser ensaiada, apoiando-se sobretudo na planimetria dos con-



CAPÍTULO	CNS	DESIGNAÇÃO	ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO	COORDENADAS (UTM, C.M.P. 1:25 000)
2.b.I	133	Castro Marim (F.III)	Faro/Castro Marim/Castro Marim	Lat. 38° 75' 49" Long. 9° 17' 26" (Folha 600)
2.b.I	133	Castro Marim (F.IV)	Faro/Castro Marim/Castro Marim	Lat. 38° 75' 49" Long. 9° 17' 26" (Folha 600)
2.b.II	11652	Tavira (Palácio da Galeria)	Faro/Tavira/Tavira	Lat. 37° 07' 50" Long. 7° 38' 54" (Folha 608)
2.b.III	2924	Abul A	Setúbal/Alcácer do Sal/Alcácer do Sal	Lat. 38° 25' 45" Long. 8° 40' 45" (Folha 467)
3.b.I	189	Castro dos Ratinhos	Beja/Moura/Moura	Lat. 38° 10' 45" Long. 7° 28' 04" (Folha 501)
3.b.II	2537	Azougada	Beja/Moura/Moura	Lat. 38° 10' 09" Long. 7° 28' 47" (Folha 501)
3.b.III	2853	Neves I	Beja/Castro Verde/Santa Bárbara de Padrões	n.d.
3.b.III	5245	Neves II	Beja/Castro Verde/Santa Bárbara de Padrões	n.d.
3.b.III	4924	Corvo I	Beja/Castro Verde/Santa Bárbara de Padrões	n.d.
3.b.IV	16279	Espinhaço de Cão	Évora/Alandroal/Capelins	n.d.
4.b.I	133	Castro Marim (FV.)	Faro/Castro Marim/Castro Marim	Lat. 38° 75' 49" Long. 9° 17' 26" (Folha 600)
4.b.II	2924	Abul B	Setúbal/Alcácer do Sal/Alcácer do Sal	Lat. 38° 25' 48" Long. 8° 40' 36" (Folha 467)
4.b.III	159	Alcácer do Sal (Castelo)	Setúbal/Alcácer do Sal/Alcácer do Sal	Lat. 38° 22' 11" Long. 8° 30' 45" (Folha 476)
4.b.III	n.d.	Alcácer do Sal (Rua do Rato)	Setúbal/Alcácer do Sal/Alcácer do Sal	Lat. 38° 22' 11" Long. 8° 30' 45" (Folha 476)
5.b.I	4	Castelo Velho de Santiago do Cacém	Setúbal/Santiago do Cacém/Santiago do Cacém	Lat. 38° 01' 48" Long. 8° 41' 00" (Folha 516)
5.b.II	2955	Garvão	Beja/Ourique/Garvão	Lat. 37° 42' 20" Long. 8° 20' 40" (Folha 546)

FIGURA 2 Lista dos contextos estudados

textos estudados para definir modelos arquitectónicos (Prados Martínez, 2001; 2006; Jiménez Ávila, 2009a), à semelhança do que foi já realizado para outros contextos culturais peninsulares (Gracia, Munilla e García, 1994). Os estudos deste género revestem-se de um considerável interesse, sobretudo quando tomam a modelação arquitectónica como expressão de lógicas sócio-políticas e de quadros conceptuais mais latos (Jiménez Ávila, 2009b).

No entanto, mesmo uma análise prévia pouco detalhada dos contextos estudados sugere um *polimorfismo* muito acentuado, que de resto não é de estranhar à luz do que conhecemos das estruturas culturais próximo-orientais, nomeadamente da área siro-palestiniana, onde uma já clássica tentativa de organização tipológica (Mazar, 1992; 2000: 216) não logrou senão a definição de uma categoria designada «*Irregular Plan Temples*» – estruturas que têm em comum o facto de apresentarem plantas acentuadamente irregulares, uma marcada falta de monumentalidade, alguns equipamentos interiores recorrentes (banquetas, plataformas, altares...), bem como em alguns casos uma câmara reservada – o que diz bem da dificuldade de tipificar este tipo de contextos. Outras tipologias arquitectónicas desenvolvidas para o mundo colonial fenício, como a já clássica de Wright (1971), são igualmente de difícil transposição para o ambiente em estudo.

Em face das dificuldades inerentes a uma análise arquitectónica, planimétrica, o critério aqui adoptado, enfatizando uma vez mais o aspecto contextual da análise preconizada, passa antes por uma leitura espacial que, à semelhança do ensaiado com assinalável sucesso para o contexto cultural dito «Ibérico» da Catalunha e Levante peninsular (Vilà Pérez, 1994; Prados, 1994; Domínguez Monedero, 1995; Vilà Pérez, 1997, fig. 2; Domínguez Monedero, 1997), aborde o

significado destes contextos através da sua implantação territorial, da sua posição na rede de povoamento, bem como da sua própria disposição espacial.

Naturalmente, como tem vindo a ser reiteradamente defendido (Renfrew, 1985; 1994), a interpretação de um contexto como funcionalmente adscrito ao culto implica o cruzamento de uma série de indicadores, não podendo basear-se num único critério. Nesse sentido, o próprio espólio será objecto de uma abordagem sucinta, bem como quaisquer evidências estratigráficas de actividades de cariz ritual(izado), sendo estas duas últimas facetas de abordagem fundamentais no sentido de uma leitura mais globalizante do próprio significado cognitivo destes espaços.

Trabalhos verdadeiramente modelares realizados na área «Ibérica» (Bonet e Mata, 1997) incidiram também na análise comparativa da arquitectura, comparando estruturas templares e domésticas, e na análise estatística de incidência de bens de prestígio (nomeadamente cerâmicas de importação) e de testemunhos epigráficos como forma de comprovação positiva da singularidade de determinados contextos (*idem*, 124-130). Infelizmente, a natureza dos dados de que dispomos (ora antigos e escassamente publicados, ora provenientes de áreas continuamente ocupadas, onde a área escavada, para além de não muito vasta, enferma de numerosas dificuldades de leitura causadas por ocupações posteriores) não permite ensaiar análises tão finas como os vastos *despoblados* «Ibéricos».

Tendo em conta estas perspectivas de abordagem, mas também estas limitações, os diversos contextos estudados foram submetidos, para efeitos de sistematização da informação, a uma grelha analítica previamente estabelecida, com descritores específicos, embora abrangentes, que permitirão definir vectores de análise cujo cruzamento possibilite a aferição de regularidades e particularidades, bem como o estabelecimento de comparações quer entre os contextos estudados quer entre estes e outras estruturas culturais de contextos culturais correlacionáveis. Assim, para cada um dos espaços de culto analisados procurou-se sistematizar os seguintes campos: a) implantação territorial e topografia; b) posição na rede de povoamento; c) arquitectura, equipamentos e organização do espaço; d) espólio, com ênfase para o espólio de cariz votivo; e) evidências contextuais de ritual. O enquadramento cronológico das evidências em estudo é, naturalmente, também um ponto de primordial importância, permitindo a colocação dos diversos contextos na sequência histórica da Idade do Ferro.

O propósito último desta abordagem passa pela aferição de tendências gerais quanto à projecção e funcionalidade das distintas estruturas e contextos estudados, possibilitando a construção de uma tipologia contextual, assente na posição daquelas no tecido sócio-político e no contexto histórico que os enforma. Nesse sentido, seguimos de perto, embora com adaptações indispensáveis à luz das especificidades da matriz cultural e histórica do Extremo Ocidente peninsular, os trabalhos de A. Dominguez Monedero para o mundo «Ibérico» (1995; 1997), capitalizando igualmente contudo as numerosas sistematizações que para esta mesma área têm vindo a ser desenvolvidas (Lucas, 1979; Prados, 1994; Aranegui Gascó, 1994; Moneo, 1995; Oliver, 1997; Bonet e Mata, 1997; Gusi i Jener, 1997). A contrastação com o manancial de dados hoje disponíveis para o Baixo Guadalquivir e Andaluzia Ocidental (Belén e Escacena, 1997; Belén, 2000a e b; 2001; Ferrer Albelda, 2001-2; 2002; Arruda e Celestino Pérez, 2009) permitiu, por outro lado, aferir até que ponto as lógicas comerciais e de fixação populacional aí identificadas são – ou não – comuns ao actual território português.





CONTEXTOS DE CULTO DE INFLUÊNCIA MEDITERRÂNEA. *CORPUS* E ANÁLISE INDIVIDUAL

*«I help myself to material and immaterial,
No guard can shut me off, no law can prevent me.*

*I anchor my ship for a little while only,
My messengers continually cruise away or bring their returns
to me.»*

Walt Whitman, *Leaves of Grass*, vv.800-4

2.a. FRAGMENTOS DE UMA HISTÓRIA (I): O LITORAL «ORIENTALIZANTE» (SÉCULOS VII-VI A.N.E.)

O início do processo colonial fenício na Península Ibérica encontra-se ainda, apesar dos enormes progressos da investigação arqueológica nas últimas décadas, envolto em numerosas questões relativas quer à cronologia dos primeiros contactos (Torres, 1998; Arruda, 1999-2000; 2005a e b; González de Canales, Serrano e Llompart, 2006), quer à modalidade destes (Alvar, 2000; 2008; Arruda, 2008a; Torres, 2008) quer mesmo às motivações que terão determinado a inserção da Península na ampla *koiné* fenícia (Wagner e Alvar, 1989; Moreno Arrastio, 2000; Aubet, 2009).

Não será talvez este o sítio indicado para debater essas múltiplas questões, sobre as quais não poderia deter-me com a atenção que merecem e que outros investigadores mais habilitados lhe têm dedicado (v. referências bibliográficas *supra*). Gostaria, por isso, de reter apenas alguns aspectos relevantes para o tema do presente trabalho. Parece-me importante, em primeiro lugar, referir que o testemunho das fontes clássicas nos informa, por um lado, que o Templo de *Melqart* de Tiro jogou um papel determinante no lançamento da colonização fenícia no Mediterrâneo e, por outro, que as mais antigas fundações fenícias no Extremo Ocidente – que, na perspectiva das mencionadas fontes, seriam *Gadir* (cf. García y Bellido, 1963) e *Lixus* (cf. López Pardo, 1996; 2002) – se inauguraram com a erecção dos seus respectivos templos, facto que me parece de grande relevância, especialmente quando nos últimos anos a Arqueologia tem identificado também na bacia do Baixo Guadalquivir uma «rede» de instalações de carácter sacro que parecem ter estruturado teias de contacto e de comércio (Belén e Escacena, 1997; Belén, 2000a e b; 2001), facto que ecoa de resto o padrão de comportamento dos fenícios um pouco por todo o Mediterrâneo (Grotanelli, 1981; Belén e Marín Ceballos, 2005).

No que ao território português diz respeito, é de realçar que pelo menos desde o século VIII a.n.e. a área em estudo se insere igualmente nessa *koiné* mediterrânea, estando plenamente estabelecida em meados da centúria seguinte uma rede de estabelecimentos litorais profundamente «orientalizados». A geografia destes traduz o interesse dos agentes comerciais fenícios em aceder às grandes vias de penetração para o interior constituídas pelos principais rios: assim, Santarém (Arruda, 1993; 1999-2000: 137-221) e talvez Almaraz (Barros *et al.*, 1993; Cardoso, 2004: 227-237) parecem testemunhar os mais antigos contactos, revelando a precocidade dos contactos orientalizantes com o Tejo, onde tanto quanto os dados disponíveis permitem afirmar, se juntará a breve trecho àqueles povoados o pólo que subjaz à cidade de Lisboa (Arruda, 1999-2000: 113-130); no Sado, Alcácer do Sal (Silva *et al.*, 1981) e Setúbal (Soares e Silva, 1986), em estreita articulação com Abul A, sítio de fundação exógena (Mayet e Silva, 2000c), estruturam uma rede de povoamento de características claramente «Orientalizantes»; também no Algarve Oriental, a foz do Gilão e a do Guadiana são controladas por importantes pólos «Orientalizantes», sob as actuais Tavira (Maia, 2000; 2003) e Castro Marim (Arruda, 1999-2000: 36-53), respectivamente.

Como veremos, a presença de contextos de culto parece ter jogado também aqui um papel de relevo, semelhante ao observado noutras paragens, agindo os santuários como *pivots* de redes comerciais e simultaneamente como focos de irradiação de um novo discurso «Orientalizante» que a breve prazo transformará de forma profunda as sociedades indígenas.



2.b. O CORPUS DOCUMENTAL

2.b.I. Castelo de Castro Marim (Fases III e IV)

Os trabalhos arqueológicos realizados a partir dos anos 80 do século passado no Cerro onde, em Época Medieval (século XIII n.e.), se implantou o Castelo de Castro Marim (Arruda, 1983-4a e b; 1996; 1997; 1999-2000: 36-53; 2000b; 2003a; 2006; Arruda *et al.*, 2006; Arruda, Freitas e Oliveira, 2007; Arruda *et al.*, 2009) revelaram uma sequência de ocupação humana remontando aos momentos finais da Idade do Bronze (Arruda, 1999-2000: 40). Num momento indeterminado da primeira metade do século VII a.n.e. o povoado ter-se-á inserido na ampla *koiné* mediterrânea, «orientalizante», inaugurada com a chegada de populações oriundas do Mediterrâneo Oriental ao Sul do território peninsular, inserção essa que encontra expressão quer ao nível da cultura material (*idem*: 43 e ss.; Freitas, 2005) quer também da organização do próprio espaço habitado, marcado agora por arquitecturas ortogonais e por um plano «urbanístico» ao que tudo indica bem definido (Arruda, Freitas e Oliveira, 2007).

O povoado (Figura 3) implantou-se numa elevação isolada na paisagem, de forma elipsoidal irregular, erguendo-se 42 m acima do nível do mar, num ponto que, em Época Antiga, seria plenamente litoral, constituindo talvez uma pequena península banhada pelos esteiros do Guadiana (Arruda, 1999-2000: 36). A sua topografia recorda claramente o modelo de implantação territorial dos estabelecimentos coloniais fenícios das costas meridionais peninsulares (Aubet, 2009: 311-6),

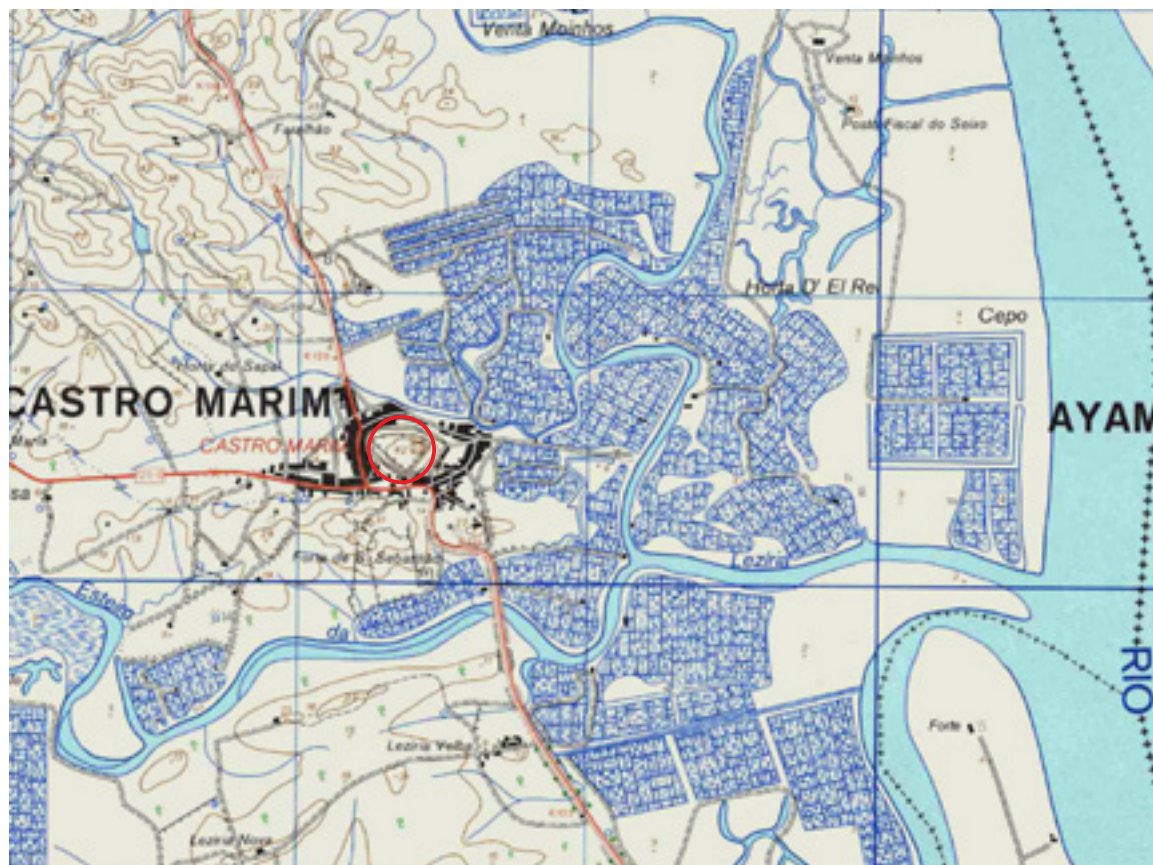


FIGURA 3 Castro Marim na Carta Militar de Portugal – 1:25 000, Folha 600

sendo de destacar a sua posição estratégica, controlando a barra do Guadiana e a rota de penetração para o interior alentejano (e *extremeño*) que aquele rio constitui, bem como o acesso aos recursos minerais da faixa piritosa alentejana. Além disso, a sua posição litoral apresenta igualmente grande potencial no que à exploração dos recursos marinhos diz respeito (Arruda, 2006).

O retomar das escavações já no início do século XXI permitiu identificar uma área, perfeitamente enquadrada na malha «urbana» do povoado, onde ao longo de toda a diacronia sidérica do sítio se sucederam espaços edificados que, pelas suas características arquitectónicas e contextuais, podem interpretar-se como funcionalmente adscritos a actividades cultuais (Arruda *et al.*, 2009).



O primeiro destes conjuntos arquitectónicos (Figura 4), enquadrado na **fase III** estabelecida para o povoado algarvio, datável da **segunda metade do século VII a.n.e.**, compõe-se de cinco áreas diferenciadas.

O *Compartimento 6*, cuja leitura se encontra condicionada pela sobreposição dos alicerces de uma estrutura religiosa de Época Moderna (talvez quinhentista), apresenta uma planta rectangular, tendo-se identificado no seu interior um pavimento composto por conchas, cuidadosamente alinhadas em fiadas em algumas zonas e dispostas aleatoriamente noutras, piso este que se dispôs sobre um estrato de seixos rolados; também neste espaço existem evidências de reboco de coloração alaranjada, nomeadamente na parede Oeste, estando este estratigraficamente associado ao piso anteriormente descrito (Arruda, Freitas e Oliveira, 2007: 468). Para Oeste situa-se o



FIGURA 4 Planta do Santuário de Castro Marim (Fase III) (segundo Arruda *et al.*, 2009)



Compartimento 10, igualmente de planta rectangular, com aproximadamente 7 m por 4 m, pavimentado com rocha branca moída, onde se identificou uma zona de combustão circular e uma estrutura rectangular maciça, construída num momento posterior ao resto do compartimento.

Este segundo espaço abre, a Ocidente, para o *Compartimento 11*, igualmente de planta rectangular, com cerca de 8 metros de comprimento, onde se registou um particular cuidado ao nível da técnica construtiva, e que continha talvez os elementos mais interessantes para a interpretação funcional deste complexo: desde logo, apresentava um pavimento de argila de cor vermelha, tendo-se por outro lado edificado aproximadamente no seu centro uma estrutura quadrangular (Figura 5) de aproximadamente 1 m de lado, delimitada por blocos pétreos e coberta com um reboco de rocha moída de cor branca que apresentava na sua área central uma camada de argila vermelha com fragmentos cerâmicos incorporados; no seu lado Oeste possui uma espécie de plataforma sobrelevada, ou cabeceira, que se ergue cerca de 20 cm acima do nível do solo (*ibidem*). Esta estrutura, que apresenta evidências de combustão, pode facilmente interpretar-se como um altar, o que permitiria identificar este compartimento como a área fulcral do santuário (Arruda, Freitas e Oliveira, 2007: 475; Arruda *et al.*, 2009: 79).



FIGURA 5 Aspecto do «altar» da Fase III (fotografia cedida pela Professora Doutora Ana Margarida Arruda)



FIGURA 6 Piso de conchas da Fase III (fotografia cedida pela Professora Doutora Ana Margarida Arruda)

A Área 9 seria provavelmente um espaço de distribuição, permitindo o acesso aos compartimentos anteriormente descritos, tendo-se aí identificado um estrato de destruição do que seria presumivelmente um outro piso de conchas (Arruda, Freitas e Oliveira, 2007: 469). A Área 7, junto à comunicação entre os Compartimentos 10 e 11, encontra-se escassamente definida.

A leitura de conjunto destes contextos sugere que os mesmos deverão ter funcionado em estreita articulação. Certas características compartilhadas, como os pavimentos de conchas (Figura 6), os pisos de argila vermelha ou a aplicação de rebocos às paredes, sustentam essa articulação, bem como a singularidade destes contextos. O Compartimento 11, dotado de um altar, poderá ter funcionado como espaço fulcral da actividade cultural nesta área, devendo talvez interpretar-se o Compartimento 10 como «dependência sacra», ou «sacristia», na linha do que se tem defendido para outros contextos religiosos do mesmo período (Prados Martínez, 2006), situação que tem de resto numerosos paralelos quer no território peninsular – como por exemplo no santuário de La Algaida (Cádiz) (Corzo Sánchez, 2000), no chamado Carambolo Baixo (Sevilha) (Rodríguez Azogue e Fernández Flores, 2005: 112 e ss.), em Alhonor (López Palomo, 1981), e talvez também em Cástulo (Blázquez e Valiente, 1985) ou em Neves II (cf. *infra*) – quer no Mediterrâneo Central, onde poderíamos citar a título de exemplo o Templo do Capo di San Marco, em Tharros (Sardenha) (Barreca, 1986), e Oriental (cf. *infra*).

Independentemente desta consideração, baseada na contiguidade entre ambos os compartimentos, importa referir que a existência de um piso de conchas, naturalmente frágil, no Compartimento 6 sugere que aquele seria um espaço de acesso reservado, frequentado de forma controlada, pelo que o seu papel no âmbito das actividades culturais realizadas neste complexo não deve ser desdenhado. Nesse sentido, não será talvez despidendo sugerir que os Compartimentos



11 e, em menor medida, 10 estariam ligados a uma dimensão pública do culto, ao passo que o Compartimento 6 poderia funcionar como espaço reservado, espécie de *sancta sanctorum*.

Ao nível do espólio recuperado pertencente a esta fase nestas várias áreas, a cerâmica é claramente predominante: a **cerâmica manual** (Oliveira, 2006: Ests. 11 a 14), de tradição autóctone, encontra-se bem representada, estando presentes formas fechadas, sobretudo potes e/ou panelas (Formas 2.A, 2.B e 3.A), e abertas, entre as quais as taças (8.A.1, 8.A.2, 8.B e 8.C.2) e as tigelas (9.A e 9.C), mas também os grandes recipientes designados alguidares/bacias (7.B e 7.D), provavelmente para a armazenagem de líquidos; é de salientar, ainda ao nível da cerâmica manual, a presença de um fragmento decorado com retícula brunida; na área entre o Compartimento 10 e o Compartimento 4, que talvez corresponda a uma área aberta do povoado, exumaram-se igualmente dois recipientes invulgaes, um pote com o bordo pintado a vermelho e decoração geométrica incisa, recordando os motivos do chamado «Estilo Carambolo», e uma taça pintada a vermelho com motivos geometrizes isolados; a **cerâmica de engobe vermelho** (Freitas, 2005: Ests. X a XII) encontra-se também bem representada, predominando as formas abertas – tigelas (Formas 1.A.1, 1.A.2), taças simples (IV.A e A/B) e carenadas (III.B.1), alguns pratos (II.A.2a, II.A.2b, II.B e II.B.3) – mas estando também presentes algumas formas fechadas – um grande recipiente da Forma V.B.2 e um jarro da Forma VI.B – bem como um suporte «*de carrete*» (Forma VII); a **cerâmica cinzenta** (Arruda *et al.*, 2009: Fig.3) encontra-se igualmente representada, sobretudo por formas abertas; merece, finalmente, destaque, a presença de **trípodes**, incluindo um exemplar de perfil completo, com bordo de desenvolvimento triangular, ligeiramente pendente, estriado na face externa (*ibidem*; Lourenço, 2008).

A identificação desta primeira estrutura como contexto de culto parece plausível, se não mesmo provável, quer à luz do cuidado particular verificado na sua construção (Arruda, Freitas e Oliveira, 2007: 468) quer também da presença da peculiar estrutura de combustão, identificável como «altar»; igualmente determinante para essa adscrição funcional ao culto é a constatação da manutenção numa área contígua, em fases posteriores, de contextos conotáveis com funções religiosas onde, em particular na fase V (cf. *infra*), as evidências de acções rituais são bastante mais eloquentes. A presença de alguns materiais de natureza excepcional, quer no interior quer nas imediações dos espaços referidos, como os trípodes ou alguma cerâmica manual com decorações particulares, é também, se não um argumento definitivo na identificação da singularidade deste contexto, pelo menos um facto assaz sugestivo.

Os dados arqueológicos concretos sobre as práticas culturais realizadas neste espaço durante esta fase são escassos. Para além da clara presença de rituais de fogo, testemunhada pelas evidências de combustão sobre o «altar» do Compartimento 11, a natureza dos materiais arqueológicos exumados poderia sugerir práticas libatórias e/ou o consumo de alimentos enquanto parte integrante das actividades culturais. A complexidade e compartimentação do contexto arquitectónico denuncia, contudo, um elevado grau de formalidade nos rituais praticados e sugere, inclusivamente, algum grau de diferenciação entre a dimensão mais pública dos ritos e uma outra, bastante mais reservada, embora não saibamos dizer a quem, se a elites político-económicas ou, hipoteticamente, a um corpo sacerdotal mais ou menos especializado.

Na **fase IV**, com uma cronologia centrada no **século VI a.n.e.**, o povoado que subjaz ao Castelo de Castro Marim conhece uma substancial transformação ao nível da forma de ocupação do espaço, embora em acentuada continuidade com as pautas organizativas verificadas na fase anterior, tendo-se conservado para este momento um maior volume de dados que permitem restituir a lógica «urbanística» do sítio, sendo de destacar a organização em torno de arruamentos bem delimitados, sugerindo uma acentuada planificação prévia (Arruda, Freitas e Oliveira, 2007: 469-71).

Nesta fase, em área contígua à anteriormente ocupada pelo complexo arquitectónico que teve oportunidade de comentar, implantaram-se dois compartimentos de planta rectangular adossados entre si (Figura 7) que parecem manter o cariz religioso, cultural, verificado nesta mesma área no período antecedente (cf. *supra*). O espaço principal deste complexo seria, aparentemente, constituído pelo *Compartimento 27*, de planta rectangular, com 8 m de comprimento por 4 m de largura, com um eixo longitudinal de orientação Sul/Norte (*idem*: 470). A entrada deste abria-se na sua fachada Oriental, tendo-se identificado um degrau exterior que permitiria vencer o desnível em relação à cota do espaço adjacente que se encontrava pavimentado com conchas. A soleira que marcava o acesso ao compartimento encontrava-se sobrelevada em relação ao piso interior do mesmo (*ibidem*; Arruda *et al.*, 2009: 79). O interior deste espaço encontra-se pavimentado com rocha moída de coloração esbranquiçada (Arruda, Freitas e Oliveira, 2007: 470).

Ao longo das paredes ocidental e meridional do compartimento constatou-se igualmente a existência de «bancos» corridos (Figura 8), com evidências de terem recebido reboco (Arruda *et al.*, 2009: 79). Paralelamente ao «banco» meridional identificou-se, ligeiramente acima do nível do solo, um piso lajeado, bem como uma plataforma composta por um grande bloco de pedra, ambos igualmente recobertos com um reboco de rocha moída de coloração esbranquiçada (Arruda, Freitas e Oliveira, 2007: 470-1).



FIGURA 7 Planta do Santuário de Castro Marim (Fase IV) (segundo Arruda *et al.*, 2009)



FIGURA 8 Aspecto de um dos bancos corridos do Compartimento 27 e de restos dos pisos de conchas (fotografia cedida pela Professora Doutora Ana Margarida Arruda)



FIGURA 9 Aspecto do Compartimento 27 após escavação (segundo Arruda *et al.*, 2009)

Em posição aproximadamente central no interior deste compartimento (Figura 9) identificou-se por outro lado uma estrutura quadrangular de cantos ligeiramente arredondados, soerguida cerca de 10 cm em relação ao nível do solo, medindo 0,92 m por 1,30 m e composta por uma moldura de pedra moída envolvida com terra contendo no seu interior uma placa de argila (Figura 10). No vértice Noroeste a moldura externa alargava-se, configurando uma concavidade com cerca de 12 cm de diâmetro (*idem*: 80). A construção desta estrutura peculiar foi precedida pela deposição de um recipiente do tipo conhecido como urna «Cruz del Negro» (Arruda *et al.*, 2009: Fig. 5) e de uma ânfora, ambas identificadas quebradas *in situ* (Arruda, Freitas e Oliveira, 2007: 471).

Existem dados estratigráficos que permitem perceber que, ao contrário do que seria prática generalizada no povoado, onde a construção de terra sobre alicerces pétreos seria a técnica predominante, as paredes deste compartimento terão sido integralmente construídas em pedra, o que parece revelador de um cuidado e de um investimento significativo, que sublinha a singularidade deste contexto. De salientar igualmente que o abandono deste espaço parece ter sido programado, tendo o edifício sido destruído de forma rápida e, ao que tudo indica, deliberada, ficando o interior dos alicerces conservados colmatado com os derrubes pétreos das paredes (*idem*: 471).

Adossado ao Compartimento 27 pelo lado Norte encontrava-se o *Compartimento 26*, de aproximadamente 6 m por 3,5 m, orientado no sentido Oeste/Este, ao qual se acedia por uma entrada aberta a Sul, na parte não confinante com o Compartimento 27, com o qual não tinha aparentemente nenhuma comunicação directa. Este espaço menor encontrava-se pavimentado com rocha moída de coloração verde, estando igualmente atestada, na parte ocidental do mesmo, uma área pavimentada com conchas; no seu interior não se identificaram quaisquer estruturas (*idem*: 470).



FIGURA 10 «Altar» da Fase IV (fotografia cedida pela Professora Doutora Ana Margarida Arruda)



A configuração deste complexo arquitectónico denuncia igualmente a existência de uma *praxis* ritual bastante estruturada, sendo que neste âmbito parece plausível que o Compartimento 27 tenha funcionado como fulcro cultural e o 26 tenha servido como espaço de apoio, onde poderiam ser armazenadas as alfaías culturais e entesouradas as oferendas recebidas pelo santuário, numa situação de resto perfeitamente conhecida em outros contextos mediterrâneos (Ruiz de Arbulo, 1997: 522-3; Oggiano, 2005) e atestada muito eloquentemente no próprio Castelo de Castro Marim pelo depósito votivo da fase subsequente (cf. *infra*). Uma função deste tipo não pode, naturalmente, ser confirmada com os dados exumados, mas parece sugestiva a escassez de materiais no interior deste compartimento que se poderia explicar por duas vias: ou por uma frequência extremamente restrita do mesmo, o que argumentaria a favor da sua leitura como *sancta sanctorum* do conjunto, ou pelo contrário por uma acção deliberada de extracção de todos os materiais do interior deste espaço antes do seu abandono, o que parece mais sugestivo, especialmente quando se verifica que a destruição do Compartimento 27, como se disse, parece ter sido «programada».

A configuração do espaço edificado encontra abundantes paralelos em outras áreas, culturalmente afins, do Sul do território peninsular, sendo sugestivo relacioná-la com o verificado na fase mais antiga do Carambolo Baixo, designada Carambolo V, datada dos séculos IX-VIII a.n.e. (Rodríguez Azogue e Fernández Flores, 2005: 93-109), embora aqui o plano linear simples depressa se veja enquadrado num complexo mais vasto. Também na Área A de La Algaida, complexo de provável função religiosa na área de Cádiz (Corzo Sánchez, 2000), e na área sacra do povoado de Cástulo (Jáen) (Blázquez e Valiente, 1985) se encontram bons paralelos para a planimetria do santuário da foz do Guadiana. Este modelo arquitectónico tem, de resto, protótipos bem conhecidos no Mediterrâneo Oriental, podendo apontar-se, a título meramente ilustrativo, as similitudes com contextos culturais de *Kition* (Chipre), de uma escala contudo totalmente distinta (Wright, 1992), ou *Tell Qasile* (Israel) (Wright, 1985).

O espólio exumado neste complexo é bastante numeroso, sendo contudo de destacar que a maioria dos materiais provém do Compartimento 27. A **cerâmica manual** (Oliveira, 2006: Ests. 54-7) encontra-se muito bem representada, sobretudo neste compartimento, registando-se um relativo equilíbrio entre formas abertas – taças (Formas 8.A.1, 8.C.2), tigelas (9.A e 9.C) e um «alguidar» (7.B) – e fechadas – sobretudo potes/panelas (2.A, 2.B, 2.C, 3.A, 3.B e 3.C), mas também grandes recipientes (1, 1.A e 1.B); no Compartimento 26 esta classe cerâmica é menos numerosa, estando presentes as taças/tigelas (8/9.A, 8.B e 8.D/9.C), um pote/panela (3.A) e uma «sertã» (11); a **cerâmica de engobe vermelho** (Freitas, 2005: Ests. XXX e XXXI) é igualmente abundante; no Compartimento 26 a Forma mais bem atestada corresponde aos típicos pratos de bordo em aba, em diversas das suas variantes (II.B.1, II.B.2, II.B.3, II.B.5.b), estando também bem representadas as tigelas (1.A.1, I.A.2 e I.A.3); mais raras são as taças, simples (IV.A) e carenadas (III.B.2); finalmente, está também presente um grande recipiente, da Forma V.B.2. No Compartimento 26, uma vez mais, os exemplares são mais escassos, estando representadas as tigelas (I.A.2), um prato (II.B.1) e uma taça carenada (III.A.1). É igualmente importante destacar a presença no Compartimento 27 de um grande recipiente do tipo conhecido como «**tonel Ibérico**» (Arruda *et al.*, 2009: 80 e fig. 5). Em ambos os espaços se exumaram igualmente numerosos recipientes em calote de esfera, de tipo tigela, em cerâmica comum, pintada em bandas e cinzenta (*ibidem*). Destacaríamos finalmente, pela sua frequente associação a contextos votivos (nomeadamente funerários), a

presença da urna «Cruz del Negro» acima referida, cuja deposição antes da construção do «altar» parece corresponder a uma intenção ritual. Esta encontrava-se associada a um recipiente anfórico, igualmente já mencionado. Foi também exumado um conjunto de **elementos metálicos** (Pereira, 2008: Anexo 9), que inclui uma fíbula de tipo «Acebuchal» (021), fragmentos de um (ou mais) possível(is) recipiente(s) metálico(s) rebitado(s) (026 e 027), bem como uma eventual lâmina de navalha (033).

A interpretação deste contexto como espaço de culto assenta em diversas premissas, em si mesmas sugestivas e que, quando combinadas, conferem bastante solidez a esta interpretação funcional. Por um lado, uma vez mais, a contrastação com as fases anterior (cf. *supra*) e posterior (cf. *infra*), cujos dados concretos sugerem essa mesma funcionalidade, o que revelaria a permanência de um sector «religioso» nesta área do povoado, é a este respeito muito significativa.

Outros dados, de índole arquitectónica, se podem também esgrimir em favor desta leitura. Desde logo, o cuidado verificado na construção do Compartimento 27 e a aparente excepcionalidade da técnica construtiva empregue, onde a utilização da pedra parece ter sido exclusiva, revela a singularidade deste espaço. Por outro lado, a presença, novamente, de uma estrutura de combustão complexa, identificável como «altar», de configuração muito particular, evocando pela presença de uma concavidade no seu ângulo Noroeste possíveis práticas libatórias, permite entrever a prática de actividades culturais concretas; também a renovada presença, embora mais limitada em área, de pavimentos de conchas reafirma a singularidade destes espaços. Além disso, a presença de bancos adossados às paredes oriental e meridional do Compartimento 27 encontra numerosos paralelos na arquitectura religiosa do Baixo Guadalquivir, onde estruturas desta natureza estão presentes, por exemplo, no Carambolo (Rodríguez Azogue e Fernández Flores, 2005: 112), em Coria del Río (Escacena e Izquierdo, 2000), em Carmona (Belén *et al.*, 1997) e, já em plena Extremadura, em Cancho Roano (Arruda e Celestino Pérez, 2009: 40). Este tipo de equipamentos, muito bem atestados em espaços religiosos do Próximo Oriente (Oggiano, 2005), poderá ter funcionado como suporte para a parafernália cultural, bem como para eventuais imagens culturais e/ou representações da divindade cultuada; funcionalidade semelhante poderia ter a plataforma identificada no canto Nordeste do Compartimento 27.

A sacralização deste espaço é ainda sugerida, finalmente, pela presença de um aparente rito fundacional que antecede a construção do «altar» do Compartimento 27, com a deposição de, pelo menos, uma urna «Cruz del Negro» e um contentor anfórico.



Os dados acima apresentados permitem defender a permanência neste sector do povoado sidérico de Castro Marim, ao longo da primeira metade do I milénio a.n.e., de um contexto funcionalmente adscrito ao culto, plausivelmente correlacionável por um lado com a vida cívica do povoado em si mesmo, não sendo de mais notar que em ambas as fases referidas os complexos com uma putativa função religiosa se encontram próximos de amplas áreas não edificadas, que poderão bem ter funcionado como espaços de vida pública e de congregação (cf. Arruda, Freitas e Oliveira, 2007). Por outro lado, a posição do próprio povoado, controlando a desembocadura do Guadiana e o acesso ao *hinterland* baixo-alentejano, ter-lhe-á permitido afirmar-se como ponto fulcral no acesso ao Atlântico, em clara articulação com o mundo fenício ocidental e em particular com



Gadir. Nesse sentido, não é de descartar uma associação do espaço sacro urbano aqui identificado a dinâmicas navais e comerciais, à semelhança do que se tem vindo a defender para outros contextos de culto, nomeadamente para a ampla «rede» de santuários hoje conhecida no Baixo Guadalquivir (Belén, 2000a e b; cf. tb. Ruiz de Arbulo, 1997). Nesse sentido, estaríamos em face de um santuário urbano, de carácter eminentemente cívico, embora putativamente também com uma projecção económica significativa no âmbito do comércio fenício no Extremo Ocidente peninsular.

2.b.II. Palácio da Galeria, Tavira

Os trabalhos realizados no casco urbano da actual cidade de Tavira a partir dos finais do século XX (Maia, 2000; 2003; Maia e Silva, 2004; Arruda, Covaneiro e Cavaco, 2008) permitiram verificar que, também aqui, a uma fase datável dos momentos finais da Idade do Bronze se segue uma etapa sidérica marcada por uma acentuada aproximação cultural ao Mediterrâneo oriental, encontrando-se os contactos com comerciantes e navegadores fenícios plenamente atestados a partir de meados do século VII a.n.e. quer ao nível das realidades arquitectónicas quer, sobretudo, da cultura material, que reflecte aqui exemplarmente, ainda que a uma escala reduzida, o repertório fenício ocidental (Maia, 2000: 130; Arruda, Covaneiro e Cavaco, 2008: 123-4).

A colina onde hoje se localiza o Centro Histórico de Tavira (Figura 11), erguendo-se cerca de 20 m acima do nível do mar, terá constituído, em Época Antiga, uma península delimitada por duas amplas enseadas, que confeririam a este pólo, ao que tudo indica, excelentes condições portuárias (Maia, 2003: 63). Esta configuração, que tal como já referi a propósito de Castro Marim

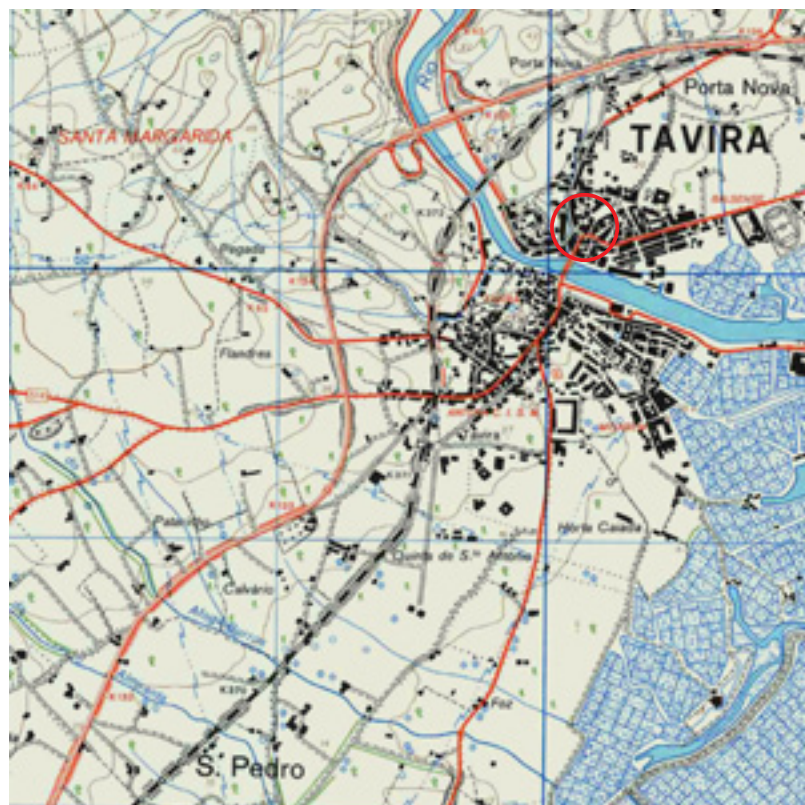


FIGURA 11 Tavira na Carta Militar de Portugal – 1:25 000, Folha 608

eco o padrão de implantação típico das fundações coloniais fenícias arcaicas conhecidas nas costas de Málaga e da Andaluzia Oriental, conferir-lhe-ia igualmente elevadas condições naturais de defesa, que de resto foram grandemente potenciadas com a construção logo num momento inicial de uma muralha de aspecto monumental, da qual se exumou um tramo significativo a cerca de meia altura da referida colina (*idem*: 62-3).

Por outro lado, a posição deste núcleo junto à foz do rio Gilão reveste-se de qualidades estratégicas inegáveis, facilitando o acesso ao *hinterland* da Serra Algarvia, rico em recursos, nomeadamente mineiros, estando muito bem atestada a metalurgia do Ferro e da Prata (pelo menos nos séculos VI-V a.n.e.) (*idem*: 66; Maia e Silva, 2004: 181).

Estes trabalhos arqueológicos permitiram igualmente reequacionar a identificação do pólo urbano de *Balsa*, referido por diversos autores clássicos (cf. Guerra, 1998: 326-7); se, de facto, a *Balsa* romana parece corresponder ao sítio conhecido como Quinta da Torre d'Ares, em Luz de Tavira, a sua situação pré-romana – pois de um topónimo claramente pré-romano se trata – era até há pouco uma incógnita, parecendo hoje sustentável uma identificação com a Colina de Santa Maria (Arruda, 1999-2000: 34; 2003b). Mais problemática é a leitura daquele topónimo como de origem oriental, semita, avançada por V. Mantas (1997: 291-4), bem como a sua associação ao teónimo *Ba'al* (Maia e Silva, 2004: 174 e ss., cf. tb. Correa, 2000) visto que no campo da linguística se têm proposto outras etimologias consideravelmente mais viáveis (Guerra, 1998: 327).



No decurso dos trabalhos realizados no interior do Palácio da Galeria, edifício de Época Moderna situado junto ao topo da Colina de Santa Maria, no seu lado Sul, identificou-se um conjunto de estruturas negativas de difícil interpretação (Figuras 12 e 13). Foram aparentemente identificadas em escavação três destas estruturas, designadas «poços», que se constatou terem sido abertas no paleo-solo local, formado por margas calcárias e argilosas (Maia, 2003: 66)

O «**Poço 1**», o primeiro a ser identificado, com 3 m de profundidade, apresenta um diâmetro de 3,2 m ao nível do topo e de 4 m ao nível do fundo, apresentando uma configuração *grosso modo*

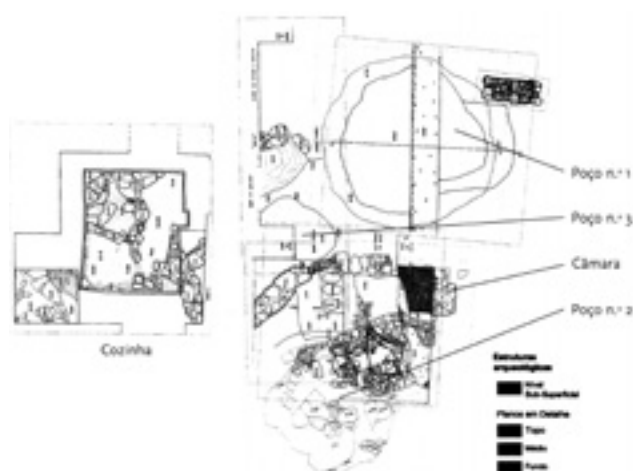


FIGURA 12 Planta geral das intervenções no Palácio da Galeria (segundo Maia e Silva, 2004, adaptado)

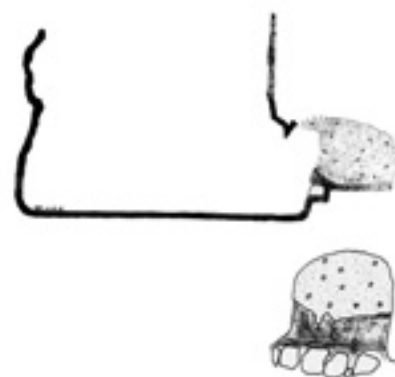


FIGURA 13 Corte dos «Poços» do Palácio da Galeria (segundo Maia e Silva, 2004)



cilíndrica. Note-se que o facto de apresentar uma largura superior à sua profundidade desaconselharia, em princípio, a sua designação como poço, parecendo mais corresponder a uma estrutura de tipo *fossa* ou, quando muito, cisterna (designação que de resto chegou a ser empregue pelos responsáveis da escavação, cf. p. ex. AA.VV., 2003: 252-3). As paredes desta estrutura, ao que parece, estariam revestidas por uma camada de argila de matriz calcária (Maia, 2003: 66). A abertura deste «poço» terá sido identificada, segundo se depreende das descrições publicadas, num nível enquadrável na Idade do Ferro, concretamente no século VII a.n.e., onde se exumou um conjunto artefactual de características muito particulares, onde avultam algumas peças (na realidade, as únicas publicadas) de carácter bastante excepcional, entre as quais se conta um recipiente de engobe vermelho do tipo designado na bibliografia espanhola como «*jarro de boca de seta*», virtualmente inteiro e de muito boa qualidade (AA.VV., 2003: 250, n.º 55), uma peça interpretada como um dos elementos de um queimador duplo, com a face externa coberta também de engobe vermelho e apresentando marcas de fogo (*idem*: 251, n.º 57), uma peça cilíndrica de marfim interpretada como elemento de caixa de cosméticos (*idem*, n.º 58) bem como fragmentos de casca de ovo de avestruz (Maia, 2003: 68). Este conjunto é particularmente interessante pela sua excepcionalidade, e não deixa de ser sugestiva a recorrente associação dos tipos cerâmicos aqui exumados a contextos votivos, quer funerários (relembro que os «*jarros de boca de seta*» fazem parte do espólio votivo típico das sepulturas fenícias, cf. p. ex. Aubet, Nuñez e Trellisó, 2004) quer cultuais, onde os «queimadores» duplos estão bem atestados (Maia, 2003: 68; v. tb. López Rosendo, 2006).

A cerca de 70 cm do fundo desta estrutura negativa identificou-se, no perfil Sudoeste, uma abertura com cerca de 80 cm de largura, dissimulada pelo referido revestimento argiloso, que dará acesso, segundo os dados publicados, a uma «câmara» cuja planta não pôde recuperar-se devido a constrangimentos impostos pela infra-estrutura do edifício, que teria contudo uma área identificada de cerca de 2,4 m². A soleira desta abertura encontra-se estruturada por uma fiada de pedras calcárias, e o interior da «câmara» estaria, ao que parece, pavimentado com lajes pétreas (Maia, 2003: 66).

No interior deste espaço ter-se-á recolhido, segundo as informações publicadas, um conjunto de materiais integráveis na Idade do Ferro, dos quais se encontram referenciados um *pithos* pintado em bandas policromas com quatro asas, aparentemente quebrado *in situ* (AA.VV., 2003: 252, n.º 65), bem como fragmentos de outros recipientes da mesma forma, de duas e quatro asas (p. ex. *idem*: 253, n.º 66), cerâmica de engobe vermelho, nomeadamente pratos e páteras (Maia, 2003: 68; AA.VV., 2003: 244-5, n.º 31), ânforas de tipologia fenícia ocidental, incluindo um exemplar do Tipo 10.1.2.1 de J. Ramon (1995: 230-1) enquadrável no Grupo de fabrico da Baía de Cádiz ou no do Extremo Ocidente Indeterminado daquele autor (Maia, 2003: 68; AA.VV., 2003: 253, n.º 67; cf. tb. Maia e Silva, 2004: 188).

Sempre na mesma direcção Sudoeste identificou-se uma outra abertura, desta feita com cerca de 40 cm de altura por 60 cm de largura, tendo-se assim constatado que esta câmara comunicava o «Poço 1» com o designado «**Poço 2**» (Maia, 2003: 66). Esta segunda estrutura negativa apresenta um diâmetro médio de 2,9 m e cerca de 1,10 m de profundidade. Este segundo «poço» parece, pela descrição disponível, mais estruturado que o anterior, verificando-se a existência de grandes blocos pétreos dispostos «*em rampa helicoidal*» (*idem*: 69) que se associam, segundo a responsável da escavação, a uma calçada de pedras de pequeno tamanho e dimensões regulares,

que estabeleceria a comunicação entre este «poço», a dita câmara e o «Poço 1», embora não chegue a compreender-se perfeitamente o tipo de relações entre estas várias estruturas. (*ibidem*). No interior deste «poço» recuperou-se um abundante espólio enquadável no século VII a.n.e., do qual se encontram referenciados pelo menos um *pithos* pintado em bandas, páteras e pratos de engobe vermelho, estes últimos descritos como possuindo bordos largos em aba, e uma taça virtualmente completa de cerâmica cinzenta (AA.VV., 2003: 251, n.º 59).

Finalmente, o «**Poço 3**» apresentaria, ao que parece, dimensões mais reduzidas, embora não se encontre publicada qualquer informação adicional, excepto a indicação de que se localizaria sob uma das paredes-mestras do edifício, o que naturalmente terá condicionado a sua escavação.

A adscrição cultural e, sobretudo, funcional destas estruturas negativas apresenta grandes dificuldades. É necessário salientar, a este respeito, que o «Poço 1» se encontrava colmatado exclusivamente por níveis do final do período islâmico, datados ao que tudo indica da segunda metade do século XII – primeira metade do XIII n.e. (Maia, 2003: 66) o que implicaria pensar, se se admitir uma cronologia da Idade do Ferro para a abertura do mesmo, que estas estruturas negativas teriam permanecido abertas quase dois milénios antes de serem colmatadas na Idade Média, o que não me parece de todo plausível. Será talvez mais provável, embora esta hipótese tenha um carácter meramente especulativo à falta de uma leitura estratigráfica mais pormenorizada – falta essa imputável às dificuldades levantadas pelo próprio contexto de escavação, em meio urbano e no interior de um edifício histórico –, que esta estrutura seja efectivamente de cronologia medieval, como os responsáveis da escavação chegaram a considerar num momento inicial, tendo contudo violado níveis sidéricos que, na dita «câmara», qualquer que seja a natureza desta, uma vez que se afirmou que é «...totalmente solidária com o poço, em termos construtivos...» (*idem*: 68), se encontrariam conservados, tendo-se aí recuperado materiais enquadáveis no século VII a.n.e. (*ibidem*), não sendo contudo fácil compreender que tipo de relação poderia existir entre esses níveis e aquele onde a abertura do «Poço» foi identificada.

Já o «Poço 2», por seu turno, estaria colmatado com realidades enquadáveis na segunda metade do século VII a.n.e., contendo evidências claras de acções de combustão, incluindo grandes quantidades de carvões (*idem*: 69), mas também de restos faunísticos, ao que parece de ovicaprídeos e bovídeos, mas também de fauna malacológica (Maia e Silva, 2004: 191), parecendo ele sim, neste sentido, uma estrutura de cronologia claramente sidérica. Talvez a referida «câmara» se possa, pois, a título meramente hipotético, associar antes a esta segunda estrutura com a qual também comunicava. Quanto ao «Poço 3», nenhuma consideração adicional se poderá, para já, tecer dado que a sua escavação se encontrava inviabilizada pela sobreposição da infra-estrutura do Palácio oitocentista. Cumpre ainda, finalmente, salientar o facto – de resto muito enfatizado pelos responsáveis dos trabalhos arqueológicos – de se terem identificado fragmentos das mesmas peças (nomeadamente do já mencionado «queimador») dispersos pelos três «poços», o que indicaria a interligação entre estes. Na verdade, parece-me perfeitamente admissível, à falta de considerações estratigráficas mais fiáveis que se possam apreciar por agora, que esta situação decorra de processos tafonómicos complexos, nomeadamente relacionáveis com violações dos contextos sidéricos em épocas posteriores, o que seria consentâneo com a leitura acima avançada.

Apesar dos numerosos problemas colocados pela interpretação dos contextos que tenho vindo a descrever, a qualidade dos materiais exumados e alguns dos tipos morfológicos presentes



remetem claramente para um contexto de natureza votiva, funerária ou cultural. Apesar de uma interpretação funerária para estas estruturas negativas ter sido avançada pelos responsáveis da escavação das mesmas (*idem*: 68; cf. tb. Arruda, Covaneiro e Cavaco, 2008: 25) identificando-as como sepulturas de poço – tipologia funerária conhecida em ambiente fenício, por exemplo em Laurita (Almuñecar) (Pellicer Catalán, 1962; 2007) – a ausência de evidências osteológicas (conhecidas, em todo o caso) desaconselha esta interpretação, igualmente difícil de sustentar, como os responsáveis da escavação entreviram, pela posição intra-muros daquelas, absolutamente anómala dentro do panorama funerário fenício (Maia e Silva, 2004: 191).

Na minha opinião, a única estrutura que reúne condições para ser interpretada como pertencendo à I Idade do Ferro é o chamado «Poço 2», que parece efectivamente ter sido colmatado ainda no século VII a.n.e. (*idem*: 191), e que poderá interpretar-se plausivelmente como um contexto votivo de tipo *bothros* associado a actividades culturais que terão decorrido ou nalgum tipo de *temenos* ao ar livre, como se tem sugerido (*idem*: 192) ou num santuário de tipo urbano, quiçá semelhante ao do Castelo de Castro Marim, ainda não identificado. Esta hipótese não é, de resto, em absoluto incompatível com uma eventual função funerária original ou com um também já sugerido cariz fundacional desta estrutura (Arruda, Covaneiro e Cavaco, 2008: 125).

A prática de actividades sacrificiais parece aqui fortemente sugerida pelos restos faunísticos, infelizmente referidos apenas *en passant*, e associados a numerosas evidências de combustão. Parece plausível, embora por ora completamente indemonstrável, que os animais sacrificados fossem cozinhados (e consumidos?) em área próxima, sendo os restos depois depositados nesta fossa ritual. Esta situação encontra de resto um paralelo bastante ilustrativo em El Carambolo (Sevilha), onde a fossa interpretada como «fundo de cabana» e designada Carambolo Alto por J. Mata Carriazo (1973) tem sido ultimamente reinterpretada como *bothros* associado a um santuário de matriz plenamente oriental situado no chamado Carambolo Baixo (Belén e Escacena, 1997: 112-3; Rodríguez Azogue e Jiménez Flores, 2005: 82-5). Também as actividades libatórias estão convincentemente atestadas, com a presença do «*jarro de boca de seta*», que terá contido substâncias aromáticas, e do já várias vezes referido queimador duplo.

Importa, por fim, reflectir sobre as análises que se têm empreendido sobre estes contextos, associando-os ao culto de Ba'al por via de uma leitura baseada na contrastação das evidências concretas de rituais aqui presentes com conteúdos mitográficos orientais, nomeadamente ugaríticos (Maia e Silva, 2004: 190-1). Embora sugestivas, estas propostas parecem por enquanto muito difíceis de sustentar com base nas evidências arqueológicas disponíveis; na impossibilidade, por ora, de dirimir um conjunto de questões estratigráficas que dificultam em muito a análise deste conjunto, parecer-me-ia mais prudente limitar para já a sua leitura àquilo que parece seguro, a saber, que terão existido práticas rituais, nomeadamente sacrificiais, em área urbana *balsense*, eventualmente conotadas com demonstrações cívicas, como sugeri para Castro Marim, mas também muito possivelmente com aspectos marítimos/comerciais, como têm veementemente defendido os responsáveis da escavação destes contextos (*idem*: 191). A hipótese avançada por estes autores de que a sequência deposicional, em particular as evidências de algumas acções de selagem intencional (*idem*: 192), seja testemunho de um calendário ritual formalizado é sugestiva, mas parece-me por ora inconfirmável, não sendo de excluir que se tratassem antes de acções de higienização perfeitamente justificáveis por imposições práticas.

2.b.III. Abul A (Fases I e II)

Desde a sua identificação no âmbito de trabalhos de prospecção iniciados no final dos anos 80 pela equipa da Missão Arqueológica Francesa em Portugal em colaboração com o Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (Mayet e Silva, 2000c: 9), Abul tem sido objecto de ampla atenção pela investigação. Os trabalhos arqueológicos aí iniciados em 1990 e que se prolongaram até 1997 foram objecto de numerosas publicações (Mayet e Silva, 1992; 1993; 1996; 1997; 2000a; 2000b; 2001a; 2001b), culminando com a produção de uma monografia sobre a ocupação da Idade do Ferro do sítio (Mayet e Silva, 2000c), encontrando-se assim disponível um volume muito considerável de informação, o que permitiu que se gerassem à sua volta numerosas leituras e alguns problemas interpretativos, nomeadamente no que diz respeito à sua funcionalidade, como adiante terei oportunidade de discutir.

Geograficamente, Abul implanta-se num pequeno promontório na margem direita do Sado (Figura 14), aproximadamente equidistante de Alcácer do Sal e Setúbal, os dois principais pólos com ocupação sidérica identificados nesse território (Silva *et al.*, 1980-1; Soares e Silva, 1986; *v. tb.* Mayet e Silva, 1993; 2000a). A escolha deste local só pode compreender-se contextualizando a ocupação aí identificada com a malha de povoamento regional, claramente encabeçada pelo importante pólo «urbano» que se tem vindo a revelar sob os actuais Castelo e Vila de Alcácer do Sal (Silva *et al.*, 1980-1; Arruda, 1999-2000: 64-72; Paixão, 2001; Arruda *et al.*, n.p.), cuja riqueza e dinamismo económico se encontra plasmada na vizinha Necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Correia, 1925a; 1925b; 1925c; 1928; 1930; Paixão, 1970; 1983; Arruda, 1999-2000: 72-86), e que inclui também a Colina de Santa Maria, em Setúbal, onde se identificou uma ocupação sidérica iniciada num momento precoce da «orientalização» do Baixo Sado (Soares e Silva, 1986), provavelmente como

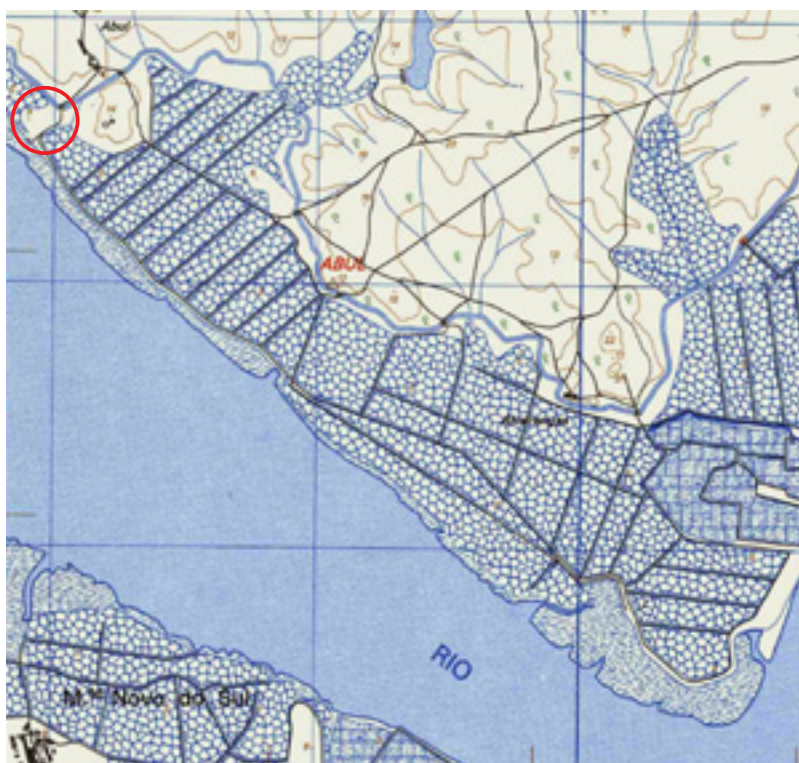


FIGURA 14 Abul na Carta Militar de Portugal – 1:25 000 (Folha 467)



resposta de Alcácer do Sal que, através da fundação de um povoado controlando a barra do Sado, assegurava o controlo do tráfego naval no Estuário deste rio (Silva, 2005: 753).

A configuração antiga do terreno na área de Abul pode facilmente ser apreendida, dado que os terrenos envolventes de aluvião, de formação recente, se encontram ocupados por arrozais, frequentemente alagados, que recordam sem esforço a linha litoral antiga. Assim, Abul implanta-se numa dupla península; o núcleo conhecido como Abul A, onde se identificou o edifício da «I Idade do Ferro» (cf. *infra*), desenvolve-se numa península de pequenas dimensões, ligeiramente sobrelevada, formando um pequeno promontório, unida por sua vez a uma península de maiores dimensões, na qual se situam os núcleos B e C.

Pela sua posição, Abul domina duas enseadas particularmente protegidas, com excelentes condições portuárias naturais, para além de controlar a desembocadura da Ribeira de S. Martinho, afluente do Sado, cuja navegabilidade em Época Antiga seria muito superior à actualidade, permitindo o acesso à Serra da Serrinha, rica em depósitos metalíferos, nomeadamente de Ferro e Cobre. É por outro lado importante recordar que, na Antiguidade, o Sado era navegável até pontos muito a montante da própria Alcácer do Sal (Ribeiro *et. al.*, 1987-8: 521-2), o que permitiria o acesso através deste rio ao rico *hinterland* baixo alentejano, abundante em recursos mineiros, mas também agrícolas, não sendo a este nível despidendo recordar que as influências mediterrâneas estão bem atestadas na rede de povoamento sidérica do Alto Sado/Mira, nomeadamente nos relativamente bem conhecidos núcleos da região de Ourique (Beirão, 1986; Correia, 1996a; Arruda, 2001).



Na zona designada pela equipa responsável pelos trabalhos no sítio como Abul A, localizada na península de menores dimensões atrás descrita e numa situação de relativa elevação, identificou-se um edifício, aparentemente isolado, com duas fases de construção bem diferenciadas cujas plantas puderam ser restituídas com bastante segurança.

O edifício da **primeira fase** (Figura 15), construído em **meados do século VII a.n.e.** e que foi utilizado durante um período muito curto, aparentemente de pouco mais de uma geração, implantou-se *ex nouo* assentando sobre o solo arenoso local e o substrato geológico. Segundo as observações estratigráficas realizadas durante a escavação, num primeiro momento da construção edificou-se um espesso muro perimetral, do qual se identificaram três dos cantos ainda *in situ*, tendo o canto Nordeste sido desmantelado no final da ocupação do sítio. Este muro desenhava um quadrado praticamente perfeito, com cerca de 22 m de lado; com uma espessura entre 0,90 e 1,10 m de espessura, alcançando contudo 1,50 m ao nível das fundações em determinadas secções, foi construído com blocos de brecha da Arrábida, muitos dos quais de aspecto rolado, plausivelmente recolhidos no litoral daquela Serra, além de calco-arenito e arenito ferruginoso (Mayet e Silva, 2000c: 134-5). O alçado do edifício, assente sobre estas fundações pétreas, seria construído em taipa.

Exteriormente, este muro era contornado por um empedrado irregular, ocasionalmente revestido com argila vermelha ou calcário esmagado, classificado pelos autores como espécie de «*glacis*», protegendo as fundações do muro da humidade ao mesmo tempo que facilitava a circulação pelo exterior do mesmo (*idem*: 135-6).

Quanto ao espaço interior, este organizou-se em torno de um pátio central (designado Sala 1), igualmente quadrado, de aproximadamente 11 m de lado, delimitado por muros com fundações

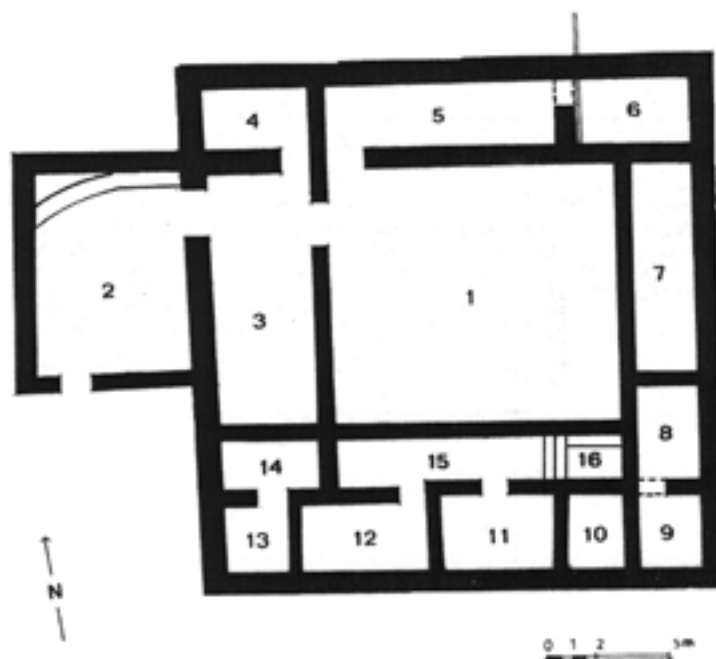


FIGURA 15 Planta da primeira Fase de Abul A (segundo Mayet e Silva, 2000a)

mais robustas que os restantes, mas infelizmente desmantelados até às fundações, sobrando nalguns casos apenas a fossa de fundação. O piso desta área encontrava-se revestido de calcário argiloso moído, de cor branca. Junto ao canto Noroeste deste pátio, um orifício aberto no muro Norte permitia o escoamento das águas através de uma canalização delimitada por blocos pétreos, que desagua no exterior do muro perimetral, evidenciando que este espaço corresponderia a uma área descoberta, com funções não apenas de distribuição do espaço, mas também plausivelmente de iluminação e arejamento do restante complexo (*idem*: 136-7).

Em torno a este pátio central, desenvolviam-se compartimentos de menores dimensões (*idem*: 137-40). A Sul, um espaço (Sala 15) alongado e estreito (8,5 x 2,5 m) dava acesso a um conjunto de compartimentos de pequenas dimensões (10 a 14). A partir da Sala 15, acedia-se: a Leste, ao espaço 16 (2,50 x 2,20 m), que parece corresponder ao vão ocupado por uma escada, plausivelmente dando acesso a um terraço; a Oeste, à Sala 14 (cujas dimensões não foram integralmente aferidas devido ao seu mau estado de conservação), que por sua vez dava acesso a outro compartimento, ligeiramente mais reduzido, a Sala 13 (3,20 x 3,20 m); ao centro, às Salas 11 (4,80 x 3,40 m) e 12 (5,20 x 3,20 m), dando a primeira, por sua vez, acesso à Sala 10 (3,20 x 2,20 m). Nestes vários compartimentos registou-se a existência de pisos de argila vermelha.

Nos restantes três lados do pátio abriam-se compartimentos mais amplos, associados a outros algo menores. A Leste, a Sala 7 (9 x 2,20 m) dava acesso a uma outra, similar, separada em duas (Salas 8 e 9, com 4 e 3 x 2,5 m, respectivamente) por um muro divisor. A Norte abriam-se três salas, uma ao centro, mais ampla (Sala 5; 9,70 x 3 m), e duas de dimensões mais reduzidas a Leste (Sala 6; 4,5 x 3 m) e Oeste (Sala 4; 4,70 x 3 m). O acesso a esta última far-se-ia já pelo compartimento ocidental, Sala 3 (10,50 x 4,20 m), cujas grandes dimensões e a sua posição, entre a entrada e o pátio central, permitem imaginar uma função de átrio. Uma vez mais, estes vários compartimentos encontravam-se pavimentados a argila vermelha (*idem*: 142).



Quanto à entrada, neste primeiro momento construtivo, fazia-se por um espaço rectangular (Sala 2), que se projectava da massa do edifício para Oeste. Esta espécie de torre (num sentido muito lato), com dimensões consideráveis (8,50 x 6/7 m) abria-se a Sul, controlando eficazmente as entradas e saídas do edifício, ao mesmo tempo que oferecia um amplo domínio visual do rio (*idem*: 140).

Também associada a este primeiro complexo construtivo parece estar uma fossa de drenagem identificada a Sul/Leste do edifício principal (*idem*: 141).

Gostaria ainda neste apartado de registar um outro aspecto adicional acerca do plano arquitectónico de Abul A: as dimensões do edifício da primeira fase (aproximadamente 22 m de lado) sugerem a utilização de um módulo arquitectónico bem definido, baseado no «côvado real» (cerca de 11 m, 20 x 0,55 cm). Este facto, aliado às evidências de uma planificação prévia, com a construção do muro perimetral antes do estabelecimento das divisões interiores, são sugestivas da existência de um plano prévio, eventualmente executado por um (ou mais) especialista(s) (*idem*: 156).

Após um breve período de utilização o edifício da primeira fase foi objecto de uma ampla remodelação enquadrável ainda na **segunda metade do século VII a.n.e.**; a construção do edifício da **segunda fase** (Figura 16) parece corresponder a um desejo de alargamento do espaço disponível bem como de reorientação da entrada no complexo (*idem*: 142). De facto, o alargamento do edifício da fase anterior implicou o desmantelamento do muro perimetral a Sul e Oeste, por um lado, e a transferência da entrada do lado Ocidental para o lado Sul. Simultaneamente, assiste-se a uma reformulação significativa do espaço interior.

O pátio central, que mantém no essencial as suas funções anteriores, é agora reduzido, passando a ter uma configuração rectangular (7 x 6,5 m) e sendo delimitado por muros de xisto verde (material oriundo da Serra da Serrinha e utilizado pela primeira vez como material de construção no sítio) (*idem*: 145), que configuram simultaneamente um corredor periférico, com uma largura



FIGURA 16 Planta da segunda Fase de Abul A (segundo Mayet e Silva, 2000a)

de 2,5 m a Oeste, 3 m a Norte e 2 m a Este, que passou a envolver o pátio e assumiu a partir de então uma função distribuidora dentro do complexo. Nos referidos muros de xisto verde abriam-se rasgadas passagens que permitiam um acesso amplo às distintas alas deste corredor periférico, que terá constituído praticamente uma galeria (*idem*: 147).

Quanto ao piso deste novo pátio, compunha-se de uma camada de argila vermelha cobrindo um empedrado constituído por seixos rolados de quartzo branco. A canalização descrita acima mantém-se em funcionamento, garantindo o escoamento das águas pluviais e testemunhando uma vez mais o carácter não coberto do pátio, tendo sido prolongada até ao canto Noroeste do novo muro delimitador (*idem*: 146). O piso do corredor periférico é igualmente revestido a argila vermelha (*idem*: 147).

Há ainda a registar nesta fase a construção no centro do pátio de uma estrutura de combustão rectangular, de 1,35 x 1,25 m, delimitada por um murete com 15 cm de largura e 10 cm de altura, em blocos de calcário ligados por argila, cujo preenchimento se compunha de uma camada de calcário moído, do tipo presente no piso da primeira fase, no centro da qual se identificou uma bolsa de cinzas. As paredes do murete que delimitam esta estrutura não são paralelas às do pátio (*idem*: 144). A sua interpretação como zona destinada à queima de essências é verosímil, mas o seu significado religioso/cultural parece, em absoluto, indiscutível, parecendo por outro lado plausível que existisse uma realidade do mesmo tipo na primeira fase, que não se conservou (*idem*: 167-8).

No que diz respeito aos compartimentos envolventes, a situação na ala Oriental e Setentrional permanece essencialmente inalterada. As mudanças mais drásticas ocorrem, portanto, na ala Ocidental e na Meridional. Na primeira (*idem*: 149-50), fecha-se a anterior entrada e o espaço da «torre» que a enquadrava é subdividido em dois compartimentos, Salas 39 e 40. A anterior Sala 3 (que terá funcionado como átrio) cresce agora na sequência da demolição do muro perimetral, configurando-se nesta fase dois espaços, Salas 35 e 38, que na verdade configuram um espaço único. A primeira daria acesso às agora designadas Sala 23, a Norte, e 40, já dentro da antiga «torre», e, através de um pequeno corredor (2 x 3 m) a Sul, à pequena Sala 37 (3 x 2 m) e à mais ampla Sala 36, que se projecta do maciço edificado para Sudoeste, da qual não foi possível recuperar a planta integral; a segunda destas salas dava acesso à Sala 39. Os vários compartimentos desta fase encontravam-se pavimentados com argila vermelha.

Relativamente à ala Sul, é sobretudo marcante a abertura da nova entrada do edifício (*idem*: 147), feita agora através de um corredor simples com 2,5 m de largura, resultante da destruição do muro perimetral e da abertura da antiga Sala 10, desembocando directamente no corredor periférico e prolongado no exterior do edifício por um empedrado de blocos irregulares de brecha da Arrábida, conservado numa extensão de 6,5 m, com 2,5 m de largura junto à entrada do edifício mas que ao distanciar-se deste se alarga até atingir 3,5 m de largura.

Imediatamente a Oeste desta entrada, à Sala 32 (correspondente à anterior Sala 11) acrescentou-se a Sul um novo compartimento, saliente em relação à fachada do edifício, configurando uma espécie de maciço possivelmente destinado ao controlo do acesso. As Salas 33 e 34, geminadas e de dimensões reduzidas, adossam-se a Oeste a este maciço, completando o panorama, agora mais complexo, da distribuição interna do espaço (*idem*: 148-9).

As evidências estratigráficas sugerem que o período de utilização do edifício desta segunda fase não terá igualmente sido muito longo, parecendo que o abandono definitivo de Abul A terá



decorrido num momento difícil de precisar mas enquadrável ainda na primeira **metade do século VI a.n.e.** (Mayet e Silva, 2000a: 79). É igualmente importante referir o facto de se ter verificado que próximo do momento de abandono do sítio se terá dado um incêndio, embora localizado, que terá afectado sobretudo o corredor que envolvia o pátio central, especialmente nas suas alas Oeste, Norte e Este (Mayet e Silva, 2000c: 147).

As plantas dos edifícios de Abul A não encontram qualquer paralelo imediato na realidade arquitectónica do Extremo Ocidente sidérico. Edifício isolado, organizado em torno de um espaço descoberto central, os seus protótipos e melhores paralelos encontram-se no Próximo Oriente: F. Mayet e C. T. da Silva encontram-nos quer na própria arquitectura doméstica quer em estabelecimentos de cariz comercial, como Horvat Rosh Zayit (Markoe, 2000 *apud* Mayet e Silva, 2000c: 158-161), embora não ignorem as semelhanças, que se vêm valorizando já desde há algum tempo, com a planta de Cancho Roano (Celestino Pérez, 1997: 382; *contra* Jiménez Ávila, 2009: 93-4), edifício cuja funcionalidade (tal como a de Abul A, cf. *infra*) tem sido muito debatida, tendo-se proposto quer uma função áulica (Almagro Gorbea, Domínguez de la Concha e López Ambite, 1990) quer uma função principalmente religiosa (Maluquer *et al.*, 1986; Celestino Pérez, 1997; 2001), sendo que esta última me parece mais bem sustentada.

A técnica construtiva é, também, tipicamente oriental, com paredes de taipa suportadas por fundações pétreas, sem mencionar a aplicação de um módulo bem definido em termos das dimensões (Mayet e Silva, 2001a), como referido acima. O emprego de materiais regionais é, por outro lado, significativo, pois traduz um conhecimento da envolvente natural alargada do sítio, bem como a frequência do litoral da Arrábida e da Serra da Serrinha.

Alguns elementos arquitectónicos merecem, por outro lado, um comentário mais alargado: é de salientar que também aqui estão presentes os pisos de argila vermelha que havíamos já encontrado em Castro Marim, com bons paralelos em diversos contextos religiosos da Andaluzia Ocidental, como Carmona (Belén *et al.*, 1997), El Carambolo (Rodríguez Flores e Fernández Azogue, 2005: 98), Coría del Rio (Escacena Carrasco e Izquierdo, 1998) ou Montemolín (Chaves *et al.*, 2000). Por outro lado, a complexa estrutura de combustão da segunda fase recorda outras realidades, como as já referidas de Castro Marim, podendo interpretar-se funcionalmente como «altar» destinado à combustão de substâncias aromáticas (cf. as ampolas presentes no sítio, *infra*) e, eventualmente, a práticas sacrificiais.

Quanto ao espólio exumado (Figuras 20 e 22)¹ é sobretudo marcante o facto de ser relativamente pouco numeroso (o que, por outro lado, se coaduna bem com a vida relativamente breve do sítio) e de se restringir quase totalmente a materiais cerâmicos (Mayet e Silva, 2000c: 67). Estão aqui representadas todas as principais séries cerâmicas típicas dos contextos «Orientalizantes»: a **cerâmica cinzenta** é numerosa, predominando as formas abertas (tigelas, taças simples e carenadas), estando contudo também atestados alguns recipientes fechados de tipo pote, pouco numerosos (*idem*: 42-51); a **cerâmica de engobe vermelho** é também abundante, estando contudo representada por um número reduzido de formas, restringindo-se quase exclusivamente aos pratos e às taças carenadas (*idem*: 33-8); a **cerâmica pintada em bandas** está presente com os característicos

¹ Optei – seguindo o critério dos investigadores que estudaram o sítio – por abordar o espólio das duas Fases em conjunto dada a sua escassez, homogeneidade e também o curto período de utilização do edifício.

pithoi mas também com Urnas «Cruz del Negro» relativamente abundantes (10 NMI) e com algumas tigelas (*idem*: 39-42); a **cerâmica comum** é logicamente predominante, destacando-se pelo número os pratos/tigelas, que perfazem cerca de 60% do conjunto; estão também presentes, em número mais reduzido, os potes e as panelas; é finalmente interessante registar a presença de quatro ampolas (recipientes para perfumes ou óleos perfumados) (*idem*: 51-3). Surpreendente é o volume de **cerâmica manual** exumada, muito significativo (cerca de 18% do conjunto), que poderá sugerir que o sítio era abastecido de cerâmica de cariz utilitário (predominam os potes, panelas e grandes recipientes), nomeadamente destinada ao uso como cerâmica de fogo, a partir de um dos pólos autóctones, seguramente Alcácer, podendo também consubstanciar a frequentação do sítio por populações locais (*idem*: 56-65). Haveria finalmente que referir o espólio **anfórico** (*idem*: 53-6): foram exumadas 63 exemplares anfóricos, todos do tipo 10.1.2.1 de J. Ramon (1995: 230-1), cuja produção se inicia no segundo quartel/meados do século VII a.n.e., prolongando-se até meados da centúria seguinte; as pastas indicam a possibilidade de que alguns destes contentores tenham sido produzidos localmente, embora predominem os exemplares importados, incluindo possivelmente alguns exemplares de produção gaditana (Grupo E de A. Schmitt, 2000: 272-3). Há também alguns exemplares de **cerâmicas industriais**, nomeadamente uma tubeira dupla, provavelmente associada a práticas metalúrgicas, pesos de rede e de tear e cossoiros (Mayet e Silva, 2000c: 65-7). Ao nível do restante espólio, não cerâmico, este é extremamente pouco expressivo, incluindo apenas um dormente de mó manual, um anzol e uma fíbula de dupla mola (*idem*: 67).

As evidências contextuais de ritual são escassas em Abul A, facto para o qual terá contribuído quer a sua curta vida, quer a rápida remodelação que sofreu quer ainda o facto aparente de o seu abandono se ter dado de forma programada, deixando para trás um espólio não muito abundante e, apesar de tudo, monótono, pouco consentâneo com a riqueza e complexidade plasmada na arquitectura do edifício. É sobretudo a presença da estrutura de combustão da segunda fase, que poderemos interpretar como «altar», que nos lança alguma luz a este respeito, embora mesmo essa bastante ténue. Poderemos apenas dizer que, à semelhança do que se verifica na vasta maioria dos contextos culturais cronológica e culturalmente afins, se terão realizado em Abul A ritos de fogo, que os autores da escavação associam, sugestivamente, à queima de essências e perfumes, podendo a este respeito, na minha opinião, chamar-se igualmente à colação o conjunto de ampolas recolhidas no sítio, dado que esta forma não é particularmente frequente nos contextos sidéricos do actual território português e que a sua associação a contextos votivos é um facto bem atestado.

Os restos faunísticos do sítio foram igualmente estudados (Cardoso, 2000), demonstrando uma predominância de ovi-caprinos e bovídeos, estando também atestada a presença de coelho, porco/javali e veado (*idem*: Tableau 31). O volume de animais atestado no local, como indica o responsável do estudo arqueo-faunístico, parece algo excessivo para a população que poderia efectivamente ter-se instalado no sítio (*idem*: 285). Não é impossível que pelo menos uma parte deste conjunto faunístico corresponda a animais sacrificados, facto contudo para já perfeitamente indemonstrável; é a este título sugestivo o facto de o material ósseo apresentar marcas de exposição ao fogo, sendo esta a única prática «culinária» bem atestada no material ósseo (*idem*: 285-6).

O aspecto que o abandono do sítio assumiu poderá também interpretar-se como revestido de algum significado particular: o abandono parece programado, com o desmantelamento de



muros pétreos e o derrube das paredes, selando assim o edifício de forma permanente; também a este título é significativo o incêndio que parece ter grassado no sítio antes do seu abandono, que encontra paralelo, embora em escala muito distinta, em Cancho Roano, onde o abandono do sítio foi acompanhado por um grande incêndio de aspecto ritualizado (Maluquer *et al.*, 1986).



A análise dos abundantes dados proporcionados pelas escavações realizadas em Abul A gerou, como referido acima, alguma discussão em torno à interpretação funcional deste edifício «singular» do Baixo Sado. Os responsáveis pelos trabalhos arqueológicos, embora assinalando com notável intuição a polifuncionalidade deste contexto, interpretam-no primariamente como *habitat*, espaço de vida, de claro pendor comercial, tendo insistido na leitura deste edifício como **feitoria** (*comptoir*), entreposto fundado por impulso exógeno, fenício, funcionando de forma eminentemente autónoma embora, naturalmente, em conexão estreita com os pólos autóctones da região, em particular Alcácer do Sal.

A. M. Arruda (1999-2000: 91; 2005b: 55-6) propôs, por seu turno, uma outra leitura deste espaço que acentuava algumas das suas características arquitectónicas – nomeadamente os pisos de argila vermelha e o «altar» da segunda fase – e sublinhava o facto de os paralelos mais próximos para estes aspectos se encontrarem nas arquitecturas religiosas do Baixo Guadalquivir (Arruda e Celestino Pérez, 2009), sugerindo assim que o edifício do Baixo Sado poderia ter funcionado primariamente como espaço cultural, embora sem negar nunca que, sob os auspícios da divindade e imerso numa atitude religiosa, este núcleo fosse também um importante pólo comercial responsável pela introdução de produtos exógenos no território do Baixo Sado e mesmo mais além através da via de penetração privilegiada representada pelo rio. Esta leitura não é, de resto, incompatível com a proposta por F. Mayet e C. T da Silva que admitem, embora em plano secundário, a existência de uma actividade cultural no sítio, justamente atestada pelo «altar» da segunda fase. A leitura de Abul A como santuário parece, por outro lado, reforçada pelo facto de, após o abandono deste edifício na primeira metade do século VI a.n.e., se ter edificado na vizinha área de Abul B um outro complexo arquitectónico, desta feita unanimemente interpretado como santuário (Mayet e Silva, 2000c: 177-229; 2001a; cf. tb. *infra*), que parece herdar a carga religiosa e prolongar a memória de Abul A enquanto espaço sagrado (Arruda e Celestino Pérez, 2009: 33).

Gostaria, chegado a este ponto, de acentuar o facto – que nunca é de mais frisar – de, no contexto do Mediterrâneo Antigo, comércio e actividade económica por um lado e, por outro, atitude religiosa não serem dissociáveis; numerosos estudos sobre as pautas de comportamento não apenas dos comerciantes Fenícios (Rodríguez Ferrer, 1988; Ruiz de Arbulo, 1997; Sáez Romero, 2009) mas também, por exemplo, dos Gregos (Domínguez Monedero, 2001) demonstram que *os próprios santuários funcionam como pivots de redes comerciais* bem como pólos estruturadores da exploração económica do território. Se pensarmos em casos bem conhecidos, mesmo através das fontes escritas, como *Gadir* (García y Bellido, 1963) ou *Lixus* (López Pardo, 1996; 2002), em que ao que tudo indica os primeiros contextos edificados aquando da sua fundação foram os respectivos templos, torna-se perfeitamente natural aceitar que numa paisagem colonial como o Baixo Sado (Arruda, 1999-2000: 97) se possa ter implantado num momento precoce um santuário que teria servido como *pivot* no estabelecimento de laços económicos e sócio-políticos com as elites autóct-

tones, laços esses legitimados pelos augúrios da divindade, num processo que não distaria muito, conceptualmente, do que tem vindo a ser defendido nos últimos anos para o Baixo Guadalquivir, em que uma autêntica «rede» de estabelecimentos de cariz quase seguramente religioso parece consubstanciar uma modalidade particular de instalação de populações orientais e de estabelecimento de contactos com os núcleos indígenas (Belén e Escacena, 1997; Belén, 2000a e b; 2001).

A questão da funcionalidade de Abul A testemunha, por outro lado, as dificuldades interpretativas que decorrem de uma aplicação simplista do binómio religioso/secular conforme o concebemos modernamente a contextos do passado; mesmo uma leitura polifuncional deste espaço não parece suficiente para traduzir a complexidade do significado de que ele se terá revestido no seu período de funcionamento. Parece-me, por outro lado, importante reflectir sobre algumas outras questões, até ao momento ainda não abordadas, relativas ao significado histórico deste edifício. Por um lado, parece-me importante ponderar sobre a sua efectiva projecção no contexto do Baixo Sado. Afirmo já que me parece plausível e sugestivo associar Abul A ao desenvolvimento de um horizonte «Orientalizante» no Baixo Sado e mesmo outorgar-lhe um papel relevante na penetração de estímulos mediterrâneos para a região de Ourique, a par do que terá sido representado também pelo Mira (Correia, 1996a).

Não estou plenamente convencido, contudo, que um estabelecimento de dimensões relativamente reduzidas possa ter sido, por si só, o responsável singular pelo pujante influxo orientalizante registado nesta área e com ecos mesmo num *hinterland* relativamente distante; às escassas dimensões do edifício de Abul A acresce o seu curto período de funcionamento, bem como o facto de o seu abandono não representar, de forma alguma, o final do fluxo mediterrâneo que alimentou, por exemplo, o florescente pólo alcacerense e a sua necrópole associada. Neste sentido não me parece absurdo avançar, não sem algum risco interpretativo à luz da escassez de dados disponíveis para a própria Alcácer do Sal (Silva *et al.*, 1980-1; Arruda *et al.*, n.p.), a possibilidade de que neste pólo se tenham instalado, num momento muito precoce (quicá mesmo anterior à fundação de Abul A) grupos, talvez relativamente reduzidos, de comerciantes de origem oriental, que estariam na génese da fundação de Abul A, dependente assim de forma mais estrita de Alcácer do Sal e que teria funcionado como espaço sacro e, simultaneamente, terreno neutro para a realização das transacções comerciais (Arruda, 1999-2000: 98). À luz da escassez de dados, repito, esta é uma proposta meramente hipotética, mas que não deixa de me parecer sugestiva.

O outro ponto que gostava, finalmente, de sublinhar relativamente ao edifício de Abul A prende-se estreitamente com o que ficou dito nos parágrafos anteriores sobre o seu carácter *polifuncional* e sobre o facto de ter, seguramente, sido frequentado por grupos com contextos culturais bastante diferenciados. Gostaria, retomando um ponto referido nas considerações metodológicas iniciais, de salientar que seguramente, mais importante do que classificar este edifício segundo critérios quasi-taxonómicos modernos, será aceitar que o mesmo terá sido essencialmente uma estrutura *polissémica*, erigida na interface física, mas também cognitiva, entre duas populações com matrizes culturais muito distintas que, dentro do *continuum* de significados de que esta estrutura se poderá ter revestido, a leram e interpretaram segundo os seus próprios critérios e a sua própria mundivisão. Apesar de ténues, os vestígios de que Abul A terá sido um contexto imbuído de um significado religioso parecem-me inegáveis, mas esse significado terá sido fluído, dinâmico, e indissociável do aspecto económico, comercial, de que este edifício se revestiria.



3.a. FRAGMENTOS DE UMA HISTÓRIA (II) O INTERIOR, DOS PRIMEIROS CONTACTOS (SÉCULOS VIII-VII) À GÉNESE DO MUNDO «PÓS-ORIENTALIZANTE» (SÉCULOS VI-IV A.N.E.)

Tem-se considerado tradicionalmente que as influências mediterrâneas que em inícios do I milénio a.n.e. chegaram ao território hoje português, produzindo como tive oportunidade de referir a «orientalização» de diversos pólos litorais que se distinguem pelo seu controlo estratégico junto à foz dos principais rios, acabaram por se difundir para áreas mais interiores numa fase mais tardia – sobretudo do século VI a.n.e. em diante – através desses mesmos rios, configurando nesses territórios do interior áreas culturalmente diferenciadas mas que comungam de um mesmo traço: a presença de elementos «orientalizantes» importantes mas de aspecto algo pontual, consubstanciando contactos mais indirectos com o Mediterrâneo que enformam um horizonte dito «Pós-Orientalizante», em que as contrapartidas do comércio com o Oriente através dos pólos litorais sustentaram a emergência de novas formas de organização social.

Este panorama, assente em dados muito circunscritos, limitados praticamente às áreas de Ourique (Beirão, 1986) e Neves-Corvo (Maia e Maia, 1986; 1996), foi recentemente alterado pelo desenvolvimento de novas investigações, que vieram revelar uma maior antiguidade das primeiras influências «orientalizantes» no interior: a identificação do povoado de altura de S. Gens, Redondo (Mataloto, 2004a), permitiu recuar para o século VII a.n.e. a chegada dessas influências ao Alentejo Central, cronologia na qual parecem também enquadrar-se pelo menos parte dos pequenos aglomerados intervencionados no âmbito das acções de minimização de impactos arqueológicos do Alqueva (Calado e Rocha, 1997; Calado, Barradas e Mataloto, 1999; Calado, 2002; Mataloto, 2004a; 2004b; Calado, Mataloto e Rocha, 2007; Mataloto, 2009; Mataloto e Matias, n.p.).

Neste momento, contudo, é sobretudo a publicação das recentes intervenções no Castro dos Ratinhos (Berrocal-Rangel e Silva, 2010) que parece impor um profundo repensar do modelo histórico vigente, ao demonstrar a existência no interior alentejano, em datas praticamente coevas das mais antigas ocupações «Orientalizantes» litorais, de um contexto de culto de clara filiação fenícia enquadrado num povoado do Bronze Final, que consubstanciará como terei oportunidade de comentar mais detidamente uma primeira tentativa de estruturar uma rota de acesso a esses territórios interiores que não aparenta ter sido bem sucedida.

Não obstante, os contactos desta região com o Mediterrâneo mantêm-se, como referi, ao longo da centúria seguinte, mas é já no século VI a.n.e. que parece haver uma intensificação da penetração de influxos «orientalizantes» para paragens interiores: por esta altura, ao longo do Guadiana, estrutura-se uma autêntica «rota» em que os contextos de culto terão um papel estruturante (Antunes, 2009), enquanto na área do Mira/Alto Sado se desenvolve uma densa rede de povoamento marcada por importantes, ainda que difusas, influências orientais (Beirão, 1986; Correia, 1996a), de que poderíamos destacar a escrita (Correia, 1996b).

A centúria seguinte assistirá, contudo, a uma retracção (pelo menos temporária) dessas influências, verificando-se uma evolução no sentido da emergência de células de poder de âmbito rural (Mataloto, 2004b; Antunes, 2008), fenómeno no qual o interior alentejano, sobretudo as áreas de Neves-Corvo e do Alentejo Central, se aproximam do mundo «Pós-Orientalizante» do Guadiana

Médio. É interessante notar como, também aqui, a apropriação por parte das aristocracias emergentes de contextos com uma elevada carga sacra e simbólica permite articular novos discursos de poder, o que demonstra como – mesmo para lá das dinâmicas comerciais subjacentes – estes contextos adquirem um elevado peso simbólico, transferível para a esfera ideológica e sócio-política.

3.b. O CORPUS DOCUMENTAL

3.b.1. Castro dos Ratinhos

Sendo desde há muito conhecida da investigação arqueológica a importante ocupação do Bronze Final do Castro dos Ratinhos, no concelho de Moura, este sítio contava-se até há pouco entre o número bastante avultado dos «ilustres desconhecidos» da Arqueologia portuguesa, sítios intervencionados precocemente, amplamente comentados, mas dos quais na prática pouco ou nada se sabia, ou sabe. Dado a conhecer por J. Fragoso de Lima, erudito local e discípulo do Professor Manuel Heleno, ainda nos anos 40 (cf. Lima, 1981) e tendo sido objecto de intervenções pontuais e nunca publicadas da responsabilidade de Wanda Rodrigues já na década de 60 (Berrocal-Rangel e Silva, 2010: 28-30), eram de facto até há pouco muito escassos os dados disponíveis sobre a ocupação do sítio, merecendo destaque na bibliografia apenas o conjunto de cerâmicas de ornatos brunidos aí exumado (Lima, 1960; Gamito, 1990-1992).

Será apenas no início do presente século que, no âmbito dos amplos trabalhos de salvamento arqueológico associados à conclusão da Barragem do Alqueva, o sítio conhecerá um projecto de

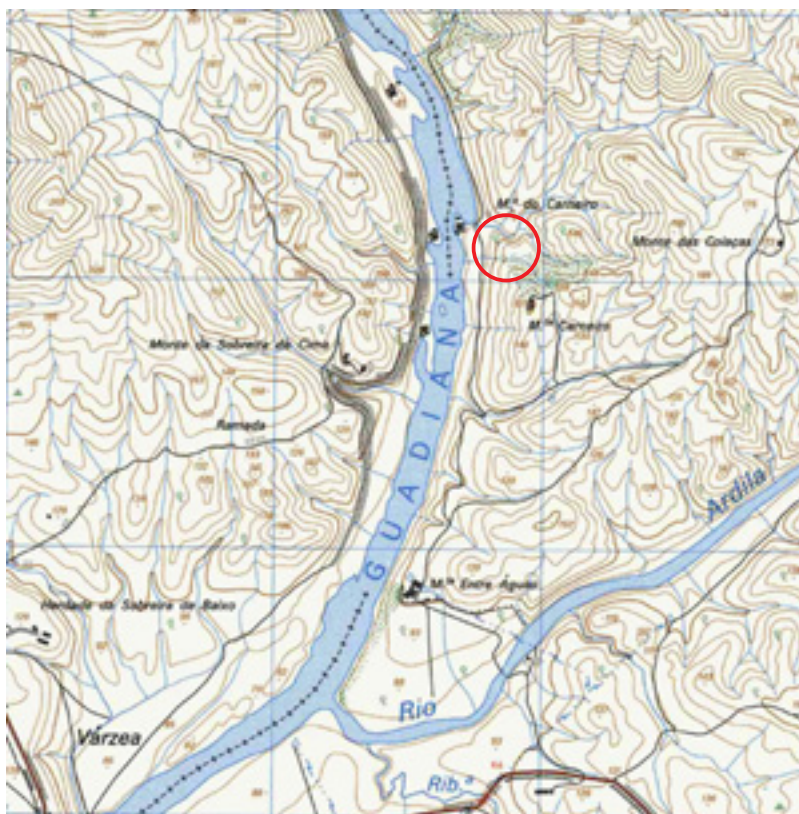


FIGURA 17 Castro dos Ratinhos na Carta Militar de Portugal – 1:25 000 (Folha 501)



investigação alargado regido por pressupostos metodológicos modernos. Embora a subida das águas do regolfo não o afectasse directamente, julgou-se pertinente – como forma de, de alguma maneira, contrabalançar as pesadas perdas de património arqueológico acarretadas pelo enchimento da barragem – realizar trabalhos arqueológicos no sítio tendentes não apenas ao seu conhecimento mas, em boa medida também, à sua musealização, criando junto ao regolfo um pólo com um interessante potencial patrimonial e turístico (Berrocal-Rangel e Silva, 2010: 19-20).

O Castro dos Ratinhos ocupa no seu território uma posição de considerável destaque (Figura 17): implantado numa colina que se ergue cerca de 150 m acima do Guadiana (isto é, atingindo uma cota absoluta de cerca de 230 m), o sítio encontra-se sensivelmente a meia distância das desembocaduras do Ardila, afluente da margem Sul do Guadiana, e do Degebe, afluente da margem Norte (*idem*: 36). Controla assim um importante nó de acessibilidades fluviais, para além de um amplo território sobre o qual revela uma visibilidade quase óptima (*idem*: 46-8 e fig.12). Não muito distantes do sítio existem solos com alguma aptidão agrícola, nomeadamente a Sul da foz do Ardila, mas é sobretudo a aptidão silvícola e pecuária do território que chama a atenção; as intervenções arqueológicas revelam, por outro lado, que os recursos minerais não seriam aparentemente objecto de uma exploração particularmente intensa (*idem*: 38-9).

Os trabalhos realizados no sítio sob a direcção de Luís Berrocal-Rangel e António Carlos Silva (Silva e Berrocal-Rangel, 2005; Berrocal-Rangel e Silva, 2007; 2010) permitiram obter um importante conjunto de informações sobre a sequência ocupacional do sítio, e nomeadamente compreender que a ocupação do mesmo se terá prolongado até um momento considerado pelos autores como de inícios da Idade do Ferro. Por razões evidentes não me deterei senão pontualmente sobre as ocupações do Bronze Final, embora gostasse de reforçar à partida a impressão de excepcionalidade que o sítio transmite: as suas amplas e imponentes fortificações, distribuídas por três ou talvez quatro linhas de muralhas (Berrocal-Rangel e Silva, 2010: 235-243), bem como a existência de uma área de «acrópole» bem delimitada e circunscrita no interior da qual se exumaram evidências de uma ocupação continuada mas não muito densa do ponto de vista espacial (*idem*: 244-258) sugere que a área habitacional onde as intervenções se centraram corresponderá a um espaço de excepção, plausivelmente uma área residencial de elite ou, o que me parece mais provável, um espaço de reunião destinado a congregar em determinadas circunstâncias as populações dispersas por um território amplo ou, pelo menos, as suas respectivas chefias. Esta perspectiva deve, contudo, ser matizada com a dimensão relativamente reduzida da área escavada.

Quanto à ocupação da Idade do Ferro no sítio, não posso deixar de expressar a relativa surpresa causada pelas realidades detectadas, que seguramente levantam, pela sua cronologia muito recuada e pelo seu contexto cultural aparente, muitas questões no que aos modelos históricos estabelecidos relativamente à colonização fenícia e ao processo histórico subsequente diz respeito. Trata-se seguramente de um desses sítios que, uma vez conhecidos, impõem um profundo repensar do paradigma histórico vigente.

Não deixa de ser difícil, à luz da relativa novidade que os dados aportados à discussão por este sítio constituem, inseri-lo no esquema de periodização pré-existente. Considerar Orientalizante *strictu sensu* um sítio onde as influências mediterrâneas se atestam apenas nalguns aspectos arquitectónicos mas não chegam nunca a assumir a expressividade, por exemplo ao nível da cultura material, verificada no litoral parece-me manifestamente difícil. O sítio revela-nos, con-

tudo, alguns aspectos importantes sobre a forma como as influências do comércio mediterrâneo penetraram no interior alentejano; é sumamente difícil avaliar a efectiva dimensão da penetração de elementos materiais e conceptuais em datas tão recuadas, sobretudo na ausência de uma malha de povoamento coetânea que nos possa elucidar sobre uma eventual fase de relações mais estreitas com o Mediterrâneo que anteceda as mais difusas influências que se adivinham no mundo propriamente Pós-Orientalizante dos séculos VII a V a.n.e.

Estas dificuldades sentidas no tratamento do sítio decorrem, de resto, do facto de este ser um claro exemplo de como as categorias classificativas que a investigação aplica ao registo arqueológico, inspiradas por uma visão evolucionista mais ou menos arreigada, são limitadas e pouco fiéis às realidades históricas: vemo-nos, por necessidades pragmáticas de discurso, obrigados a classificar as últimas fases do Castro como pertencentes à Idade do Ferro quando, no fundo, mais parece que houve uma intrusão de elementos típicos de ambientes sidéricos num mundo ainda perfeitamente conotável com o Bronze Final que, uma vez eliminadas de alguma forma essas intrusões, prosseguiu escassamente transformado na sua expressão material embora talvez o tenha sido em certa medida na sua vertente ideológica e mesmo social.



Centrarei esta análise nas intervenções que incidiram sobre a área da «acrópole», onde se identificou uma complexa sequência ocupacional onde pelo menos três fases do final da Idade do Bronze, consubstanciadas por outras tantas cabanas de planta elíptica sobrepostas (*idem*: 249-252 e fig. 123), antecederam a primeira fase dita sidérica, marcada por substanciais transformações nas lógicas de ocupação do espaço, mas também nas técnicas construtivas empregues. O foco principal da ocupação da **fase** designada **1b** parece ser um edifício ortogonal (*idem*: 188-192 e fig.89) que vem sobrepor-se à última das cabanas anteriormente mencionadas e que, pela sua concepção, representa uma clara ruptura com a tradição construtiva autóctone, relacionando-se com modelos arquitectónicos de clara filiação mediterrânea. A sua técnica construtiva, com a realização de alicerces em alvenaria bem calibrada assentes directamente no substrato geológico sobre os quais se ergueram as paredes, de taipa, é-nos já familiar e é igualmente forânea, mediterrânea (*ibidem*).

Este edifício, designado pelos responsáveis da escavação como MN-23 (Figura 18), apresenta uma planta complexa, em L, com 10,92 m de comprimento máximo por 7,80 m de largura máxima, medidas que traduzem a utilização de um módulo tipificado bem definido, utilizando como unidade de referência o chamado «côvado fenício» ou «de Ezequiel» (0,52 m); assim, o edifício corresponderia a um módulo de 21 x 15 côvados. Também os muretes de sustentação apresentam uma espessura regular de 0,52 m, isto é, um côvado. Este facto implica a existência de especialistas no local, responsáveis pela implementação do plano arquitectónico, reforçando a imagem de um contacto directo com o mundo «orientalizante» do litoral e, para além dele, com o Próximo Oriente (Prados Martínez, 2010: 267 e Fig. 128).

O corpo principal do edifício é composto por dois compartimentos, designados N3 (de maiores dimensões) e M3 (o compartimento mais interior, de menores dimensões), que compõem um volume rectangular organizado de forma simétrica em torno a um eixo Este-Oeste; o acesso a este espaço encontrar-se-ia, pelo menos numa primeira fase, igualmente centrado com este eixo, fazendo-se pela fachada oriental, isto é, pelo lado Nascente do edifício. O espaço interno



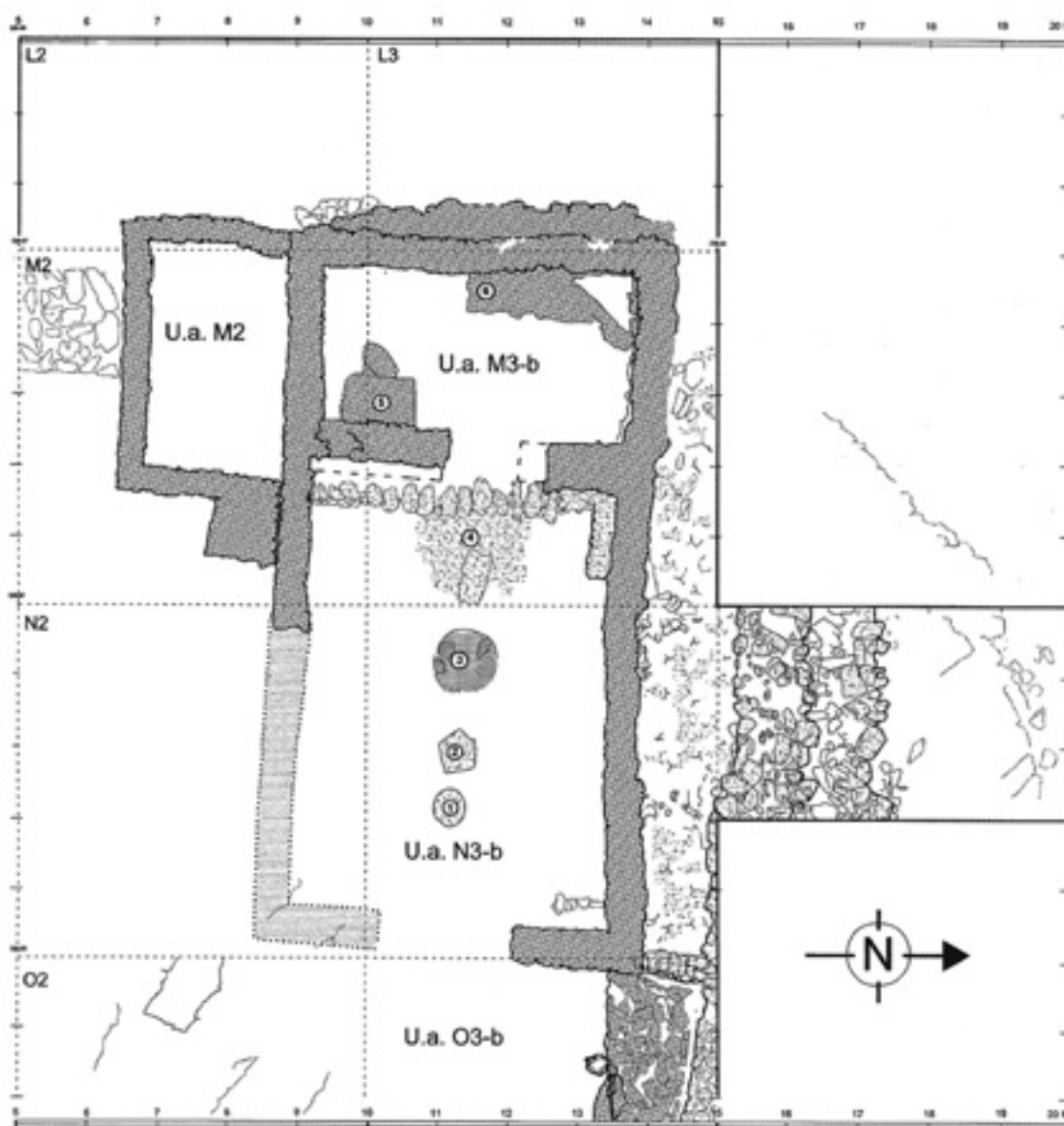


FIGURA 18 Castro dos Ratinhos – Planta do Edifício MN23 (Fase 1b) (segundo Prados Martínez, 2010)

encontrava-se pavimentado com argila vermelha, utilizada também como reboco nas paredes (cuja parte de taipa seria também de tonalidade avermelhada a avaliar pelos derrubes identificados). Noutras zonas, nomeadamente junto à passagem entre os Compartimentos N3 e M3, identificaram-se também áreas pavimentadas com lajes de xisto. Estão também presentes, por outro lado, bancos adossados às paredes, nomeadamente no ângulo Noroeste do compartimento N3 e no compartimento M3, igualmente revestidos com reboco de argila vermelha (Berrocal-Rangel e Silva, 2010: 188-192).

O eixo longitudinal deste espaço encontra-se bem assinalado por uma sequência de equipamentos sobre os quais me parece importante que nos detenhamos. Em primeiro lugar, no extremo oriental do edifício, exumou-se uma laje de xisto de configuração alongada e extremos afilados com uma das faces profusamente trabalhada (Figura 19) (Berrocal-Rangel e Silva, 2010: 319-320 e Fig. 148), tendo-se identificado igualmente o alvéolo escavado na rocha onde esta peça se terá

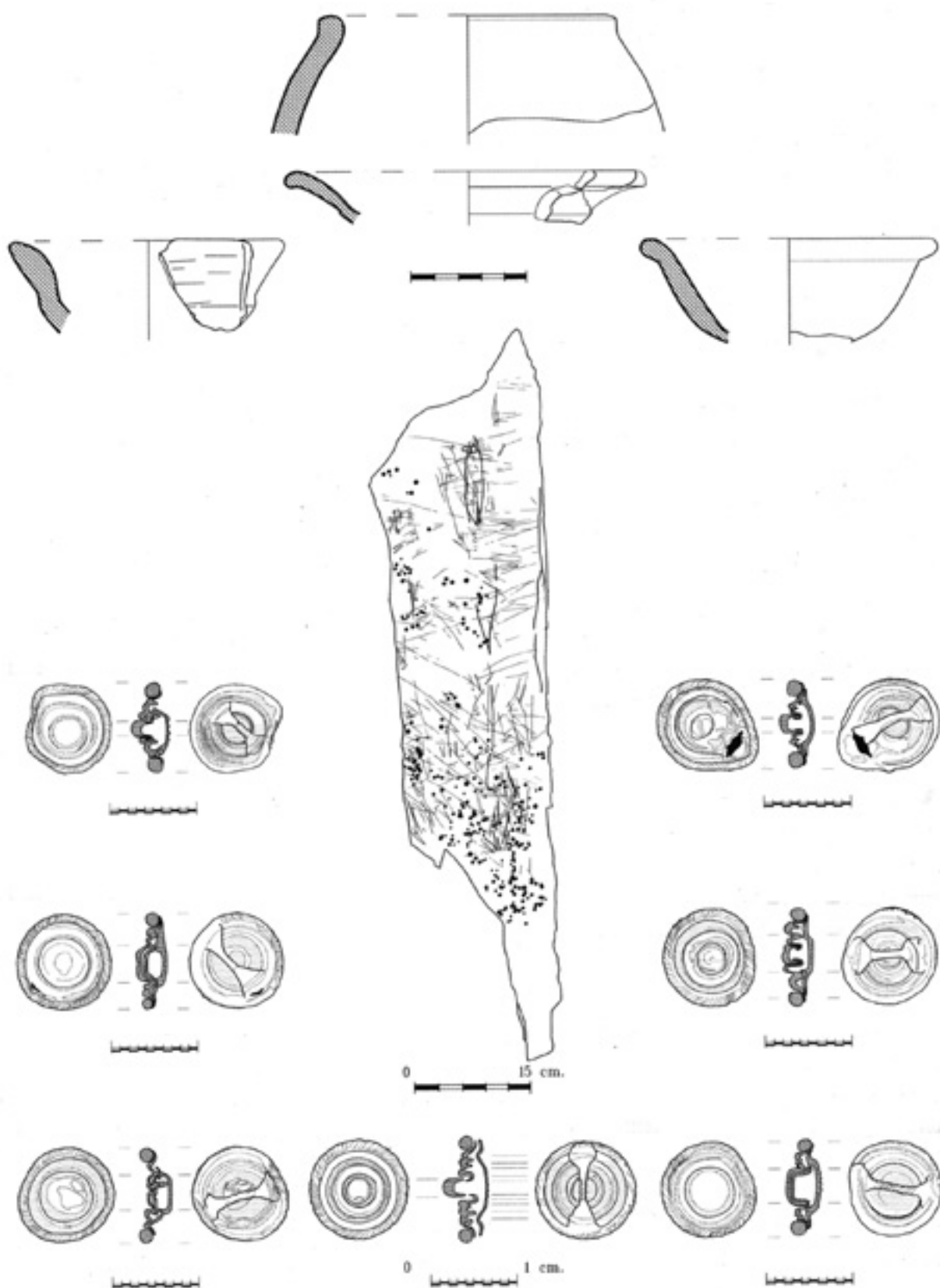


FIGURA 19 Castro dos Ratinhos – *Massebah* e conjunto votivo associado (segundo Berrocal-Rangel e Silva, 2010: 320)



implantado, na vertical, ainda com as pedras utilizadas como calços *in situ* (Prados Martínez, 2010: 273-4). Este facto levou os responsáveis do estudo do sítio a propor uma natureza betílica para este elemento, em relação também com uma determinada leitura do espaço que adiante terei oportunidade de comentar (*ibidem*). Mais adiante, sempre neste mesmo eixo, identificou-se uma estrutura negativa aberta na rocha de base, de maior diâmetro que o alvéolo antes comentado, coberta por uma laje pétrea rebaixada no seu centro; este contexto foi interpretado como servindo de sustentáculo a um poste de madeira de 20-25 cm de diâmetro, ao estilo das *asherim* dos templos próximo-orientais, elemento simbólico relacionável com a «árvore da vida» e com o complexo religioso da fertilidade/fecundidade (*ibidem*, cf. tb. Oggiano, 2005: 234). Em associação com esta estrutura negativa exumou-se ainda um conjunto de sete botões de ouro que adiante referirei com maior detalhe (Figura 19). Finalmente, sempre no eixo longitudinal deste espaço, identificou-se ainda uma estrutura de combustão circular de execução bastante cuidada (Berrocal-Rangel e Silva, 2010: 191).

Igualmente centrado com este eixo encontra-se o acesso ao compartimento interior M3, mais reservado, deste complexo, ligeiramente rebaixado em relação ao piso do compartimento N3. No interior deste, como já foi referido, identificaram-se bancos corridos adossados às paredes bem como uma estrutura de adobes com marcas de combustão, talvez interpretável como «altar» (Prados Martínez, 2010: 269).

F. Prados Martínez, no detalhado estudo que realiza sobre o edifício a que me venho referindo, enfatiza a semelhança do seu plano arquitectónico com os templos próximo-orientais de tipo *Langbau* (Wright, 1971) ou «siríaco» (Wright, 1985; 1992) e sugere que, apesar de as evidências conservadas revelarem uma divisão do espaço interno em apenas dois compartimentos, este conjunto arquitectónico poderia de facto estar dividido em três, correspondendo aos três compartimentos daqueles tipos templares orientais – *ulam*, *hekal* e *debir* (*grosso modo* equivalentes aos clássicos *naos*, *antecella* e *cella*) (Prados Martínez, 2010: 269). Assim, para este autor a um primeiro espaço, coberto, correspondente à área do chamado «bétilo» e da *asherah*, seguir-se-ia um espaço descoberto, com uma área de combustão associada espacialmente a bancos corridos; finalmente, o compartimento M3 corresponderia ao *sancta sanctorum* do conjunto, espaço reservado de elevada carga simbólica enquanto putativa residência da divindade (*ibidem*). A planta do edifício tem numerosos paralelos em todo o mundo Orientalizante do Sul Peninsular, como por exemplo em alguns espaços identificados no Carambolo Baixo onde, justamente, se admitiu uma divisão em *ulam*, *hekal* e *debir* (Rodríguez Azogue e Fernández Flores, 2005: 139), no edifício de culto de Cástulo (Blázquez e Valiente, 1985), mas também no modelo de Castro Marim (sobretudo da fase IV) (Arruda *et al.*, 2009; cf. *supra*), e no edifício A de Neves I (Maia e Maia, 1986; cf. *infra*), embora estes últimos apresentem claramente planimetrias mais simplificadas, correspondendo já a variações regionais de um modelo exógeno.

Em momento posterior à construção deste volume principal, edificou-se um outro compartimento, designado M2, adossado ao corpo principal do edifício pelo seu lado Sul na zona confluente com o compartimento M3. Este espaço, que não apresenta qualquer acesso pelo menos ao nível dos alicerces conservados, apresenta uma configuração rectangular com dimensões igualmente regulares (2,08 x 3,12 m, isto é, 4 x 6 côvados). Embora esta estrutura se encontre bastante mal conservada, sugeriu-se que poderia corresponder a um espaço com alguma projecção em

altura, que visaria dotar o edifício de um ponto elevado para efeitos rituais, mas também plausivelmente, de domínio visual. Esta hipótese, apoiada na solidez dos alicerces, é igualmente sugerida pela existência de uma estrutura de alvenaria maciça que poderia suportar a caixa de uma escada de acesso ao topo deste compartimento (Prados Martínez, 2010: 269). A configuração final do edifício desta primeira fase seria, pois, algo complexa, atestando uma certa projecção e importância do mesmo, traduzida igualmente na presença de elementos de feição «industrial» que sugerem que, à semelhança de outros contextos estudados neste trabalho, também o santuário do Castro dos Ratinhos assumiria um aspecto polifuncional.

Quanto à cronologia de construção e utilização inicial deste edifício, o estabelecimento da mesma depende quase exclusivamente de datações radiométricas visto que, como adiante terei oportunidade de comentar, o espólio recolhido no seu interior é escasso, particularmente no que diz respeito a materiais de ampla circulação que pudessem contribuir para um melhor enquadramento cronológico. Os dados radiométricos são, contudo, algo insólitos: as datas obtidas (Sac-2288 830-790 cal BC 2 σ ; Sac-2323 820-740 cal BC 2 σ ; Sac-2324 820-220 cal BC 2 σ) sugerem uma fundação muito arcaica, centrada no último quartel do século IX a.n.e. (Soares e Martins, 2010: 409-411). É conhecida a discrepância existente entre as cronologias tradicionais assentes na seriação tipológica e as cronologias radiométricas (Torres, 1998; Arruda, 1999-2000; 2005a), pelo que esta data não pode ser comparada de forma imediata com outras cronologias referenciadas neste trabalho, de base estritamente artefactual. Não deixa contudo de ser uma data bastante recuada, virtualmente coetânea das mais antigas datas absolutas obtidas em contextos litorais, como Santarém (ICEN-532 900-780 cal BC 2 σ ; ICEN-525 800-400 cal BC 2 σ) (Arruda, 1999-2000: 217-8) ou Almaraz (ICEN-926 903-788 cal BC 2 σ ; ICEN-914 898-765 cal BC 2 σ) (Barros e Soares, 2004; Arruda, 2005a). Embora uma data do século IX a.n.e. num ponto tão interior cause estranheza, visto que nesta zona as datações (convencionais, insista-se) para a Idade do Ferro não recuam para lá do século VII a.n.e. (Mataloto, 2004b), a verdade é que o conjunto crescente de datações radiométricas obtidas para contextos orientalizantes litorais demonstra a sua ainda assim maior antiguidade, remontando a (pelo menos) meados do século IX a.n.e. (Arruda, 2005a: 281-2; cf. tb. para as datações dos níveis mais antigos de Huelva, muito recuadas, González de Canales, Serrano e Llopart, 2006: 123-5) o que permitiria alguma margem cronológica para a penetração de influxos mediterrâneos para interior. Não obstante, estas datações trazem consigo substanciais implicações históricas: o Castro dos Ratinhos passa a ser o mais antigo exemplo de influência orientalizante em territórios interiores (e provavelmente o mais antigo santuário «orientalizante» até ao momento identificado em território hoje português), facto que vem corroborar a complexidade das modalidades de instalação e penetração da interface comercial fenícia que a investigação arqueológica dos últimos anos tem vindo a assinalar. É sintomático, por outro lado, que estas datas recuadas estejam associadas a um claro contexto de culto, o que conforta as hipóteses explicativas que têm defendido um papel de «testa-de-ponte» aos santuários no processo colonial (Belén, 2000a e b; 2001), de que este estudo se faz eco no que diz respeito ao actual território português.

Quanto ao espólio, e tal como acima referido, é particularmente escasso neste primeiro momento de ocupação do edifício, facto peculiar mas que parece recorrente em espaços de feição religiosa neste período como já tive oportunidade de comentar. É, por outro lado, muito significativo o facto de os **materiais cerâmicos** exumados nos níveis correspondentes a este momento de





FIGURA 20 Exemplar de recipiente do Tipo XIII (segundo Berrocal-Rangel e Silva, 2010)

e com múltiplas perfurações (Tipo XIII; Figura 20), que poderão ter funcionado como queimadores de essências (Berrocal-Rangel e Silva, 2010: fig. 91); uma peça correspondente a este mesmo tipo formal foi exumada no santuário de El Carambolo, num ambiente claramente votivo (Fernández Flores e Rodríguez Azogue, 2005: Fig. 29), podendo ainda estabelecer-se paralelos com peças igualmente perfuradas de Neves I (Maia, 2008: 359; cf. *infra*) e do sítio de Monte Metum³ (peça depositada no Museu de Moura). No Compartimento N3 estão também presentes as taças carenadas (Tipos V e VI) e os recipientes fechados (Formas IVCA e XA) bem como um exemplar de prato (Tipo I) (*idem*: figs. 93-4). Também desta área provém o único exemplar de decoração brunida do edifício, um recipiente fechado (Tipo XA) com bandas brunidas, sanefas de motivos reticulados e bandas oblíquas (*idem*: fig. 93, 2). Finalmente, no Compartimento M2 o repertório é semelhante, com taças carenadas (Tipos V/VI) e recipientes fechados (IVC) (*idem*: fig. 90).

Para além do espólio cerâmico, os restantes materiais exumados são pouco numerosos mas bastante significativos. Haveria, em primeiro lugar, que referir a presença do chamado «bétilo» antes comentado: trata-se de uma peça de xisto com 87 cm de comprimento máximo por 16 cm de largura máxima, com os extremos afilados, um dos quais se destinaria à implantação da peça no solo, na vertical. Uma das suas faces encontrava-se profusamente decorada, apresentando motivos filiformes aparentemente abstractos acompanhados de «cavinhas» realizadas por picotado. Esta peça, considerada como bétilo por aproximação com materiais exumados em distintos contextos da Baixa Andaluzia e que repercutem os cultos betílicos bem conhecidos no Próximo Oriente (Seco Serra, 1999; Belén e Escacena, 2002; Bandera *et al.*, 2004), não me parece corresponder a este tipo de peça, que normalmente têm uma configuração cilíndrica, muitas vezes de aspecto fálico. Parece-me antes, e em consonância com a provável presença de uma *asherah* neste contexto de culto, que esta peça deve corresponder a uma *massebah*, tipo de estela votiva que representa nos templos próximo-orientais o elemento masculino, em conjugação com o elemento feminino representado pela mencionada *asherah* (Oggiano, 2005: 255). Foi igualmente reutilizada neste momento, na construção do lajeado de acesso ao compartimento interno M3, uma laje trabalhada cuja face inferior apresentava também motivos filiformes (Berrocal-Rangel e Silva, 2010: fig. 92) e que deverá corresponder por isso a uma peça atribuível ao Bronze Final, não sendo

² Notações da tipologia dos materiais cerâmicos dos Ratinhos em Berrocal-Rangel e Silva, 2010: pp. 286-303 e figs. 134-6.

³ Sítio presentemente em estudo pelo Dr. Rui Monge Soares

talvez despiçando recordar um fenómeno semelhante ocorrido em Cancho Roano, em que uma estela do Bronze Final foi reutilizada num dos degraus do seu acesso principal (Celestino Pérez, 1992: 39). Também deste contexto provém um seixo de quartzo polido com a forma de um ovo (Berrocal-Rangel e Silva, 2010: 321), que poderá corresponder também a um objecto ritual, não sendo demais recordar o simbolismo vivifico e escatológico dos ovos de avestruz, presença frequente nas necrópoles fenícias e púnicas mas também em contextos de *habitat*. Ainda ao nível do espólio lítico há também a assinalar a presença de fragmentos de três possíveis dormentes de mós manuais acompanhados de um possível movente (*idem*: fig. 94).

Apenas uma outra peça foi exumada neste espaço: trata-se de uma possível fíbula de tipo «Ben-carrón» ou «Acebuchal». De facto, identificou-se uma chapa que recorda o arco de uma fíbula de um destes tipos; a presença de um rebite piramidal, possivelmente pertencente à mesma peça, reforça a possibilidade de se tratar de um exemplar pertencente a este tipo (*idem*: 304-5 e fig. 143, n.º 17).

Comentário um pouco mais detalhado merece um interessante conjunto de botões áureos (*idem*: 321-6 e figs. 149 e 150) exumados em associação na estrutura negativa subjacente à laje de sustentação da putativa *asherah*: identificaram-se sete exemplares, que corresponderão a um conjunto completo, com diâmetros entre os 1,04 e os 0,95 cm de diâmetro exterior e pesos entre os 0,35 e os 0,43g, produzidos numa liga em que o ouro é o componente maioritário, mas contendo também prata e percentagens reduzidas de cobre. Todos os botões apresentam motivos de círculos concêntricos, em torno de um levantamento em calote de esfera central, variando entre os dois e os três círculos. A calote central e os círculos obtiveram-se pela técnica do repuxado e a decoração externa pelo recurso a uma técnica próxima da filigrana, sendo ambas técnicas de origem mediterrânea. Na sua parte anterior estas peças apresentam elementos – presilhas – para aplicação a um tecido, sendo interessante referir que se recuperou igualmente neste contexto um bloco de argila apresentando justamente a impressão do que parece ser uma malha têxtil (*idem*: 322 e fig. 150). Poderíamos assim estar em presença de uma oferenda, neste caso de uma peça de vestuário adornada com botões áureos. A esta oferenda associavam-se também quatro recipientes cerâmicos: um pote da Forma XIC, e três pratos/ tigelas da Forma V (*idem*: fig. 95).



Um outro aspecto na minha opinião muito significativo prende-se com o facto de a vida deste santuário parecer ter sido particularmente curta. De facto, existem algumas evidências no sítio de convulsões mais ou menos violentas em **meados do século VIII a.n.e.**, com incêndios que afectaram sectores importantes das muralhas do sítio (Prados Martínez, 2010: 274). Inicia-se, após esse momento, a **fase 1a** em que o edifício MN23 continua a ser utilizado, tendo sofrido reparações pontuais que revelam um claro regresso às técnicas construtivas do Bronze Final, com a construção de muretes curvilíneos utilizando a técnica das lajes cravadas verticalmente, justamente a mesma utilizada nas cabanas que antecederam o santuário (Berrocal-Rangel e Silva, 2010: 156-7). A presença de mós manuais, nomeadamente um exemplar de grandes dimensões implantado justamente no centro do compartimento interior (M2) do antigo santuário, traduz a sua desfuncionalização e putativa utilização como espaço doméstico, talvez áulico ou simplesmente industrial (*idem*: 157). Estas ocupações parecem corresponder a um epifenómeno de curta duração, tendo-se estabelecido que a ocupação do Castro não ultrapassa os **finais do século VIII a.n.e.** (sempre em



datas de radiocarbono) (*idem*: 135). É também muito peculiar esta situação, pois as evidências parecem sugerir um processo histórico de *primeiro contacto abortado*, isto é, a instalação de um santuário de recorte oriental como ponto avançado de uma rota de contacto e influência que parece não ter sido bem sucedida, verificando-se a sua destruição algo violenta e posterior utilização, já sem funções religiosas, pelas populações autóctones, o que poderá bem traduzir uma lógica de sublevação social contra as influências forâneas, particularmente se estas se encontrassem conotadas com um grupo dominante que tenha, em dado momento, sido afastado do poder, hipótese plenamente especulativa mas que me parece adequar-se às evidências arqueológicas.

Paradoxalmente, os únicos registos de materiais exógenos, importados do litoral orientalizante, enquadram-se justamente nesta fase final. Trata-se, em todo o caso, de um conjunto diminuto, ascendendo a apenas onze exemplares: quatro bojos de cerâmica de engobe vermelho (pratos de aba larga e taças), quatro fragmentos de ânforas de tipos não indicados, de possível produção *malagueña*; um bordo exvasado de um jarro de lábio esquinado produzido a torno; uma taça em calote de esfera, também produzida a torno; e finalmente o bordo e colo, vertical, de uma peça de provável corpo globular fechado. Haveria ainda a referir a presença de duas peças de produção local que poderão imitar modelos de engobe vermelho (*idem*: 285-6). Estes materiais encontram-se acompanhados, naturalmente, por materiais cerâmicos de tradição local, embora também em quantidades pouco expressivas. Exumaram-se recipientes fechados (Formas IV – com decoração digitada – IXB e XIB), taças/tigelas simples (Forma III) e taças carenadas (Formas VI e VII) (*idem*: figs. 138-9). Para além dos materiais cerâmicos, é de destacar novamente a presença de mós manuais, nomeadamente a peça de grandes dimensões já comentada.



O Castro dos Ratinhos revelou um interessante conjunto de realidades que seguramente terão, num futuro próximo, importantes repercussões nos modelos históricos vigentes sobre o processo colonial fenício e a penetração da influência orientalizante para o interior do Sudoeste peninsular. A identificação do edifício MN23, cuja função religiosa parece comprovada por vários indícios, reveste-se de uma efectiva transcendência para a temática abordada neste trabalho, pois parece comprovar sem margem para dúvidas uma dinâmica conhecida das fontes clássicas e que já se vinha intuindo arqueologicamente, por exemplo, para os santuários do Baixo Guadalquivir (Belén, 2000a e b) – a abertura de novas vias de comércio e o estabelecimento de relações sócio-económicas com as comunidades autóctones andam estreitamente ligados ao aspecto religioso, funcionando os santuários como *testas-de-ponte* e pólos estruturadores de redes de contacto, influência e comércio.

O que é verdadeiramente interessante neste caso é o facto de se ter atestado para o santuário dos Ratinhos uma data radiométrica particularmente arcaica, remetendo para o último quartel do século IX a.n.e., consentânea com as datas mais antigas conhecidas para a Idade do Ferro do actual território português, nomeadamente do Estuário do Tejo, mas também da Andaluzia Ocidental, em particular de Huelva. Parece pois que a fundação de um santuário nos Ratinhos testemunha uma penetração precoce para o interior praticamente em simultâneo com a primeira vaga de expansão da influência fenícia no Atlântico, embora tudo indique que a mesma não foi bem sucedida – os materiais importados no sítio em geral são muitíssimo escassos, e a efectiva influência técnica dos construtores e utilizadores do santuário no sítio parece mínima. De facto, o santu-

ário tem uma curta vida, que parece concluir-se de forma algo violenta, sucedendo-se depois uma reocupação claramente protagonizada pelas populações locais e igualmente de curta duração. As técnicas construtivas empregues no santuário (e também na construção contemporânea de três cabanas na área circundante, com um carácter igualmente excepcional) são esquecidas, verificando-se um retorno às técnicas do Bronze Final. A metalurgia do Ferro não está atestada, e não há qualquer evidência da adopção do torno de oleiro. Dir-se-ia que o santuário surge quase como um fenómeno intrusivo sem quaisquer repercussões no perfil das populações locais.

Que razões poderão ter levado à edificação deste santuário nestas remotas paragens do interior alentejano em data tão recuada? Os recursos explorados pelo sítio não parecem, tanto quanto as intervenções realizadas permitem perceber, excessivamente ricos, e os intercâmbios comerciais parecem muito limitados. É, neste sentido, aliciante pensar que talvez a construção do santuário possa ter sido de alguma forma *encomendada* pelas elites locais do Bronze Final. A verdade é que a ocupação da acrópole nesse período é muito pouco densa, o que lhe confere um aspecto de excepcionalidade que acima tive oportunidade de sublinhar. O sítio impor-se-ia, a nível regional, como provável lugar central e a acrópole albergaria espaços de excepção, eventualmente uma residência de elite, uma área de reunião comunal ou, quiçá, um santuário regional. Não é impossível que os primeiros ecos do impacto colonial fenício e da desestabilização causada por este nas sociedades do meio-dia peninsular tenha chegado às elites desta comunidade alentejana, que estrategicamente decidem captar o potencial diferenciador acarretado pelo comércio fenício. Parece-me, por outro lado, inegável a presença de especialistas perfeitamente imbuídos do *know-how* técnico oriental, pelo menos de um ponto de vista arquitectónico, o que à partida me parece excluir uma simples mimese autónoma das comunidades do Bronze Final relativamente a realidades então em desenvolvimento em paragens mais litorais.

Em todo o caso, e independentemente das modalidades que essa acção das elites possa ter tomado, a verdade é que não parece ter sido bem sucedida: a imaturidade da rede de estabelecimentos orientalizantes, a incapacidade da comunidade local de produzir bens com procura no Mediterrâneo e um relativo isolamento do sítio, sem outros pólos de natureza semelhante prestando apoio aos viajantes, poderão ter imobilizado a projectada rota comercial, ao mesmo tempo que, por outro lado, a tentativa das elites de imporem um modelo mais hierarquizado de sociedade poderá ter resultado em tensões insanáveis, culminando em violência atestada na destruição de partes da muralha da acrópole pelo fogo e no colapso da formação social autóctone.

Será necessário um século para que as influências «orientalizantes» tornem a penetrar no Alentejo interior (Mataloto, 2004b), e cerca de século e meio mais tarde encontramos um novo contexto sacro em plena actividade, estruturando nova e desta feita efectivamente activa rota comercial, já apoiada por uma rede de estabelecimentos amplamente desenvolvida nesse entre tempo, como comentarei no ponto que se segue.

3.b.II. Azougada

Tal como no caso antes comentado do Castro dos Ratinhos, também a Azougada, igualmente no concelho de Moura, é desde há muito conhecida da investigação arqueológica mas, uma vez



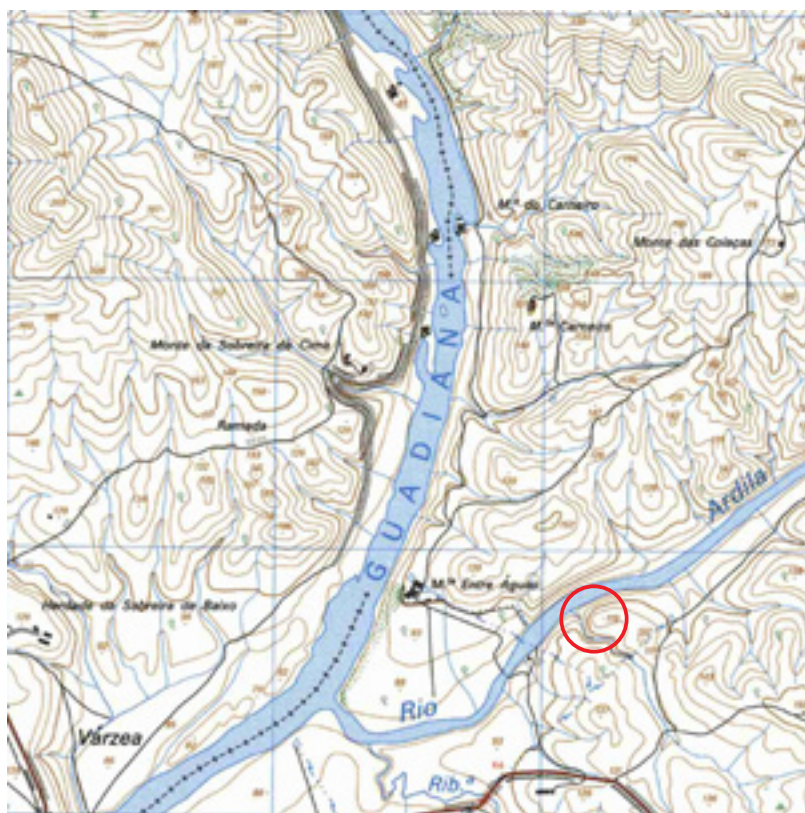


FIGURA 21 Azougada na Carta Militar de Portugal – 1:25 000 (Folha 501)

mais, a sua leitura é dificultada e, em certa medida, mistificada por condicionantes semelhantes às que afectaram aquele outro sítio. As intervenções aí realizadas, e que têm justamente o mesmo protagonista, J. Fragoso de Lima, neste caso apoiado (mais institucional que cientificamente, parece) pelo Professor M. Heleno, e que se prolongaram durante quase uma década, entre 1943 e 1953 com uma interrupção entre 1948 e 1951, foram escassamente divulgadas (Lima, 1944; 1951), tendo resultado em pouco mais que na acumulação de materiais arqueológicos nos depósitos do actual Museu Nacional de Arqueologia e do Museu Municipal de Moura.

O sítio, considerado por Fragoso de Lima como um *Castro*, logrou mesmo assim penetrar no discurso arqueológico, pelo menos a partir da década de 60 do século XX, sendo frequentemente mencionado (embora não propriamente valorizado) no âmbito da discussão sobre a proto-história do Sudoeste. Tal facto deve-se, em parte, à produção de estudos parciais sobre o espólio aí exumado, nomeadamente o armamento (Schüle, 1969) e a bronzística (Gamito, 1988a), estudos esses que tendem a enfatizar a suposta presença de uma componente *céltica* no sítio. Gerou-se, além disso, uma certa confusão sobre a própria natureza e funcionalidade do sítio ao defender-se, com base fundamentalmente em partes seleccionadas do espólio, que a área intervencionada poderia corresponder a uma necrópole (Schüle, 1969; Gamito, 1988a: 25). Ultimamente produziram-se também alguns trabalhos, uma vez mais de escopo bastante limitado, sobre materiais da Azougada, nomeadamente sobre o já famoso *smiting god* (Gomes, 1983), cujo estudo acarretou a referência *en passant* a alguns outros materiais de natureza excepcional, nomeadamente iconográficos (*idem*; Gomes, 1990). Estes estudos, incidindo como se disse exclusivamente sobre materiais de elevada carga simbólica, levaram o seu autor a propor uma natureza sacra para a ocupação da Azougada (Gomes, 2001: 107-115), que parece hoje comprovada (cf. *infra*).

De facto, só muito recentemente, com a realização de um estudo exaustivo e detalhado do espólio cerâmico exumado no sítio, se pôde, finalmente, entrever alguma luz na obscuridade a que um deficiente, para não dizer inexistente, registo estratigráfico havia votado a sequência ocupacional da Azougada (Antunes, 2008; 2009; 2010). Este estudo permite hoje, apesar das naturais limitações impostas pelos factores já comentados, reconstituir uma sequência histórica plausível que se reveste de grande interesse, bem como através do cruzamento dos dados artefactuais com outros elementos, como o modelo de implantação da Azougada no seu território, a sua posição na malha de povoamento bem como os escassíssimos dados sobre realidades arquitectónicas, proceder a uma efectiva valorização histórica deste outro «ilustre desconhecido» da Arqueologia sidérica portuguesa bem como repensar a sua funcionalidade.



A Azougada (Figura 21) implanta-se num pequeno cabeço que se ergue a 119 m de altitude na margem esquerda do Ardila, afluente da margem esquerda do Guadiana, dominando a foz daquele rio que actualmente se encontra bastante assoreada, mas que na Antiguidade se encontraria, ao que tudo indica, bastante mais próxima do sítio. Apesar de se destacar pouco no território de uma forma geral, ao encontrar-se envolta por outras elevações de maior entidade, o seu domínio quando perspectivada a partir do rio é muito significativo, impondo-se sobre o tramo final do mesmo, facto muito relevante na consideração da própria vocação do sítio (Antunes, 2010: 43-5). É por outro lado importante realçar que o sítio se implanta num território, correspondente ao Baixo Ardila, com bastante aptidão agrícola, ao passo que os territórios do Alto Ardila dispõem, por seu turno, de consideráveis recursos mineiros (*idem*: 45).

Parece hoje claro que o sítio, considerado tal como ficou dito desde a sua entrada no discurso arqueológico como sítio fortificado – *castro* –, não possuiu afinal muralhas, antes correspondendo a um sítio aberto com uma área ocupada bastante reduzida, não ultrapassando um hectare (*idem*: 441). Tal facto é também importante na discussão sobre o aspecto funcional do mesmo, que particularmente interessa ao tema do presente estudo. M. V. Gomes, que já entrevira a natureza não amuralhada do sítio, chegou a interpretar as plataformas antes lidas como taludes (Gamito, 1988a) como parte de um circuito processional (Gomes, 2001: 108), mas trabalhos recentes sugerem que pelo menos parte dessas plataformas terão sido produzidas pela acumulação de terras produzida aquando das escavações dos anos 40 e 50 (Antunes, 2010: 66).

Quanto à arquitectura exumada no sítio, pouquíssimas considerações se podem tecer visto que a escassa documentação gráfica existente sobre a mesma, constante dos cadernos de campo do Professor M. Heleno, não se encontra publicada. Existem referências à existência de compartimentos de planta rectangular, aparentemente de pequena dimensão, organizados em torno de um pátio central, plausivelmente lajeado (Gomes, 2001: 109; Antunes, 2008: 328; Antunes, 2010: 442), mas também ao facto de existirem diversas fases construtivas, não sendo de forma alguma clara a evolução das estruturas no sítio (Antunes, 2010: 442). O modelo que o sítio aparentemente patenteia é recorrente no mundo dito «Pós-Orientalizante», encontrando bons paralelos nos sítios da área de Neves-Corvo (Maia e Maia, 1986; 1996; cf. *infra*) ou da envolvente do Alqueva (Calado e Mataloto, 2008).

As considerações que se podem tecer sobre o sítio assentam presentemente, como disse, sobretudo nas análises do espólio, nomeadamente cerâmico, que permitem entrever de forma



bastante sustentada, ainda que condicionada, as dinâmicas do devir histórico do sítio que importa reter para melhor avaliar a sua interpretação funcional. Ao que parece, a ocupação do mesmo remontará pelo menos a **meados do século VI a.n.e.**, possivelmente ainda num momento final do período «Orientalizante» ou já em plena transição para o horizonte «Pós-Orientalizante». Esta fase está atestada pela presença de materiais que remetem para contactos estreitos com o mundo litoral (Antunes, 2008: 329), nomeadamente com a área do Baixo Guadalquivir mas também com a própria Castro Marim que, pela sua posição na foz do Guadiana, poderá ter agido como plataforma de abastecimento a estas áreas mais interiores da bacia daquele rio. É de notar a presença de um *oinochoe* de engobe vermelho (*idem*: fig. 2, 5) remetendo para protótipos da área dita «tartéssica» onde este tipo de objectos assume um aspecto cultural (Figuras 29 e 30).

A. S. Antunes reforça também, a meu ver de forma correcta, o facto de a implantação deste sítio escapar por completo aos modelos conhecidos para o mundo «Pós-Orientalizante» que desponta nestes momentos, e que procura em geral áreas planas e abertas (*idem*, 330), aproximando-se mais do modelo de implantação dos pólos ditos «tartéssicos» da área do Guadalquivir, nomeadamente de um conjunto de sítios onde se identificou a existência de santuários de putativa filiação fenícia (Belén e Escacena, 1996), como Coría del Rio (Escacena e Izquierdo, 2001), Carambolo (Rodríguez Azogue e Fernández Flores, 2005), Carmona (Belén *et al.*, 1997) ou Montemolín (Bandera *et al.*, 1995; Chaves *et al.*, 2000). Esta coincidência levou a autora a propor que a Azougada possa ter «...*configurado uma escala numa Rota do Guadiana, que aliaria o papel comercial ao sagrado nos momentos mais antigos da sua ocupação. Poder-se-ia assim definir como um estabelecimento-guia (provavelmente um santuário-guia) da navegação na periferia tartéssica...*» (Antunes, 2008: 330; cf. tb. Antunes, 2009).



FIGURA 22 Smiting God da Azougada (segundo Gomes, 2001)



FIGURA 23 Matriz metálica (segundo Gomes, 2001)

A sacralidade do sítio havia já sido proposta, como já tive oportunidade de comentar, por M. V. Gomes, com base numa apreciação de uma parte seleccionada do espólio exumado, com destaque para o chamado *smiting god* (Gomes, 1983) (Figura 22), mas também em alguns outros materiais de cariz excepcional e elevado valor simbólico (Gomes, 2001: 107-115). Aquele investigador inclui neste momento inicial da ocupação, além do já citado *smiting god*, uma matriz metálica (cuja matéria-prima não refere) oval figurando em baixo relevo um touro com uma palmeta sobre o dorso (Gomes, 2001: fig.3C) (Figura 23), dois prótomos metálicos, de um carneiro e de um felídeo (Gomes, 1983: 220, fig. B), possivelmente aplicações para mobiliário, os restos de uma peça do tipo dito «braseiro com asas de mãos» apresentando pega serpentiforme, um fecho de cinturão de um só garfo, uma roda de quatro raios de um possível carro votivo (Gomes, 2001: fig.3D), facas afalcatadas de Ferro (*idem*: fig. 3E), folhas e contos de lanças ou dardos, uma placa calada de cinturão figurando dois prótomos, provavelmente de caprídeos, geminados (García y Bellido, 1963; Gomes, 1983: 220, fig.A), uma placa de xisto figurando um grifo acompanhado de outras gravações de difícil interpretação (Gomes, 2001: fig.3F) (Figura 24) bem como um cantil cerâmico revestido de engobe vermelho figurando dois braços terminando em mãos (Gomes, 2001: 109-111). Inclui também nesta fase um espeto de bronze do chamado Tipo II ou andaluz (Gamito, 1988b).



FIGURA 24 Placa gravada figurando grifo de estilo «orientalizante» (segundo Gomes, 2001)



Voltando à sequência histórica e ocupacional do sítio importa referir que o espólio cerâmico denuncia o impacto da chamada «crise do século VI» verificando-se uma retracção nos materiais de importação e, sobretudo, uma rápida afirmação, a partir de finais da centúria e cristalizando na **primeira metade do século V a.n.e.**, de uma tradição oleira original, ainda que inspirada nos protótipos orientais, onde está presente por exemplo uma característica produção de cerâmica de engobe cinzento que segue e desenvolve os modelos da cerâmica cinzenta orientalizante (Antunes, 2008: 333-4); esta dinâmica é, contudo, mais abrangente, sentindo-se também na cerâmica de engobe vermelho e, sobretudo, na cerâmica manual (*idem*: 334). A Azougada aproxima-se nesta fase, por outro lado, do horizonte cultural do Guadiana Médio e da Extremadura espanhola, onde pontificam sítios como Cancho Roano (Celestino Pérez, 1997; 2001) ou La Mata (Rodríguez Dias e Ortiz Romero, 1998, Rodríguez Dias, Ortiz Romero e Pavón Soldevilla, 2000; Rodríguez Dias, 2004), sendo a este título sintomática a presença dos chamados *pratos Margarita*, até agora exclusivos daquela área cultural e aparentemente conotados com práticas religiosas (Antunes, 2008: 337-8). A presença de decorações grafitadas prenuncia, finalmente, os primeiros contactos com o mundo continental da Meseta (*idem*: 334). A esta segunda fase pertenceriam também, segundo M. V. Gomes (2001: 111), um conjunto de pequenas fíbulas anulares, bem como contas de pasta vítrea de cor azul escura, azul clara, oculadas a branco e azul de cobalto.

Uma vez mais na opinião da investigadora responsável pelo estudo do conjunto cerâmico do sítio, a retracção da rota comercial que unia a área do Guadiana Médio ao litoral terá tido implicações também na orientação funcional do sítio, «...uma vez que o seu papel sacro e comercial terá deixado de fazer sentido, na ausência das tradicionais transacções comerciais e da necessidade de um local neutro que as albergasse e protegesse» (Antunes, 2008: 338). Não é possível, contudo, defender uma dessacralização da Azougada, até porque nesta fase permanecem mesmo ao nível do espólio cerâmico (pois parece difícil estabelecer a atribuição cronológica dos elementos metálicos antes referidos) materiais com conotações rituais, como os vasos com decoração de gomos (*idem*: 338-340). Parece antes que se terá dado uma reorientação da sacralidade do espaço, com a sua respectiva apropriação pelas elites das novas células de poder rural emergentes (*idem*: 340), fenómeno que começa a ser bem conhecido na Extremadura (Celestino Pérez, 1997; Jiménez Ávila, 1997). Essa dinâmica encontrar-se-ia, na opinião de A. S. Antunes, testemunhada por alguns elementos áulicos, como os apliques de mobiliário ou a roda de carrinho votivo, bem como pela emergência de uma imagética equestre, atestada pelo fecho de cinturão e por elementos de arreios (Gamito, 1988a), podendo ser reforçada se aceitarmos a atribuição à Azougada de um conjunto de peças publicadas por M. V. Gomes (2001: 115-9), nomeadamente um passa-rédeas (Figura 25) e dois elementos decorativos figurando figuras de cavaleiros (ou amazonas), do tipo *pothnia hippon* («senhora dos cavalos») (Figura 26).

A **segunda metade do século V a.n.e.** parece ser um momento de retoma dos contactos comerciais, atestada pela chegada de cerâmica ática, estando presentes peças de verniz negro (taças Cástulo) bem como peças de figuras vermelhas atribuíveis ao Pintor de Viena 116, já da primeira metade da centúria seguinte (Rouillard, 1991; Arruda, 1997: 91-2). Também a presença de materiais conotáveis com o mundo Ibérico do Levante e Alta Andaluzia sugere esse novo florescimento comercial, estando presentes tipos tão característicos como os recipientes de orelhetas perfuradas (Antunes, 2010: fig. 169), os «tonéis» (Antunes, 2008: n.º 65), as garrafas (*idem*:

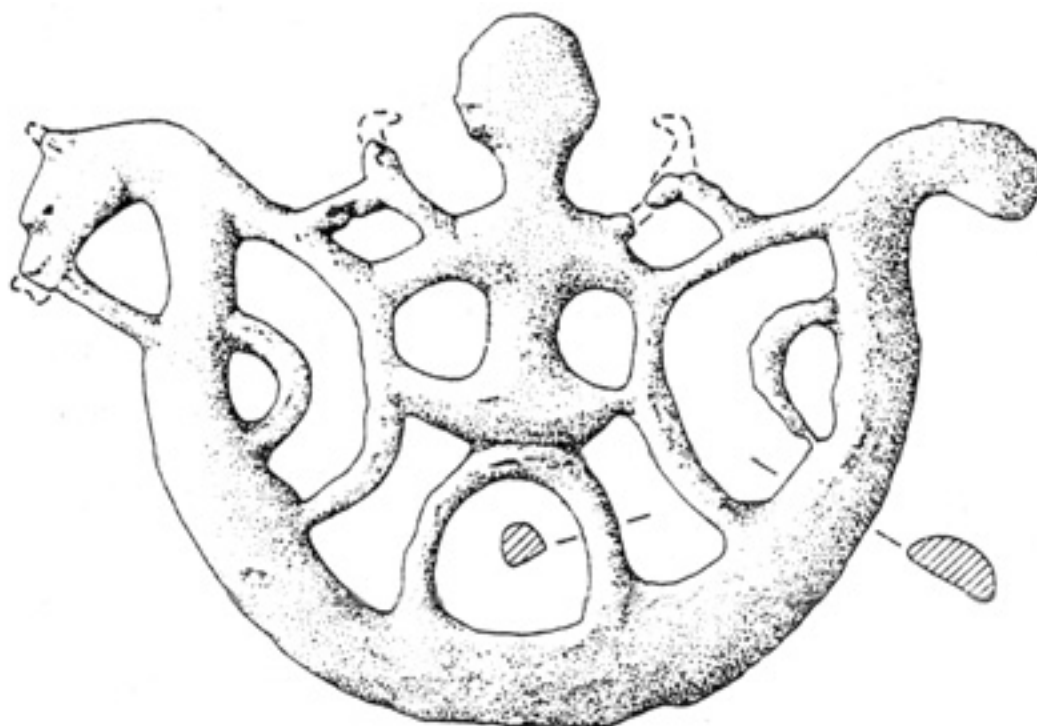


FIGURA 25 Passa-rédeas possivelmente procedente da Azougada (segundo Gomes, 2001)

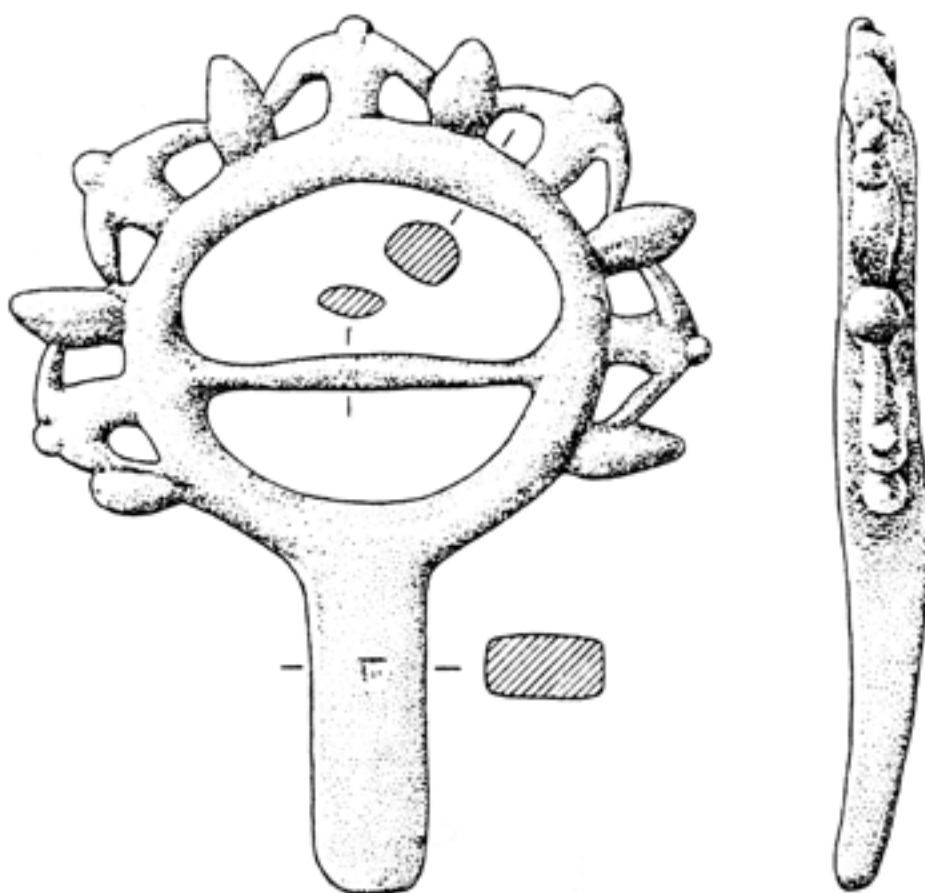


FIGURA 26 Elemento de arreio possivelmente procedente da Azougada (segundo Gomes, 2001)



n.º 33-4) ou a cerâmica pintada, onde estão presentes motivos geométricos complexos (*idem*: fig. 19).

O final desta centúria e inícios da seguinte assistem, por outro lado, à introdução de alguns elementos sugestivos de contactos continentais cujos protótipos parecem encontrar-se na Meseta, como as já comentadas cerâmicas grafitadas, mas também algumas formas particulares (Figuras 34 e 35) (*idem*: 343). Estes primeiros contactos prenunciam o colapso do mundo «Pós-Orientalizante» com a chamada «Crise de Quatrocentos» (Rodríguez Días, 1994), quer se assuma que as suas causas são de índole interna ou externa, e a génese da *Baeturia Céltica*, que resultará no abandono da Azougada que deverá ter-se verificado ainda no **primeiro quartel do século IV a.n.e.** (Antunes, 2008: 343-4).



A leitura histórica que o estudo dos materiais cerâmicos permitiu estabelecer para a Azougada, complementada com outras evidências, embora mais circunstanciais, permite pois aceitar um carácter sacro para este sítio, onde se revela uma vez mais a interpenetração entre sacralidade e comércio nos contextos da Idade do Ferro (Antunes, 2009), parecendo por outro lado muito interessante a possível apropriação dessa sacralidade pelas elites emergentes a partir de um dado momento, processo que encontra paralelo em situação semelhante proposta para o caso de Cancho Roano (Jiménez Ávila, 2005; 2009b: 75). Tal fenómeno recorda-nos o dinamismo que este tipo de contextos religiosos assume e a sua transcendência na construção de discursos de poder no seio das sociedades autóctones deste período de marcadas transformações.

Parece aceitável que a Azougada tenha funcionado, num primeiro momento, como verdadeira escala de uma rota comercial estruturada pelo Guadiana, relacionando-se nesse sentido com Castro Marim (Arruda, 1999-2000) e Mértola (Barros, 2008), entre outros sítios, assumindo-se como guia da navegação e, quiçá, como empório responsável pela distribuição dos materiais importados pela sua área de influência. Numa segunda fase, com a retracção desse comércio, o sítio e o seu carácter sacro parecem servir os interesses de uma aristocracia rural emergente que constrói um discurso de poder em que os elementos forâneos, «Orientalizantes», jogam um papel central.

A reactivação da «*Rota do Guadiana*» no **final do século V** poderá ter sustentado um último momento de esplendor destas sociedades ditas «Pós-Orientalizantes», recuperando então a Azougada pelo menos em parte o seu papel «empórico» inicial, mas quer as contradições internas causadas pela crescente complexidade social quer a pressão demográfica que parece neste momento fazer-se sentir e que culminará na formação da *Baeturia Céltica* ditarão o colapso do modelo político, social e económico que caracteriza este mundo interior, verificando-se o rápido abandono de numerosos sítios e uma profunda reorganização do povoamento (Fabião, 2001). A Azougada perderá assim o seu papel prático, de entreposto comercial, e simbólico, enquanto fulcro da construção de um discurso de poder aristocrático, sendo consequentemente abandonada logo nos inícios do século IV a.n.e..

3.b.III. A área de Neves-Corvo

A realização de trabalhos de levantamento arqueológico nos terrenos afectos ao Couto Mineiro de Neves-Corvo (concelhos de Castro Verde e Almodôvar), levados a cabo durante a década de 80 do século XX resultou na identificação, num território relativamente reduzido – cerca de 74 hectares na globalidade, dos quais apenas uma área substancialmente mais reduzida correspondente à chamada Herdade do Fialho terá sido explorada exaustivamente –, de um conjunto significativo de sítios enquadráveis na Idade do Ferro (Figura 27), dos quais só dispomos de dados concretos para três, designados Neves I, sítio interpretado como necrópole, Neves II e Corvo I, ambos classificados como *habitats*, havendo também algumas referências não consubstanciadas por qualquer documentação gráfica a uma outra necrópole designada Neves IV. Os dados gerados por estas intervenções, ao que tudo indica muito abundantes, encontram-se publicados, infelizmente, de forma muito parcial (Maia e Correa, 1985; Maia e Maia, 1986; Maia, 1987; 1988; Maia e Maia, 1996; Maia, 2008) o que dificulta uma correcta valorização histórica dos mesmos, sendo que a própria interpretação funcional dos sítios se encontra à partida muito condicionada.

Estes sítios implantam-se numa área essencialmente plana, próxima da Ribeira de Cobres, pertencente à bacia hidrográfica do Guadiana, em terrenos cujo potencial agrícola não parece, contudo, demasiado elevado. Quanto aos importantes recursos mineiros de que a área dispõe, dada a sua posição na faixa piritosa alentejana, e que justificam a exploração contemporânea, tudo indica que seriam inacessíveis pela sua natureza e pela profundidade dos depósitos para a tecnologia antiga (Fabião, 1998: 271). A lógica económica destas implantações parece, pois, escapar-nos por hora, facto a que não será alheia a ausência de uma publicação sistemática e exaustiva dos dados recolhidos no terreno.



FIGURA 27 Localização dos sítios da área de Neves-Corvo (segundo Maia e Maia, 1986)



A apertada malha de povoamento identificada neste reduzido território não deixa de causar surpresa, embora deva necessariamente ser matizada em (pelo menos) dois sentidos, um funcional e outro cronológico. Quanto ao primeiro destes aspectos, naturalmente não deveremos espantar-nos se numa dada paisagem se associarem, em estreita proximidade e conexão, contextos domésticos, funerários e votivos. Relativamente ao segundo, não devemos assumir *a priori* a contemporaneidade destes pólos, pois mesmo os parâmetros cronológicos relativamente latos estabelecidos com base na escassa informação disponível permitem asseverar que os sítios em apreço não terão sido edificadas e utilizados em simultâneo (Maia, 2008), embora haja mais que prováveis sobreposições. Antes de avançar em considerações sobre estes aspectos importa, contudo, que nos detenhamos numa apresentação mais circunstanciada destes contextos.



Aparentemente, o mais antigo dos sítios da área de Neves-Corvo será o de **Neves II**, onde se documentou uma ocupação do Bronze Final, tendo-se escavado as fundações de duas cabanas de planta oval em cujos níveis de utilização se exumaram materiais que consubstanciam esta atribuição cronológica, de que se publicaram dois punhais de rebites (Maia e Maia, 1986: Est. V), havendo também referência à presença de cerâmica de ornatos brunidos (Maia, 1988: 30). Não foi possível aferir se entre este momento de ocupação e aquele que se atestou sobre ele, enquadrável na Idade do Ferro, se verificou um hiato, mas a verdade é que as mudanças verificadas entre ambas as fases – em termos arquitectónicos, de concepção do espaço, e de espólio – é muito substancial, pelo que talvez se deva aceitar uma descontinuidade cronológica entre ambos os momentos.

Quanto à fase sidérica do sítio, interpretado pelos responsáveis da escavação como pequeno habitat, identificaram-se dois núcleos de construções (Figura 28) formados por compartimentos rectangulares justapostos que não parecem seguir um plano arquitectónico previamente definido. Parece também difícil de admitir que as planimetrias publicadas (Maia e Maia, 1986: Planta n.º 3; Maia, 1987: Est. III) correspondam a um único momento construtivo, sendo que não dispomos, neste caso, de elementos que permitam aferir a estratigrafia horizontal destes vários espaços. Mais claro parece ser o facto de que ambos os núcleos citados se articulam em torno de uma área central não edificada, que funcionaria como logradouro comum, onde a presença de duas mós manuais denuncia a prática de actividades ligadas com a agricultura (Maia e Correa, 1985: 248)

Quanto ao primeiro núcleo, mais extenso, que na planta anexa designamos como (A), é de notar a existência de um volume principal, constituído pelos Compartimentos 3, 5 e 13. Destes, o Compartimento 3 parece corresponder, segundo as observações dos responsáveis pelos trabalhos no sítio, a um espaço de aspecto doméstico, no interior do qual se identificou contudo uma área de combustão muito bem estruturada, com uma moldura pétrea quadrangular cujo interior se preencheu com seixos rolados ligados com argila, formando a área de combustão propriamente dita (*idem*: 247 e Fig. 4). O Compartimento 5 é interpretado como espaço de armazenagem, referindo-se que dispõe de um banco corrido adossado às suas paredes (*idem*: 248). Também o Compartimento 4, contíguo ao 3 pelo seu lado Sudoeste, corresponderia, na análise daqueles autores, a um espaço de cariz doméstico, onde novamente se identificou uma estrutura de combustão que parece, pelas plantas disponíveis, possuir também um certo grau de estruturação (*idem*: 247). Aparentemente, o nível de ocupação associado a estas lareiras dos Compartimentos

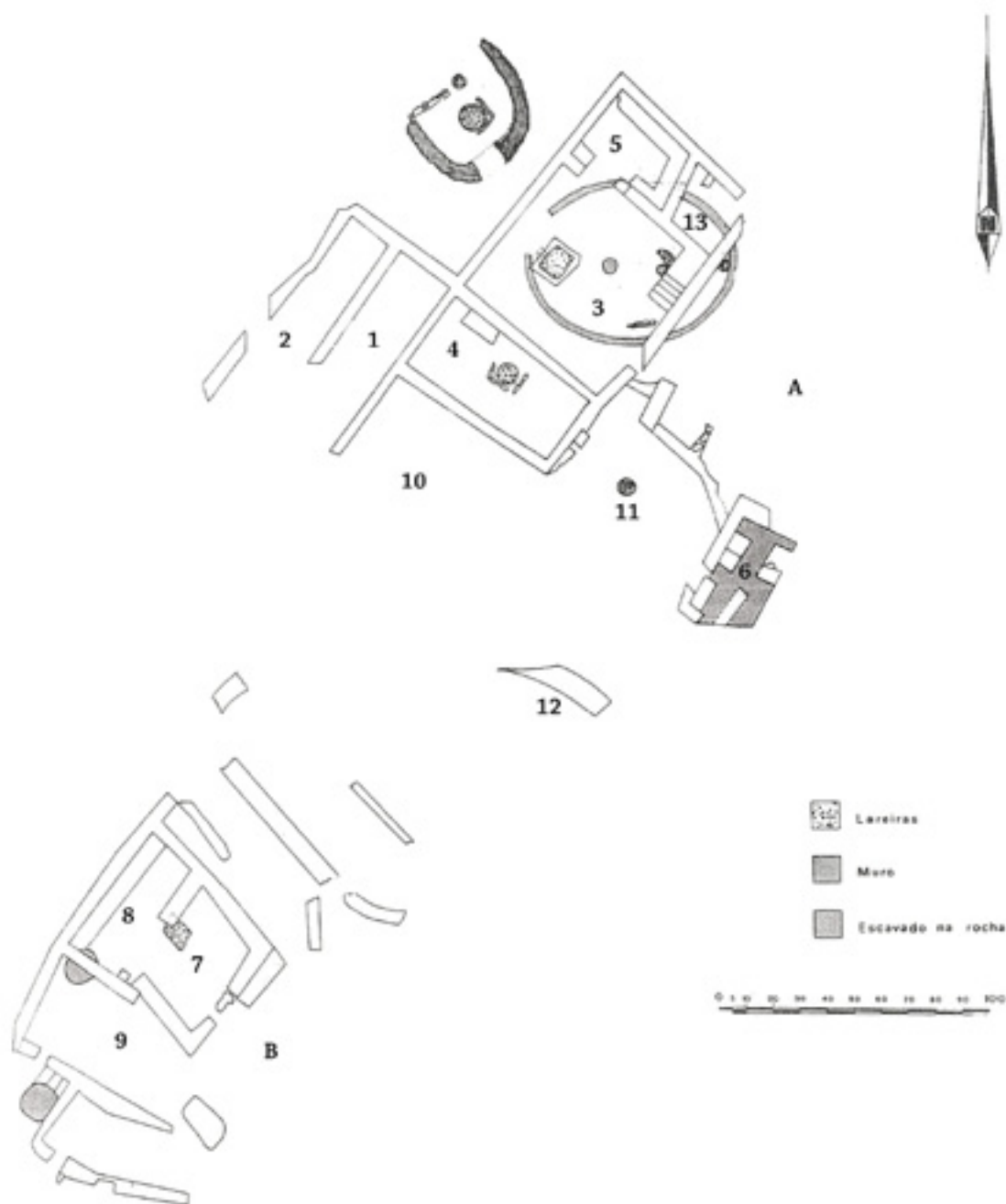


FIGURA 28 Planta de Neves II (segundo Maia e Maia, 1986, adaptado; numeração própria)

3 e 4 apresentaria pisos de argila vermelha de boa qualidade (*idem*: 260). Na leitura avançada por M^a. Maia, ao Compartimento 4 corresponderia a área de armazenagem designada Compartimento 6 (*idem*: 248) que apresenta características peculiares dentro do conjunto do sítio: trata-se de um espaço cujas fundações foram escavadas na rocha e que se interpretou como «...«*despensa*» o casi «tesoro», dado que aquí recogimos los únicos fragmentos de cerámica ática (kylix de tipo Cástulo) de todo el poblado...» (*ibidem*). É também peculiar pela sua arquitectura, com «...una planta interior (...) compleja, con nichos y una cista hecha de piedras colocada de canto» (*ibidem*). De notar que o bloco central formado por estes vários compartimentos se sobrepõe directamente às cabanas do Bronze Final acima comentadas. Quanto aos dois compartimentos de configuração



alongada que se adossam a este volume, designados 1 e 2, e que merecem um comentário mais aprofundado, a eles tornarei mais adiante.

No que diz respeito ao bloco (B), este parece desenvolver-se em torno dos Compartimentos 7 e 8, havendo indicações de que o primeiro corresponderia a uma área de cariz doméstico e a segunda a uma área de armazenagem onde se repetem os bancos corridos adossados às paredes (*idem*: 247-8).

Os já mencionados Compartimentos 1 e 2, sobretudo o primeiro, apresentam um conjunto de particularidades que me parecem dignas de nota no conjunto de evidências do sítio. Desde logo, nos níveis de abandono e derrube do Compartimento 1 exumou-se uma epígrafe inscrita com caracteres do Sudoeste que, pela sua morfologia, representa uma acentuada peculiaridade no conjunto dos monumentos inscritos com este semi-silabário: trata-se de uma placa, e não de uma estela como a maioria das peças congêneres, tendo-se sugerido que esta possa ter estado fixada à parede do compartimento, o que não parece de todo comprovado (*idem*: 245-6). Quanto ao espaço interno, é de salientar que, pelo menos num dado momento de utilização, este se encontrava pavimentado com argila vermelha, tendo-se por outro lado notado a escassez de espólio aí registada: «...este compartimiento (...) no tiene elementos estructurales que permitan atribuirle finalidades domésticas o utilitarias, pudiendo la total ausencia de expolio en su interior ser indicativa del carácter excepcional de su función» (*idem*: 249)

Quanto ao espólio exumado neste sítio, os dados de que dispomos são muito escassos. Referimos já acima a presença de **cerâmica ática** no Compartimento 6, com uma única peça, uma *kylix* do tipo conhecido como taça Cástulo (Maia e Correa, 1985: 248), situável no **terceiro quartel/final do século V a.n.e.** Neste sentido apontam também os **contentores anfóricos** exumados no sítio (Maia, 1987: Est. VII), e enquadráveis nos tipos Maña-Pascual A4 e Pellicer B/C. Todos estes materiais provêm contudo, ao que parece, de níveis enquadráveis num momento médio da vida do sítio, não havendo quaisquer dados no sentido de datar as suas fases sidéricas mais antigas, que, atendendo ao *terminus ante quem* estabelecido pelos dados mencionados acima, se dataram, hipoteticamente, de um momento de **finais do século VI a.n.e.** (Arruda, 2001: 274). Igualmente problemática é a data de abandono do sítio, cuja vida se poderá facilmente ter prolongado até **inícios do século IV a.n.e.**

A interpretação deste sítio resulta algo difícil, mas independentemente da natureza global do mesmo (que me parece poder corresponder efectivamente a um *habitat* como reiteradamente defenderam os responsáveis da escavação [ainda recentemente Maia, 2008: 358-9] embora de características particulares e de cariz marcadamente excepcional) o que parece certo e não tem sido posto em questão, tanto quanto eu saiba, por nenhum autor, é a atribuição a uma função ritual, cultural, do Compartimento 1.

Este espaço é, de uma forma geral, pobre em evidências contextuais dos possíveis ritos aí realizados. A sugestão de que a epígrafe aqui exumada possa ter constituído um elemento cultural, ainda que sugestiva, parece difícil de comprovar com os dados disponíveis, sendo de resto inédita a utilização da escrita como foco de culto nos ambientes culturais «Pós-Orientalizantes» em que Neves II se inscreve. Por outro lado, o grande argumento para considerá-lo um espaço de excepção é justamente a ausência de espólio, que poderá consubstanciar uma situação de frequência reservada ou de limpeza sistemática antes do abandono, repetindo situações que encontramos já

em Castro Marim. As estruturas de combustão exumadas no sítio, apesar do seu carácter altamente estruturado, afastam-se do modelo típico de «altar» que encontramos em Castro Marim ou Abul A e que se repete em variadíssimos contextos da Baixa Andaluzia, como tive já oportunidade de comentar noutro ponto deste trabalho e repetirei adiante de forma mais circunstanciada. O facto de estarem presentes três destas estruturas em igual número de compartimentos parece-me dificultar uma leitura religiosa dos mesmos, como a própria M^a. Maia sublinhou (Maia, 2008: 358), embora sem dúvida ateste uma vida comunal de características desenvolvidas.



No sítio designado **Neves I** (cf. sobretudo Maia, 1987) exumou-se um conjunto de estruturas de configuração complexa (Figura 29) que a falta de uma análise fina das fases construtivas do sítio torna muito difícil de avaliar. Tal como nos restantes sítios desta área pôde-se identificar neste núcleo uma forte influência mediterrânea e oriental, consubstanciada não só na cultura material, de que infelizmente conhecemos apenas uma parte reduzida, circunscrita quase totalmente a materiais exóticos e algumas importações de carácter sumptuário (cf. *infra*), mas também na técnica construtiva, que já nos é familiar – paredes de taipa erguidas sobre alicerces pétreos.

A planta publicada é pouco expressiva no momento de avaliar a organização do espaço edificado deste núcleo, parecendo que a planimetria apresentada traduz um palimpsesto de construções não necessariamente coetâneas. Algumas observações dos responsáveis da intervenção

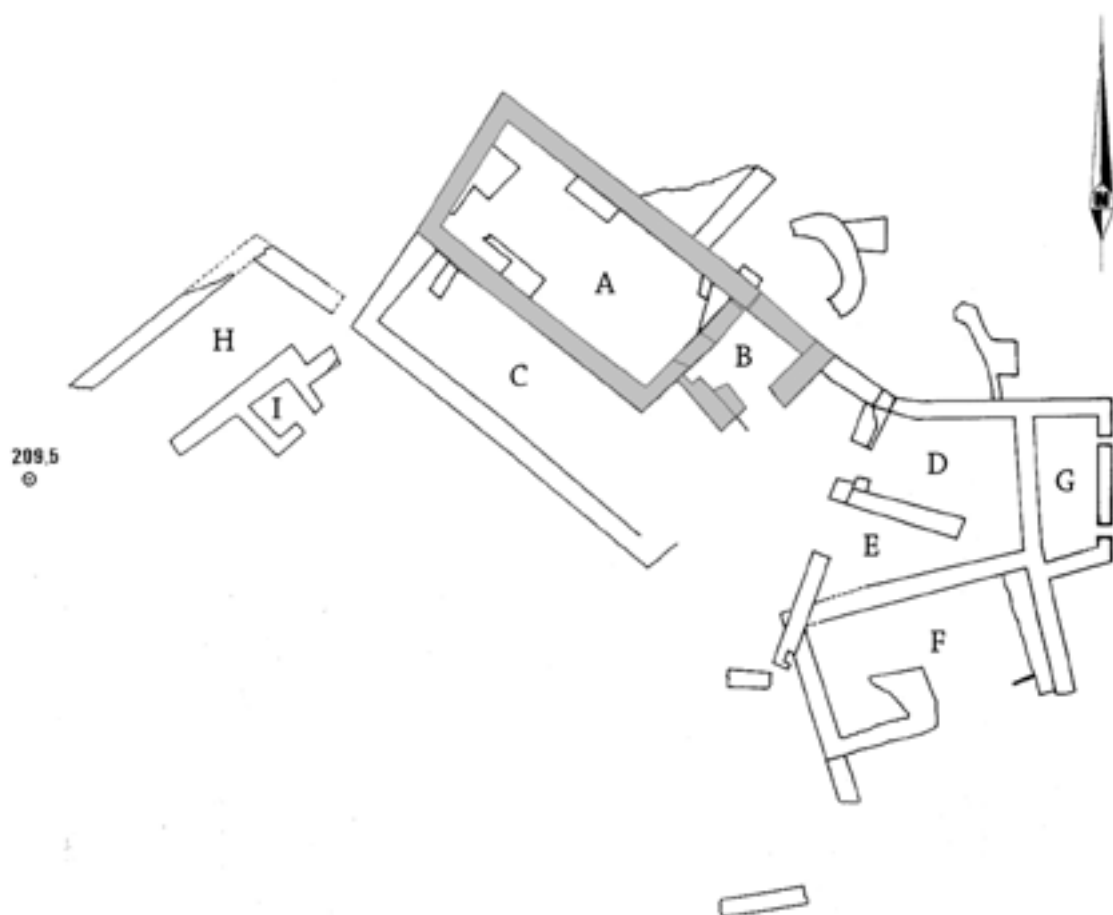


FIGURA 29 Planta de Neves I (segundo Maia e Maia, 1986, adaptado); a cinzento, proposta de identificação do núcleo central do sítio



arqueológica no local reforçam esta ideia, tendo-se afirmado que «[a]s construções (...) justapõem-se e imbricam-se...» (Maia, 1987: 229). Depreende-se, contudo, de uma leitura atenta das referências dos responsáveis pela escavação que o fulcro e plausivelmente a secção mais antiga do complexo arquitectónico corresponde ao designado compartimento (A) (*ibidem*). Este, de configuração rectangular e com 7,4 m por 3,2 m, apresentava no seu interior uma sequência ocupacional complexa. M^a. Maia refere que, no momento inicial da sua construção, «...esta sala foi totalmente cerrada...» (*idem*: 233), facto que me parece peculiar, não sendo impossível que o acesso ao espaço pudesse abrir-se apenas na parte de taipa dos muros, hipótese que não pode com os dados disponíveis ser confirmada ou negada. O seu interior encontrar-se-ia, nesta fase, pavimentado com uma camada de argila vermelha compactada, onde se abria uma estrutura negativa escavada na rocha em cujo interior abundavam carvões, cinzas e esquirolas de osso. No centro deste compartimento identificou-se a mais antiga das peças designadas *larnakes*, a B (*idem*: 229 e Lám. IV-VI), «...isolada numa cavidade quase seguramente intencional, na rocha irregular...» (*idem*: 233). Esta peça de cerâmica grosseira, apresentava uma morfologia peculiar, que levou a que se considerasse «...como um «capeamento» comparável a alguns cipos funerários do período romano...» (*ibidem*), parecendo de facto não se tratar de uma caixa num sentido estrito, como a peça A (cf. *infra*). Tornarei mais adiante à sua decoração, de um certo barroquismo, e às conotações simbólicas da sua forma para sobre eles tecer alguns comentários adicionais.

Num segundo momento abriu-se um acesso a este compartimento na sua parede Sul-Sudeste. Talvez a edificação do Compartimento (B), justamente anexo a esta abertura, possa corresponder a um mesmo momento construtivo, funcionando aquele desta forma como espécie de átrio ou vestíbulo do Compartimento (A). Os níveis de ocupação anteriormente descritos foram, ao que tudo indica, selados por uma camada estéril, designada 4^a camada, sobre a qual se dispôs novo piso de terra batida. Novamente no centro deste espaço, exactamente sobre o anterior, identificou-se quebrado *in situ* o *larnax* A, desta feita uma autêntica caixa paralelepipedica, de forma e concepção mais simplificada que a peça B, com uma tampa que reproduz a típica forma da pele de boi estendida, também designada «de lingote cipriota» (cf. *infra* e tb. considerações de M^a. Maia, 1987: 237-9). Este recipiente encontrava-se enquadrado por uma estrutura pétrea de aspecto tosco de tendência circular. Também nos níveis associados a este segundo momento de ocupação se documentou a «... presença de muitos carvões e cinzas, além de um numerosíssimo espólio arqueológico» (*idem*: 233).

Quanto ao restante complexo arquitectónico, os dados para a apreciação da sua efectiva articulação cronológica são sumamente escassos. Ao que tudo indica, numa fase de expansão do espaço construído, ter-se-ão adossado ao Compartimento (A) os Compartimentos (B), já mencionado, e (C), espaço de configuração alongada que o acompanha pelo seu lado Sul-Sudoeste. Sobre as realidades identificadas no interior destes, sabemos apenas que no centro do Compartimento (C) se identificou um grande recipiente de manufactura local enquadrado por uma estrutura pétrea do mesmo tipo da existente em torno do *larnax* A.

Mais complexo parece, com os dados publicados, tentar aferir a forma como o bloco formado pelos Compartimentos (A)-(B)-(C) se articularia com esse outro que se desenvolve em torno do espaço (D), quer em termos construtivos quer do ponto de vista cronológico. A orientação deste Compartimento (D), ligeiramente distinta da do Compartimento (A) e circunstantes, poderia suge-

rir que o mesmo não é de construção coetânea com os Compartimentos (B) e (C) – seguramente, pelo que se pode extrair das referências já citadas, não o será do (A). Parece, contudo, que a configuração plasmada na planta publicada não é igualmente a original, visto que se escreveu que «...no último período de ocupação, era dotado igualmente de um átrio que comunicava com o recinto propriamente dito...» (*ibidem*), sendo que não chega a compreender-se se esta referência diz respeito ao espaço que designo na planta anexa como (E) ou ao espaço aberto que separa ambos os blocos construtivos. A análise da planta sugere que a compartimentação entre os espaços (D) e (E) sobrevém depois de um período inicial em que os dois espaços estariam unidos num grande espaço aberto, depreendendo-se também que essa configuração implicou talvez a afectação da estrutura do Compartimento (F). Todas estas considerações são, contudo, meramente hipotéticas na ausência de dados estratigráficos mais claros e concretos publicados. A situação é ainda mais difícil para os Compartimentos que designei (H) e (I), dos quais virtualmente nada sabemos.

Dito isto, tecer comentários à configuração do complexo arquitectónico de Neves I é sem dúvida uma empresa arriscada e muito condicionada, mas o que parece evidente é que todo o complexo se desenvolveu em torno de um único edifício de planta rectangular simples, ao qual se adicionou em fase posterior um pequeno compartimento com putativas funções de átrio ou vestíbulo. A planta formada pelos Compartimentos (A) e (B) também já não nos é estranha, recordando os santuários das fases III e IV de Castro Marim, acima comentados, bem como o do Castro dos Ratinhos. Trata-se sem dúvida de uma planta arquitectónica que, pese a sua simplicidade e consequente polivalência, que não nego, está bem representada em contextos de culto de matriz oriental no Sudoeste da Península Ibérica, como a propósito daqueles santuários do território português tive já oportunidade de referir (cf. tb. *infra*).

Quanto ao espólio exumado neste conjunto, são poucos os comentários que poderemos tecer, visto que apenas se divulgaram algumas peças, exclusivamente de cariz exótico e sumptuário, sendo escassos os comentários que permitem associá-las a um contexto específico. Estamos informados quanto à presença de **cerâmica ática** no sítio, representada por dez fragmentos de *kylikes* de verniz negro enquadáveis, ao que parece, na segunda fase de ocupação do Compartimento (A) (*idem*: 237 e Lám. XI, n.º 1), que permite remontá-la a um momento centrado no **terceiro/último quartel do século V a.n.e.** Do mesmo contexto provém um contentor anfórico bem conservado enquadrável no Tipo B/C de Pellicer (*idem*: Lám. XI, n.º 2), que não será exemplar único (*idem*: 237), bem como um pequeno recipiente de tipo unguentário de produção local (*ibidem* e Lám. XI, n.º 3). Dos mesmos níveis provém também duas contas oculadas de pasta vítrea (*idem*: 237). Quanto ao restante espólio, dispomos apenas de referências a grandes recipientes de produção local na passagem entre os Compartimentos (A) e (B) e no centro do Compartimento (C) (*ibidem*).

Recentemente foi também dada a conhecer uma pequena peça (Figura 30), interpretada como representação zoomórfica (Maia, 2008: 358 e Fig.3): trata-se de uma peça ovóide, oca e fechada, com o bordo modelado que assume um aspecto lobulado que, segundo M^a. Maia recorda o focinho de um suídeo e perfurações que esta autora interpreta como pontos para a aplicação de cerdas. Na minha opinião esta peça deverá antes aproximar-se das peças perfuradas do Castro dos Ratinhos (Tipo XIII, Berrocal-Rangel e Silva, 2010: fig. 91), putativos queimadores destinados à combustão de substâncias aromáticas, com paralelos no santuário de El Carambolo (Fernández Flores e Rodríguez Azogue, 2005: Fig. 91). Não dispomos de indicações quanto ao tipo de espólio



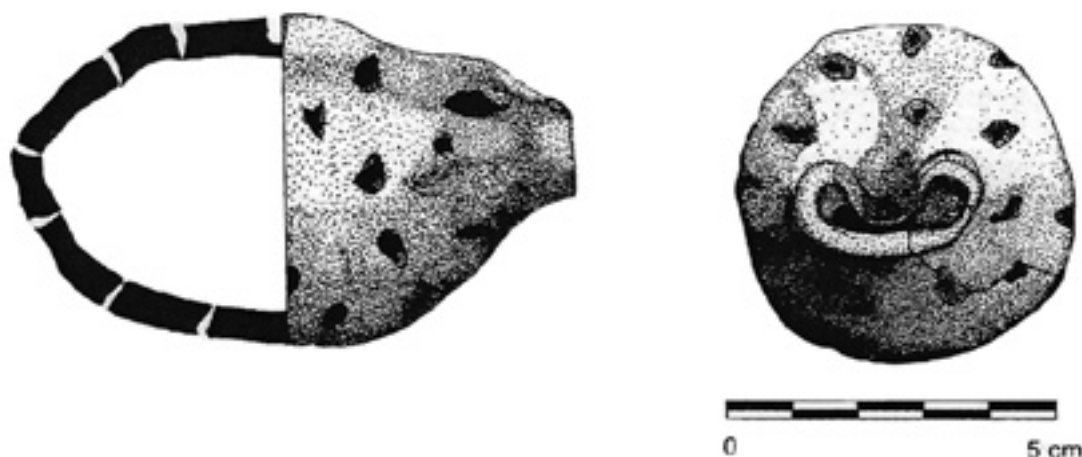


FIGURA 30 Elemento figurativo de cerâmica de Neves I (segundo Maia, 2008)

que poderá ter-se exumado associado aos contextos da primeira fase, pois parece que esta de facto era extremamente avara em materiais (Maia: 1987: 237), facto que me parece merecer alguma atenção pois provavelmente corresponde a uma lógica semelhante à que encontramos já em Castro Marim e Abul A, com a reestruturação do espaço a ser precedida de uma recolha de todos os materiais presentes no seu interior, e ecoa também o registado no Compartimento I de Neves II.

A realidade identificada no interior do Compartimento (A) sustentou a interpretação, ainda recentemente reiterada (Maia, 2008), de Neves I como necrópole, atribuição funcional essa que assentava num conjunto de premissas, a saber:

- «1. Presença de carvões, cinzas e esquirolas ósseas no interior da peça (A) e sob a peça (B).
2. Existência da estrutura envolvente da peça (A).
3. O espólio que estava disposto sobre e junto da estrutura envolvente e que era constituído, entre outras peças de cerâmica, por: a) um fragmento de parede lateral de um kylix ático de verniz negro, relacionado, por hipótese, com a libação fúnebre; b) um anforisco ou alabastron em argila cozida, de tradição fenício-púnica, embora de fabrico local (...); c) uma ânfora de origem ou tradição púnica, contendo grande quantidade de cereais carbonizados (...).
4. Presença de um grande vaso de manufactura local sobre a soleira da porta de comunicação entre o átrio e a grande sala rectangular.
5. Distribuição dos vasos de grandes dimensões (ânforas e potes) ocupando os ângulos do edifício (...).
6. A estrutura e semelhança do compartimento contíguo (...) [que] tem a sua zona central ocupada por um grande pote de aba revirada de manufactura local e protegido por uma estrutura envolvente idêntica à da divisão principal» (Maia, 1987: 240).

A classificação do sítio como necrópole causou estranheza à própria responsável da intervenção arqueológica, que admite que Neves I tem «...características muito *sui generis* relativamente à cultura do SO...» (Maia, 1988: 36). A. M. Arruda (2001: 281-2), por seu turno, argumentou em favor de uma interpretação alternativa para este registo arqueológico tão *sui generis*, sugerindo o seu carácter cultural, religioso, tendo enfatizado as similitudes entre o registo aqui exu-

mado e o do sítio *extremeño* de Cancho Roano (Maluquer *et al.*, 1986; 1987; Celestino Pérez, 1997, com bibliografia), similitude que não havia apesar de tudo escapado a M^a. Maia (1987: 241). A mesma similitude foi também enfatizada por C. Fabião (1998: 273-4), que, numa interessante análise que adiante voltarei a comentar, nota que os vários sítios conhecidos de Neves-Corvo parecem recobrir de forma disseminada as mesmas funções que, no sítio *extremeño*, se concentram num único espaço.

Avaliando os argumentos aduzidos para a interpretação funerária deste espaço, começaria por dizer que a presença de evidências de combustão não é de todo incompatível com uma leitura religiosa, bem pelo contrário, estando os ritos de fogo bem atestados quer na Baixa Andaluzia – por exemplo em Coria del Rio (Escacena e Izquierdo, 2000), El Carambolo (Rodríguez Azogue e Fernández Flores, 2005: 120-1) – quer na Extremadura, com o exemplo evidente de Cancho Roano, quer no próprio território hoje português, nos já citados casos de Abul A e de Castro Marim, entre outros. Quanto à estrutura envolvente da peça A e do grande pote do Compartimento C não me parecem elementos determinantes nesta análise, podendo agir como delimitação e, talvez, no caso do grande pote, como travamento do mesmo. A existência, por outro lado, de um espólio de aspecto sumptuário não é de todo prerrogativa exclusiva dos contextos funerários como, uma vez mais, o caso de Cancho Roano (onde os materiais de Neves I encontram, além disso, os seus melhores paralelos, cf. Arruda, 2001: 281) bem ilustra, nem tão pouco os rituais libatórios que aqueles sugerem e que M^a. Maia com grande intuição assinalou (Maia, 1987: 240) são estranhos a contextos cultuais, não funerários, bem pelo contrário. Finalmente, a presença de um grande recipiente na passagem entre o Compartimento (B) e o (A) parece-me particularmente sugestiva, podendo hipoteticamente relacionar-se com práticas de ablução exigidas, justamente, pela sacralidade do espaço a que se acedia, que se poderão assim ligar a conceitos de pureza/purificação bem conhecidos das religiões semitas antigas (Groenewoud, 2005). Quanto aos grandes recipientes dispostos nos cantos do Compartimento (A) encontram um claro paralelo na situação verificada no contexto exumado sob o Palácio do Marqués de Saltillo, em Carmona (Belén *et al.*, 1997), onde os já célebres *pithoi* com decoração pintada figurativa (Belén *et al.*, 2004) se encontravam justamente cravados nos ângulos do compartimento pavimentado a vermelho. Mas o grande argumento contra uma leitura funerária para o complexo de Neves I prende-se com o absoluto ineditismo da sua forma, e com a dificuldade em explicar a sua convivência num mesmo território com outras soluções de arquitectura funerária, hoje razoavelmente bem conhecidas, como as necrópoles da região de Ourique (Beirão, 1986; Correia, 1993), cujo modelo está presente também ao que tudo indica em Neves IV (Maia e Maia, 1996: 84). O ritual de incineração é, na região, escassamente conhecido até momentos tardios, e naturalmente não seria de excluir a existência de uma qualquer razão, de cariz escatológico ou mesmo relacionada com a filiação étnica dos construtores de Neves I, que explicasse esse ineditismo. Mas parece-me mais razoável admitir um carácter religioso para Neves I, complexo que teria crescido em torno de um espaço sacro de claro cariz rural, assumindo uma complexidade arquitectónica crescente consoante as exigências do culto fossem, também, crescendo.

Neste ponto, parece importante ainda tecer um necessário comentário adicional às peças designadas *larnakes*, elas próprias bastante peculiares, e que merecem, pelo seu claro significado religioso, uma atenção particular nesta análise. O exemplar mais antigo, designado peça B (Figura 31), apresenta uma morfologia particularmente complexa e singular; trata-se de um reci-



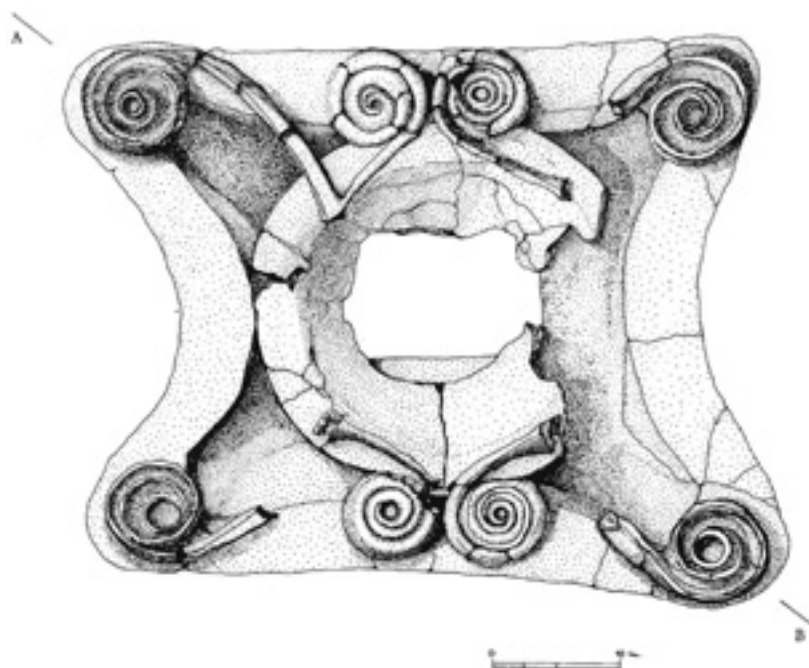


FIGURA 31 Larnax B de Neves I (segundo Maia, 1987)

piante cerâmico com 54,5 cm de comprimento máximo por 44,5 cm de largura máxima e uma altura máxima de 15,5 cm (Maia, 1987: 229 e Lám. IV-VI). A sua particular morfologia é-lhe conferida por uma larga aba que assume a configuração de um rectângulo de lados côncavos, isto é, assimilável à conhecida e muito comentada forma de pele de touro estendida, ou de lingote cipriota, amplamente documentada em numerosos elementos, geralmente de cariz votivo – como os altares de Cancho Roano (Celestino Pérez, 1994), os de Coría del Rio (Escacena Carrasco e Izquierdo, 2000), os da Calle Cister em Málaga (Arancibia Román e Escalante Aguilar, 2006: 338-9) ou as áreas de combustão identificadas em El Carambolo (Rodríguez Azogue e Fernández Flores, 2005: 120-1) – mas também funerário, como no caso do embasamento do monumento de Pozo Moro (Almagro Gorbea, 1983; López Pardo, 2006). Outra particularidade que individualiza esta peça é a sua complexa decoração, formada por rolos de argila aplicados de forma a obter volutas rebuscadas que acusam um acentuado barroquismo formal (Maia, 1987: 229). Estas volutas apresentariam, ao que parece, incrustações de fio de prata, o que acresce ao seu significado simbólico uma efectiva carga sumptuária (*ibidem*). Se a simbologia da pele de touro é relativamente bem conhecida, tanto em contextos «orientalizantes» como propriamente orientais, associando-se ao ciclo mitológico de Ba'al e a várias narrativas míticas fenícias, como a da fundação de Cartago (Celestino Pérez, 1994; Escacena Carrasco e Izquierdo, 2000; Gómez Peña, 2010), não me parece também despidiendo referir que as volutas que a peça apresenta se aproximam, por outro lado, das chamadas «palmetas em taça» («*palmetas de cuenco*» na bibliografia espanhola) ou naviformes, que se associam na eborária fenícia ao motivo da árvore da vida (Blázquez, 1982), símbolo de fecundidade e fertilidade, da vida, mas também do renascimento, bem conhecida no Próximo Oriente Antigo (Caramelo, 2007) e também no Chipre (Karağheorgis, 1962), tendo-se já por outro lado evidenciado a proximidade da decoração desta peça com o modelo de capitel proto-eólico (Fabião, 1998: 273).

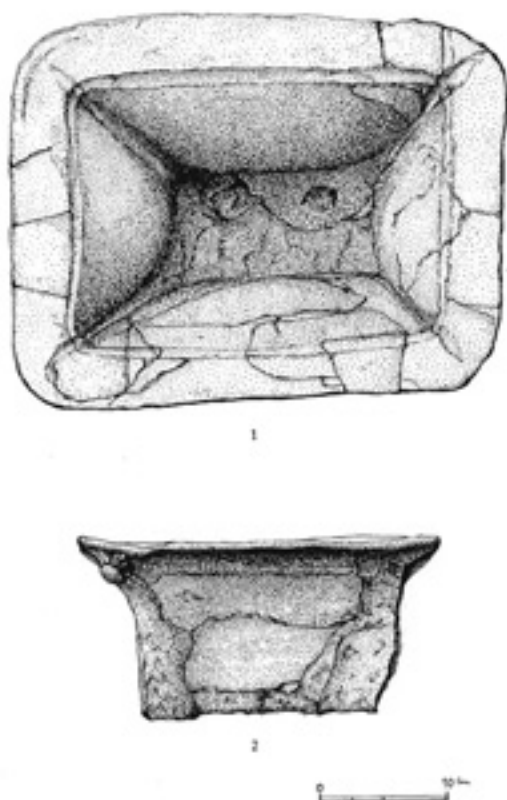


FIGURA 32 *Larnax* A de Neves I – caixa (segundo Maia, 1987)

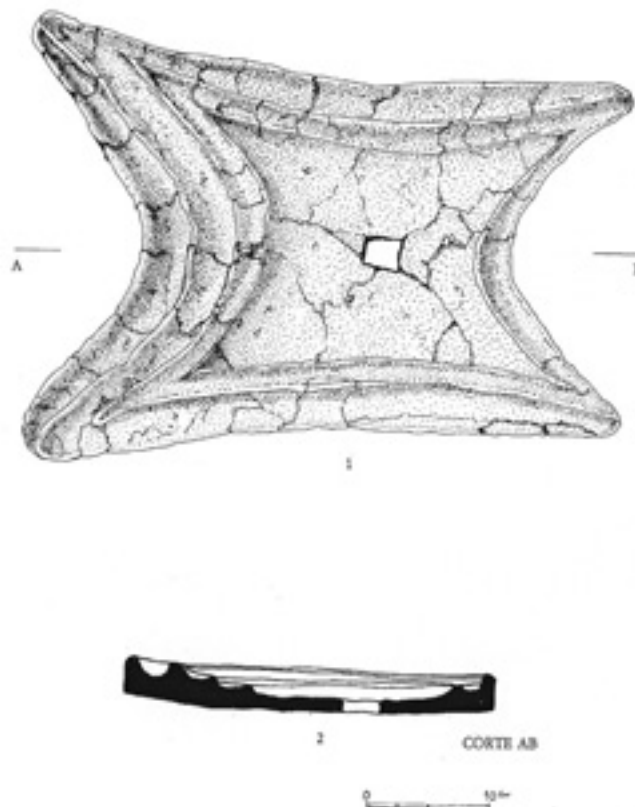


FIGURA 33 *Larnax* A de Neves I – tampa (segundo Maia, 1987)

Quanto ao exemplar mais recente, a peça A, compõe-se de duas partes: uma caixa (Figura 32) paralelepipedica, de paredes côncavas, cujo fundo interno assume, pois, novamente a forma de pele de touro estendida ou de lingote cipriota; ao nível do bordo a peça apresenta um comprimento máximo de 39 cm por 29 cm, para uma altura máxima de 13 cm (Maia, 1987: 223); a segunda peça (Figura 33) corresponderá à tampa do recipiente, embora mal ajustada ao topo daquele; trata-se de uma placa de argila de forma rectangular com os lados côncavos, de 49 cm por 37 cm e 3 cm de espessura, apresentando na face superior um marcado relevo que assinala as margens da peça; de notar também que estes relevos são assimétricos; um pequeno orifício quadrangular no centro da peça poderia corresponder a um elemento de preensão. Embora mais simplificada do que a peça da primeira fase, este segundo *larnax* retoma claramente, na própria caixa, e sobretudo na tampa, o motivo da pele de touro estendida, ou do lingote cipriota, aplicando-se novamente as considerações anteriormente tecidas.

O facto de estas peças se encontrarem associadas a restos de combustão e algumas esquirolas ósseas, exumadas na cavidade encimada pela peça B e no interior da peça A, que contribuiu para a interpretação funerária do conjunto arquitectónico de Neves I, poderá também explicar-se por uma interpretação funcional como espaço de culto que, à falta de estudos circunstanciados que provem a pertinência de uma tese alternativa, me parece válida. Por um lado, não me parece absolutamente comprovado que o registo exumado não se possa relacionar com práticas sacrificiais de animais, bem atestadas noutros contextos religiosos contemporâneos. Ainda que se tratem, contudo, de vestígios de incinerações (humanas, entenda-se) estas foram enquadradas num



ambiente cultural mais lato, imbuído de um simbolismo particular. Recentemente, M^a. Maia sugeriu que o sítio, que novamente interpreta como necrópole, receberia os restos mortais dos sacerdotes de Corvo I, espaço que seria, ele sim, na sua interpretação, um santuário (Maia, 2008: 361).

Não me parece que existam evidências suficientes para sustentar esta análise, dados os escassos vestígios de deposições, que poderiam reduzir-se às duas contidas nos *larnakes*, ou ascender numa hipótese remota a quatro (se aceitarmos que o recipiente do centro do Compartimento (C) albergou uma incineração e se considerarmos a referência *en passant* a um fragmento de um terceiro *larnax* [Maia, 1987: 233]). Gostaria, neste ponto, de introduzir uma consideração algo marginal mas que poderá contribuir para contextualizar Neves I a uma outra luz: as fontes clássicas referem a existência, no santuário de Heracles-Melkart em *Gadir*, do «túmulo» da divindade que conteria as cinzas daquele, personagem divina multifacetada mas com uma forte componente ctónica, agrícola, representando pela sua morte e renascimento a renovação cíclica da Natureza (Lipinski, 1995: 226 e ss.). A presença de receptáculos contendo cinzas (talvez humanas?) no interior de um complexo cultural não parece, assim, inédita, podendo ler-se talvez à luz de uma heroização de determinadas figuras (fundacionais ou destacadas) do grupo que construiu e frequentou Neves I e, plausivelmente, os restantes sítios da área de Neves-Corvo. Neste sentido, a um aspecto rural que o santuário claramente evidencia poderia, talvez, ligar-se uma componente aristocrática ou gentilícia que encontraria nas práticas religiosas, talvez ligadas à memória de um antepassado mitificado, um foco de legitimação.



Quanto ao sítio de **Corvo I**, finalmente, é dos três sítios abordados aquele para o qual dispomos de menos dados, sendo estes uma vez mais de difícil enquadramento. Tal como sucedia com Neves I e II, a planimetria apresentada tem um claro aspecto sintético (Figura 34), e não é possível avaliar a efectiva contemporaneidade de todos os espaços edificados. Além disso, o facto de os mesmos nunca terem sido numerados ou identificados de qualquer outra forma dificulta enormemente a sua ligação com as escassas descrições textuais efectuadas pelos responsáveis da escavação.

Parece-me ocioso, dado este panorama, realizar um comentário aprofundado sobre o conjunto de compartimentos dispostos de forma mais ou menos aleatória na área escavada. Limitar-me-ei por isso a referir o facto de que os responsáveis da escavação nos informam da existência de uma especialização em termos funcionais dos mesmos: «*Os restantes espaços são especializados sob o ponto de vista funcional, havendo dois destinados à moagem (...), outros à habitação, outros ainda presumivelmente ligados à pecuária*» (Maia, 1987: 36). Parece-me oportuno comentar, isso sim, dois aspectos da planimetria do sítio que me parecem relevantes: por um lado, salientar o facto de os compartimentos que, na planta anexa, destaquei a cinzento e designei **bloco A** apresentarem uma planta que recorda de forma muito estreita aquela outra realidade exumada em Neves I, formada pelos Compartimentos (A) e (B), tendo também notáveis semelhanças com a planta do santuário da fase IV de Castro Marim. Infelizmente, nada sabemos das realidades que no seu interior se poderão ter exumado.

O outro aspecto digno de nota é o conjunto de pequenos compartimentos dispostos linearmente – **bloco B** –, destacados também a cinzento na planta anexa, em relação com os quais

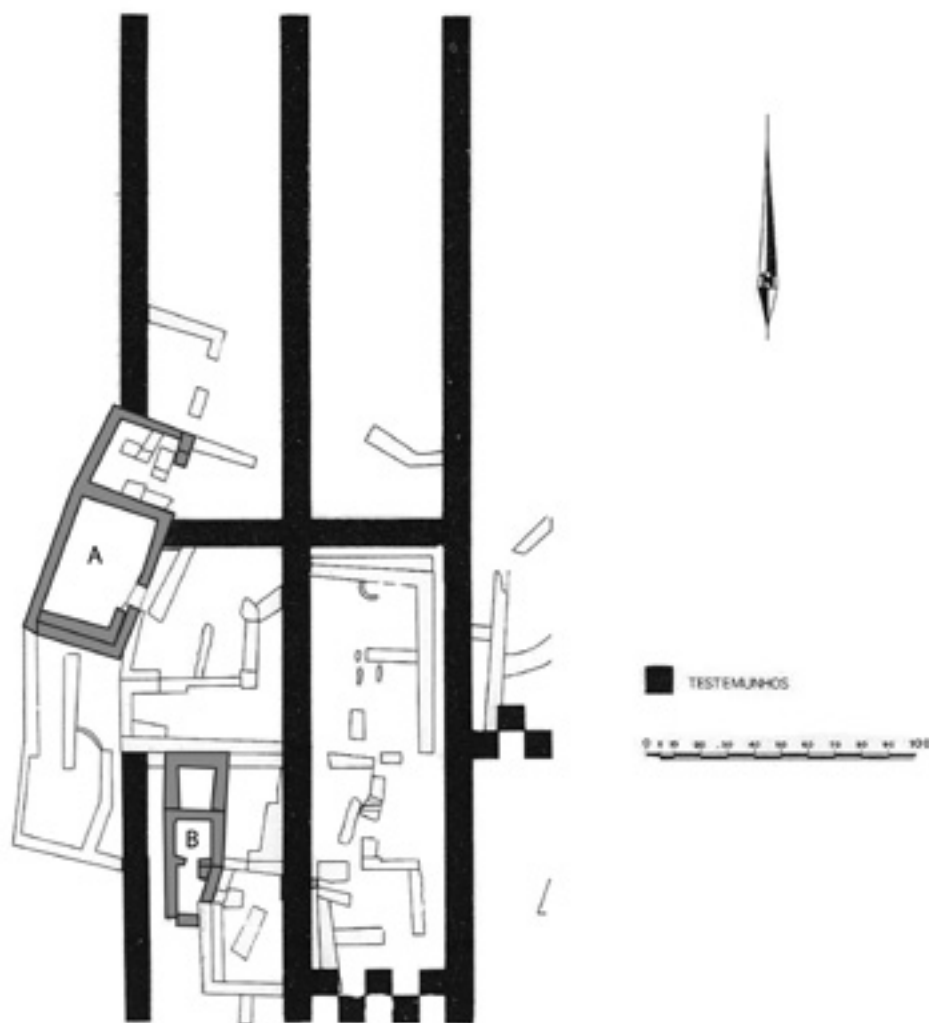


FIGURA 34 Planta de Corvo I (segundo Maia e Maia, 1986: 35, adaptado; a cinzento, propostas possíveis de identificação do núcleo central do sítio)

sabemos ter-se exumado um conjunto de realidades muito particulares que enfatizam o seu provável carácter ritual e religioso. A sala mais interna deste conjunto, cujo acesso não se identificou ao nível dos muros conservados, parece corresponder (Maia, 2008: 359) ao espaço onde se identificou uma solução de pavimentação peculiar, em que metade do espaço estaria coberto com lajes de xisto azulado e a outra metade com argila vermelha onde se incrustaram «calhaus», sendo este o termo exacto utilizado pelos autores, formando uma decoração figurativa, que descrevem como serpente de corpo retorcido com cabeça de cavalo (Maia, 1987: 36) e que, posteriormente, identificam como hipocampo (Maia, 2008: 359). Pela minha parte, não me resta senão suspender, na ausência de *qualquer* material gráfico sobre este «mosaico», o meu juízo sobre esta realidade concreta.

Terá, por outro lado, sido no exterior deste compartimento, na área confinante com o pátio, que se exumou um conjunto de materiais figurativos de terracota e pedra: estão referenciadas **terracotas** zoomórficas (Figura 35) bem como **esculturas**, também zoomórficas, de pedra, para além de um ginete. Refere-se também a existência de uma cabeça com um chapéu de copa cónica a aba larga e uma mandíbula com representação dos dentes (Maia e Maia, 1996: 88-9). A represen-



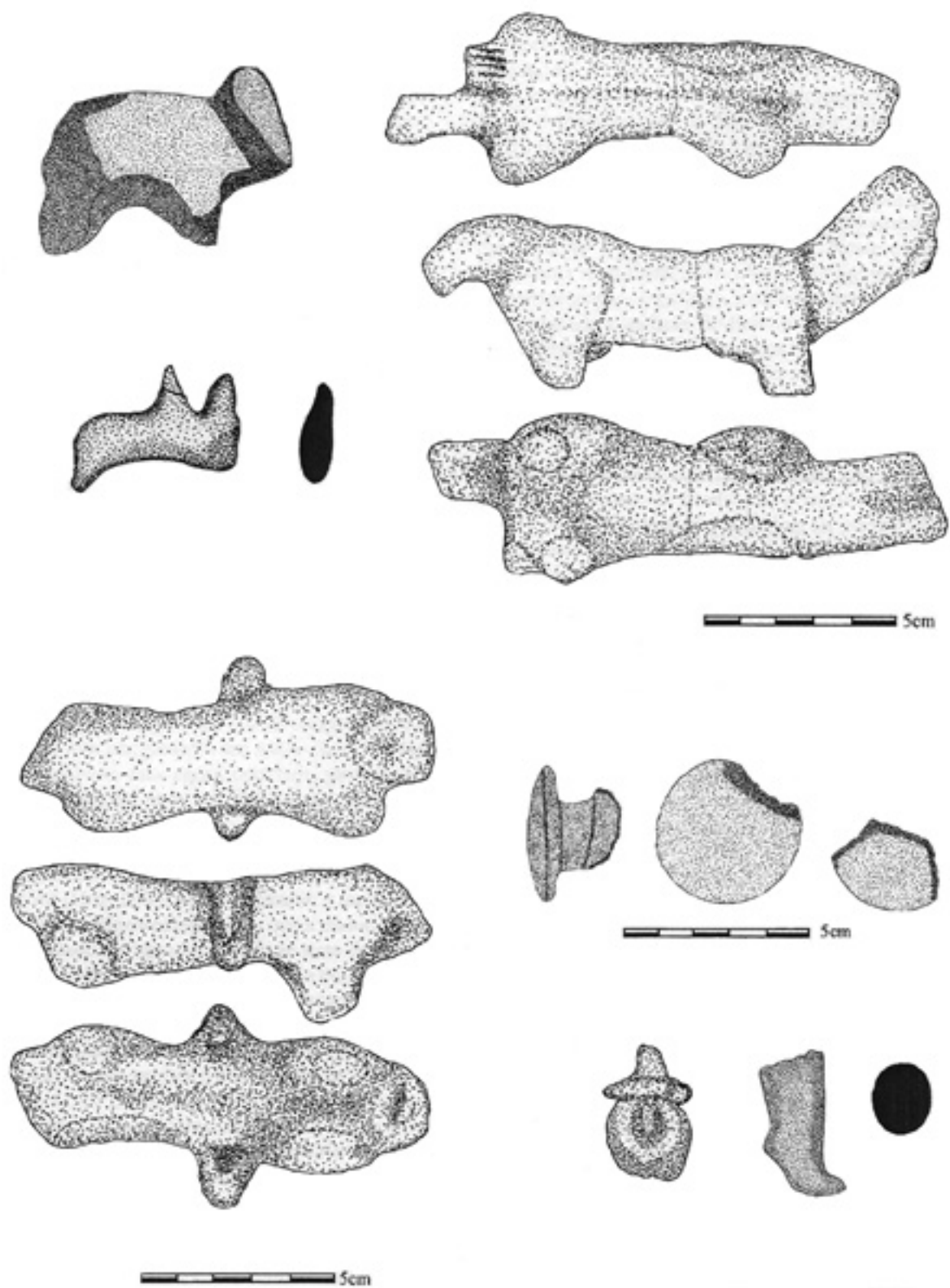


FIGURA 35 Conjunto de terracotas figurativas de Corvo I (segundo Maia, 2008)

tação gráfica de parte destes materiais só muito recentemente foi publicada (Maia, 2008: Fig. 4), reconhecendo-se aí de facto a figuração de ginete, duas peças figurando quadrúpedes bem como uma outra peça discóidal de difícil interpretação. Se, por outro lado, a peça representada no canto inferior esquerdo da estampa citada corresponde à anteriormente citada cabeça, a sua leitura parece-me manifestamente difícil.

As únicas referências disponíveis sobre o espólio que indicam especificamente a área da sua recolha referem-se, igualmente, a esta mesma zona do pátio, onde se terão exumado fragmentos de **cerâmica ática**, correspondentes aos já familiares *kylikes* tipo Cástulo, acompanhados de anforiscos/unguentários de **pasta vítrea** policroma, especificamente com decoração espinhada a branco, amarelo e verde (Maia e Maia, 1996: 88). Também deste pátio provirá um possível **kernos**, peça formada por vários recipientes geminados, neste caso seis dispostos em torno de um sétimo, central (*idem*: 87). Outras referências, genéricas para o sítio, dão conta da presença de **contas** de pasta vítrea oculadas e ânforas «púnicas», referidas apenas como de tipos evolucionados (Maia, 1987: 36). A cronologia geral sugerida por estes materiais centraria a ocupação do sítio num momento entre **meados e finais do século V a.n.e.** (Arruda, 2001: 279).

Um outro contexto de interesse, que se encontra descrito com algum pormenor (relativo), é a lareira escavada na última campanha de trabalhos no local aparentemente junto ao pátio (Maia e Maia, 1996: 87-8): trata-se de uma realidade bem estruturada, com moldura quadrangular e área de fogo de tendência circular, formada por seixos de quartzo. Na diagonal desta exumou-se um **espeto** (Figura 36), formalmente semelhante aos *obeloi* de bronze recolhidos noutros sítios da Idade do Ferro do Baixo Alentejo (Gamito, 1988b), tratando-se contudo neste caso de uma peça de Ferro.

Em artigo recente, M^a. Maia (2008: 361) admite para este complexo de Corvo I uma função religiosa, insistindo no aspecto sacrificial que a presença deste contexto de combustão associado ao óbelos lhe sugere. Esta leitura parece-me bastante pertinente e acertada, e acentua o aspecto que até aqui enfatizei da particularidade dos sítios desta área, onde está *sempre* presente uma marcada componente simbólica, religiosa, em qualquer dos sítios estudados. A associação que

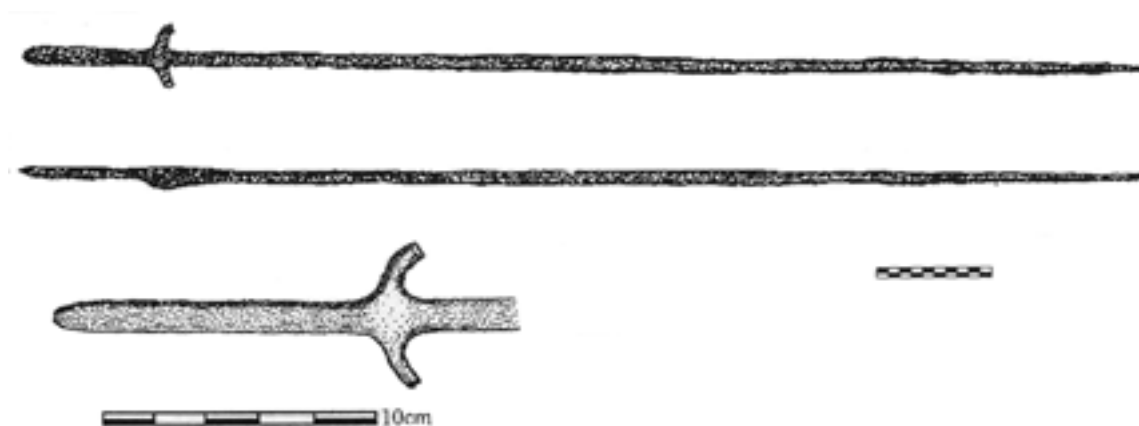


FIGURA 36 Obelos de Corvo I (segundo Maia, 1986)



aquela autora estabelece com Neves I, onde supõe que poderão ter-se deposto os restos mortais dos sacerdotes de Corvo I, incinerados à maneira semita, como afirma, embora sugestiva, até pela ligação que estabelece entre os direitos sacerdotais às peles das vítimas sacrificadas e a forma dos *larnakes* de Neves I (*ibidem*) parece-me difícil de sustentar. Não me parece comprovada a existência de uma casta sacerdotal autónoma nestes edifícios – embora seja possível – sendo mais provável que Neves I corresponda, como ficou dito, a um santuário de aspecto gentilício em clara articulação com um outro espaço, dedicado a outra espécie de religiosidade, marcada pelas práticas sacrificiais, plausivelmente conotada com ciclos agrícolas e com a fecundidade/fertilidade. A este respeito, impõe-se tecer alguns comentários finais apreciando estes três sítios em conjunto e procurando aferir as fórmulas ideológicas da sua articulação.

Um primeiro aspecto que me parece importante reforçar é a questão da cronologia (Figura 37) destes vários núcleos, fundamental para a validação de qualquer leitura de conjunto.

FIGURA 37 Cronologias prováveis dos sítios da área de Neves-Corvo (as barras descontínuas representam cronologias possíveis, mas mal atestadas)

Ma^a. Maia tem reiteradamente defendido a existência de uma *décalage* cronológica entre os vários sítios comentados (Maia, 2008: 354-5), que me parece efectivamente plausível embora dentro de parâmetros bastante estreitos, como se depreende da marcada continuidade ao nível da cultura material e das arquitecturas. O sítio mais antigo deste conjunto parece ser Neves II, cujos níveis fundacionais poderiam, hipoteticamente, remontar aos finais do século VI a.n.e., hipótese já anteriormente avançada (Arruda, 2001: 274), mas nunca a datas mais recuadas. Os níveis de ocupação da segunda fase, onde se exumaram materiais datantes, centram-se contudo no ter-

ceiro/último quartel do século V a.n.e. (Maia, 1987: 32), sendo que possivelmente a vida do povoado poderá prolongar-se até ao início da centúria seguinte. A fase mais antiga de Neves I poderia, hipoteticamente também, fazer-se recuar à primeira metade do século V a.n.e., embora os dados disponíveis (da segunda fase) se centrem, uma vez mais, no terceiro/último quartel desta centúria, havendo também a possibilidade de uma permanência num momento inicial do século IV a.n.e. (Maia, 1987: 237). Quanto a Corvo I, não parece apresentar evidências de uma ocupação anterior aos finais do século V a.n.e., prolongando-se neste caso, com bastante probabilidade, para a centúria seguinte (Maia e Maia, 1986: 87). Assim, e independentemente da possibilidade de um escalonamento no tempo da construção destes vários espaços, o que parece seguro é que num momento centrado no último quartel do século V a.n.e. todos estes contextos estariam em utilização, configurando uma paisagem densamente ocupada e com características muito particulares nas quais gostaria de insistir.

Defendi aqui a possibilidade de Neves II corresponder a um *habitat* privilegiado, que incluiria um espaço expressamente destinado ao culto, que Corvo I corresponderia, como os responsáveis pela sua escavação intuíram, a um santuário de características eminentemente rurais e, finalmente, que Neves I corresponderia a um espaço sacro de aspecto gentilício ou dinástico, onde poderão ter-se recolhido as incinerações de algumas personagens destacadas que, contudo, foram enquadradas num ambiente claramente cultural e não estritamente funerário.

Que dizer, pois, desta profusão de elementos de aspecto votivo/religioso num território bastante circunscrito? A verdade é que a melhor hipótese explicativa que se me afigura implica uma ênfase acrescida no aspecto articulado destes vários contextos. A este propósito gostaria de tornar a referir a reflexão de C. Fabião antes citada: estes sítios, que têm nítidos paralelos ao nível da cultura material mas também de diversos aspectos arquitectónicos com o edifício de Cancho Roano, parecem recobrir de forma disseminada no espaço o mesmo tipo de funções que aquele edifício *extremeño* – para o qual se têm avançado funcionalidades sacras (Celestino Pérez, 1997; 2001) e áulicas (Almagro Gorbea, Domínguez de la Concha e López Ambite, 1990), sobretudo – concentra num único contexto (Fabião, 1998: 273-4). Esta observação extremamente pertinente abre-nos interessantes perspectivas de leitura, sendo que na minha opinião Neves I, Neves II e Corvo I só podem entender-se em estreita conexão conformando uma *paisagem sacra* particular, que julgo poderá associar-se à introdução de uma linguagem cultural mediterrânea como forma de afirmação social de grupos destacados da população autóctone.

A concentração de edifícios de natureza monumental num mesmo território não é, igualmente, facto inédito se aceitarmos a existência de pólos de carácter singular um pouco por todo o território do Médio Guadiana proposta por J. Jiménez Ávila (1997), embora neste caso estejamos mal informados sobre a sua cronologia e consequente contemporaneidade. Não é, por outro lado, depreciável a dimensão comercial de que estes centros inegavelmente se revestem, sendo a relativa abundância de cerâmica ática, de contentores anfóricos de importação, bem como de outros bens de aspecto sumptuário um testemunho loquaz do dinamismo das transacções que uniriam estes espaços com aspectos de marcada natureza religiosa com o litoral e as populações orientais aí instaladas.



3.b.IV. Espinhaço de Cão

O sítio de Espinhaço de Cão (Capelins, Alandroal), intervencionado no âmbito dos trabalhos de minimização de impacto ambiental do regolfo do Alqueva, corresponde a um tipo de povoamento rural disperso no território de que se têm identificado, nos últimos anos, numerosos exemplos na área do Alentejo Central (Calado e Rocha, 1997; Calado, Barradas e Mataloto, 1999; Calado, 2002; Mataloto, 2004; Calado, Mataloto e Rocha, 2007; Mataloto, 2009; Mataloto e Matias, n.p.). Trata-se de um sítio aberto, implantado no topo e na vertente Sul de um esporão destacado na paisagem que, embora se enquadre num território com escassas potencialidades agrícolas, possui um considerável domínio visual sobre o Guadiana. O estudo do espólio cerâmico do sítio, onde pontuam as importações mediterrâneas, permitiu enquadrar a sua ocupação entre finais do século VII e inícios do V a.n.e. (Calado e Mataloto, 2008: 198-204).

Em termos arquitectónicos o sítio é constituído por um conjunto de compartimentos de planta ortogonal (Figura 38), denunciando uma acentuada influência mediterrânea, adossados



FIGURA 38 Planta geral de Espinhaço de Cão (Segundo Calado e Mataloto, 2008)

de forma complexa, embora denunciem uma organização em torno de dois prováveis pátios descobertos. Não me parece pertinente para os efeitos pretendidos neste trabalho alongar-me em considerações sobre a complexa história construtiva deste complexo, que revela a vitalidade e dinamismo da comunidade que o habitou (*idem*: 195-6).

Para efeitos do estudo dos contextos religiosos sidéricos, que constitui o cerne da presente análise, limitar-me-ei a tecer alguns comentários ao espaço designado pelos responsáveis da escavação do sítio como Ambiente 2. Trata-se de um compartimento de planta quadrada que se destaca pelas suas dimensões (cerca de 30 m²) de entre o conjunto de divisões do complexo; destaca-se também pela sua posição relativa dentro do conjunto, que domina pelo seu lado ocidental, abrindo-se com certa preponderância para o pátio principal (Ambiente 4). Numa primeira fase, este compartimento apresentava um pavimento de argila de coloração vermelha, bem como um banco de adobe adossado à parede Sul (*idem*: 196). Também nesse primeiro momento de ocupação se verificou a existência de uma estrutura, ligeiramente descentrada, igualmente constituída por adobes, de planta *grosso modo* quadrangular (70 x 70 cm) elevando-se cerca de 20 cm relativamente ao piso; o topo encontrava-se revestido com argila cozida pela acção do fogo (*ibidem*). Esta estrutura parece muito semelhante a outras que tive já oportunidade de referir, nomeadamente de Castro Marim e Abul A, e outras ainda que comentarei adiante, partilhando com aquelas numerosos paralelos na Baixa Andaluzia; deverá por isso, e com base nestes paralelos e na sua posição contextual, interpretar-se como provável altar.

A Sul deste compartimento existe um outro de planta rectangular (Ambiente 3), que o acompanha, e que poderá ter correspondido a um espaço auxiliar deste ambiente principal, embora não tenha sido possível identificar a comunicação entre ambos nem tão pouco o acesso a este segundo espaço (*ibidem*).

Numa segunda fase construtiva, as estruturas internas do Ambiente 2 acima comentadas foram eliminadas e o piso, que manteve a sua tonalidade vermelha, foi alteado. O acesso ao compartimento a partir do átrio (Ambiente 4) foi nesta fase monumentalizado com a construção de uma escadaria de pedra com pelo menos três degraus (*ibidem*).

Não dispomos de outras informações sobre as realidades exumadas no interior deste espaço nem sobre o espólio que lhe estaria associado, mas as evidências arquitectónicas parecem por si só bastante eloquentes, permitindo associar este Ambiente 2 a funções muito particulares e destacadas dentro do pequeno povoado. Com base em numerosos paralelos arquitectónicos para a associação de pisos de cor vermelha, bancos adossados e estruturas de combustão cuidadas num mesmo espaço poderemos propor que esta função tenha sido religiosa (*idem*: 197-8), correspondendo provavelmente a um contexto de culto de âmbito doméstico dentro de um habitat de natureza rural que não albergaria mais do que um grupo familiar alargado. É mesmo assim muito interessante constatar que não obstante a modéstia do sítio se tenha investido um certo dispêndio de energia na construção e manutenção deste espaço, que certamente teria importantes funções de coesão social da comunidade e, quiçá, de projecção da mesma junto dos povoados equivalentes da envolvente.



4.a. FRAGMENTOS DE UMA HISTÓRIA (III): O LITORAL, ENTRE O «CONSERVADORISMO» E A «GADITANIZAÇÃO» (SÉCULOS VI-III A.N.E.)

Para o mundo «Orientalizante» das costas meridionais peninsulares o século VI a.n.e. é um momento de profunda transformação, em que por vários motivos quer de ordem externa (Alvar, 1991) quer interna (Aubert, 2009: 344-8) se verifica, por um lado, uma retracção dos estabelecimentos propriamente fenícios, com a concentração da população fenícia ocidental em aglomerados de maior expressão, quer um reordenamento da própria malha de povoamento indígena, com particular expressão na Baixa Andaluzia (Escacena e Belén, 1994) onde, nesta fase, emerge o mundo que as fontes clássicas designarão como *Turdetano* (García Fernández, 2003; 2007).

Após um breve momento de retracção e, sobretudo, um processo de profunda reorientação económica, em que o Templo de Melqart terá jogado um papel decisivo (Dominguez Pérez, 2006; Sáez Romero, 2009), *Gadir* impõe-se talvez logo a partir de finais da centúria como pólo estruturante, articulando, no Extremo Ocidente, uma ampla área de influência económica, mas também política e cultural, onde o pólo de fundação tória parece assumir um papel hegemónico (Arteaga, 1994). Este círculo Ocidental liga-se, por outro lado, e de forma dialéctica, a esse outro que se desenvolve no Mediterrâneo Central, onde Cartago exerce um efectivo domínio (Gómez Bellard, 1991). Os moldes da influência púnica na Península Ibérica permanecem hoje uma questão controversa (López Castro, 1991), não me parecendo pertinente neste momento alongar-me sobre essa complexa questão.

A influência económica e, consequentemente, sócio-política de *Gadir* estende-se por outro lado para o território actualmente algarvio, onde os antigos pólos de Castro Marim e Tavira (Arruda, 2008b) parecem estreitar, nesta fase, as suas ligações com a área gaditana. Verifica-se simultaneamente a emergência de um conjunto de núcleos de povoamento no Algarve Ocidental (Arruda, 2005b: 70 e ss.; Arruda e Freitas, 2008), cuja matriz cultural consubstanciada na própria cultura material sugere logo desde os seus momentos fundacionais uma estreita relação com esta mesma área (Sousa e Arruda, 2010). Não será talvez despiciendo, por isso, imaginar que este processo de ocupação de um território até então aparentemente deserto – embora não devamos esquecer a presença de elementos «orientalizantes» mais antigos nesta área, de que destacaria o espólio da necrópole da Ribeira Velha de Bensafrim (Veiga, 1891: 250 e ss.; Rocha, 1975; cf. Arruda, 1999-2000: 57) – possa corresponder a um efectivo programa gaditano, que talvez deva relacionar-se com a importância que a exploração dos recursos marinhos assume nesta fase (Arruda, 2006).

Trajectória distinta conhecem os antigos pólos «Orientalizantes» da fachada atlântica, que tudo indica terem-se desvinculado desse círculo encabeçado por *Gadir* traçando na segunda metade do I milénio a.n.e. um percurso cultural autónomo (Arruda, 1999-2000; Arruda, 2005b), consubstanciado ao nível da cultura material por traços que se designaram como de um «conservadorismo orientalizante» (Arruda, 1993: 205-7) pelo facto de manterem e desenvolverem os modelos fenícios arcaicos. Não significa isto que tenham cessado os contactos comerciais com o Mediterrâneo, pelo contrário, estando por exemplo bem atestada a chegada de abundante cerâmica ática (Rouillard *et al.*, 1988-9; Rouillard, 1991; Arruda, 1997); afirma-se, isso sim, uma mar-

cada especificidade cultural desta área, que parece também consubstanciada ao nível dos contextos religiosos, onde não faltam testemunhos de reverência para com a memória de espaços conotados com esse horizonte «Orientalizante» que tanto contribuiu para transformar as sociedades locais.

4.b. O CORPUS DOCUMENTAL

4.b.1. Abul B

O abandono do edifício de Abul A, acima comentado, terá correspondido, *grosso modo*, à transferência de alguns dos aspectos funcionais daquele, especialmente cultuais e estruturadores do espaço (Arruda e Celestino Pérez, 2009: 33), para a área imediatamente envolvente, dinâmica esta testemunhada pela edificação, aparentemente em **finais do século VI a.n.e.**, de um conjunto de estruturas interpretadas, desta feita abertamente, como santuário na área designada como Abul B (Mayet e Silva, 2000c: 177-229; 2001a). Como veremos, a cultura material patente neste complexo insere-se claramente na continuidade da *fácies* orientalizante da primeira metade do I milénio a.n.e. que caracterizava Abul A, mas também as ocupações coevas de Alcácer do Sal e Setúbal, inserindo-se claramente naquilo que se designou o «conservadorismo orientalizante» da fachada atlântica na «II Idade do Ferro» (Arruda, 1993: 205-6; cf. *supra*).

Tal como em Abul A, também para esta nova estrutura se identificaram duas fases de construção, passíveis de uma individualização bastante segura. Em ambas, a técnica construtiva surge também na continuidade da utilizada em Abul A: ao que parece, muretes baixos obtidos mediante várias técnicas construtivas (fiadas de pedras simples, dois paramentos de pedras aparelhadas com preenchimento de pedra miúda, lajes cravadas verticalmente preenchidas com pedra miúda) serviriam de alicerces para muros de taipa que, pelo que se depreende das evidências estratigráficas, não seriam também muito elevados (Mayet e Silva, 2001b: 177-8).

Assim, numa *primeira fase* (Figura 39), os responsáveis pela intervenção no sítio reconhecem um papel estruturante a um pequeno edifício isolado (I), na área Norte do complexo, com uma planta rectangular (4 x 2 m) (Mayet e Silva, 2000c: 217). A Sul deste, um muro curvo prolongado por um segmento de muro recto, define o que os autores designam como «esplanada» (III) (*idem*: 218). Separada deste primeiro conjunto por um hipotético espaço de circulação (VI), identificou-se um conjunto de estruturas definindo grandes compartimentos rectangulares (VII a XI) de dimensões bastante regulares (6 x 3,5 m), no interior de alguns dos quais (VII, VIII, IX e XI) se identificaram, adossados aos muros, estruturas interpretáveis como bancos. Os compartimentos VIII e X aparentam ser os únicos dotados de pisos estruturados, neste caso de argila vermelha (*idem*: 218-9).

A *segunda fase* deste edifício (Figura 40) assiste a alterações de carácter meramente pontual na organização do espaço. O edifício I é parcialmente desmantelado e parte dele configura o novo edifício II, de reduzidas dimensões (1,20 x 2 m), acessível por um degrau no seu lado Sul. A Oeste edifica-se um novo compartimento (V), pavimentado com argila vermelha, ao qual se irá adossar um prolongamento do muro existente na fase anterior de forma a tornar ainda mais fechado o



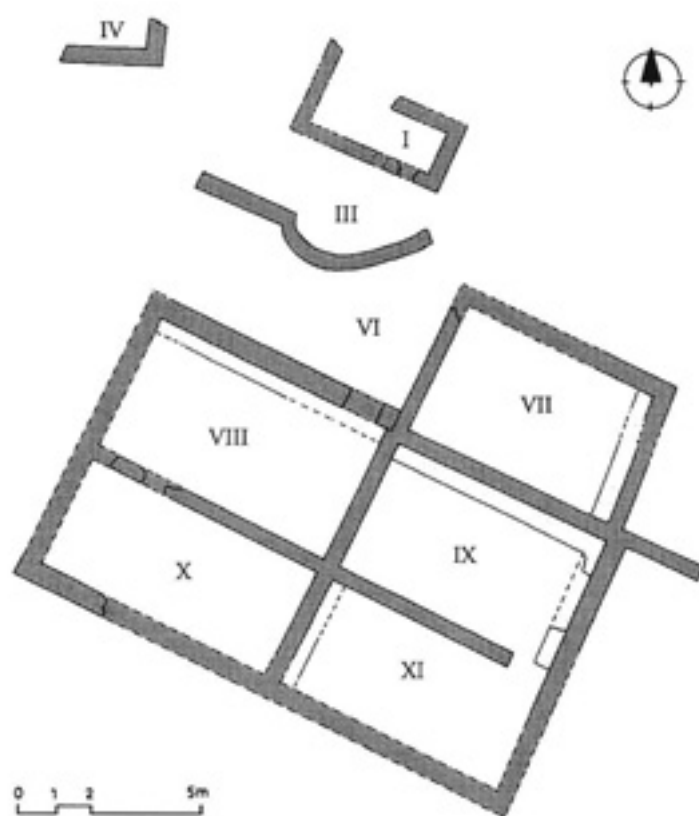


FIGURA 39 Planta da primeira Fase de Abul B (segundo Mayet e Silva, 2000c)

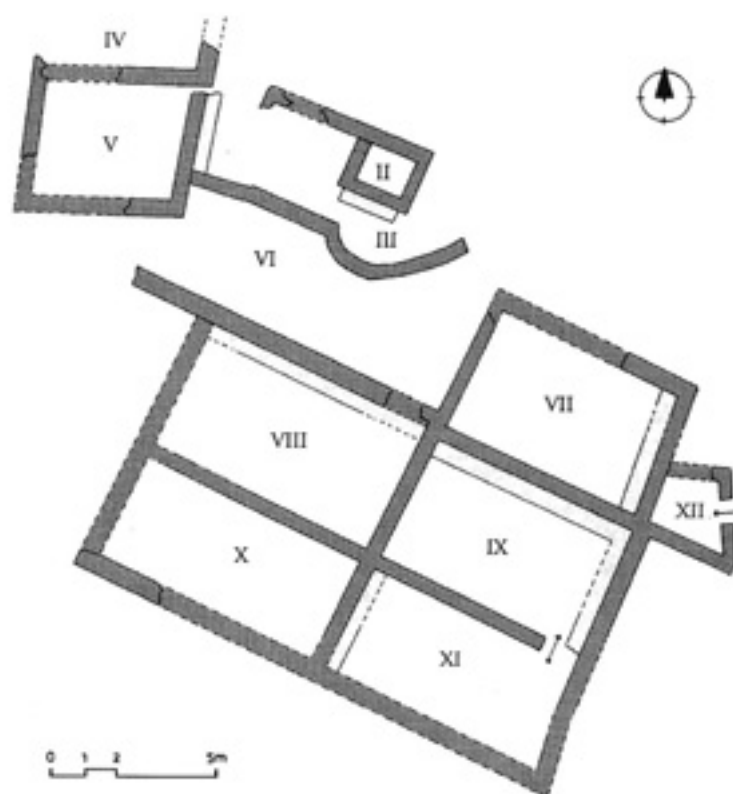


FIGURA 40 Planta da segunda Fase de Abul B (segundo Mayet e Silva, 2000c)

espaço III. O muro exterior do compartimento VIII foi igualmente prolongado, conferindo um aspecto mais fechado ao espaço VI que poderá ter funcionado como espécie de átrio. Por outro lado, uma nova estrutura de planimetria trapezoidal (XII) no lado Oriental do complexo adossada ao muro exterior do compartimento VII configura agora uma espécie de vestíbulo (plausivelmente assinalando uma entrada) (*idem*: 219-20).

Muito interessantes para a atribuição funcional deste peculiar complexo são as «estruturas» (Figuras 56 e 57) identificadas sobre os pisos/solos de ocupação destes compartimentos (*idem*: 221-8); trata-se de facto de um conjunto de contextos bastante diversificados, mais ou menos estruturados, que correspondem a vários tipos de realidades, nomeadamente:

- Empedrados (p. ex., Estrutura 1), aos quais se associavam contentores cerâmicos quebrados *in situ*;
- Concentrações cerâmicas junto ao que poderão ter sido áreas de combustão (p. ex., Estrutura 6);
- Espaços estruturados de combustão com alguma cerâmica e fauna associadas (p. ex., Estrutura 10);
- Concentrações de cerâmica fragmentada *in situ* cuja associação a qualquer dos tipos de realidades antes descritas não pôde ser verificada (Estrutura 13).

Algumas destas estruturas, nomeadamente a número 1 e a número 11, foram interpretadas como depósitos secundários de oferendas (*bothroi*) associadas a rituais de fogo, bem patentes, como ficou dito, no registo material destes compartimentos (Mayet e Silva, 2001b: 178-9). Gostaria particularmente de salientar a semelhança que encontro entre a forma geral da estrutura 1 (Figura 41), um empedrado de tendência circular com um murete adossado no seu lado Nordeste, e a forma geral do altar mais antigo de Cancho Roano, pertencente ao chamado «edifício C» (Celestino Pérez, 2001: fig. 8), embora naturalmente a estrutura de Abul tenha um grau de refinamento muito inferior, tendo provavelmente sido realizada sem grande cuidado para responder a uma necessidade casuística do culto, e não – como em Cancho Roano – como fulcro do culto em si.

Restaria, ainda ao nível da arquitectura, salientar dois aspectos que me parecem relevantes. Ao nível dos materiais de construção empregues, é significativo o facto de os muros deste com-



FIGURA 41 Estrutura 1 de Abul B (segundo Mayet e Silva, 2000c)



plexo de Abul B terem utilizado o mesmo material de construção do edifício de Abul A, parecendo razoável pensar que muitos deles terão efectivamente sido obtidos pelo desmantelamento daquele (*idem*: 177). Por outro lado, ao nível da interpretação da planta e, paralelamente, da funcionalidade deste complexo, colocam-se dificuldades evidentes. Se uma função cultual parece absolutamente atestada (Mayet e Silva, 2001b), a configuração deste complexo é algo intrigante. Os autores que estudaram o sítio sugerem, acertadamente julgamos, uma leitura como santuário a céu aberto onde apenas pequenas edículas (edifícios I e II) se encontrariam, provavelmente, cobertas, podendo corresponder aos espaços mais sagrados e reservados do complexo (Mayet e Silva, 2000c: 229). A presença de um muro que separa esta área do volume principal do complexo bem como de um putativo átrio poderia, a título de hipótese, relacionar-se com uma divisão bem estruturada entre a dimensão pública do culto e uma outra dimensão mais reservada.

Quanto ao espólio exumado (Figuras 53 a 55), compõe-se exclusivamente de materiais cerâmicos, estando representadas todas as principais classes cerâmicas típicas do horizonte de inícios da «II Idade do Ferro»: a **cerâmica de engobe vermelho** torna-se residual, estando representada apenas por pratos de bordo largo, predominantes, e páteras carenadas; a **cerâmica comum** é predominante, estando atestadas sobretudo formas abertas, com predomínio dos pratos e tigelas, embora também se atestem, em menor número, potes e panelas; a aplicação de pintura em bandas a este tipo cerâmico é muito rara no sítio; a **cerâmica cinzenta** é também muito abundante, predominando uma vez mais os pratos/tigelas sobre os potes e «urnas», menos abundantes; a **cerâmica manual** continua a estar bem representada neste novo edifício, predominando as formas fechadas, plausivelmente para utilização ao fogo; os **contentores anfóricos** são muito escassos, atestando uma desvinculação de Abul B dos círculos comerciais, em claro contraste com o seu antecessor; estão representadas as formas 10.1.2.1 de Ramon Torres (1995: 230-1), Cancho Roano I (próxima do Tipo 1.2.1.3 do mesmo autor [*idem*: 168]) e Maña-Pascual A4 (da série 12.1.2.1 [*idem*: 239]). Haveria, finalmente, a referir a presença de um conjunto, ainda que pouco numeroso, de cossoiros bem como de um peso (de tear?).

Parece importante, por outro lado, referir que uma boa parte destes materiais foi exumada fragmentada *in situ*, sendo provável que muitas vezes a inutilização das peças fosse intencional; é neste sentido significativo que muitos dos recipientes cerâmicos tenham surgido associados a ou formando os vários contextos votivos antes comentados. Tal como referiram já os responsáveis da escavação, este registo móvel sugere com alguma acuidade a prática de rituais de comensalidade, para os quais aponta a absoluta predominância de recipientes abertos, estando atestados apenas recipientes de uso ao fogo. As escassas ânforas atestadas poderão entender-se dentro desta mesma lógica.



É extremamente complexo avançar com uma leitura mais aprofundada deste espaço de culto, nomeadamente ao nível da reconstituição do ritual, embora a compartimentação do espaço, a existência de bancos adossados às paredes, a diferenciação entre compartimentos ao nível dos pavimentos e a necessidade de reclusão que ditaram muitas das alterações da segunda fase sejam sugestivas da existência de um conjunto bem codificado de comportamentos na aproximação ao sagrado realizada em Abul B.

Hipoteticamente, os edifícios I e II poderão ter correspondido, como se disse, a edículas ou *sacella*, espaços mais reservados e imbuídos de sacralidade. O aspecto dos compartimentos do volume principal sugere, por outro lado, que os vários espaços poderão ter correspondido a fases diferenciadas da *praxis* ritual realizada no sítio. A existência de bancos adossados a alguns compartimentos poderia relacionar-se com a deposição de oferendas e/ou de alfaías cultuais, bem como hipoteticamente com cerimónias colectivas, ainda que não muito alargadas dada a exiguidade do espaço. Os contextos identificados no interior destes vários compartimentos informam-nos sobre a prática de ritos sacrificiais, libatórios e de fogo, conformando um panorama ritual assaz complexo.

A interpretação de Abul B como contexto religioso parece, pois, segura, e este espaço torna-se um exemplo particularmente candente de permanência do sagrado, assumido como eixo fundamental de articulação do território; se ficou dito acima que Abul A só se explica em função de Alcácer do Sal, de Abul B poder-se-ia dizer não apenas o mesmo – parece-me notório que o sítio terá funcionado na dependência do pólo alcacerense – mas também que existe em função de Abul A ou, talvez melhor, da *memória* daquele. Com a chamada «crise do século VI» os laços comerciais da fachada atlântica com o mundo «Orientalizante» da Baixa Andaluzia e das costas mediterrâneas parecem romper-se, e assiste-se a uma reestruturação das malhas político-económicas ao mesmo tempo que o «discurso» orientalizante permanece profundamente arreigado, assumindo na fase pré-romana aspectos de marcado conservadorismo. É neste contexto cognitivo e ideológico que se deverá ler a edificação de um contexto de culto próximo de um espaço, entretanto abandonado, que funcionara em épocas anteriores como porta de entrada privilegiada não só de um comércio que se instituiu em sustentáculo de relações sócio-políticas complexas no interior das sociedades locais mas também de um novo universo conceptual que se perpetuará muito para lá do seu abandono.

4.b.II. Castelo de Castro Marim (Fase V)

Após um período de acentuada retracção entre meados do século VI a.n.e. e meados da centúria seguinte, relacionável com a chamada «Crise do Século VI» que afecta a globalidade do mundo «Orientalizante» peninsular e que marca na área da Baixa Andaluzia (e também do actual território algarvio) a passagem para o período dito «Turdetano» (Rufete Tomico, 2002; cf. tb. García Fernández, 2003; 2007), o povoado de Castro Marim sofreu na segunda metade do século V a.n.e. uma profunda renovação urbanística, apresentando um novo traçado de orientação Nordeste/Sudeste em ruptura com a disposição da malha urbana pré-existente (Arruda, Freitas e Oliveira, 2007: 471). Nesta fase, em que provavelmente se dá também uma profunda reorientação económica do sítio (Arruda, 2006), constrói-se virtualmente um novo povoado sobre os potentes derrubes da fase anterior, regularizados com espessos níveis de terra compactada (Arruda *et al.*, 2009: 80). Neste período a ligação aos sítios da Baixa Andaluzia «Turdetana» e, sobretudo, ao importante pólo de *Gadir* é uma efectiva realidade, estando bem atestados estreitos laços comerciais (Arruda, 2006; Sousa e Arruda, 2010) que sustentam a inscrição do povoado algarvio na esfera político-económica do «Círculo do Estreito» encabeçada por aquela metrópole de fundação tória (cf. Niveau, 2001).



Quanto à zona do povoado onde, nas fases III e IV, se implantaram os contextos religiosos anteriormente comentados (cf. Ponto 2.b.I) manteve, apesar destas profundas alterações, uma funcionalidade cultual atestada num novo conjunto arquitectónico, do qual se identificaram dois compartimentos (29 e 31) separados por um espaço aberto (30), hipoteticamente um arruamento.

O Compartimento 29, de planta rectangular, do qual se exumou apenas a porção oriental pelo que não é possível aferir a sua longitude total apresenta numerosos indícios da sua elevada carga simbólica, que remontam ao próprio momento da sua construção (Figura 42). Nos estratos de aterro sobre os quais se fundaram posteriormente estes compartimentos abriu-se uma longa vala de aspecto bifurcado desembocando numa fossa sub-circular; no topo do enchimento desta vala identificaram-se blocos disformes de argila que poderão sugerir que a vala estaria coberta por tijolos de adobe. Os níveis que colmataram este contexto continham algum espólio arqueológico, que incluía contas de colar, objectos metálicos (pinças, agulhas e a asa de um recipiente de bronze) e também um possível elemento têxtil (Arruda *et al.*, 2009: 80); as evidências estratigráficas sugerem, além disso, que esta vala esteve em utilização durante algum tempo antes de ser finalmente colmatada (*ibidem*).

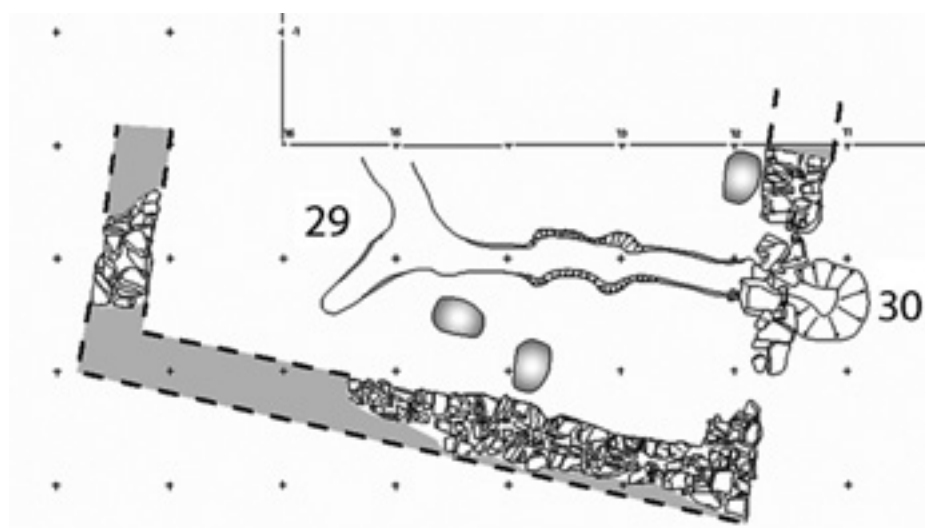


FIGURA 42 Aspecto do Compartimento 29 no momento da sua construção (planta cedida pela Professora Doutora Ana Margarida Arruda)



FIGURA 43 Planta do santuário de Castro Marim (Fase V) (segundo Arruda *et al.*, 2009)

Nos mesmos níveis identificaram-se também três buracos de poste, que recentemente se sugeriu poderem corresponder a estruturas para a implantação de bétilos que, como tal, consubstanciariam rituais fundacionais de natureza bastante complexa (*ibidem*), aspecto que encontra um possível paralelo no santuário da Calle Cister, em Málaga, onde num nível identificado sob o pavimento mais antigo do santuário se individualizou um conjunto de estruturas negativas também elas interpretadas como buracos de poste (Arancibia Román e Escalante Aguilar, 2006: 338).

Finalmente, e ainda nestes mesmos estratos fundacionais identificaram-se três fossas simples contendo inumações infantis, sem qualquer espólio, cuja natureza simbólica parece inegável (*ibidem*; sobre o significado destas inumações, cf. *infra*).

Uma vez amortizadas estas várias estruturas negativas, edificou-se então sobre elas o Compartimento 29 (Figura 43), pavimentado com placas de xisto de pequenas dimensões aglutinadas com argila, no centro do qual se implantou uma área de combustão estruturada, que se aproxima genericamente do tipo das exumadas nas fases anteriores (cf. *supra*), delimitada por uma moldura pétrea de configuração quadrangular. No interior deste compartimento sucederam-se, após esta primeira utilização, novos pavimentos de argila compactada, mantendo-se como fulcro do espaço esta estrutura de tipo «altar» (Arruda, Freitas e Oliveira, 2007: 472).

Quanto ao Compartimento 31, a sua configuração geral e as suas dimensões são aparentemente semelhantes às do anteriormente comentado. Este contexto é particularmente interessante porque nele se conservou de forma excepcional o registo de um momento final de ocupação. Aparentemente, este espaço terá sofrido um incêndio (não sabemos se acidental ou propositado) que levou à sua destruição e selagem, tendo-se conservado no seu interior um importante conjunto de materiais que sugere a sua utilização como depósito, provavelmente associado ao fronteiro espaço de culto. Assim, no interior deste espaço, exumaram-se numerosos contentores anfóricos no interior dos quais se conservavam ainda evidências dos seus conteúdos, nomeadamente cereais e preparados de peixe, para além de um abundantíssimo espólio cerâmico, de que se destaca a cerâmica ática de verniz negro, e metálico, para além de outros interessantes materiais, como um conjunto de pesos de rede associado a fauna ictiológica ainda em conexão anatómica (*ibidem*). A possibilidade de que a selagem deste espaço tenha sido proposta é sugerida pelo cuidado colocado na preservação do mesmo nos momentos posteriores de ocupação, e nesse sentido talvez se possa interpretá-lo como *bothros* ou *favissa* do santuário anexo (Arruda *et al.*, 2009: 80) (Figura 44). No interior deste espaço edificaram-se ainda, posteriormente, algumas estruturas de difícil enquadramento funcional, adossadas à parede Sudoeste do edifício original, que poderão corresponder a plataformas de apoio ou pequenas *banquettes* (Arruda, Freitas e Oliveira, 2007: 473).

No que diz respeito ao espólio exumado, este não é demasiado abundante no Compartimento 29, especialmente ao nível dos materiais cerâmicos. A **cerâmica manual** (Oliveira, 2006: Est. 68) encontra-se relativamente bem representada, com taças/tigelas (Formas 8.A.1, 8/9.A e 9.C) e potes/panelas (2.B e 6.B). Interessante é a (também relativa) abundância de **materiais metálicos** (Pereira, 2008: Anexo 9) exumados neste contexto. Estão atestados elementos de adorno, em particular duas fíbula anulares hispânicas (061 e 073), e também elementos de cosmética, como dois possíveis espelhos (092 e 093) e duas pinças (085 e 086). Também aqui se exumou parte de um possível punhal com a respectiva bainha (058). A relativa exiguidade do con-





FIGURA 44 Aspecto do depósito do Compartimento 31 (segundo Arruda *et al.*, 2009)

junto artefactual aqui exumado recorda a situação verificada nos contextos sacros das fases anteriores, e sugere mais uma vez o cuidado colocado na limpeza deste espaço, que constituiria o fulcro das actividades culturais.

Quanto à área de circulação 30, os materiais são naturalmente pouco numerosos, sendo que a classe artefactual mais destacada é também a **cerâmica manual** (Oliveira, 2006: Ests. 69-70), estando presentes as taças/tigelas (Formas 8.A.1 e 2 e 8/9.A), os potes/panelas (2.A e B e 3.A) e grandes recipientes abertos («alguidares») (7.B). Os **metais** (Pereira, 2008: Anexo 9) estão também presentes, tendo-se recolhido uma fíbula anular hispânica (072) e alguns, escassos, materiais de cosmética (096 e 141).

A situação no Compartimento 31, tal como referimos acima, é acentuadamente distinta, visto que aqui se exumou um riquíssimo depósito contendo um espólio muito abundante, correspondente a um momento de abandono antecedido por um incêndio, cuja intencionalidade não descarto. A quantidade de material exumada neste putativo *bothros* é, como dizia, muito substancial, sendo particularmente interessante a abundância de **contentores anfóricos**, nomeadamente dos tipos Maña-Pascual A4 (Tipo 11.2.1.3 de J. Ramon [1995: 235]) (Fernandes, 2009) e B/C 1 de Pellicer (Santos, 2009), bem como do tipo Tiñosa (T. 8.1.1.2 [Ramon, 1995: 222]) (Carretero, 2004; 2006). Pelas características de conservação deste contexto pôde, como mencionei acima, identificar-se o conteúdo de alguns destes recipientes, onde foram transportados e/ou armazenados preparados de peixe e cereais. No caso das ânforas 8.1.1.2 um conteúdo oleícola está bem atestado (Carretero, 2006).

É por outro lado muito abundante neste contexto a **cerâmica ática** de verniz negro justamente enquadrável na segunda metade do século V a.n.e., estando presentes diversas formas – taças Cástulo, *Stemless Cup*, *Plain Rim Cup* e *Kylikes* (Arruda, 1997) – que atestam o dinamismo comercial do pólo algarvio bem como a estreita conexão deste comércio com a religiosidade local.

Também bastante abundante é a **cerâmica de engobe vermelho** (Freitas, 2005: Ests. XXXIV-V), representada por formas evolucionadas, essencialmente de tigelas (I.A.1, 2 e 3) e pratos (II.B.1, 3 e 5). A **cerâmica manual** (Oliveira, 2006: Ests. 72-4) está bem representada, uma vez mais com potes/panelas (1.A, 2.A e C), taças/tigelas (8.A.1 e 2, 9.A) e grandes recipientes abertos («alguidares») (7.B).

Os **materiais metálicos** (Pereira, 2008: Anexo 9) são também bastante expressivos, estando presentes novamente os objectos de adorno, com um conjunto significativo de fíbula anulares hispânicas (060, 062, 063, 065, 069, 071), bem como um alfinete de cabelo (079). São também numerosos os fragmentos de recipientes, com pelo menos dois braseiros, um dos quais enquadável nos chamados «braseiros de mãos» (108). Curiosa é também a presença de uma peça interpretada como aplique de mobiliário (178). Estão por outro lado bem atestados outros elementos, de cariz essencialmente funcional (anzóis, agulhas, punções e uma lâmina de foice).

Finalmente, haveria a referir uma certa abundância de materiais conotáveis com práticas piscatórias, nomeadamente pesos de rede que surgem associados, como acima referi, a fauna ictiológica também abundante (Arruda, 2006).



Quanto às evidências contextuais de rituais, estas são como tive oportunidade de referir bastante abundantes, sobretudo nos níveis fundacionais deste complexo arquitectónico. Naturalmente não possuímos dados concretos para apreciar, por exemplo, a que tipo de actividade poderá ter correspondido a já citada vala bifurcada, sendo no entanto sugestiva a sua configuração. A possibilidade de que se tivesse relacionado com práticas libatórias e mesmo, hipoteticamente, sacrificiais não deixa de ser plausível. Os três buracos de poste também já anteriormente citados poderão efectivamente ler-se como sustentáculos de elementos cultuais, sejam eles postes ou bétulos, hipótese avançada pelos responsáveis da escavação no sítio (Arruda *et al.*, 2009: 80) que parece muito sugestiva, e que tem agora um bom paralelo no santuário do Castro dos Ratinhos (cf. *supra*), para além dos numerosos paralelos orientais que para tal circunstância se poderiam aduzir (Oggiano, 2005: 255).

Mais complexas e de difícil interpretação são as evidências de inumações infantis de cariz ritualizado (Figura 45). Não se conhecem, até ao momento, quaisquer paralelos em outros contextos de culto do actual território português, e mesmo na Andaluzia Ocidental o único ponto onde se atestaram hipotéticos ritos sacrificiais – de natureza de resto bem distinta dos que se terão praticado em Castro Marim – envolvendo indivíduos infantis é a própria Cádiz (Corzo Sánchez, 1995), que constitui a todos os títulos um contexto cultural particular, de forte cariz oriental e com laços estreitos com Cartago. A prática da inumação de recém-nascidos e crianças de reduzida idade sob os contextos domésticos é, pelo contrário, muitíssimo frequente no mundo «Ibérico» da Catalunha e Levante Peninsular (AA.VV., 1989), onde se tem discutido o efectivo significado desta prática e a medida em que a mesma decorrerá de tradições autóctones ou de influxos externos, nomeadamente fenícios e, sobretudo, púnicos.

A questão dos sacrifícios infantis em Cartago, levantada pela tradição histórica apoiada na exegese bíblica e na leitura das fontes greco-latinas (cf. Simonetti, 1983), foi reavivada pela descoberta a partir de inícios do século XX de contextos associados a núcleos púnicos do Mediterrâneo





FIGURA 45 Um dos enterramentos infantis sob o Compartimento 29 (segundo Arruda *et al.*, 2009)

Central onde se haviam deposto os restos incinerados de recém-nascidos associados a expressivas invocações religiosas, contextos esses que cedo foram associados ao *tofet* da tradição bíblica (Wagner, 1995: 36). Não é minha intenção entrar aqui na densa problemática que estes espaços representam, e que têm gerado não pouca controvérsia nos meios académicos (*idem*; Wagner, Ruiz e Peña, 2000 *contra* Ribichini, 1987; Gras, Rouillard e Teixidor, 1991; Moscati, 1992; cf. tb. Barrial i Jové, 1989 e Marín Ceballos, 1995), mas o que é certo é que não é despiciendo recordar a propósito das inumações infantis algarvias a densa malha de significados religiosos e votivos de que a criança se revestia no mundo cananeu e, por herança, fenício, aspecto que se evidenciará por razões até ao momento impossíveis de aclarar em Cartago e na sua esfera de influência directa. A presença de prováveis sacrifícios infantis na necrópole de Cádiz (Corzo Sánchez, 1989; 1995), embora correspondam a uma tipologia distinta das incinerações exumadas nos *tofets* do Mediterrâneo Central, atesta que esse significado particular da infância chegou também às costas atlânticas.

Quanto ao santuário propriamente dito, que, como se disse, se edificou sobre estas várias realidades que poderíamos, sem grandes dificuldades, interpretar como testemunhos de ritos fundacionais, as evidências de rituais são mais escassas. Encontra-se, uma vez mais, atestado o uso cultural do fogo com a presença do altar do Compartimento 29. A escassez de espólio sugere aqui, novamente, uma frequência reservada deste espaço, bem como um zelo particular na sua limpeza. Também o Compartimento 31, onde plausivelmente se depositariam as oferendas e bens vários do santuário, sofreu a acção do fogo antes de ter sido selado com todos os abundantes bens que continha cuidadosamente conservados no seu interior. Corresponderia, assim, a um

depósito votivo que se pretendeu deliberadamente conservar. A este respeito, e correndo o risco de parecer repetitivo, é de referência obrigatória o grande incêndio ritual que marcou o abandono de Cancho Roano (Maluquer de Motes *et al.*, 1986).

À luz dos dados disponíveis parece assim fora de dúvida que neste último momento construtivo sidérico de Castro Marim esta área do povoado manteve um carácter marcadamente diferenciado, erigindo-se novo complexo religioso que prolonga, apesar de algumas diferenças na concepção do espaço, o essencial da matriz religiosa atestada nas fases anteriores. Este contexto, com o seu depósito associado, atesta além disso que o aspecto religioso se liga nesta fase de forma particularmente vinculada – certamente na continuidade do que anteriormente já se verificaria – às dinâmicas comerciais em que o sítio se vê envolvido. É interessante finalmente notar que este ascendente económico do santuário urbano corresponde a um momento de estreita conexão com *Gadir*, pólo onde é bem conhecido o papel estruturante do Templo de Melqart no que à actividade produtiva e económica diz respeito (Rodríguez Ferrer, 1988; Sáez Romero, 2009).



Apesar de não se terem exumado quaisquer vestígios arquitectónicos enquadráveis nos momentos finais da ocupação sidérica do Castelo de Castro Marim correspondentes às ocupações dos séculos IV e III a.n.e. dispomos mesmo assim de alguns dados adicionais relativos à religiosidade do pólo algarvio que sugerem vivamente a permanência nesta mesma área do povoado de práticas ligadas com o culto. Estas parecem atestadas, por um lado, pela presença de determinadas formas invulgares de **cerâmica de tipo Kuass** (Figura 46), tradicionalmente associadas a práticas votivas e rituais, como sejam os pratos de bordo moldurado, vários tipos de taças e outro tipo de recipientes, eventualmente destinados a conter ou verter líquidos, nomeadamente perfumes e óleos (Arruda *et al.*, 2009: 80; cf. tb. Sousa, 2009). A hipótese de que esta área tenha permanecido ligada a práticas cultuais é igualmente reforçada por outros materiais, infelizmente exumados em contextos secundários. Assim, identificaram-se dois fragmentos de recipientes zoomórficos de tipo *askoi*, ou possivelmente *kernoi*, um dos quais representando um grifo (*ibidem*). É igualmente de referência obrigatória o achado de cinco pequenas cabeças femininas em pasta vítrea iconograficamente relacionáveis com as representações da *Astarté* fenícia, ainda que as mesmas tenham sido exumadas noutro ponto da área escavada (*ibidem*) (Figura 47).



FIGURA 46 Formas de cerâmica de tipo Kuass possivelmente associadas a práticas rituais (segundo Arruda et al., 2009: 86)





FIGURA 47 Conjunto de cabeças femininas de pasta vítrea exumadas na área dos santuários de Castro Marim (desenhos do Doutor Carlos Pereira, fotografias do Professor Doutor Victor S. Gonçalves)

Parece pois aceitável que a área do povoado que tenho vindo a comentar tenha mantido ao longo de toda a diacronia sidérica do sítio uma funcionalidade religiosa, facto significativo que testemunha eloquentemente um certo sentido da permanência do sagrado não obstante todas as transformações experimentadas pelo pólo algarvio ao longo da sua ampla sequência histórica.

4.b.III. Alcácer do Sal

Implantando-se num cerro destacado que se ergue cerca de 60 m sobre o curso do Sado (Figura 48), o povoado que subjaz à actual Vila e Castelo de Alcácer do Sal exerceu em época sidérica um papel determinante na região do Baixo Sado, tendo constituído o interlocutor por excelência dos colonos fenícios que aportaram no estuário deste rio (Arruda, 1999-2000: 64-72), estruturando o seu território e capitalizando o intenso tráfego comercial que se estendeu para o interior alentejano, tendo as elites locais acumulado uma considerável riqueza, espelhada nos espólios da necrópole associada do Olival do Senhor dos Mártires (Paixão, 1970; 1983; Arruda, 1999-2000: 72-86). A fundação do povoado sidérico que se implantou na colina de Santa Maria, em Setúbal (Soares e Silva, 1986), poderá ter sido uma iniciativa do poder político sito em Alcácer, que com essa iniciativa procuraria assegurar o controlo da navegação do Sado a partir de um ponto estratégico junto da sua desembocadura (Silva, 2005: 753). Tive já por outro lado oportunidade de avançar, ainda que a título meramente hipotético, a possibilidade de o santuário/empório de Abul A, acima comentado, ter funcionado numa estreita dependência deste pólo, onde poderão inclusivamente ter-se fixado populações orientais, em processo semelhante ao que se propôs ter-se verificado nalguns sítios do Baixo Guadalquivir, como Coría del Rio (Escacena Carrasco, 2001). Parece pois comprovado que o povoado de Alcácer do Sal seria um *lugar central* de primeira grandeza no litoral atlântico, tendo-se ligado rapidamente às correntes comerciais oriundas do Mediterrâneo e adoptando o discurso orientalizante como linguagem do poder das elites autóctones.



FIGURA 48 Alcácer do Sal na Carta Militar de Portugal – 1:25 000 (Folha 476)





Trabalhos arqueológicos recentemente realizados na área urbana ribeirinha da Vila de Alcácer, especificamente na Rua do Rato (Arruda *et al.*, n.p.), permitiram exumar um conjunto muito interessante de materiais, dos quais pelo menos uma parte parece ter pertencido a um contexto selado e bem definido que se destaca pelo excelente estado de conservação das peças que continua e pela qualidade e excepcionalidade das mesmas (*idem*: 24).

Do ponto de vista dos materiais cerâmicos, a **cerâmica cinzenta** fina polida é exclusiva neste contexto, estando representada maioritariamente por recipientes fechados, alguns dos quais corresponderão a miniaturas, sendo este fenómeno de miniaturização recorrente em contextos de elevada carga simbólica, nomeadamente santuários, como bem atesta o caso de Cancho Roano ou, nas imediações deste, da Cueva del Valle (Celestino Pérez, 1997). Estão também representados pequenos jarros (correspondentes a unguentários ou *oinochoe*) bem como jarros de maiores dimensões. Exumou-se ainda um vaso à chardon, bem como vários pequenos púcaros. Ao nível dos recipientes abertos atestaram-se taças carenadas e tigelas hemisféricas de perfil simples. Há ainda a referir a presença de um abundante conjunto de cossoiros, contando-se vinte e três exemplares, o que recorda também o panorama verificado em Cancho Roano (*idem*). Está também presente um elemento cilíndrico oco, putativamente interpretado como bétilo (Arruda *et al.*, n.p.: 18-24).

Mais interessante, talvez, é o conjunto de **bronzes** (Figuras 65 a 67) associados a este espólio cerâmico, quer pela sua abundância quer pelo tipo de peças excepcionais de que se compõe (*idem*: 2-14). Entre este conta-se uma peça cilíndrica oca figurando um prótomo de felino de muito boa qualidade (Figura 49), com orifícios na extremidade aberta que poderão ter servido para a fixação a um elemento de mobiliário, peça cuja simbologia religiosa parece evidente (Belén e Marín Ceballos, 2002).

Exumou-se também uma concha de tipo cipriota (Figura 50), peça virtualmente única na Península Ibérica, bem como um *thymiaterion*, também de tipo cíprico (Figura 51).



FIGURA 49 Próximo de felino (segundo Arruda *et al.*, no prelo)

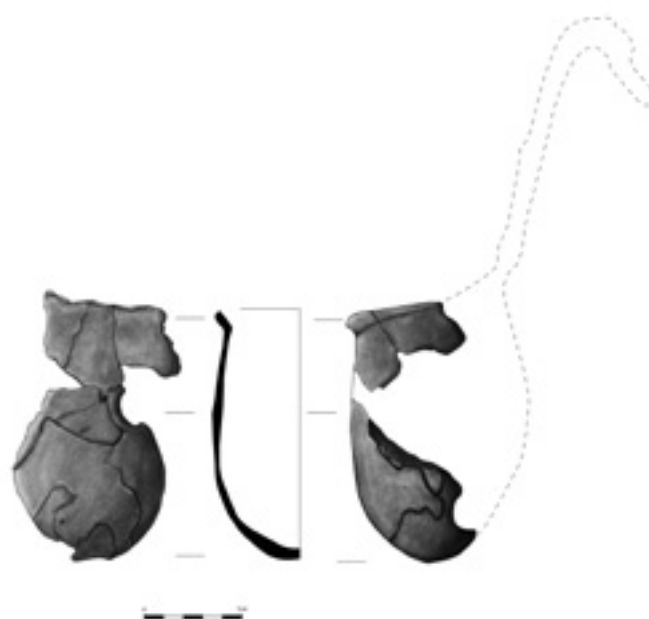


FIGURA 50 Concha de tipo cipriota (segundo Arruda *et al.*, no prelo)

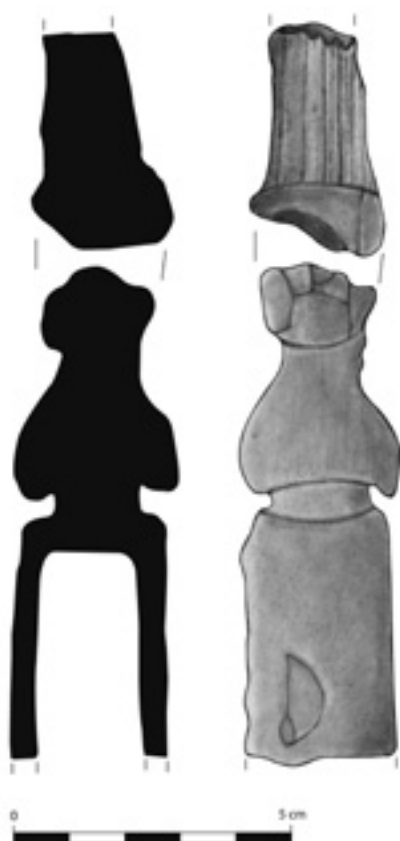


FIGURA 51 Thymiaterion de tipo cipriota (segundo Arruda *et al.*, no prelo)



FIGURA 52 Ralador de tipo etrusco (segundo Arruda *et al.*, no prelo)

Por outro lado, pôde identificar-se uma balança acompanhada de um conjunto de ponderais cúbicos que parecem corresponder a unidades de medida orientais, peças que testemunham eloquentemente práticas comerciais.

Também muito sugestivos, pela esfera social para que remetem, são os diversos elementos de arreios de cavalos (argolas e um possível elemento de campainha) identificados no sítio.

O conjunto conta igualmente com outras peças, de cariz absolutamente excepcional, como uma peça rebitada interpretada como pertencendo a um possível banco de tipo *diphros* ou uma peça rectangular com perfurações interpretada como ralador de queijo (Figura 52), com paralelos no mundo etrusco e que poderia estar relacionado com a preparação de misturas à base de vinho.

Os elementos de adorno são também uma presença importante, havendo a registar um pendente de tipo xorca, fragmentos de três fíbula anulares hispânicas, bem como um fecho de cinturo trapezoidal de tipo Cerdeño DIII (Cerdeño, 1981). Também ligado à estética e à imagem pessoal identificou-se um possível espelho.

Deste contexto provêm igualmente elementos que talvez se possam atribuir a braseiros, uma asa de recipiente (jarro ou braseiro) terminado em prótomo de ofídeo, bem como outros fragmentos de difícil caracterização.

Exumou-se também um interessante conjunto de materiais ósseos (Figuras 68-69) (idem: 14-18), incluindo três placas, duas das quais – uma completa e um fragmento de uma segunda – curvadas e figurando o típico motivo da «árvore da vida» (Blázquez, 1982) (Figura 53), símbolo recorrente no mundo próximo oriental e de elevada carga simbólica, numa versão estilizada, e um



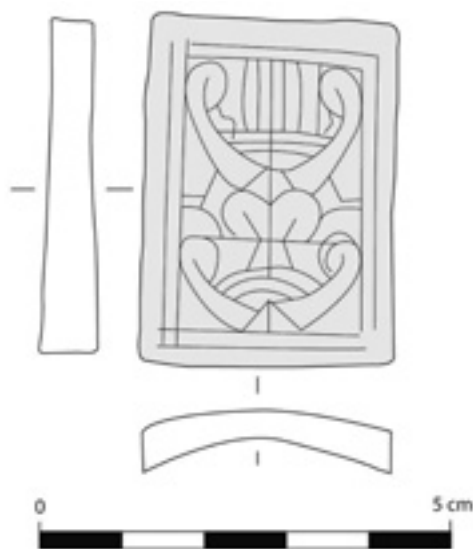


FIGURA 53 Placa óssea com figuração de «árvore da vida» (segundo Arruda *et al.*, no prelo)

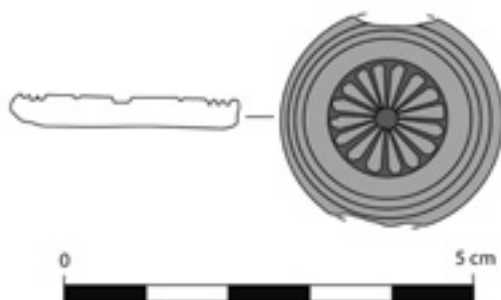


FIGURA 54 Placa de osso com rosáceas de dezasseis pétalas (segundo Arruda *et al.*, no prelo)

fragmento de uma outra placa plana, talvez um elemento decorativo de uma peça de mobiliário, figurando duas patas de quadrúpedes, plausivelmente de um touro, símbolo igualmente bem atestado em contextos religiosos orientalizantes (García-Gelabert e Blázquez, 1997). Além disso foram também encontradas duas placas circulares com rosáceas de dezasseis pétalas realizadas em baixo relevo, motivo tipicamente associado a divindades femininas, nomeadamente *Astarté* (Figura 54). Um cabo de osso foi também identificado.

Finalmente, este contexto material é completado por um conjunto de nove astrágalos de ovi-caprinos, hipoteticamente associados a práticas divinatórias.

Ainda neste contexto importa referir a presença de um seixo de quartzito de forma paralelepipedica com uma figura felina gravada, acompanhada por outras placas rectangulares alongadas talhadas em quartzito e com perfurações num dos extremos, de função por ora indeterminada (*idem*: 24).

A análise deste conjunto permitiu aos responsáveis do seu estudo propor que nesta área ribeirinha do sítio terá existido, num momento que os materiais permitem datar entre **finais do**

século VI e inícios do V a.n.e., um contexto religioso de feição comercial, como sugere a presença de uma balança com os respectivos ponderais, estreitamente conotado com o tráfego fluvial (*idem*: 25; 42). Esta hipótese, com que concordo plenamente, é sustentada pela absoluta excepcionalidade deste conjunto artefactual, cujos paralelos mais próximos se encontram justamente em contextos de culto bem conhecidos do mundo Mediterrâneo e das áreas «Orientalizantes» da Península Ibérica (*ibidem*). Destacaríamos a riqueza relativa em elementos iconográficos – todos, note-se, remetendo para um ciclo feminino (leões, rosetas, «árvore da vida»; cf. Gomes, no prelo) – bem com a presença de elementos cerâmicos miniaturizados como bons indicadores da elevada carga ideológica deste espaço. A presença de elementos de mobiliário que poderíamos designar de luxo é também sugestiva, apontando para um contexto áulico ou sagrado, parecendo este último mais plausível à luz do restante conjunto.

Infelizmente, os constrangimentos impostos à intervenção pelas especificidades da actividade arqueológica em meio urbano não permitiram estabelecer a que tipo de contexto terá pertencido este interessantíssimo espólio, nem se estaria associado a algum tipo de realidade arquitectónica. É possível que estejamos ante um depósito secundário, onde um conjunto de oferendas

terá sido amortizado como forma de vedar o seu uso profano após a consagração à divindade, possibilidade sugerida pelo excelente estado de conservação dos materiais, mas parece-me também plausível que se tenha escavado uma parte do santuário propriamente dito, cuja existência, por outro lado, me parece inegável. A presença de peças de mobiliário bem como da já referida balança poderiam ser argumentos em favor desta última hipótese, correspondendo estes efectivamente a elementos utilitários presentes no santuário.

Apesar da relativa indefinição deste contexto, algumas considerações se podem tecer sobre o tipo de práticas rituais que aí teriam lugar: repetem-se por um lado os rituais libatórios e simposiásticos que já encontrámos em diversos contextos de culto analisados e que são por outro lado recorrentes nos contextos religiosos de influência próximo oriental, bem como a queima de incenso ou essências, atestada pelo *thymiaterion* bem como pelos possíveis unguentários. As evidências de cultos betílicos, embora bastante débeis no conjunto e assentes numa interpretação funcional de artefactos que poderão talvez classificar-se de outras formas, ganham contudo alguma consistência quando cruzadas com outras evidências já referenciadas, quer do actual território português (Castro dos Ratinhos e Castro Marim V, cf. *supra*) quer do território andaluz (Bandera Romero *et al.*, 2004). Inéditas no conjunto dos sítios que tive oportunidade de estudar são, por seu turno, as evidências de artes mânticas, que aqui parecem sugeridas pelo conjunto de nove astrágalos acima referenciado.

É por outro lado interessante notar que, à parte deste contexto bem delimitado do ponto de vista arqueológico, se exumou neste mesmo local um conjunto de materiais em contexto secundário que permitem recuar a ocupação da área a cronologias do **século VII a.n.e.** (Arruda *et al.*, n.p.: 25-6). Este dado é muito relevante, pois poderia sugerir que o contexto de culto que parece atestado em meados do I milénio teria uma origem cronologicamente bastante recuada, ainda da primeira metade desse mesmo milénio, enquadrável portanto ainda em pleno período «Orientalizante». Alguns materiais poderiam sugerir uma situação deste tipo, como o conjunto de Urnas tipo «Cruz del Negro» (*idem*: 31-3), os *pithoi* pintados em bandas (*idem*: 33-4), os jarros de cerâmica comum (*idem*: 40-1) e cinzenta fina (*idem*: 38) ou uma trípode (*idem*: 39-40), peças que caberiam bem num contexto desta natureza. Não estamos no entanto, como disse, minimamente informados sobre o contexto destas peças, e não poderemos por isso asseverar que a funcionalidade do espaço se tenha mantido inalterada ao longo de toda a diacronia de ocupação.



A existência de um outro santuário da Idade do Ferro na área ocupada, pelo menos desde o período Islâmico, pelo castelo de Alcácer do Sal, parece por seu turno comprovada por um conjunto substancial de evidências: contudo, a cronologia, natureza e características do mesmo encontram-se envoltas em numerosas dúvidas, visto que das amplas intervenções realizadas em várias áreas da «acrópole» ocupada pelo conjunto castrense muito escassas informações foram publicadas até ao momento. De facto, apenas as intervenções promovidas pelo Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal no final dos anos 70 foram publicadas de forma circunstanciada (Silva *et al.*, 1980-1).

Não obstante, e ao que parece, as intervenções arqueológicas realizadas nos anos 90 na área do antigo Convento de Nossa Senhora de *Aracaeli*, no âmbito da sua conversão em Pousada



(Figuras 70 e 71), para além de terem permitido identificar o putativo *forum* da antiga *Salacia* bem como um contexto de culto *sui generis* também de Época Romana (Faria, 2002: 103-5), trouxeram à luz numerosos dados sobre a ocupação pré-romana do sítio, que permanecem virtualmente desconhecidos (Paixão, 2001). As referências disponíveis indicam a existência de um plano urbanístico do século IV-III a.n.e. com espaços domésticos de planta ortogonal distribuídos ao longo de arruamentos, referindo-se a peculiar existência de tanques de planta quadrangular ou rectangular de pedra revestidos de argamassa de boa qualidade na maioria dos compartimentos desta fase (Faria, 2002: 101).

Como referi, identificou-se também nesta área uma peculiar estrutura de Época Romana, identificada como santuário, organizada em torno de um poço quadrangular com estrutura de alvenaria no interior do qual se exumou uma *tabella defixionis* contendo um voto em Latim em que se pede a Mégara e a Átis a devolução de pertences roubados e a punição do furto (Encarnação e Faria, 2002; Guerra, 2003), o que atesta a presença de cultos orientais no sítio.

Na construção deste santuário romano reaproveitaram-se, por outro lado, diversas estruturas habitacionais da Idade do Ferro, facto que levou à sugestão de que no mesmo sítio teria existido já em período pré-romano um contexto de culto (Faria, 2002: 104). Esta hipótese, assente em premissas bastante circunstanciais, ganha contudo outra consistência pelo facto de nesta área, generica-



FIGURA 55 Figuras de bronze do Castelo de Alcácer do Sal – guerreiro; oferente masculino; orante feminina; bóvido; equídeo (segundo Gomes, 2008)

mente, se ter exumado um importante **conjunto de peças de bronze** (Figura 55) (Gomes, 2008), embora se desconheça até hoje de forma precisa o seu contexto específico, havendo apenas a referência de que «...a um nível mais profundo que o da implantação das estruturas da Idade do Ferro (...) foi referenciado numa sucessão de camadas de aterro um significativo conjunto de figurinhas de bronze...» (Paixão e Faria, 1996: 22-3). Diz-se também em dado momento que «...foram encontrados espalhados, devido aos trabalhos de uma retro-escavadora (...) e nenhum se encontrava in situ» (Gomes, 2008: 51).

Este conjunto, dado a conhecer por Esmeralda Gomes (*idem*), inclui vinte e três peças, incluindo representações antropomórficas – oito orantes/ofertantes masculinos, itifálicos, dois guerreiros, também itifálicos, duas orantes femininas com os seios destacados mediante a aplicação de pastilhas de bronze – e zoomórficas, predominando os bovinos, em número de quatro, acompanhados por equídeos, de que se conhecem dois exemplares, e por um canídeo. Estão também presentes peças que poderão corresponder a ex-votos anatómicos, representando partes do corpo isoladas (um braço, uma perna e um pé) (*idem*: 56 e ss.). Juntamente com este conjunto publicaram-se também dois pesos cúbicos, provavelmente ponderais de balança (*idem*: 74), bem como um suporte de *thymiaterion* (*idem*: 75).

A autora inclui também no seu estudo duas peças provenientes também desta área, neste caso duas **terracotas**, uma figurando uma cabeça envergando um barrete frígio, atribuída a Átis (ou alternativamente Ganimedes), peça que deverá confrontar-se com a menção àquela divindade minor-asiática na *tabella defixionis*, (*idem*: 76) e outra representando uma figura masculina sendo transportada nas garras de uma águia, neste caso seguramente Ganimedes sendo raptado por Zeus (*idem*: 77). Não existe qualquer evidência segura de que estas peças sejam pré-romanas, podendo perfeitamente enquadrar-se no ambiente de culto romano que acima tive oportunidade de comentar.

Para além destas peças, que seguramente provêm da área em apreço, a autora considera provável que outras peças, depositadas no Museu Municipal Pedro Nunes (MMPN) e na Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL) possam também provir deste mesmo contexto, facto que me parece possível mas difícil de provar. Algumas peças apresentam realmente grande semelhança com as peças já comentadas, representando orantes masculinos (dois no MMPN e cinco na BNL) (*idem*: 78 e ss.) ou animais, como o bovídeo ou equídeo da BNL, mas outras peças destacam-se pela sua concepção e qualidade do restante conjunto, como o caso dos orantes de tipo *baguette* da BNL (*idem*: 86) ou as duas figuras trajadas dessa mesma colecção, de muito boa execução (*idem*: 85). Um touro também da BNL apresenta igualmente uma excepcional qualidade (*idem*: 87) (Figura 56).

As evidências disponíveis são sugestivas, mas muito limitadas, apontando para uma *praxis* cultural relacionada com a fertilidade/fecundidade, mas também com o ideal guerreiro atestado pelas figuras armadas e pelos equídeos. A autora responsável pelo estudo destes ex-votos, que de resto colaborou nas escavações em que foram exumados, indica para os mesmos uma cronologia de **finais do século V, inícios do século IV a.n.e.**, «...pelas suas características e contextualização estratigráfica...» (*idem*: 20), parecendo este último critério estranho visto que a mesma autora refere a ausência de contexto das peças (*idem*: 51; cf. *supra*).

Do restante espólio desta área por hora nada sabemos, aguardando-se que o estudo do mesmo, que se encontra em curso, venha lançar nova luz sobre as muitas interrogações que se





FIGURA 56 Touro de bronze depositado na BNL (segundo Gomes, 2008)

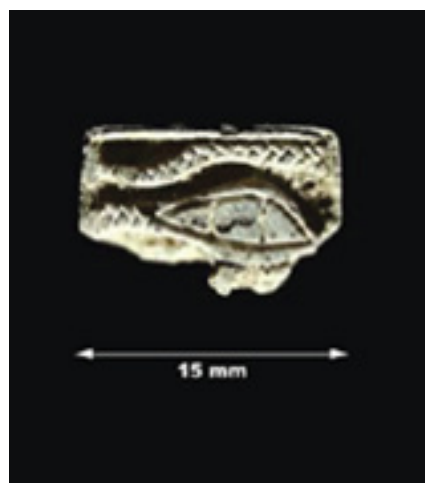


FIGURA 57 Amuleto de osso figurando *udjat* (segundo Gomes, 2008)

nos colocam. Haveria apenas a referir a presença de um amuleto de tipo egípcio de osso esculpido figurando um olho *udjat* numa das faces e um bovídeo – o boi Ápis ou a deusa-vaca Hathor – no verso (*idem*: 20-21 e fig. 20) (Figura 57), motivo recorrente em amuletos deste período e que pode encontrar-se, por exemplo, em peças de Medellín (Almagro Gorbea, 2008).

E. Gomes disponibiliza também um conjunto de observações dispersas sobre a putativa arquitectura do santuário a que estas peças estariam associadas: refere que as paredes do mesmo seriam de pedra aglutinada com argila, sem qualquer evidência de rebocos, existindo também na área um tanque semelhante a outros de construção sidérica, que poderia estar relacionado com práticas rituais. Existiram também, ao que parece, outros compartimentos rectangulares adossados ao principal, que poderiam corresponder a armazéns. Refere também a existência, embora noutra área do sítio, de uma estrutura de combustão que, na sua opinião, poderia ser um altar, proposta que me parece pouco consistente (*idem*: 21 e fig. 21). Refere ainda que os pisos apresentavam coloração ocre ou alaranjada (*idem*: 50).

Os dados disponíveis, como referi, são escassos e circunstanciais, mas parece provável à luz dos mesmos que nesta área do importante povoado sidérico de Alcácer tenha existido, plausivelmente na segunda metade do I milénio a.n.e. (parecendo *grosso modo* aceitável, com base no estilo dos ex-votos, uma **cronologia do século IV-III a.n.e.**) um santuário de cariz urbano, muito ligado a um aspecto profilático e propiciatório. Parece-me importante sublinhar, por outro lado, a similitude que o interessante conjunto de ex-votos comentado apresenta relativamente às numerosas peças da mesma natureza provenientes de contextos religiosos do mundo «Ibérico» do Levante Peninsular e Alta Andaluzia (Nicolini, 1969). Do ponto de vista ritual parece igualmente atestada a prática da queima de incenso ou essências com a presença do *thymiaterion* referido acima.

Não me parece possível, de momento, e com os dados (escassos) que se encontram publicados tecer muito mais considerações sobre este contexto de culto. Naturalmente é de salientar que a sua importância e ascendente, pelo menos junto da população local, se encontra bem expressa no abundante conjunto de ex-votos que nele parece ter sido invertido, mas bem poderíamos dizer que tal facto parece expectável num sítio com as características e importância de

Alcácer do Sal. O estudo do conjunto cerâmico poderia, e quiçá ainda possa, trazer outros dados relevantes, nomeadamente sobre um eventual ascendente também comercial deste espaço, embora *a priori* e na ausência de outros dados me pareça que deve mais enfatizar-se um cariz quase «popular» do culto, de natureza profiláctica e, quiçá, salvífica, embora esteja ciente de que elementos como as figurinhas de guerreiros remetem para esferas mais aristocráticas. A eventual existência de estâncias anexas na estrutura identificada como santuário não permite descartar, contudo, uma acumulação de riqueza também conotável com práticas comerciais. A título de hipótese pode-se sugerir, contudo, que o aspecto comercial seria preferencialmente tutelado pelo santuário ribeirinho acima comentado correspondendo este segundo espaço de culto urbano a outro tipo de motivações. Quanto a outras sugestões sobre as práticas culturais no local, como a prática de sacrifícios (Gomes, 2008: 50) não me parecem, de momento, ter qualquer consistência arqueológica.



Os dados arqueológicos parecem, assim, apontar para a existência de dois santuários de âmbito urbano em Alcácer do Sal, embora uma estrita contemporaneidade entre ambos não esteja directamente atestada, parecendo o contexto da Rua do Rato *a priori* mais antigo do que o contexto do Castelo, embora a precariedade dos dados sobre um e o outro contexto não permitam excluir a sua coexistência.

É muito interessante constatar que estes dois santuários parecem responder a motivações distintas, correspondendo o espaço ribeirinho a um espaço de culto com conotações comerciais, lógica que já nos é familiar em que o sagrado assume a tutela das transacções e o espaço do santuário se assume como palco neutralizado de contactos e negociações, ao passo que o santuário da acrópole teria uma conotação salutífera e profiláctica, traduzindo quiçá uma devoção mais popular, embora não falem elementos que remetam para um certo carácter cívico, como as figurinhas de guerreiros.

O carácter politicamente destacado de Alcácer do Sal justifica plenamente a existência de vários contextos de culto, e a dualidade aqui registada traduz uma dualidade do próprio sítio, dominando o seu *hinterland* ao mesmo tempo que se abre ao mar e aos comerciantes que chegam por essa via. O santuário da acrópole poderá ter congregado num sentimento pio mas também cívico as populações dependentes de Alcácer e das suas elites sócio-políticas enquanto que o santuário da Rua do Rato estabelecerá a interface entre estas e os seus interlocutores forâneos.



5.a. FRAGMENTOS DE UMA HISTÓRIA (IV): UM MUNDO EM MUTAÇÃO (SÉCULOS IV-III A.N.E.)

A investigação sobre a génese do mundo pré-romano do Sudoeste peninsular tem vindo a ser amplamente condicionada pelas teses tradicionais que defendem uma solução de continuidade em torno a meados do I milénio a.n.e., fazendo suceder a uma etapa inicial de carácter «Orientalizante» uma «II Idade do Ferro» marcada por influências continentais que enformam a génese do mundo «céltico» a que se referirão mais tarde as fontes greco-latinas (Beirão, Gomes e Monteiro, 1979; Beirão e Gomes, 1980; Gomes, 1983; Beirão, 1986).

Este paradigma, contudo, tem sido nas últimas décadas alvo de sérias críticas (Fabião, 1992; Arruda, 1993; Arruda, Guerra e Fabião, 1995; Fabião, 2001; Arruda, 2001) que contribuíram para desconstruir essa visão simplista da sequência cultural sidérica, enfatizando por um lado o nosso grande desconhecimento da geografia política e mesmo étnico-cultural pré-romana e, ao mesmo tempo, a noção de que esse panorama seria muito mais complexo e multifacetado do que o modelo anteriormente referido deixava entrever.

O que parece certo é que o modelo social, político e/ou económico subjacente ao mundo «Pós-Orientalizante» se esgota no século IV a.n.e., assistindo-se neste momento ao abandono dos pequenos núcleos de povoamento da região de Ourique (Beirão, 1986; Arruda, 2001) e de Neves-Corvo (Maia, 2008) e também do já comentado santuário da Azougada (Antunes, 2010). Independentemente das razões que se possam aduzir para este colapso (Rodríguez Díaz, 1994; Fabião, 2001: 232-3), é de realçar que este fenómeno parece de alguma forma «sincronizado» com o colapso do mundo «Pós-Orientalizante» da Extremadura espanhola, simbolizado pelo abandono ritualizado de Cancho Roano (Celestino Pérez, 1997).

Não obstante, parece-me necessário salientar, como se tem feito (Fabião, 2001), um certo sentido de continuidade e, mesmo, de permanência, ainda que me pareça notória a chegada de novos influxos culturais e materiais desta feita apontando para uma evidente conexão continental. Perfeitamente desacreditado encontra-se, isso sim, o processo quase taxonómico pelo qual se procuraram classificar as distintas entidades culturais presentes no Sudoeste pré-romano, sendo hoje mais ou menos evidente que as identidades étnicas são nesta fase fluidas, dinâmicas e multifacetadas, realizando a síntese entre elementos que, em última análise, remetem para contextos de origem diferenciados.

É ainda grande o nosso desconhecimento sobre as lógicas de povoamento e sobre a própria matriz cultural do território em estudo entre o século IV a.n.e. e a conquista romana, que aqui se terá efectivado em datas bastante precoces, mas é inegável que a inscrição deste território na esfera político-militar da *Urbs* ditará, a prazo, profundas transformações culturais com marcados reflexos também nas práticas religiosas. Não podemos ainda avaliar, com os dados actualmente disponíveis, nem as continuidades nem as rupturas, sendo a esse respeito sintomático que, dos dois putativos contextos religiosos de matriz mediterrânea conhecidos para este período ainda tão difícil de caracterizar, um simbolize justamente o abandono e o encerrar de um ciclo ao passo que, para o outro, se sugeriu, ainda que com problemas, uma quase teimosa continuidade, adentrando pela Romanidade. Os dados disponíveis são frágeis, é certo, mas talvez este panorama seja representativo do destino variável que os contextos de culto sidéricos conhecerão após a conquista romana.

5.b. O CORPUS DOCUMENTAL

5.b.1. Castelo Velho de Santiago do Cacém

A existência de um contexto de culto no sítio do Castelo Velho de Santiago do Cacém é uma hipótese bastante controversa. Integrado desde há muito no discurso histórico-arqueológico ao ter-se identificado desde a Renascença (Resende, 1996 [1593]) com a *Merobrica* referida por Plínio-o-Velho (*Nat. Hist.*, 4, 116), o sítio foi objecto de numerosas intervenções desde a primeira metade do século XX (Fabião, 1998: 234-5), destacando-se as amplas campanhas dirigidas por D. Fernando de Almeida (1964). O grosso dos dados disponíveis diz respeito à ocupação romana (Barata, 1998), que se desenvolve numa colina aplanada dominando uma ribeira, preterindo ao que parece o domínio visual sobre o mar (Figura 58). A ocupação pré-romana do sítio, intuída pela designação de Miróbriga dos Célticos que Plínio lhe atribui, foi efectivamente diagnosticada já nos primeiros trabalhos realizados no sítio, mas tem merecido escassos comentários por parte dos responsáveis das várias intervenções (p. ex. Almeida, 1964: 26-33 e 66-71). As referências a arquitecturas pré-romanas no sítio resumem-se à notação de «...um troço arruinado da primitiva muralha, a do castro...» (*idem*, 28) e à menção de que «...apareceram outros muros de pedra solta, também pertencentes, provavelmente, ao primitivo castro. As explorações que se seguiram no lado Sul, no plano inferior, mostraram uma casa com três divisões, as paredes revestidas de argamassa (o pavimento de uma delas tem calçada, em parte, as outras são de terra batida)» (*idem*: 26). Justamente as estruturas desta última área foram mais tarde interpretadas como um possível «templo pré-romano».



FIGURA 58 Castelo Velho de Santiago do Cacém na Carta Militar de Portugal – 1:25 000 (Folha 516)



De facto, uma equipa da Universidade de Missouri-Columbia que, durante os anos 80, realizou intervenções no sítio (Biers, 1988) deu à estampa alguns dados novos sobre a sequência de ocupação do sítio que parece importante reter: em primeiro lugar, considerou-se que a ocupação do Castelo Velho remontará ao Bronze Final, com datações do século IX-VIII a.n.e. (Biers, Biers e Soren, 1983: 56, *apud* Fabião, 1998: 239) havendo depois um considerável hiato, estando ausentes quaisquer dados respeitantes à primeira metade do primeiro milénio a.n.e. A (re)ocupação do sítio a partir de meados do milénio, atestada pelo conjunto cerâmico exumado já nas escavações mais antigas (Soares e Silva, 1979), parece ter ficado também atestada, sobretudo para horizontes posteriores ao século IV a.n.e., não obstante algumas dificuldades apresentadas pelas datações avançadas (Fabião, 1998: 239-240).

Para o objectivo desta análise, contudo, importa reter sobretudo o problema do suposto «templo pré-romano» que teria sido identificado no local. Com efeito, D. Soren refere, num dos artigos preliminares que dão conta do progresso dos trabalhos, a identificação de um contexto que, diz, «... *may be a Late Iron Age, proto-roman temple...*» (Biers, Biers e Soren, 1982: 39 *apud* Fabião, 1998: 241), tendo posteriormente apresentado a putativa sequência ocupacional dessa zona, em que a um horizonte anterior à construção do edifício e datável do Bronze Final (século IX-VIII a.n.e.) seguir-se-ia a construção de um contexto de culto – designado «templo» – mais antigo, anterior à fortificação do sítio, datável do século IV a.n.e., abandonado pouco depois e utilizado como lixeira, antes de ser reactivado no século II a.n.e., sofrendo em meados dessa centúria um incêndio, ao qual terá sobrevivido, recebendo em torno a 100 a.n.e. um novo piso. Teria posteriormente continuado em utilização, sendo amortizado apenas com a construção da área monumental do *fórum* da localidade na época de Cláudio-Nero (Biers, Biers e Soren, 1983: 54-9, *apud* Fabião, 1998: 241). É preciso referir que os dados em que assenta este faseamento bem como a própria atribuição funcional deste espaço não foram publicados de forma circunstanciada, não havendo por isso forma de contrastar esta proposta do investigador americano com a realidade material em que assenta, o que dificulta qualquer consideração ulterior sobre o tema.

C. Fabião (1998: 242) demonstrou, por outro lado, a inconsistência e as numerosas lacunas que esta leitura apresenta, pelo que me parece hoje pouco pertinente, e na ausência da publicação de outros dados concretos, manter uma interpretação religiosa das estruturas exumadas nesta área do povoado. Parece-nos especialmente de reter a dificuldade, sublinhada por aquele investigador, de aceitar uma longa sobrevivência (de cerca de século e meio) da última encarnação deste templo, inalterado pelo processo de inclusão do território em estudo na esfera do poder romano (*ibidem*). Para C. Fabião existiria um edifício mais antigo, pouco complexo – essencialmente um espaço de planta quadrangular simples – com uma cronologia de difícil estabelecimento, sobre a qual se terão edificado novas estruturas, já de época romana a avaliar pela técnica construtiva empregue (*idem*: 243).

A interpretação deste contexto como «templo» foi, certamente, condicionada por vários aspectos, nomeadamente pela existência em área próxima de um destacado templo de época romana, que se tem considerado como dedicado a *Aesculapius*. É importante referir que o culto desta divindade, bem atestado no sítio, foi já lida como *interpretatio* de uma divindade pré-romana, nomeadamente *Eshmun* (Mantas, 1997; 2002).

A própria natureza do urbanismo do pólo parece fugir em certa medida ao aspecto «tradicional» dos centros urbanos romanos, facto que levou D. Fernando de Almeida «... a concluir ter ali

existido, em Miróbriga, nos séculos III-IV [n.e.], um santuário campestre de peregrinação» (Almeida, 1964: 72). Tal contexto terá sem dúvida tornado tentadora a leitura de uma estrutura de difícil enquadramento cronológico como um antecedente remoto dessa sacralidade do espaço, que assim se associaria a aspectos profiláticos depois cristalizados, já em Romanidade, no culto de Esculápio.

No estado actual dos nossos conhecimentos, parece-me pouco pertinente tecer considerações mais alargadas sobre a putativa presença de um santuário da Idade do Ferro no Castelo Velho de Santiago do Cacém, embora não seja impossível que a disponibilização de novos dados pudesse dar outra consistência a esta hipótese que, sublinho, poderia articular-se bem, em termos históricos, com a importância do culto a divindades salutíferas já em Época Romana (Mantas, 2002).

5.b.II. Garvão

O Castelo e povoação de Garvão (Figura 59) implantam-se numa colina de topo aplanado com cerca de 125 m de altitude encaixada entre duas ribeiras, a de Garvão e a de S. Martinho, ambas pertencentes à bacia do Sado (Beirão *et al.*, 1985; Fabião, 1998: 261). As ocupações antigas do sítio, embora atestadas, encontram-se escassamente documentadas, em geral por achados descontextualizados ou escassamente publicados, facto que tem permitido uma considerável disparidade de leituras e interpretações sobre a importância e natureza da mesma (Fabião, 1998: 262-5).

Os dados mais concretos de que dispomos sobre essas ocupações dizem respeito a um depósito escavado na primeira metade dos anos 80 do século XX por C. de Mello Beirão e seus colaboradores (Beirão *et al.*, 1985; 1987): trata-se de uma ampla fossa de tendência ovalada com cerca de



FIGURA 59 Cerro do Castelo de Garvão na Carta Militar de Portugal - 1:25 000 (Folha 546)



10 m de comprimento máximo, no sentido NE-SO e 5 m de largura máxima, no sentido NO-SE, aberta no solo e no substrato xistoso local sensivelmente a meia altura da encosta, a uma cota de cerca de 119 m; esta ampla estrutura negativa apresentaria um perfil transversal assimétrico, desenvolvendo-se em rampa na sua porção NO mas terminando abruptamente na vertente SO, onde terá sido delimitada por um murete de lajes de xisto argamassadas com argila (Beirão *et al.*, 1985: 60).

O centro desta fossa parece ter sido grosseiramente pavimentado com lajes de xisto, entre e sobre as quais se exumaram numerosos vestígios faunísticos (*ibidem*), correspondentes ao que parece a bovídeos, ovi-caprídeos e suídeos (Gomes, 2001: 130), embora se tenham identificado também no local evidências de canídeos e felídeos (*ibidem*), tendo-se aqui exumado também um crânio humano que terá sido vítima de uma morte violenta, quiçá ritual (Antunes e Cunha, 1986). Após estas acções iniciais, que poderão ter correspondido a uma ritualização do espaço, depuseram-se, talvez partindo desta área central, numerosíssimos recipientes cerâmicos, segundo uma lógica de maximização do espaço disponível, tendo-se identificado *in situ* grandes recipientes, alguns com as partes superiores propositadamente quebradas, repletos de peças de menores dimensões, bem como pilhas de pratos/tigelas; note-se que todos os interstícios entre estes conjuntos parecem ter sido preenchidos com outras peças inseridas na vertical e em cunha e com fragmentos avulsos. A organização interna dos materiais depositados sugere, como os responsáveis da escavação frisaram, que o mesmo se formou num só momento, ideia reforçada pela identificação de fragmentos pertencentes à mesma peça em níveis e pontos distintos do depósito (*idem*: 60-1).

Tal facto levou os responsáveis da escavação a identificarem este contexto como depósito secundário onde se terão amortizado as oferendas acumuladas num contexto de culto, eventualmente próximo, mas que ainda não foi possível identificar (Beirão *et al.*, 1987: 209). O volume das oferendas poderia, por si só, justificar essa amortização, embora outras razões se possam, como referirei adiante, aduzir.

Uma vez depositas as numerosas peças organizadas de forma a aproveitar todos os espaços disponíveis, num afã de optimização da área da fossa (note-se que por vezes os materiais acabaram mesmo por ultrapassar os limites desta, cf. Beirão *et al.*, 1985: 104), o conjunto foi coberto com terra, grandes seixos e blocos de xisto, selando-o e quebrando-o intencionalmente, o que reforça o carácter sacro deste conjunto cujo uso profano após a sua consagração inicial se teria pretendido evitar (*idem*: 105).

Quanto ao espólio exumado parece difícil sintetizar a sua riqueza e diversidade, tratando-o com o detalhe que o seu grande interesse exigiria, sem tornar esta exposição demasiado extensa e volumosa. Direi, contudo, que a vasta maioria do material proveniente desta fossa é composta por **materiais cerâmicos**, dos quais cerca de 15% correspondem a produções manuais e 85% a peças produzidas ao torno (*idem*: 61).

Entre a **cerâmica manual** (Figuras 80 e 81) (*idem*: 61-3 e figs. 16-7) sobressaem, pela sua abundância, os pequenos copos ovóides de pé simples, indicado ou destacado, destinados sem dúvida ao consumo de líquidos; estão também atestadas as taças em calote de esfera, com a presença de peças trípodes, recipientes de tendência troncocónica, recipientes ovóides de colo estrangulado e pé simples, alto ou trípodes, bem como urnas de pé alto. Encontra-se também publicada uma peça *sui generis* de morfologia paralelipédica, de tipo «caixa» ou *pyxis*, com

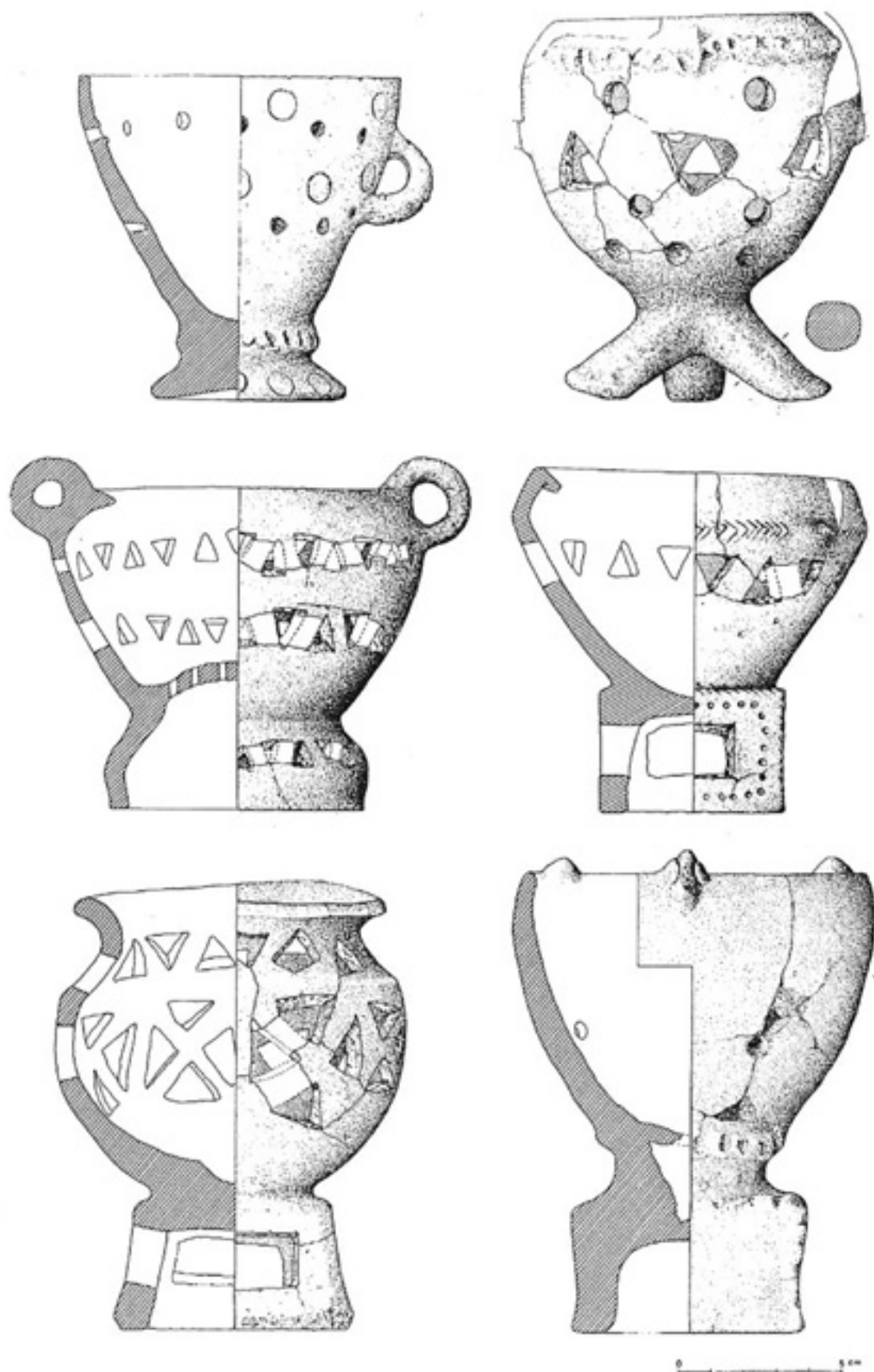


FIGURA 60 Queimadores fenestrados de Garvão (segundo Beirão *et al.*, 1987)



bordo decorado por incisão (Beirão *et al.*, 1987: fig. 5). É significativa a profusão de decoração nestas peças, estando presente a decoração por impressão e por incisão bem como a decoração plástica. Ainda dentro das peças produzidas manualmente é muito interessante o numeroso conjunto de peças do tipo «**queimador**» ou «vaso fenestrado» (Figura 60) (Beirão *et al.*, 1985: 63 e fig. 17-8), forma normalmente interpretada como ligada funcionalmente à queima de incenso e essências. O conjunto publicado é muito variado na sua morfologia, estando presentes peças ovóides, troncocónicas e sub-cónicas, com pé indicado, pé alto oco e pé paralelepípedo oco, apresentando «janelas» circulares, triangulares ou ambas em combinação.

Quanto à **cerâmica a torno** (*idem*: 63-8 e figs. 19-20), o predomínio absoluto pertence aos pratos/taças, estando contudo também atestadas as taças de bordo voltado para o interior, possivelmente interpretáveis como lucernas, as taças de carena alta, recipientes tulipiformes, potes de perfil em «S» e de perfil sinuoso com carena alta bem como grandes potes ovóides. Interessante é, por outro lado, a presença de jarros de bordo trilobado. Importantes são também os grandes recipientes de armazenagem, utilizados neste contexto para conter e organizar os recipientes de menores dimensões. Está, por outro lado, bem atestada a **cerâmica pintada** (*idem*: 68-9 e figs. 21-2) de tradição ibérica/turdetana, com motivos exclusivamente geométricos de que se destacam as bandas, as grinaldas de arcos e segmentos de arco e as teorias de linhas onduladas. Entre os recipientes decorados contam-se os potes e outros grandes recipientes, um vaso caliciforme de pé alto, bem como uma peça integrável no tipo das «urnas de orelhetas» Ibéricas (Figura 61) (*idem*: fig. 23), que voltarei a comentar. Residual no conjunto é a **cerâmica de engobe vermelho** (*idem*: 69-73 e fig. 24), apresentando os tons violáceos característicos das produções tardias deste tipo, representadas por pratos de aba larga e perfil carenado bem como recipientes bi-troncocónicos correspondentes à Forma 4 de Cuadrado (1969), forma bastante invulgar nos conjuntos do Ocidente peninsular.

Um outro aspecto bastante interessante do espólio exumado é a relativa abundância de **cerâmica estampilhada** (Beirão *et al.*, 1985: 73-81 e figs. 25-8), estando representada uma numerosa panóplia de matrizes – reconheceram-se ao todo vinte e quatro motivos distintos, que recobrem desde motivos bastante frequentes, como as estampilhas com suásticas, as «*union jacks*», estampilhas circulares simples e compósitas, até motivos *sui generis*, como as palmetas (de gosto mediterrâneo, diga-se), os losangos ou um putativo motivo antropomórfico estilizado de aspecto geométrico. As peças a que se aplicou esta decoração parecem corresponder predominantemente a grandes contentores, embora haja exceções, como a «urna de orelhetas» atrás referida. Neste caso, como em outros do depósito, a decoração estampilhada, frequentemente associada a uma matriz cultural continental e de influência *meseteña*, associou-se a decoração pintada, tipicamente mediterrânea, denunciando uma síntese de influências que adiante tornarei a comentar.

Muito interessantes para a interpretação do sítio são os relativamente numerosos **elementos coroplásticos** (Figura 62) (*idem*: 81-2) identificados neste conjunto. Está presente uma figurinha de equídeo de muito boa qualidade (*idem*: fig. 29-61), bem como um outro prótomo de equídeo geometrizarante que poderia corresponder a um elemento de preensão de algum recipiente (*idem*: fig. 29-62). Exumou-se também uma figurinha feminina de aspecto tosco com a figuração dos seios e de um colar de grandes contas obtida pela aplicação de pequenas pastilhas de argila (*idem*: fig. 29-63). Outros elementos antropomórficos presentes no conjunto correspondem a elementos

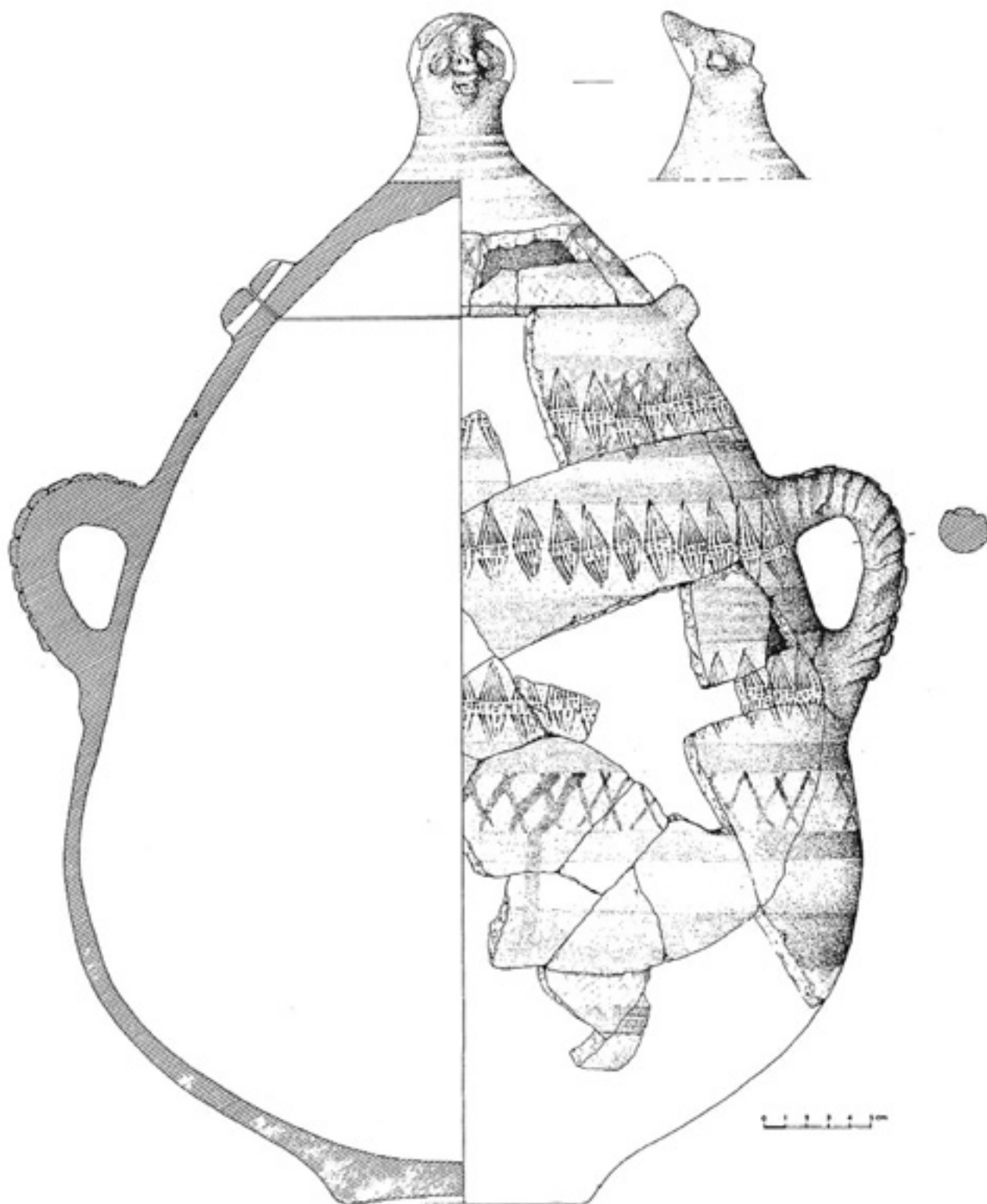


FIGURA 61 «Urna de orelhetas» com decoração coroplástica e pintada (segundo Beirão *et al.*, 1987)



de preensão: a tampa da já citada «urna de orelhetas» culmina num elemento de preensão em forma de cabeça humana com um toucado pontiagudo (*idem*: fig. 23); um grande recipiente apresenta um elemento de preensão em forma de figurinha humana com o queixo apoiado no bordo, «espreitando» para o interior (*idem*: fig. 30); um outro recipiente apresenta um elemento de preensão em forma de rosto humano sub-triangular sob o bordo (Beirão *et al.*, 1987: fig. 5). Encontra-se também referenciado um queimador com asas ornitomorfos (Beirão *et al.*, 1985: 115), que atestaria a presença do motivo das aves, bem conhecido na coroplástica sidérica da região (Gomes, no prelo). Outra peça muito interessante exumada neste conjunto corresponde a um *aspergillus*, peça cilíndrica com uma das extremidades abertas e o extremo oposto alargado e perfurado para obter um efeito de aspersão; apresenta uma protuberância em gancho na extremidade aberta, que permitiria pendurá-lo num suporte, eventualmente um recipiente (*idem*: fig. 29-60).

O **espólio metálico** (Figura 63) (*idem*: 84-92), embora menos numeroso, contém materiais de grande interesse e elevada carga simbólica. Destaca-se desde logo o conjunto de **placas oculadas** (*idem*: fig. 31-3), num total de treze, duas de ouro e onze de prata; estas placas apresentam morfologias diferenciadas, estando presentes peças de recorte sub-rectangular (em número de onze), trapezoidais (um exemplar) e uma outra formada por dois círculos tangentes (um exemplar). Uma boa parte destas placas apresentava também decoração radiada. Duas outras placas de prata apresentavam **figurações antropomórficas** (*idem*: fig. 32-79 e fig.34-78/9): numa, de recorte trapezoidal, representou-se uma cabeça feminina encimada por uma tiara ou penteado alto de canudos apresentando um longo colar com o que parece ser um pendente em forma de crescente; na outra, de recorte sub-rectangular, representou-se uma figura humana esquemática com cabeça redonda, braços elevados em posição «de orante», pernas curvilíneas e peito formado por grande palmeta de volutas.

Está também presente um címbalo de prata (*idem*: fig. 34-84), muito interessante pelo significado ritual de que poderá revestir-se. Outro artefacto muito relevante, desta feita pelo seu potencial datante, é um **numisma**, uma hemidracma de prata de *Gadir* pertencente a séries do final do século III a.n.e. figurando numa das faces a efígie de *Herakles-Melqart* e no anverso um atum (Gomes, 2001: 125).

Estão também presentes **elementos de adorno** (Beirão *et al.*, 1985: 91-2 e figs. 90-1) em número não despreciando: contam-se neste conjunto sete anéis de prata, uma fíbula anular hispânica de prata, três fragmentos de fíbulas de tipo «La Tène» (arco peraltado e pé de balaústre), um aplique áureo, uma bracelete e um conjunto de sete argolas de prata. Ainda ao nível dos objectos de adorno há a referir a presença de um conjunto de oito **contas de colar** de cornalina (*idem*: 92-4) e de cinco outras de pasta vítrea (*idem*: 94).

Também de **pasta vítrea** exumaram-se fragmentos de dois *oinochoai*, um de cor negra com decorações a amarelo de cádmio e o outro de coloração azul escura, também com decoração naquela mesma cor. Está também presente um recipiente de tipo anforisco ou *alabastron*. Interessante é a referência a uma peça figurando um maxilar humano, também de pasta vítrea (*idem*: 94).



A deposição deste abundantíssimo conjunto de materiais, de que até ao momento conhecemos apenas uma parte dada a conhecer em notas preliminares, ilustra de forma muito eloquente



a existência no Cerro do Castelo de Garvão de um santuário de dimensões significativas e com uma considerável projecção. O momento de fundação deste depósito, em si mesmo, parece ter sido antecedido por práticas de ritualização do espaço, com a realização de sacrifícios animais (de bóvidos, ovi-caprídeos e suídeos, cf. Gomes, 2001: 130) e talvez mesmo um sacrifício humano, atestado pela deposição de um crânio com sinais de morte violenta (Antunes e Cunha, 1986).

A própria natureza do espólio, por outro lado, reveste-se de grande interesse, desde logo porque parece materializar uma interpenetração de influências mediterrâneas, por um lado, e continentais, por outro (Fabião, 1998: 265): a presença de abundante cerâmica manual, com destaque para os característicos queimadores, mas também a presença significativa de decorações estampilhadas remeteriam, *a priori*, para um ambiente de influência continental, «celtizante», atestada também por exemplo pela presença de fíbula de tipos continentais, mas muitas das formas presentes, com algumas tão características como a já amplamente referida «urna de orelheta», bem como a abundância de decorações pintadas com motivos geometrizes, para não falar da cerâmica de engobe vermelho ou dos elementos figurativos, de clara tradição mediterrânea, remetem para uma influência claramente oriunda da bacia do Mar Interior. Esta convivência de elementos culturalmente diferenciados aponta, como já foi sugerido, para o facto de o santuário onde se terão depositado as oferendas depois vertidas neste *bothros* ter tido uma considerável projecção territorial, congregando populações diferenciadas e assumindo-se como pólo religioso regional ou supra-regional (*idem*: 266-7), independentemente da sua provável posição no seio de um núcleo de povoamento do qual, contudo, pouco ou nada sabemos (Correia, 1995: 250; Correia, 1999: 706).

A forma do culto, contudo, parece corresponder preferencialmente a modelos de influência mediterrânea. Os materiais publicados permitem entrever bastantes aspectos da *praxis* cultural presente no local, sendo naturalmente de destacar a prática de oferendas, aparentemente não cruentas, das quais os numerosíssimos recipientes cerâmicos teriam funcionado como contentores no acto da deposição (Beirão *et al.*, 1985: 105). Também a prática de banquetes rituais e actividades simposiásticas parece muito provável (*ibidem*). A presença de copos, muito numerosos, bem como de *oinochoai*, poderia remeter para um consumo sacralizado de líquidos (vinho?).

A queima de essências e incenso parece também um dado adquirido, com a presença dos numerosos queimadores antes comentados, sendo por outro lado também sugerida pelos *oinochoai* de pasta vítrea e pelo anforisco ou *alabastron* que poderão ter contido perfumes ou essências aromáticas. O *aspergillus*, por sua parte, remete para a existência de práticas rituais de aspersão (com água?), ligadas a ideais de purificação e limpeza, física e/ou espiritual (Gomes, 2001: 123; Groenewoud, 2005). O címbalo exumado permite sugerir que os rituais terão sido acompanhados por música e, talvez, cantos (*idem*: 129).

O aspecto profilático do santuário parece igualmente muito provável, sendo sugerida pelo interessante conjunto de placas oculadas, mas também pelo maxilar em pasta vítrea. A simbólica da luz parece muito importante neste contexto de culto – note-se o aspecto solarizado de muitos dos olhos representados nas placas, bem como, por outro lado, a presença de tacinhas de bordo reentrante interpretáveis como possíveis lucernas (Beirão *et al.*, 1985: 119-124).

As figurações antropomórficas e zoomórficas permitem entrever, por outro lado, alguns outros aspectos do real significado do santuário anexo: parece-me que as mesmas se podem divi-



dir em dois blocos com, por um lado, as figuras femininas (figura coroplástica e figuras sobre placas de prata) remetendo para a divindade cultuada (*idem*: 108-111 e 119-124; cf. Gomes, no prelo) e, por outro, os equídeos, que poderão remeter para a presença de um discurso aristocratizante no sítio, marcado pela imagética equestre (e neste sentido cumpre questionar se as argolas de prata não poderiam pertencer a arreios de cavalos) (*idem*: 112).

Estamos, assim, em presença de um santuário de grande ascendente não apenas local, mas também regional, que poderá ter-se afirmado pela fama das suas propriedades salutíferas, profiláticas ou curativas, impondo-se por outra parte como local de reunião e espaço neutro de encontro entre comunidades de um território que poderá ter sido bastante vasto. Os autores responsáveis pela escavação do sítio sublinham que a amortização deste abundante espólio poderá explicar-se pela acumulação ao longo do tempo de oferendas dos crentes e, concomitantemente, por questões pragmáticas de falta de espaço na área cultural propriamente dita (*idem*: 105); no entanto, e como acima tive oportunidade de referir, outras razões se poderiam aduzir, nomeadamente atendendo ao contexto histórico.

De facto, os materiais exumados apontam em alguns casos para cronologias que podem remontar aos **finais do século IV** (caso da «urna de orelhetas») mas, *grosso modo*, enquadram-se bem no **século III a.n.e.**, podendo os materiais mais antigos corresponder a peças entesouradas no santuário anexo; a cronologia de formação do depósito propriamente dito é fixada pelo *terminus post quem* proporcionado pelo numisma gaditano exumado, que apontaria para uma **cronologia de finais do século III a.n.e.** (Beirão *et al.*, 1985: 111; Gomes, 2001: 125). Parece-me sugestiva, embora impossível de confirmar ou recusar com base nos dados disponíveis, a possibilidade de que este depósito se tenha formado em época já tardia, eventualmente durante a II Guerra Púnica ou já na **primeira metade do século II a.n.e.** com o avanço da conquista romana, traduzindo um clima de alguma insegurança e apreensão que levaria a um ímpeto de ocultação dos *sacra* dedicados no santuário como forma de os preservar de eventuais pilhagens.

6. BREVE NOTA SOBRE ALGUNS OUTROS CONTEXTOS MAL CONHECIDOS

Gostaria no presente apartado de referenciar, ainda que de forma muito sucinta, alguns outros contextos cuja possível função religiosa foi já sugerida, mas para os quais dispomos de dados insuficientes para elaborar qualquer valorização efectiva.

Nota muito especial merece a **Lapa da Cova**, cavidade cársica aberta na fachada meridional da Serra da Arrábida em escarpa abrupta caindo sobre o mar; a sua posição torna o acesso por terra bastante difícil, mas tudo indica que será bastante mais acessível por via marítima. A sua ocupação sidérica foi identificada no âmbito dos trabalhos de revisão da Carta Arqueológica de Sesimbra (AA.VV., 2009), tendo posteriormente sido objecto de amplas intervenções arqueológicas, ainda inéditas. Estas foram, contudo, acompanhadas de ampla divulgação *on-line* de dados e interpretações, sobre as quais não nos deteremos por razões de ética científica. Julgo contudo poder avançar que os responsáveis da intervenção se inclinam para uma interpretação religiosa deste contexto. Uma ocupação doméstica parece, de facto, pouco plausível, e não existe qualquer evidência de uma utilização funerária; estes dados, cruzados com a existência de elementos excepcionais no espólio, sustentam pois a interpretação sugerida pelos responsáveis da escavação.

A existência de uma religiosidade fenício-púnica tendo por palco as grutas é bem conhecida, com numerosos exemplos ao longo do Mediterrâneo (Gómez Bellard e Vidal González, 2000); também na Península Ibérica este tipo de contextos religiosos está bem atestado, destacando-se os casos de Es Cuieram, em Ibiza (Aubert, 1968; 1982), e de Gorham's Cave, em Gibraltar (Culican, 1972; Belén e Pérez, 2000). A utilização votiva de grutas tem vindo a ser, por outro lado, associada à navegação (Grottanelli, 1981), interpretando-se estes sítios como escalas que, ligadas à devoção dos marinheiros (cf. Romero Recio, 2008), funcionariam também como pontos-guia nos percursos marítimos (Ruiz de Arbulo, 1997: 58-63); tendo em conta que a Península de Setúbal, vertebrada pela Serra da Arrábida, marca uma importante descontinuidade numa costa que apresenta uma orientação geral sensivelmente Norte-Sul, constituiria sem dúvida um importante referente na navegação atlântica, pelo que a existência de um espaço religioso com as características enunciadas parece muito plausível. De notar, por outro lado, como já tive oportunidade de referir, que o santuário de natureza empórica de Abul A foi construído utilizando como matéria-prima pedra proveniente da Arrábida, o que consubstancia uma frequência pelas populações de origem oriental desta Serra e estabelece um laço próximo entre a mesma e um contexto de culto bem conhecido.



A suposta identificação de um espaço de culto dos **finais do século IV a.n.e.** sob o **Palácio Corte-Real** em Tavira foi dada a conhecer numa brevíssima nota disponibilizada *on-line* na página do Campo Arqueológico de Tavira (C.A.T., s/d). Os dados avançados são exíguos, referindo-se a descoberta de uma estrutura em forma de pele de touro esticada, considerada um altar, dotada de um tanque circular que apresentaria evidências de ter contido líquidos; ambos terão sido realizados com argila exógena. Com base na presença desta estrutura sugeriu-se que se esta-



ria na presença de um templo urbano. Não se reconhece, contudo, na documentação gráfica que acompanha estas breves referências qualquer estrutura com a forma referida, pelo que tenho algumas dificuldades em enquadrá-las, sobretudo quando dos materiais associados foi apenas dada a conhecer uma peculiar terracota antropomórfica, provavelmente masculina, com a representação de um ofídeo ondulante no torso, interpretada como representação de *Eshmun*.

É impossível para já, na ausência de uma publicação minimamente detalhada, enquadrar devidamente este contexto, e parece-me mesmo problemático aferir sem qualquer outro dado para além dos já mencionados quer a cronologia quer o próprio enquadramento funcional deste espaço, pelo que qualquer comentário adicional será, de momento, pouco pertinente.



Restaria apenas neste ponto tecer alguns breves comentários a um conjunto de achados avulsos dado a conhecer por M. V. Gomes (2001: 132-7) e considerados por este investigador como evidências de outros santuários enquadráveis na Idade do Ferro.

Em primeiro lugar, o caso do possível *smiting god* de Alferrar, Palmela, recolhido por A. I. Marques da Costa e dado a conhecer por O. V. Ferreira e C. T. da Silva (1970) parece-me problemático, visto que na área, para além desta peça que se tem considerado pré-romana, todos os materiais recolhidos se enquadram no Baixo Império Romano (séculos III-IV n.e.) (*idem*: 100), pelo que me parece difícil sustentar uma cronologia sidérica para esta peça que, por outro lado, ao surgir isolada e descontextualizada dificilmente permite defender por si só a existência de um santuário nesta zona.

Do sítio do Barranco das Colmeias em Pedralva, Vila do Bispo, provêm duas excepcionais figurações zoomórficas de bronze envolvidas numa longa fita de ouro, de quase 1 m de comprimento, ambas encontradas no século XIX, representando um touro e um javali, este último com presas de prata (Veiga, 1891: 171-6) atribuíveis, segundo M. V. Gomes (2001: 134) aos finais do século V – primeira metade do IV a.n.e. Uma vez mais não me parece possível, em face da ausência de contexto ou de outros dados relevantes, fundamentar num achado ocasional a hipótese de ter aqui existido um santuário de características rurais, como este investigador sugeriu (*idem*: 134-6).

Menos expressiva ainda me parece, finalmente, a pequena figuração ofídea exumada por Estácio da Veiga nos níveis pré-romanos de Ferragudo (Veiga, 1891: 181-7), concelho de Lagoa, na hora de defender uma natureza religiosa para a ocupação sidérica aparentemente identificada neste local (Gomes, 2001: 137).

Note-se que não excluo liminarmente a possibilidade de pelo menos em alguns destes sítios terem existido espaços de culto ou outras ocupações de natureza religiosa, pelo que me parece perfeitamente pertinente inclui-los ainda que *en passant* no presente estudo; certo é que a prudência desaconselha assentar quaisquer interpretações em achados avulsos e descontextualizados, por muito excepcionais que sejam as características dos mesmos.

7. SACRA LOCA LIBERA: A QUESTÃO DO HIERON AKROTERION

Embora de certa forma escape à perspectiva de abordagem assumida neste trabalho, centrada como ficou dito nas evidências arqueológicas de contextos de culto, parece-me imprescindível fazer referência à passagem de Estrabão (*Geo.* III,1,4) que menciona a existência de práticas rituais ao ar livre no Promontório Sacro, consensualmente identificado com o Cabo São Vicente no extremo ocidental do actual território algarvio. O estudo dessa referência ajuda a completar o panorama da religiosidade sidérica do actual território português, introduzindo o problema das paisagens sacras, isto é, da existência de territórios sacralizados que se tornam, pelas suas características naturais e paisagísticas, espaços de culto e palcos de práticas ritualizadas, cuja identificação e análise arqueológica é sumamente difícil.

Detenhamo-nos, pois, no testemunho do geógrafo de Amásia:

«Este promontório [*Hieron Akroterion* = Promontório Sacro] projecta-se pelo mar dentro e Artemidoro que, segundo afirma, visitou o lugar, compara-o a um navio e diz que três pequenas ilhas contribuem para lhe dar esta forma (...). E diz que não se vê lá nenhum santuário a Héracles, como Éforo inexactamente dissera, nem altar, dele ou de algum outro deus, mas que em muitos sítios há grupos de três ou quatro pedras, que são pelos visitantes voltadas, em virtude de um costume tradicional, e deslocadas, depois de eles fazerem libações. E não é permitido sacrificar, nem ir de noite àquele lugar, porque se assevera que os deuses estão lá então; mas que os que vêm para o ver pernoitam numa aldeia vizinha e entram nele depois, durante o dia, levando água consigo, por causa da falta dela.»

(Tradução *in* Guerra, 1992: 141)

Esta breve passagem é muito rica em informação, tendo sido já amplamente comentada por vários autores, pelo menos desde J. L. de Vasconcellos (1897; 1905), sendo importantes as contribuições de A. Schulten (1952), que estuda a passagem estraboniana contrastando-a com os dados da mais tardia *Ora Maritima* de Avieno, e de J. M^a. Blázquez, que em mais do que uma ocasião refere esta mesma passagem (Blázquez, 1962; 1975; 1983). Caberá, contudo, a M. Salinas de Frias (1988) a realização de um influente estudo de síntese, que debateu os contributos anteriores dos investigadores citados e estabelece a mais fundamentada análise das práticas religiosas testemunhadas por Artemidoro e transmitidas por Estrabão.

Parece importante, antes de mais, mencionar que, ainda que a referência estraboniana seja tardia, datando já do início da época imperial romana, as suas fontes são consideravelmente mais antigas: as referências de Éforo, por exemplo, remontam a meados do século IV a.n.e., data da composição da sua desaparecida *História Universal*, o que permite enquadrar plenamente as práticas cultuais realizadas no Cabo S. Vicente na «Idade do Ferro», embora a cronologia específica do seu estabelecimento pareça incerta (*idem*: 141).

A existência de qualquer contexto edificado – de qualquer templo ou altar – é veementemente negada por Artemidoro, que teria visitado o local e que o descreve com certo detalhe, referindo este autor que os cultos decorriam entre grupos de pedras dispersas no local em conjuntos de três ou quatro. Testemunha também a existência de práticas, que qualifica significati-



vamente de ancestrais, em que se rodariam estas pedras e se realizariam libações sobre as mesmas. Os sacrifícios cruentos encontravam-se vedados, bem como a permanência no local durante a noite, o que conforma uma *praxis* cultural e um contexto conceptual muito particular. Este último aspecto, da limitação da permanência no local, recorda de forma bastante clara uma proibição semelhante que terá existido para o templo de Melqart em *Gadir* (*idem*: 137-8).

A origem e natureza dos cultos neste contexto parece bastante discutível, e nada nos permite *a priori* pensar que a forma e conteúdo dos mesmos sejam de influência oriental ou orientalizante, especialmente quando o testemunho de Artemidoro sublinha a ancestralidade da prática de rodar as pedras dispersas pelo local. Há, contudo, e como bem sublinha M. Salinas de Frías (*idem*: 137-8), boas razões para acreditar que os cultos aqui praticados, independentemente da sua maior antiguidade, terão sido incorporados e adoptados num contexto cognitivo de clara matriz oriental. É perfeitamente razoável estabelecer, como faz o investigador espanhol, uma estreita ligação entre o culto prestado às – ou melhor, através das – pedras dispersas no local com os cultos betílicos tão frequentes no mundo próximo oriental (*idem*: 137; cf. Bandera Romero *et al.*, 2004). Parece, neste contexto, tentadora a hipótese avançada por M. V. Gomes de que estes cultos e práticas religiosas poderiam relacionar-se com os numerosos menires ultimamente identificados e estudados nesta área (Gomes, 2001: 103-5 e 107; *contra* Vasconcellos, 1905: 203). Outras hipóteses, contudo, foram igualmente avançadas para explicar a presença destas pedras. M. Romero Recio sugere, dada a posição do Promontório Sacro que constitui um marcador óptimo para a navegação, que este espaço poderá ter albergado práticas religiosas próprias de navegadores, e nesse sentido avança a hipótese de que estas pedras imbuídas de uma sacralidade própria poderiam corresponder a oferendas de âncoras realizadas pelos marinheiros que acorreriam ao local (Romero Recio, 1999: 78-9), leitura sugestiva mas que não encontra, por hora, qualquer correspondência arqueológica.

Ao problema do contexto específico dos cultos realizados neste espaço liga-se estreitamente um outro, o da cronologia atribuível a esses mesmos cultos, e que naturalmente assenta apenas em interpretações baseadas nos testemunhos escritos. Se aceitarmos, como o fazem M. Salinas de Frías (tb. M. Romero Recio), a identidade entre o *Cineticum Iugum* referido por Avieno, cuja *Ora Maritima* parece basear-se num périplo massaliota do século VI a.n.e., e o *Hieron Akroterion* referido por Éforo no século IV a.n.e. poderíamos, como faz aquele investigador, aceitar as datas dessas duas obras respectivamente como *termini post* e *ante quem* para a sacralização deste acidente geográfico, que teria assim ocorrido com alguma probabilidade no século V a.n.e. É interessante, de um ponto de vista estritamente arqueológico, notar que é também nessa data que se verifica o início de um processo de povoamento sistemático no Algarve Ocidental, que nesta altura parece inscrever-se pela primeira vez de forma alargada na *koiné* mediterrânea (Arruda, 2005b: 67 e ss.), pese embora a presença de elementos «Orientalizantes» significativos enquadráveis na I Idade do Ferro, nomeadamente na necrópole de Fonte Velha de Bensafrim (Veiga, 1891: 250 e ss.; Rocha, 1897). Tem-se vindo recentemente a sublinhar o papel que *Gadir* terá jogado nesse processo (Sousa e Arruda, 2010), pelo que seria sumamente interessante ver no possível culto de *Heracles-Melqart* um reflexo ideológico da inscrição destes territórios na esfera directa daquele pólo de fundação fenícia onde, como é sabido e já tive oportunidade de referir em mais do que uma ocasião, existiu um importante santuário àquela

divindade com um grande ascendente na direcção das actividades económicas da cidade (Sáez Romero, 2009).

Contra a opinião de A. Schulten (1952), depois seguida, pelo menos em parte, por J. M^a. Blázquez (1962) e M. Rocio Romero (1999), de que os cultos no local se realizariam em honra de *Baal Hammon*, tese que assenta numa determinada leitura dos versos 201-16 da *Ora Maritima* que referem a existência de uma rocha consagrada a Saturno (*interpretatio classica* daquela divindade fenício-púnica), M. Salinas de Frías defende uma dedicação a *Heracles-Melqart*, sublinhando o carácter marinho desta divindade e, como tal, enfatizando o facto de que o acidente geográfico representado pelo Cabo S. Vicente teria seguramente grande relevância para a navegação (Salinas de Frías, 1988: 138-140), como mencionei acima. A devoção dos marinheiros é, no mundo fenício-púnico e por extensão nos territórios tocados pelos seus influxos culturais e comerciais, bem conhecida (Grottanelli, 1981; Ruiz de Arbulo, 1997; Romero Recio, 2008), parecendo por isso perfeitamente aceitável esta interpretação, especialmente quando o próprio Artemidoro sublinha, segundo Estrabão, a existência de fundeadouros nesta zona onde os navegantes poderiam aportar para, então, realizar determinados ritos propiciatórios para a restante viagem marítima.

A referência de Estrabão à existência de práticas religiosas ao ar livre no Cabo S. Vicente, que parece cada vez mais consistente quer do ponto de vista histórico quer mesmo, apesar de tudo, arqueológico ganha, pois, uma grande relevância no contexto do tema desta análise, pois como dizia acima permite-nos entrever que a efectiva geografia dos espaços religiosos seria seguramente mais extensa, complexa e dinâmica do que os dados arqueológicos, por si só, permitiriam imaginar. Para além das paisagens construídas, também as paisagens naturais poderiam, pelas suas características físicas ou mesmo pela presença de vestígios humanos cuja implantação se perdera na memória colectiva confundindo-se com a própria natureza (Mataloto, 2007: 124), assumir na cosmovisão das populações locais e das suas interlocutoras mediterrâneas novos sentidos, sentidos dinâmicos e em trânsito, condicionados pelo devir histórico dessas sociedades.





UMA SÍNTESE EM TRÂNSITO

*«I thought I could organize freedom –
How Scandinavian of me!»*

Björk, *Jóga*. *Homogenic*, Elektra, 1997

8. LINHAS DE FORÇA DA EVOLUÇÃO DOS CONTEXTOS DE CULTO SIDÉRICOS

Realizada a síntese do *corpus* da documentação arqueológica relativa aos contextos de culto do I milénio a.n.e. do Sul do actual território português torna-se possível observar algumas tendências gerais na natureza e distribuição dos mesmos que parece imprescindível procurar sistematizar. É contudo necessário reforçar, antes de mais, que o volume de informação disponível para os vários momentos da diacronia sidérica é muito desigual (Figura 64), pelo que gostaria de frisar o carácter provisório e aberto das propostas de leitura de conjunto que perpassarão pelas linhas que se seguem.

Da análise que tive oportunidade de ensaiar nos capítulos anteriores depreende-se para a primeira metade do I milénio a.n.e. um panorama bastante diversificado, com numerosos espaços que se relacionam funcionalmente com o culto – Castro dos Ratinhos, Castro Marim III e, depois, IV, o Palácio da Galeria em Tavira e Abul A. Todos estes sítios correspondem contudo a uma mesma dinâmica histórica, inserindo-se na interface entre um mundo directa ou indirectamente ligado ao Mediterrâneo Oriental e um *hinterland* indígena que progressivamente se irá inscrever na ampla *koiné* mediterrânea inaugurada pela colonização fenícia da Península Ibérica. O Castro dos Ratinhos e Abul A terão sido instalações propriamente exógenas, revelando um carácter empórico muito nítido, ao passo que em Castro Marim e Tavira terão existido antes pólos muito orientalizados que poderão ter abrigado populações forâneas e, como tal, actuado também eles como eixos de difusão do comércio fenício para os territórios do interior. É real-

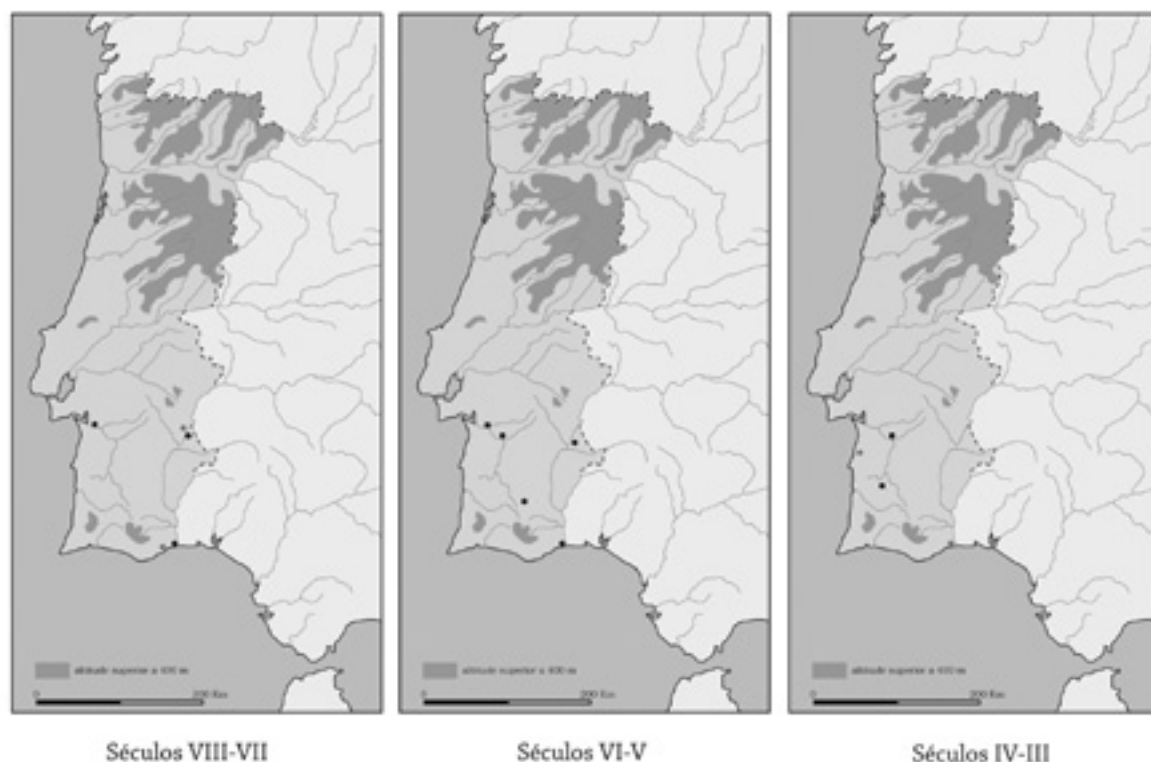


FIGURA 64 Evolução diacrónica da «rede» de santuários sidéricos do actual território português



mente muito sintomático observar a própria geografia destes sítios, que se articulam de forma muito nítida ao longo das Bacias do Sado e do Guadiana, os dois eixos estruturantes – em termos de acessibilidade e comunicações – da porção meridional do território hoje português.

Parece pois que, apesar das diferenças em termos de densidade, se repete no espaço português o panorama atestado para o Baixo Guadalquivir, área onde a progressiva penetração do comércio e das populações fenícias é acompanhada pelo estabelecimento de uma «rede» de santuários (Belén, 2000) quer isolados funcionando talvez como autênticos empórios (caso, por exemplo, de El Carambolo [Belén, 2001]), quer instalados nos próprios povoados «tartéssicos» (como se tem proposto para Coría del Río [Escacena Carrasco e Izquierdo, 2000; 2001]). Embora nos faltem dados para as áreas do território português onde o impacto oriental foi mais precoce, como o Tejo ou mesmo o Mondego, o certo é que neste momento o santuário do Castro dos Ratinhos parece virtualmente coevo desses primeiros contactos, autorizando-nos a supor que a fundação de santuários como forma de assinalar conceptualmente os novos territórios e de estabelecer espaços neutros de encontro, negociação e, finalmente, de comércio terá sido uma lógica bastante difundida na Idade do Ferro «Orientalizante» do território português.

O panorama para o mundo «Pós-Orientalizante» que se desenvolve na transição para a segunda metade do milénio parece algo distinto. O abandono de vários dos contextos de culto antes referidos – como o Castro dos Ratinhos, que parece não ter sido bem sucedido na sua intenção de abrir um novo território ao comércio oriental, ou Abul A que pela sua natureza exógena parece não resistir à reestruturação do mundo colonial fenício no século VI a.n.e. – cede lugar a um panorama algo mais complexo. Por um lado, no litoral, mantêm-se contextos claramente ligados ao comércio, como o santuário da Rua do Rato, em Alcácer do Sal, logo talvez a partir do século VI a.n.e., ou Castro Marim V a partir do V a.n.e. Também em paragens mais interiores a Azougada terá, pelo menos numa primeira fase, consubstanciado uma lógica comercial, prestando apoio ao comércio que se desenvolvia ao longo do Guadiana.

Situação distinta representa Abul B, que não estará directamente ligado a lógicas comerciais, mas antes à memória de Abul A, sítio que terá sido fundamental na construção de um certo discurso identitário nesta área. Este sítio e talvez também em certa medida o santuário da fase V de Castro Marim, poderiam corresponder a espaços dedicados a manifestações ligadas à emergência em Alcácer e Castro Marim de verdadeiros corpos cívicos à semelhança do que foi já proposto para os núcleos da Baixa Andaluzia (Arteaga, 1994).

O caso dos sítios de Neves-Corvo é distinto e, por circunstâncias várias, bastante mais difícil de avaliar historicamente, mas o panorama de conjunto permite sugerir com alguma consistência a possibilidade de estes consubstanciarem a emergência de células de poder rural assentes nos elementos de prestígio introduzidos pelo comércio oriental. A mesma dinâmica se poderá ter verificado no caso da Azougada, em que o retrocesso do comércio com o Mediterrâneo parece ser acompanhado de uma apropriação deste contexto sacro de elevada carga ideológica pelas elites locais, como parecem comprovar alguns dos materiais encontrados no sítio que remetem para um discurso equestre que anda no mundo sidérico peninsular normalmente ligado à ideologia das aristocracias emergentes (Almagro Gorbea, 1996). Também o espaço de culto doméstico presente no sítio de Espinhaço de Cão poderia corresponder a este mesmo impulso, constituindo assim um precedente para aqueles sítios.

Em qualquer um destes casos teríamos pois provas do grande ascendente ideológico que estes contextos de culto terão exercido nas populações que se movem nas suas respectivas áreas de influência, não sendo de todo estranha de resto esta dinâmica de apropriação do sagrado pelas elites como forma de confirmação e naturalização do seu próprio ascendente sócio-político.

O século IV a.n.e. marca uma acentuada viragem neste panorama, sendo exígua a base empírica de que dispomos para a fase final do período sidérico. Para o Guadiana o panorama é marcado por um súbito vazio, que os dados descontextualizados que sugerem uma continuidade do espaço sagrado de Castro Marim não chegam a preencher, mais parecendo que o pólo algarvio segue nesta fase um percurso em que a ênfase já não é a exploração do *hinterland* através do Guadiana mas o estreitar de relações político-económicas com *Gadir*.

O panorama na parte mais ocidental do território estudado é igualmente problemático, mas parece que os santuários se terão de alguma forma desvinculado nesta fase dos aspectos económicos e comerciais, mais parecendo que os contextos conhecidos – Castelo de Alcácer do Sal, Garvão e o Castelo Velho de Santiago do Cacém, se admitirmos a existência de um contexto de culto neste último sítio – correspondem a contextos de culto de natureza profilática, onde o tipo de culto evidenciado é de uma natureza que diríamos quase *popular*, pese embora o aspecto de juízo de valor que este designativo poderá acarretar. Não nego, é claro, que se tenha mantido a algum nível nestes contextos uma certa conexão a discursos de poder de âmbito aristocrático, ou que estes centros não tenham jogado também um certo papel aglomerante de índole cívica nos seus respectivos territórios – alguns elementos ligados à imagética guerreira acompanhados de não poucos objectos com uma marcada excepcionalidade assim o sugerem – mas a verdade é que a ligação com as lógicas económicas e comerciais que anteriormente se evidenciava não é já tão vincada.

A imagem do sagrado parece, assim, evoluir ao longo da ampla diacronia sidérica revelando um dinamismo perfeitamente consentâneo com o próprio processo histórico que enforma os contextos em estudo. É pois possível afirmar com segurança que, da mesma forma que estes contextos de culto contribuem de forma não despreciada para o devir histórico das sociedades que se movem nas suas esferas territoriais, esse mesmo percurso histórico acaba por influenciar a forma como os mesmos são encarados, havendo um claro aproveitamento das práticas religiosas na construção de estruturas identitárias, políticas, sociais e económicas de natureza dinâmica e em constante mutação.



9. MATERIALIDADES E TRANSCENDÊNCIAS: ARQUITECTURAS, EQUIPAMENTOS E ASPECTOS RITUAIS

O panorama traçado nos capítulos anteriores permite reafirmar que, tal como tive oportunidade de comentar nas considerações introdutórias do presente trabalho, os contextos de culto estudados apresentam uma grande variabilidade formal no que diz respeito aos seus contextos de implantação, às suas arquitecturas e mesmo aos seus graus de monumentalidade e de visibilidade – física e conceptual – na paisagem. Uma boa parte dos sítios analisados revela, contudo, elementos diferenciadores (Figura 65), de que se destacam os arquitectónicos, que importa sistematizar como forma de melhor apreciar os traços comuns que caracterizam este tipo de contextos.

	IMPLANTAÇÃO PRIVILEGIADA	ELEMENTOS DIFERENCIADORES (ARQ.)	ESPÓLIO DIFERENCIADO	EVIDÊNCIAS CONTEXTUAIS DE PRÁTICAS RITUAIS
Castro Marim III	X	X	X	X
Castro Marim IV	X	X	X	X
Tavira (P. G.)	X	X	X	X
Abul A	X	X	–	X
Ratinhos	X	X	X	X
Azougada	X	?	X	X
Neves I	–	X	X	X
Neves II	–	X	X	X
Corvo I	–	X	X	X
Espinhaço	X	X	–	X
Castro Marim V	X	X	X	X
Abul B	X	X	–	X
Alcácer do Sal – Rato	X	–	X	X
Alcácer do Sal – Castelo	X	?	X	X
Garvão	X	–	X	X
Santiago	X	?	?	?

FIGURA 65 Critérios diferenciadores dos contextos estudados que permitem associá-los a funções religiosas

Começando pelos modelos arquitectónicos presentes no conjunto estudado, é importante sublinhar novamente que os santuários deste período assumem um carácter marcadamente polimórfico que, como ficou dito acima, desaconselha *a priori* para esta área cultural uma aproximação de cariz planimétrico. Não obstante, uma observação atenta do conjunto em apreço revela a predominância de dois modelos arquitectónicos *grosso modo* paralelos (Figura 66), um que poderíamos designar como *de planta axial*, isto é, com espaços de configuração alongada desenvolvendo-se de forma mais ou menos simétrica em torno de um eixo longitudinal e um segundo que poderíamos designar como *de pátio central*, com plantas em que o espaço construído parece organizar-se em torno de espaços mais ou menos centrais descobertos.

O **modelo de planta axial**, atestado no Castro dos Ratinhos, nas fases III e IV de Castro Marim, provavelmente na fase inicial de Neves I e talvez também, pelo menos em parte, no complexo arquitectónico de Corvo I, aproxima-se de protótipos próximo orientais bem conhecidos,











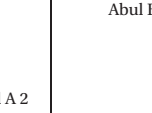

	700	650	600	550	500	450	400
Esquema Axial	C. Ratinhos 		Castro Marim III 			Corvo I 	
Esquema de Pátio Central	Abul A 1 	Espinhaço de Cão 		Abul A 2 	Abul B 	Neves I 	

FIGURA 66 Modelos arquitectónicos dos santuários estudados: distribuição diacrónica

assemelhando-se ao modelo definido por G. Wright como de tipo *Langbau* (Wright, 1971) e, posteriormente, de tipo *síriaco* (Wright, 1985; 1992). Este tipo de planta é, de facto, bem conhecido em contextos religiosos do I milénio a.n.e. na área siro-palestiniana, encontrando paralelos em sítios tão emblemáticos como *Tel Qasile*, em níveis do século X a.n.e. (Mazar, 1980: fig. 12; Wright, 1985) ou o importante centro religioso israelita de *Dan*, na chamada «área a Oeste da *bamah*» (i.e., lugar de culto) datável do século VIII a.n.e. (Biran, 1986: fig. 9), bem como em outros sítios menores como Tell'Ain Dara (Werner, 1994: 92), Tell Tayianat (Haines, 1971: 53) ou Tell Halaf (Nauermann, 1950: 357-360), estando assim bem atestados paralelos orientais para os santuários do extremo Ocidente estudados.

Também em contextos propriamente fenícios, pese embora o grande desconhecimento dos templos e santuários das metrópoles orientais, encontramos atestações deste modelo arquitectónico, presente por exemplo nos Templos 2 e 3 de *Kition*, ambos datáveis da fase Fenícia arcaica do sítio (segunda metade do século IX a.n.e.) (Wright, 1992). Também no Norte de África se atestam plantas lineares deste tipo, por exemplo no santuário de *Kerkouane* (Fantar, 1986).

Estes modelos difundem-se também para o território peninsular, estando presentes em diversos contextos de culto, sobretudo do período «Orientalizante» como El Carambolo onde, contudo, o modelo axial simples atestado para a fase mais antiga (Carambolo V), datada dos séculos IX-VIII a.n.e. (Rodríguez Azogue e Fernández Flores, 2005: 93-109), rapidamente passa a articular-se no seio de um complexo arquitectónico mais vasto, em Coría del Rio (séculos VII-V a.n.e.) (Escacena e Izquierdo, 2000; 2001), na zona A de La Algaida (século VI a.n.e.) (Corzo Sánchez, 2000) e talvez também no Palácio do Marquês de Saltillo, em Carmona (séculos VII-V a.n.e.) (Belén, 1997), todos sítios do Baixo Guadalquivir. Já fora desta área nuclear, poderiam aproximar-se de um plano arquitectónico do tipo do que venho comentando as estruturas do santuário de La Muela de Cástulo (séculos VII-IV a.n.e.) (Blázquez e Valiente, 1985). Por outro lado, também no mundo «Ibérico» da Catalunha e Levante peninsular se encontram edifícios de culto com plantas que poderão em última análise corresponder a desenvolvimentos de um protótipo arquitectónico



de planta axial, de que poderíamos referir a título de exemplos o Cerro de los Santos (Albacete) (Aranegui Gascó, 1994: 122), S. Miguel de Llíria (Bonet, 1992) ou Torreparedones (Córdoba) (Fernández Castro e Cunliffe, 1988), todos correspondentes ao tipo definido por T. Moneo como *santuários dinásticos* (Moneo, 1995: 247-8).

Os edifícios do território actualmente português, apesar de partilharem uma configuração espacial comum, apresentam uma significativa variabilidade, que não pode deixar de se sublinhar. Sintomaticamente, o mais antigo dos edifícios, o do Castro dos Ratinhos, datado radiometricamente de finais do século IX a.n.e., é o que mais directamente corresponde ao modelo oriental, apresentando inclusivamente a divisão tripartida do espaço característica dos santuários orientais, característica depois herdada pelos santuários gregos e romanos (Prados Martínez, 2010: 268-9). Evidencia, de facto, à maneira oriental uma sequência de espaço de entrada, *ulam*, dando acesso à área central do culto, *hekal*, comunicada finalmente com um espaço reservado, *debir*, espécie de *sancta sanctorum* do conjunto. A aparência perfeitamente planificada deste edifício é, além disso, reforçada pela aplicação de um módulo arquitectónico bem definido que remete para a existência de um plano prévio estabelecido por especialistas claramente imbuídos de um *know-how* cuja origem última será o Próximo Oriente. Esta volumetria inicial é complexificada posteriormente pela adição de um outro compartimento, que talvez corresponda a uma dependência sacra semelhante às que se identificam em muitos contextos de culto coetâneos (Prados Martínez, 2006), conferindo ao conjunto uma planta final em «L».

Os santuários de Castro Marim correspondem a modelos que, embora se inspirem nesta mesma concepção arquitectónica, são já variações locais da mesma. O edifício da fase III parece compor-se de três compartimentos, que poderiam ecoar a tripartição do espaço sagrado antes comentada, ao passo que o da fase IV corresponde a uma concepção mais simples, com um compartimento rectangular votado ao culto apoiado por um outro espaço, talvez mais reservado, disposto perpendicularmente em relação ao eixo do primeiro, o que confere a este espaço também uma planimetria em «L».

Os casos de Neves I e Corvo I são problemáticos visto que como tive oportunidade de comentar é extremamente difícil compreender a forma como as estruturas se sucedem no tempo e se articulam entre si. É não obstante plausível, à luz dos dados publicados, que os Compartimentos A e B de Neves I tenham formado o bloco mais antigo de construções daquele sítio, o que permite claramente enquadrá-los neste mesmo modelo arquitectónico. Num momento inicial, o Compartimento A apresentar-se-ia isolado, sendo pois um espaço de configuração rectangular muito simples posteriormente enriquecido com a adição do Compartimento B funcionando como vestíbulo do complexo. Quanto a Corvo I propus com base na planimetria publicada e nos paralelos que esta apresenta com outros contextos de culto dois possíveis núcleos centrais para este sítio. A primeira alternativa corresponde de forma quase exacta ao modelo presente em Neves I, enquanto que a segunda, que parece corresponder à área de onde provêm os ex-votos encontrados no local e reúne, pois, melhores elementos para ser considerada como a área central de culto, apresenta um sugestivo plano tripartido, naquilo que M^a. Maia (2008: 359) designa configuração «em telescópio».

Um outro modelo arquitectónico que se evidencia no conjunto em estudo corresponde ao que poderíamos designar **modelo de pátio central**, atestado em Abul A, talvez também em Espi-

nhaço de Cão e, a acreditar nas escassas referências disponíveis, na Azougada, e que influencia ainda talvez, de forma indirecta, a configuração do espaço em Abul B. Este modelo tem claras relações com as tradicionais arquitecturas domésticas mediterrâneas (Braemer, 1982), embora manifeste ao nível das dimensões, do cuidado arquitectónico e de certos equipamentos uma clara diferenciação.

O modelo de pátio central tem também antecedentes no Próximo Oriente, por exemplo no edifício 351 de *Ekron* (séculos XI-X a.n.e.) (Dothan e Dothan, 1992: 244), no *Locus 2081* de *Megiddo* (século IX a.n.e.) (Oggiano, 2005: 104), ou no complexo de *Harvat Radum*, próximo de Arad (Israel) (séculos VII-VI a.n.e.) que representa um interessante paralelo para o caso de Abul A (Stern, 2001: 153); outros paralelos ainda se podem aduzir para este modelo entre as arquitecturas domésticas/áulicas orientais, como os edifícios de Horvat Rosh Zayit (Markoe, 2000: fig. 14 *apud* Mayet e Silva, 2000c: 160), Monte Gerizim (Wright, 1985: fig.222), Tell es Saidigah (*idem*: fig. 120) ou Horvat Ritma (Braemer, 1982: fig. 3c). Edifícios com plantas que os aproximam deste modelo arquitectónico estão também presentes no Norte de África, onde se poderia apontar como exemplo o templo de *Iulia Valentia Banassa*, em Marrocos, que apesar de ser já uma edificação de Época Romana remete para modelos púnicos bem arraigados na região (Fantar, 1986: 53).

O modelo de pátio central é menos comum do que o modelo de planta axial nos contextos de culto sidéricos peninsulares, mas atesta-se ainda assim na zona B de La Algaida (Corzo Sánchez, 2000) e talvez em Cancho Roano (Arruda e Celestino Pérez, 2009), embora aqui a singularidade da planta deste último o torne um caso *sui generis*. Também o santuário de La Muela de Cástulo apresenta um interessante pátio central, embora a arquitectura do edifício de culto siga, como acima ficou dito, o modelo axial (Blázquez e Valiente, 1985).

O caso de Abul A é bastante característico, até porque parece hoje indiscutível uma origem forânea para este edifício, fundado *ex nihilo* no século VII a.n.e. O pátio central assume aqui um papel estruturador do espaço construído, com funções de distribuição, acentuadas na segunda fase quando este passa a estar cercado por um corredor de circulação. Parece ainda interessante recordar a existência de estruturas de escoamento de águas, que atestam o carácter descoberto desta área. O modelo construtivo de Abul A é interessante pela sua perfeita ortogonalidade e pela existência de um módulo arquitectónico bem definido, que remete para um plano previamente estabelecido. Ambas as fases construtivas revelam, contudo, a peculiaridade de apresentarem no lado oriental um volume destacado do corpo do edifício, onde se abria o acesso na fase inicial e que foi posteriormente reaproveitado, quebrando a absoluta ortogonalidade da planimetria.

Quanto ao exemplo de Espinhaço de Cão, este corresponde já a realidades sócio-culturais em que o influxo mediterrâneo é, como vimos, muito difuso, e é mais difícil estabelecer uma clara conexão entre a planimetria deste e um qualquer modelo oriental. Não é tão pouco claro que a planta da área dedicada ao culto deste pequeno sítio rural entronque no modelo de pátio central, mais parecendo que o pátio serviu o mais vasto complexo em geral; incluo-o contudo, sob reserva, neste modelo visto que parece significativa a conexão entre pátio e área de culto, sublinhada numa segunda fase da vida do sítio pela construção de uma escadaria que, ainda que não muito desenvolvida, parece denunciar uma intenção de monumentalização do acesso ao compartimento cultural a partir do pátio fronteiro.



Mais problemática é a inspiração da planta de Abul B, onde não parece haver propriamente um pátio central estruturante, embora pareça ter-se querido materializar uma clara dicotomia interior/exterior em que os espaços não edificados delimitam e afastam conceptualmente áreas diferenciadas. A singularidade do complexo de Abul B (Mayet e Silva, 2001b), já assinalada pelos responsáveis da escavação no local, parece-me poder atribuir-se ao facto de este corresponder na prática a uma *praxis* cultural pré-existente bem delimitada, podendo talvez a sucessão de compartimentos corresponder a passos sucessivos dos rituais realizados no local, o que terá ditado necessariamente uma arquitectura *sui generis*.

Outros edifícios do conjunto estudado parecem, contudo, escapar a estes dois modelos mais bem atestados. O caso da fase V de Castro Marim é difícil de comentar, visto que não foi possível recuperar a sua planta integral, pelo que não estamos informados sobre a sua real configuração planimétrica. O que conhecemos de momento permite afirmar apenas que o santuário se comporia de dois compartimentos rectangulares edificados lado a lado e separados por uma área de circulação. Não é impossível que ambos se enquadrassem num plano arquitectónico mais complexo, que por hora nos é desconhecido.

Quanto a Neves II, embora o complexo arquitectónico enquanto todo quadre bem no modelo de pátio central acima comentado, a área que se pode efectivamente, com os dados disponíveis, associar a práticas culturais corresponde a uma parte circunscrita daquele, composta por dois compartimentos de planta rectangular muito alongada que dificilmente se enquadram num dos modelos antes comentados. Estes espaços aproximam-se, isso sim, apesar de a uma escala totalmente distinta, das plantas típicas de espaços que têm sido considerados como armazéns, como por exemplo o edifício C de Toscanos (Schubart e Maass-Lindemann, 2007), edifícios que têm de resto sido recentemente considerados como ligados, também eles, a práticas religiosas ainda que estreitamente conotadas com as relações comerciais (Prados Martínez, 2001). Esta comparação é, naturalmente, estritamente formal, visto que o contexto cultural é aqui totalmente diferente do da colónia fenícia do litoral *malagueño*. Outro interessante paralelo, embora também apenas estritamente formal, encontra-se no chamado Templo A da Illeta dels Banyets (Llobregat, 1983). Paralelo mais próximo para a existência deste tipo de compartimentos alongados poderia encontrar-se no sítio de Fernão Vaz, em Ourique (Correia, 2001), embora a restituição da planta deste sítio seja bastante problemática (Jiménez Ávila, 2009: fig. 6).



Para lá das planimetrias dos vários contextos arquitectónicos estudados que, como vimos, e ainda que apresentem algumas linhas gerais que apontam para a difusão de modelos arquitectónicos bastante definidos cujos protótipos se encontram na fachada oriental do Mediterrâneo, é importante salientar a existência de um conjunto de outras características construtivas e equipamentos recorrentes nos vários sítios analisados e que oferecem igualmente paralelos em contextos de outras áreas culturais sugerindo a sua estreita conexão funcional com a prática religiosa e cultural (Figura 67).

Do ponto de vista dos aspectos construtivos, uma das características mais recorrentes destes contextos de culto parece ser a presença de **pisos de argila vermelha**, atestada na fase III de Castro Marim, em Abul A, no Castro dos Ratinhos, em Neves I e Neves II, em Espinhaço de Cão e,

	PISOS ARGILA VERMELHA	OUTROS PISOS DIFERENCIADOS	BANCOS ADOSSADOS	ÁREAS DE COMBUSTÃO ESTRUTURADAS	BOTHROI/FAVISSAE	OUTROS
Castro Marim III	X	X – conchas	–	X	–	–
Castro Marim IV	–	X – conchas	X	X	–	–
Tavira (P. G.)	–	–	–	–	X	–
Abul A	X	–	–	X	–	–
Ratinhos	X	X – lajeado	X	X	–	X
Azougada	?	?	?	?	?	?
Neves I	X	–	–	–	?	X
Neves II	X	–	X	X	–	–
Corvo I	?	? – «mosaico»	–	X	?	–
Espinhaço	X	–	X	X	–	X
Castro Marim V	–	X	X	X	X	X
Abul B	X	–	X	X	X	–
Alcácer do Sal – Rato	?	?	?	?	?	?
Alcácer do Sal – Castelo	?	?	?	?	?	?
Garvão	–	X – lajeado	–	–	X	–
Santiago	?	?	?	?	?	?

FIGURA 67 Equipamentos diferenciados presentes nos santuários estudados

finalmente, em Abul B. Embora a utilização de pisos desta natureza não seja um exclusivo de contextos ligados ao culto, é muito significativo observar que os mesmos são igualmente comuns nos já numerosos santuários conhecidos no Baixo Guadalquivir, estando atestados em El Carambolo (Mata Carriazo, 1973; Rodríguez Azogue e Fernández Flores, 2005: 98), Coría del Río (Escacena e Izquierdo, 2001), Carmona (Belén *et al.*, 1997) e Montemolín (Bandera Romero *et al.*, 1995), bem como na Andaluzia Oriental, em Málaga (Arancibia Román e Escalante Aguilar, 2006: 338) e também, já na Extremadura, em Cancho Roano (Arruda e Celestino Pérez, 2009: 39). Outro tipo de pavimento excepcional bastante menos comum é constituído pelos **pisos de conchas**, atestados no conjunto em estudo apenas em Castro Marim, nas fases III e IV, mas com bons paralelos em El Carambolo (Carriazo, 1973; Rodríguez Azogue e Fernández Flores, 2005: 131), nos edifícios de Castillejos de Alcorrín (Málaga) (Marzoli *et al.*, 2010: 164 e Lám. 8), e no próprio casco urbano de Málaga (Arancibia Román e Escalante Aguilar, 2006: 342) embora sejam igualmente bem conhecidos em outros contextos não religiosos, em Aljaraque, Huelva, Castillo de Doña Blanca ou Cerro del Villar (Arruda e Celestino Pérez, 2009: 39). Está também, finalmente, atestado um **piso de seixos** em Abul A, e um outro possível em Corvo I do qual infelizmente não dispomos de qualquer documentação gráfica. Esta solução de pavimentação encontra um interessante paralelo no santuário de La Muela de Cástulo, onde o pátio apresenta uma solução deste tipo em xadrez bicolor (Blázquez e Valiente, 1985). Os pisos lajeados, comuns a outro tipo de estruturas, estão presentes no conjunto apenas no Castro dos Ratinhos e na fossa do depósito de Garvão

Quanto a equipamentos no interior destes edifícios, haveria também a referir que a presença de **bancos corridos** adossados às paredes é frequente nos edifícios estudados, estando atestada nas fases IV e V de Castro Marim, no Castro dos Ratinhos, em Espinhaço de Cão, em Abul B e tal-



vez também em Neves II. Estes equipamentos são igualmente presença frequente em contextos de culto orientais (Oggiano, 2005), onde normalmente se interpretam como destinando-se à deposição de oferendas ou de alfaías de culto, estando por outro lado bem atestados no território peninsular, nomeadamente e mais uma vez nos santuários do Baixo Guadalquivir, referência obrigatória para os casos portugueses, onde se identificaram em El Carambolo (Rodríguez Azoque e Fernández Flores, 2005: 112), Carmona (Belén *et al.*, 1997), estando também presentes noutras áreas, como em Cástulo (Blázquez e Valiente, 1985) no Alto Guadalquivir ou em Cancho Roano na Extremadura (Arruda e Celestino Pérez, 2009: 40), mas também em Málaga (Arancibia Román e Escalante Aguilar, 2006: 342).

A presença de **estruturas negativas** associadas a alguns dos contextos estudados é também significativa, sendo de destacar o caso de Tavira, onde se identificou pelo menos um «poço» votivo, mas também o caso da fase V de Castro Marim onde a vala bífida que antecede a fundação do santuário parece corresponder a funções rituais ligadas à consagração do espaço. Abul A encontra-se, por outro lado, circundado por um fosso que parece enfatizar num primeiro momento a excepcionalidade do edifício, característica que encontra paralelo no fosso que circundava Cancho Roano (*idem*: 36).

A fossa onde se depositou o conjunto votivo de Garvão é uma realidade bastante distinta, correspondendo neste caso a um *bothros* bem estruturado, provavelmente associado a um santuário próximo, não sendo talvez despidendo invocar para este caso o antecedente, ainda que cronologicamente distante, do chamado *fundo de cabana* do Carambolo Alto (Mata Carriazo, 1973), posteriormente interpretado como *bothros* do santuário sito no Carambolo Baixo (Belén e Escacena, 1997). Num outro registo, também o caso do Compartimento 31 da fase V de Castro Marim parece ter correspondido a uma situação de tipo *bothros* que não seria, pois, invulgar nos espaços de culto do território em estudo.

Reservei para o final desta breve exposição sobre as arquitecturas e os equipamentos presentes nos sítios estudados a questão dos «altares» justamente por esta se revestir de um grande significado no que à própria interpretação funcional dos contextos estudados diz respeito. Áreas de combustão estruturadas identificaram-se, no conjunto em estudo, em todas as fases de Castro Marim (III, IV e V), em Abul A, talvez também no Castro dos Ratinhos, embora aqui menos estruturada, em Neves II, embora não na área que putativamente se associa a funções religiosas, em Corvo I, em Espinhaço de Cão e em Abul B, correspondendo a distintas soluções construtivas mas que partilham uma funcionalidade muito específica: a de suportes de rituais de fogo e de queima de essências no contexto de práticas religiosas.

O tipo mais comum corresponde a estruturas de planta rectangular ou quadrangular, realizadas essencialmente em argila (Castro Marim e Abul A) ou adobe (Espinhaço de Cão), excepção feita à fase mais antiga (III) de Castro Marim, em que o «altar» foi delimitado por uma moldura pétreia a qual formava, no lado Oeste, uma cabeceira destacada. Do mesmo sítio destaca-se também o altar da fase IV, mas neste caso por possuir no canto Noroeste uma concavidade, talvez destinada a conter algum tipo de recipiente. As estruturas de combustão de Neves II parecem, por outro lado, ter também possuído molduras pétreas (Maia e Correa, 1985: Figura 4). No caso dos Ratinhos a identificação de um altar de argila no compartimento mais interno do santuário é provável, mas pouco segura, correspondendo neste caso a uma estrutura irregular de plano *grosso*

modo elíptico. Em Corvo I identificou-se também uma área de combustão estruturada, com moldura de argila de tendência quadrangular e área de fogo circular realizada com calhaus rolados (Maia e Maia, 1996: 87-8) com um espeto de ferro associado. O caso de Abul B é bastante distinto, pois aqui não se identificou propriamente qualquer altar, mas tão-somente um conjunto de áreas de combustão estruturadas de diversas formas, com empedrados e concentrações cerâmicas, que corresponderão a acções rituais de âmbito mais pontual que as realizadas nos equipamentos até aqui referidos.

Nota especial merece a questão dos *larnakes* de Neves I que, embora não correspondam naturalmente a altares parecem, pela sua associação a restos de combustão, ligar-se também a rituais de fogo, quiçá a cremações que foram enquadradas num contexto de clara natureza religiosa. A forma destas peças é, de resto, a única atestação no conjunto dos sítios estudados do motivo da pele de touro esticada, de clara origem oriental (Gómez Peña, 2010) estabelecendo assim uma ligação com esta mesma forma representada nos altares de diversos santuários orientais/orientalizantes peninsulares, como Cancho Roano (Celestino Pérez, 1994), Coría del Rio (Escacena e Izquierdo, 2000), El Carambolo (Rodríguez Azogue e Fernández Flores, 2005: 120-1) ou Málaga (Arancibia Román e Escalante Aguilar, 2006: 338 e Lámina I), bem como em vários outros contextos (Arruda e Celestino Pérez, 2009: 40-3).



A questão dos rituais realizados nos contextos em apreço (Figura 68) não poderá aqui ser tratada com o detalhe que mereceria, não havendo manifestamente espaço para um comentário fundamentado do seu enquadramento antropológico e simbólico nem para proceder à devida

	LIBAÇÕES E PRÁTICAS SIMPOSIASTICAS	SACRIFÍCIOS	RITUAIS DE FOGO	QUEIMA DE ESSÊNCIAS/ PERFUMES	DEPOSIÇÃO DE OFERENDAS	RITOS FUNDACIONAIS	PRÁTICAS NECROLÁTRICAS	CULTOS BETÍLICOS OU SEMELHANTES	ABANDONO PROGRAMADO	OUTROS
Castro Marim III	X	–	X	–	X	–	–	–	?	–
Castro Marim IV	X	–	X	–	X	X	–	–	?	–
Tavira (P. G.)	X	X	X	X	X	?	?	–	?	–
Abul A	?	?	X	X	?	–	–	–	X	–
Ratinhos	X	–	X	X	X	X	–	X	X	–
Azougada	?	?	?	?	X	?	–	–	–	–
Neves I	X	?	X	?	X	X	?	–	–	–
Neves II	?	–	?	–	–	–	–	–	–	X
Corvo I	?	X	X	?	X	–	–	–	–	–
Espinhaço	–	–	X	?	–	–	–	–	–	–
Castro Marim V	X	X	X	?	X	X	X	?	X	–
Abul B	X	X	X	?	X	?	–	–	–	–
Alcácer do Sal – Rato	?	?	X	X	X	?	–	?	?	X
Alcácer do Sal – Castelo	?	?	X	X	X	?	–	–	?	–
Garvão	X	X	X	X	X	X	?	–	X	–
Santiago	?	?	?	?	?	?	–	?	?	–

FIGURA 68 Práticas rituais atestadas nos contextos estudados



contextualização nas práticas mágico-religiosas do Mediterrâneo antigo, trabalho a desenvolver de futuro sustentado na base empírica que este trabalho procurou reunir e sistematizar. Não obstante, parece indispensável passar uma rápida revista pelo tipo de ritos aos quais os contextos estudados serviram de palco.

De longe o tipo de ritual mais atestado consiste na realização de libações e na deposição de oferendas, atestada em virtualmente todos os contextos estudados pela presença nos espaços de culto de recipientes destinados ao consumo de alimentos bem como de contentores (grandes recipientes e ânforas) que corresponderão provavelmente à oferta de géneros alimentícios ao santuário e, por intermédio deste, à divindade. Estreitamente ligada com esta prática estará a da realização de sacrifícios de animais, bem conhecida em contextos de culto «Orientalizantes» peninsulares (Bandera Romero, 2002) e que parece também atestada em Tavira, talvez em Abul A, em Corvo I, na fase V de Castro Marim, em Abul B e em Garvão, dos quais determinadas partes caberiam à divindade e o restante seria consumido, talvez em banquetes comunitários de aspecto cívico ou, porventura, aristocrático (Alvar, 1999). No caso do Castelo de Alcácer do Sal os sacrifícios poderão, putativamente, ter sido substituídos pela deposição de bronzes zoomórficos.

Igualmente muito comuns parecem ser os rituais de fogo, consubstanciados nos altares antes comentados, e que estarão seguramente conotados com um ideal de purificação pelo fogo e talvez relacionados também com a ideia de regeneração (recorde-se a propósito a *egersis* de Melqart, que morre pelo fogo para renascer, simbolizando a renovação na natureza, cf. Lipinski, 1995: 226 e ss.; Escacena Carrasco, 2009), sendo a este último respeito muito interessante o caso dos *larnakes* de Neves I com as suas possíveis cremações associadas. Ligada com este tipo de ritos está também a queima de essências e perfumes (López Rosendo, 2005), que parece ser também prática corrente nos contextos estudados: estão atestados quer os recipientes destinados a conter estas substâncias («ampolas», unguentários, anforiscos...) quer elementos especificamente destinados à sua queima (queimadores de dupla taça, *kernoi*, *thymiateria*, queimadores fenestrados...).

A prática de ritos fundacionais prévios à edificação dos contextos de culto não é, também, invulgar, estando atestada na fase IV de Castro Marim, com o depósito de uma ânfora e uma urna «Cruz del Negro», e novamente na fase V do mesmo sítio, desta feita assumindo um cariz bem mais complexo, com inumações infantis, a abertura de uma vala bífida de significado pouco claro e talvez com a erecção de betilos ou postes sacros (derivados das *asherim* orientais); no Castro dos Ratinhos a deposição de uma possível veste com botões áureos associada a um conjunto cerâmico poderia corresponder também a um rito fundacional; em Neves I a própria deposição da hipotética incineração assinalada pelo mais antigo dos *larnakes* poderá ter correspondido ao momento de efectiva sacralização deste espaço; finalmente, em Garvão, parecem ter-se realizado complexos rituais de consagração antes da deposição dos materiais votivos, incluindo a deposição de oferendas, a realização de sacrifícios animais e mesmo, talvez, humanos.

A possibilidade de que se tenham verificado, em alguns dos contextos estudados, práticas necrolátricas assume ainda contornos bastante difusos. A questão dos sacrifícios humanos, ultimamente bastante discutida para o mundo fenício-púnico (Wagner, 1995; Marín Ceballos, 1995), acarreta um conjunto muito substantivo de problemas, remetendo para conceitos cosmológicos e escatológicos complexos. A existência na fase V de Castro Marim de inumações infantis como

parte dos ritos de sacralização do espaço sugere a existência de práticas conotáveis, de alguma forma, com o tipo de ritos presentes no mundo «Ibérico» (AA.VV., 1989). Também a possibilidade de que o complexo religioso de Neves I se tenha desenvolvido em torno a duas incinerações depositadas de forma sucessiva no mesmo ponto aponta para possíveis ritos ligados à divinização dos antepassados. Quanto ao crânio de Garvão (Antunes e Cunha, 1986), os dados para valorizar historicamente o mesmo são escassos, mas é possível que a sacralização do espaço tenha acarretado, pelo menos, a realização de algum tipo de rito necrolátrico.

Também ainda difusa é a imagem da possível difusão de cultos betílicos de matriz fenícia no extremo Ocidente. É conhecida uma certa tendência anicónica das religiões da área siro-palestiniana do I milénio a.n.e. partilhada pela religião fenícia (Trebolle, 1997), estando também atestada a representação betílica da divindade no mundo «Orientalizante» peninsular (Bandera Romero *et al.*, 2004; Belén e Escacena, 2002: 168-170). Nos casos portugueses, as evidências são ténues, mas parece comprovada a representação anicónica da divindade no Castro dos Ratinhos, sendo provável que se tenha também verificado na fase V de Castro Marim, aqui curiosamente a par da representação divina de forma antropomórfica, como o comprovam as figurinhas de pasta vítrea exumadas no sítio, num dualismo que não é estranho ao próprio mundo fenício (Belén e Escacena, 2002).

Ao nível ritual haveria também a referenciar a possibilidade, ainda que pouco sustentada, de a escrita ter constituído parte integrante das práticas culturais em Neves II

Outra prática que permanece, por agora, sem paralelos no território em análise é a da realização de práticas de adivinhação que parece atestada na Rua do Rato, em Alcácer do Sal pelo conjunto de astrágalos que tive oportunidade de descrever acima.

Uma última característica recorrente nos sítios estudados é o cuidado posto no abandono dos espaços de culto, revelado em alguns casos pela escassez de espólio (que poderia, por outro lado, indicar uma frequência reservada destas áreas), como nas fases III e IV de Castro Marim, em Abul A ou no Castro dos Ratinhos, e noutras instâncias pela existência de depósitos votivos selados (casos da fase V de Castro Marim ou de Garvão). Nalgumas circunstâncias o fogo parece ter jogado um papel significativo nesses momentos de abandono, verificando-se níveis de incêndio na última fase de Abul A e na fase V de Castro Marim que não podem deixar de recordar o grande incêndio ritual que terá marcado o abandono de Cancho Roano (Maluquer de Motes *et al.*, 1987).



10. PARA UMA TIPOLOGIA CONTEXTUAL DOS ESPAÇOS DE CULTO DO I MILÉNIO A.N.E. NO SUL DE PORTUGAL

Nos últimos anos têm sido numerosas as tentativas de sistematizar o crescente número de santuários da Idade do Ferro conhecidos no território peninsular, destacando-se neste ponto os estudos dedicados aos santuários «Ibéricos» da Catalunha e Levante (Figura 69), que beneficiaram do grande investimento no estudo das malhas de povoamento e do urbanismo daquela área cultural que têm permitido enquadrar de forma exemplar os espaços de culto no seu mais lato contexto territorial, por um lado, e no tecido social da cultura «Ibérica», por outro.

Talvez devido a esta ênfase na territorialidade que marcou de facto, nas últimas décadas, a Arqueologia «Ibérica» as tentativas de sistematizar e organizar historicamente os santuários conhecidos naquela área, que são já numerosos, têm seguido essencialmente critérios de análise espacial e territorial. É particularmente recorrente o estabelecimento, na esteira das abordagens pioneiras de R. Lucas (1979), da distinção entre santuários de âmbito urbano ou suburbano e santuários de âmbito rural ou supra-regional (Dominguez Monedero, 1995; Moneo, 1995; Dominguez Monedero, 1997; Oliver, 1997; Bonet e Mata, 1997; Almagro Gorbea e Moneo, 2000), embora outros critérios, como a litoralidade/interioridade, tenham também sido já valorizados (Aranegui, 1994).

Dentro destas grandes categorias reconhecem-se, em todo o caso, situações bastante diferenciadas que recobrem diversos «nichos» funcionais dentro de processos históricos bem mais vastos e complexos do que a componente religiosa em si mesma. Aqui os critérios são muito divergentes, indo desde divisões simples entre *templos*, de âmbito urbano e cariz cívico e muitas vezes politizado, e *santuários* de âmbito predominantemente rural (Lucas, 1979; Prados, 1994; Oliver, 1997; Bonet e Mata, 1997), até esquemas classificativos mais complexos que, na minha opinião, expres-

Lucas (1979)	Prados (1994)	Aranegui (1994)	Gracia, Munilla e García (1994)	Moneo (1995)	Domínguez Monedero (1995)	Oliver (1997)	Bonet e Mata e (1997)	Gusi i Jener (1997)
<i>Loca sacra libera</i>	Grutas	<i>Loca sacra libera</i>	****	***	***	Lugares de culto não edificados	Grutas- -santuário	Lugar sagrado
Santuários	Santuários rurais	Lugares sacros litorais/lugares sacros interiores	Recintos comunitários	***	Santuários de carácter supraterritorial	Edificações em lugares de culto isolados	Santuários	Santuário
					Santuários rurais			Recinto sagrado
Templos	Templos		Templos de planta <i>in antis</i>	Templos urbanos	Templos ou santuários cívicos	Edificações em lugares de culto urbanos	Templos urbanos	Templo
			Templos de planta quadrangular/ <i>temenos</i>	Santuários urbanos				
			Recintos religiosos de esquema semita					
***	Capelas domésticas		***	Santuários dinásticos	Capelas domésticas	***	Capelas e altares domésticos	Edícula
***	Santuários		***	***	Santuários suburbanos	***	***	***
***	***		***	***	Santuários empóricos	***	***	***

FIGURA 69 Principais esquemas classificatórios aplicados a contextos de culto da área «Ibérica»

sam melhor o papel multifacetado que a religião jogava nestes âmbitos cronológicos e culturais. Não faltam também, por outro lado, as abordagens de âmbito predominantemente arquitectónico (Gracia, Munilla e García, 1994; Moneo, 1995) que, contudo, encontram sérias dificuldades em face do polimorfismo dos espaços sagrados deste período que já tive oportunidade de comentar.

Para as áreas da Baixa Andaluzia e do actual território português, e apesar de existirem numerosos trabalhos de síntese de grande utilidade no momento de proceder a uma valorização de conjunto dos santuários existentes nesta área (Belén e Escacena, 1997; Belén, 2000a e b; 2001; Ferrer Albelda, 2001-2; 2002; Marín Ceballos, 2010), culminando numa útil e completa síntese (Arruda e Celestino Pérez, 2009), não existe ainda uma tipologia construída de acordo com as especificidades destas áreas culturais e da «rede» de santuários que aqui se tem vindo a identificar. Não obstante, a completa e fundamentada tipologia estabelecida por A. Domínguez Monedero (1995; 1997) parece adequar-se bem aos contextos estudados, pelo que a utilizarei como referência de base para a sistematização que procurarei, nas próximas páginas, realizar.

Tenho, é claro, a noção de que tentar reduzir a um esquema tipológico determinado um conjunto de manifestações que, ainda que não muito numerosas, são apesar de tudo bastante diversificadas acarreta um certo risco, mas a breve síntese da evolução histórica dos sítios estudados que tive oportunidade de ensaiar acima parece-me sustentar a hipótese de que os diversos contextos estudados respondam a um conjunto bem delimitado de impulsos históricos, recobrando um leque também bem definido de situações sociais, políticas e económicas (a este respeito, v. tb. Domínguez Monedero, 1997: 392). As várias categorias que se possam definir para os santuários do actual território português, como para os de qualquer outra área cultural deste período, não devem contudo entender-se como realidades delimitadas e mutuamente exclusivas, havendo sempre algum grau de sobreposição entre os diversos tipos de realidades que se possam, a algum nível, tipificar (Belén, 2001: 2). Tal não impede, contudo, que alguns aspectos se evidenciem mais do que outros, permitindo estabelecer situações-tipo que, considerada a posição de um dado santuário na malha de povoamento e no tecido sócio-político regional, apresentem alguma coerência interna.

Tal como no caso dos esquemas classificativos que antes tive oportunidade de comentar, também no caso do território hoje português os contextos estudados se podem *grosso modo* dividir em espaços de culto urbanos e espaços de culto extra-urbanos, consoante os mesmos se enquadrem de forma imediata num núcleo habitacional mais vasto (e neste sentido importa sublinhar que o termo «urbano» adquire aqui um sentido algo lato, não pressupondo qualquer juízo de valor sobre a efectiva organização urbana dos pólos em causa) ou se apresentem relativamente isolados na paisagem.

Os **santuários urbanos** parecem, na área em estudo, corresponder a um grupo essencialmente uniforme. A existência de espaços de culto plenamente enquadrados no tecido urbano que poderão ter albergado práticas culturais de âmbito comunal parece atestada pelo menos em *Castro Marim*, mantendo-se ao longo de toda a diacronia sidérica do povoado, não sendo impossível imaginar que tenha existido uma situação semelhante em *Tavira*, à qual as fossas votivas do Palácio da Galeria poderiam estar ligadas. Talvez os santuários identificados em Alcácer do Sal, quer na *Rua do Rato* quer no *Castelo*, possam corresponder a situações deste mesmo tipo.

Estes espaços serviriam de palco para o culto realizado pela, ou pelo menos em nome da, comunidade (Domínguez Monedero, 1997: 393). Nesse sentido, afirmam-se como pólos privile-



giados de representação e afirmação da identidade do grupo, bem como em espaços de legitimação da estrutura social. Não podemos asseverar os moldes em que esse culto se terá realizado, mas pelo menos no caso de Castro Marim as características arquitectónicas dos santuários sugerem uma utilização reservada; como é sabido, «...*communal religious rituals are carried out, either by groups of people, or by designated individuals acting on the communal behalf, and often doing so in a communally recognised sacred area*» (Renfrew, 1985: 21), pelo que parece admissível, pelo menos no caso de Castro Marim, que a responsabilidade do culto tenha recaído sobre indivíduos designados, que dessa forma poderiam reforçar o seu ascendente político e social. Em Alcácer do Sal, o santuário da Rua do Rato parece um espaço claramente excepcional, marcado por uma riqueza ao nível da cultura material que lhe confere um cariz quase aristocrático; este local de culto assumiria provavelmente outras funções para lá das de um santuário comunal, cívico, actuando também como porta de entrada do comércio ribeirinho. Esta posição torna-o um espaço privilegiado de projecção da imagem do povoado junto dos seus interlocutores comerciais, o que em parte justifica também a sumptuosidade dos aparatos de culto. Por outro lado, o santuário do Castelo, cronologicamente enquadrado num período mais tardio, parece ter assumido um carácter mais transversal do ponto de vista social. A deposição de figuras de guerreiros ou equídeos sugere a presença das elites, mas os ex-votos mais simples de orantes e ofertantes podem bem corresponder a cultos de natureza salutífera, profilática ou conotados com a fertilidade, parecendo este espaço – com as escassas informações disponíveis, é preciso referi-lo – menos politizado, correspondendo a uma forma de culto que assume de alguma forma um aspecto mais espontâneo.

Os **santuários extra-urbanos**, por seu turno, abrangem situações bastante diversificadas, podendo dividir-se em quatro grandes grupos:

- santuários empóricos;
- santuários rurais;
- compartimentos de culto;
- santuários supra-territoriais.

Os **santuários empóricos** correspondem a uma tipologia muito particular, incluindo-se neste tipo aqueles contextos de culto que, pela sua posição na malha de povoamento, parecem corresponder a enclaves conotados de forma mais ou menos directa com práticas comerciais, como sejam os casos de *Abul A* e, pelo menos numa primeira fase, da *Azougada*. O santuário do *Castro dos Ratinhos* poderia, apesar de se localizar no interior de um espaço de *habitat* mais vasto, considerar-se também como santuário empórico, pois representa uma clara extensão do mundo colonial fenício num território ainda não tocado pela sua influência, num sentido muito provável de abertura de rotas e linhas de penetração comercial.

Estes contextos parecem revestir-se de uma particular relevância na configuração do mundo «Orientalizante» e na consolidação das rotas através das quais as influências mediterrâneas penetrarão progressivamente para o interior ao actuarem como «testas-de-ponte» no estabelecimento de contactos, como parece ser o caso do *Castro dos Ratinhos*, e como *pivots* de redes comerciais estabelecidas, como nos casos de *Abul A* e, pelo menos numa fase inicial, da *Azougada*.

No contexto do Mediterrâneo antigo o estabelecimento de enclaves comerciais é normalmente precedido pela instalação de espaços culturais (Dominguez Monedero, 2001), que asseguram de alguma forma a neutralidade dos espaços de intercâmbio, colocados sob a protecção divina, mas servem também a prazo como focos de entesouramento, podendo além disso assumir um papel de arbitragem, controlando por exemplo os pesos ou os valores de câmbio (Ruiz de Arbulo, 1997). Também no processo colonial fenício a mesma norma parece ter-se verificado, como já tive oportunidade de comentar, com a fundação de pólos coloniais a ser precedida pela instalação de santuários que actuarão, num primeiro momento, como representantes do Estado tírio (Aubert, 2009) e, posteriormente, como focos na construção das identidades cívicas próprias desses pólos (Arteaga, 1994). Uma vez mais, os exemplos de *Gadir* (García y Bellido, 1963) e *Lixus* (López Pardo, 1996; 2002) são ilustrativos desta dinâmica.

Para o território do Baixo Guadalquivir tem-se também defendido a existência de contextos de culto propriamente fenícios em estreita conexão com os pólos «tartéssicos» da região, actuando como intermediários das relações comerciais entabuladas entre ambos (Belén, 2000a; Escacena Carrasco, 2001). Um processo semelhante parece ter ocorrido no actual território português, sendo o caso do Castro dos Ratinhos muito significativo ao atestar a presença de um contexto claramente exógeno no interior de um povoado indígena, de resto plenamente enquadrável num âmbito cultural do Bronze Final. É difícil, com o quadro ainda muito lacunar de que dispomos, avaliar o efectivo impulso subjacente à erecção deste santuário neste contexto específico num período tão precoce, não sendo talvez despidendo imaginar que as populações – e sobretudo as elites – locais, mais do que meras espectadoras passivas, tenham jogado um papel activo, eventualmente requerendo ou estimulando a instalação deste santuário como forma de aproveitar as oportunidades que o comércio oriental introduz no que diz respeito à construção e/ou reforço de discursos de poder.

O exemplo de Abul A é também significativo, embora aqui me pareça provável que o santuário seja já uma expressão de contactos comerciais estabelecidos com anterioridade e tendo como interlocutor o núcleo subjacente à actual Alcácer do Sal; a edificação do santuário corresponderia antes à necessidade de um espaço estruturado que albergasse, sob a égide do sagrado, as relações entre os agentes comerciais forâneos e as populações locais, fortemente orientalizadas. O santuário agiria, por outro lado, como um foco na projecção de uma identidade fenícia no Baixo Sado, necessária num contexto territorial e cultural essencialmente estranho como condição para um processo dialéctico de estabelecimento de laços comerciais, sociais e até políticos entre ambos os contingentes populacionais em jogo. A sua importância e projecção ideológica parecem, além disso, atestadas pelo facto de após o seu abandono a sua memória e o seu papel articulador do território terem sido de alguma forma preservados no santuário de *Abul B*, que terá funcionado na dependência de Alcácer do Sal, como **santuário suburbano**.

O caso da Azougada, pelas numerosas limitações do registo arqueológico obtido nas escavações antigas e que tive já oportunidade de comentar, é mais difícil de apreciar historicamente, mas os dados disponíveis sugerem fortemente que nos momentos iniciais da sua existência este contexto, seguramente ligado a práticas religiosas, terá actuado fundamentalmente como um ponto de apoio à rota comercial que, seguindo o curso do Guadiana, terá permitido a penetração para pelo menos uma parte do *hinterland* alentejano das influências mediterrâneas que aí se têm rastreado (Maia e Maia, 1996; Arruda, 2001; Mataloto, 2004a e b; Maia, 2008; Calado e Mataloto, 2008). Muito



próxima do Castro dos Ratinhos, a Azougada poderá ter correspondido ao retomar de um antigo «projecto» de rota, entretanto viabilizado pela alteração das condições sócio-políticas e da própria malha de povoamento, com outros sítios – nomeadamente Castro Marim (Arruda, 1999-2000: 36-53; 2003a) e Mértola (Barros, 2008) – servindo como escalas dessa mesma rota.

Parece pois, à luz dos dados disponíveis, que também no território em estudo os contextos de culto actuaram como eixo fundamental das profundas transformações ocorridas no início da Idade do Ferro, sendo significativo que os santuários classificáveis como empóricos correspondam exclusivamente a contextos da primeira metade do I milénio, sendo pois a expressão de um processo histórico concreto marcado pelo estabelecimento dos primeiros contactos e pelas relações dialécticas entre grupos exógenos e populações locais.

Num momento posterior ao estabelecimento desses primeiros contactos regista-se como vimos, no interior alentejano, um panorama marcado por um povoamento disperso de características marcadamente rurais. O retrocesso do comércio com o Mediterrâneo ditará, do século VI a.n.e. em diante, a emergência de células de poder de cariz essencialmente rural apoiadas num discurso de prestígio assente, por um lado, num ideal guerreiro e, por outro, na utilização e ostentação de elementos de prestígio importados. Também aqui os espaços de culto parecem jogar um papel fundamental, devendo enquadrar-se neste contexto sócio-político a presença de **santuários rurais**, como *Neves I*, que poderá ter sido palco de práticas cultuais articuladas em torno de figuras de antepassados míticos ou heroizados como o sugeriria a possível presença de deposições funerárias na área central do santuário, *Corvo I* ou a própria *Azougada*, que parece ter sido objecto de apropriação por parte das elites emergentes que assim terão utilizado este espaço religioso como parte de um discurso de legitimação do seu próprio ascendente sócio-político. Neste mesmo contexto se deverá ler a existência no seio de pequenos pólos rurais de **compartimentos** que parecem ter-se destinado a **práticas cultuais**, como nos casos de *Neves II* e de *Espinhaço de Cão*, que poderão ter aliado a devoção dos habitantes desses núcleos à expressão e legitimação das relações sociais.

Os **santuários supra-territoriais** podem ser rastreados no registro arqueológico «...por la desvinculación (al menos donde se sabe) de cualquier centro habitado próximo, en parte también por la abundancia de exvotos (...) y en parte también por la existencia de relaciones, atestiguadas arqueológicamente, entre las distintas tradiciones que confluyen en cada uno de esos centros (...) lo que viene a mostrar (...) la amplitud del radio de acción de sus influencias» (Domínguez Monejero, 1997: 397). Este tipo de contexto de culto congrega populações de territórios alargados, por vezes correspondendo a grupos étnica e culturalmente diferenciados, podendo a sua localização obedecer a vários critérios, como a existência de rotas de comunicação ou a atribuição a um determinado local de propriedades curativas ou profiláticas. No território hoje português, o santuário que terá existido no Cerro do Castelo de *Garvão* parece corresponder a este tipo de situação. Aí convergem, como já se sublinhou (Fabião, 1998: 265), tradições culturalmente diferenciadas, convivendo de forma próxima as influências mediterrâneas e continentais. A riqueza do espólio exumado atesta o grande ascendente e afluência que o santuário conheceria, talvez devido à fama das suas potencialidades curativas e profiláticas, facto sugerido pela existência de ex-votos anatómicos, nomeadamente placas oculadas de metais preciosos.



O panorama traçado nos parágrafos anteriores revela que no território hoje português se desenvolveu, ao longo da ampla diacronia enquadrável na Idade do Ferro, um conjunto de manifestações culturais que, em termos do processo histórico que lhes está subjacente e da sua integração no tecido sócio-político das comunidades locais, se assemelha em tudo ao verificado em outras áreas da Península Ibérica tocadas também pelos influxos culturais mediterrâneos. Os contextos de culto estudados enquadram-se, por outro lado, de forma bastante clara na tradição religiosa do Mediterrâneo antigo, apresentando traços em comum não apenas com o mundo fenício-púnico (Belén e Marín Ceballos, 2005) mas também, por exemplo, com o mundo grego (Dominguez Monedero, 2001).

O quadro traçado, fundamentado exclusivamente nas fontes arqueológicas, estará necessariamente incompleto. Não dispomos de dados suficientes para avaliar de que forma outros espaços, nomeadamente naturais, poderão ter assumido também um importante papel na religiosidade local e regional. Os exemplos do *Cabo de S. Vicente*, que conhecemos pelo testemunho de Estrabão, ou da *Lapa da Cova* adverte-nos de que seguramente o panorama da religiosidade sidérica seria mais complexo e dinâmico.

Não posso igualmente deixar de referir o facto de que os contextos estudados transmitem, à luz da análise realizada, a imagem de uma religiosidade em muitas circunstâncias politizada e envolvida com considerações pragmáticas, de âmbito económico ou comercial. Essa imagem é, também ela, consentânea com a que se evidencia nos contextos religiosos do Mediterrâneo antigo, em que o sagrado se encontra estreitamente ligado às questões de âmbito económico e político, não sendo entendidos como uma esfera separada da vivência humana como acontece nos contextos mentais e sócio-políticos modernos, facto que tive oportunidade de comentar nas observações metodológicas com que iniciei este estudo. No entanto, parece inegável que a religiosidade do período em apreço não se manifestaria apenas nos espaços estudados e noutros semelhantes que possam ainda vir a identificar-se, encontrando-se com certeza muito mais presente nos âmbitos do quotidiano embora aí a sua visibilidade arqueológica seja reduzida, dificultando para já qualquer análise.

Não obstante estas limitações, é possível ao concluir este estudo afirmar que o factor religioso jogou ao longo de toda a Idade do Ferro do Sul do actual território português, em vários aspectos, um papel determinante. A religião apoiou, de forma conceptual e prática, a abertura de novos territórios ao comércio oriental, «negociando encontros» com as populações locais, com maior ou menor sucesso, e colocando as transacções comerciais sob a protecção divina, servindo os espaços de culto como áreas neutras e seguras para as trocas e as relações comerciais. Foi também, por outro lado, integrada de formas várias em discursos de poder que sustentaram um considerável crescendo na complexidade social e política das comunidades autóctones. Terá servido, certamente, como factor de construção e representação de identidades num território multi-cultural de grande complexidade. E, é claro, mantém sempre essa outra faceta da experiência religiosa, permitindo ao Homem interpretar o mundo em que vive e as forças que o envolvem e justificar-se a si mesmo e às suas actividades dentro de uma cosmovisão própria em constante mutação.



Referências bibliográficas

- AA.VV. (1989) - *Inhumaciones infantiles en el ámbito mediterráneo español (siglos VII a.E. al II d.E.)*. Cuadernos de Prehistoria y Arqueología Castellonenses, 14. Castelló: Servei d'Investigacions Arqueològiques i Prehistòriques.
- AA.VV. (2003) - *Tavira: Território e Poder*. Lisboa: MNA.
- AA.VV. (2009) - *O tempo do Risco. Carta Arqueológica de Sesimbra*. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra.
- ALMAGRO GORBEA, M. (1983) - Pozo Moro: el monumento orientalizante, su contexto socio-cultural y sus paralelos en la arquitectura funeraria ibérica. *Madrid Mitteilungen*, 24, pp. 177-293. Madrid: Deutsches Archäologisches Institut.
- ALMAGRO GORBEA, M. (1996) - *Ideología y Poder en Tartessos y el mundo Ibérico*. Madrid: Real Academia de Historia.
- ALMAGRO GORBEA, M. (2008) - *La necrópolis de Medellín II. Estudio de los hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- ALMAGRO GORBEA, M. & MONEO, T. (2000) - *Santuarios urbanos en el mundo Ibérico*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- ALMAGRO GORBEA, M., DOMINGUEZ DE LA CONCHA, A. & LÓPEZ AMBITE, F. (1990) - Cancho Roano: un palacio en la Península Ibérica. *Madrid Mitteilungen*, 30, pp. 251-308. Madrid: Deutsches Archäologisches Institut.
- ALMEIDA, F. de (1964) - *Ruínas de Mirobriga dos Célticos*. Setúbal: Junta Distrital de Setúbal.
- ALVAR, J. (1991) - La caída de Tiro y sus repercusiones en el Mediterráneo. In: AA.VV. (1991), *La caída de Tiro y el Auge de Cartago. V Jornadas de Arqueología Fenicio-Púnica*, pp. 19-27. Ibiza: Museo Arqueològic d'Eivissa.
- ALVAR, J. (1999) - Actividad económica y actitud religiosa: Perspectivas para el análisis de la interacción de la religión y la economía. *ARYS*, 2, pp.19-27. Huelva: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Huelva.
- ALVAR, J. (2000) - Comercio y intercambio en el contexto precolonial. In: FERNÁNDEZ URIEL, P., LÓPEZ PARDO, F. & GONZÁLEZ WAGNER, C. (coord.) - *Intercambio y comercio preclásico en el Mediterráneo*, pp.35-58. Madrid: CEFYP.
- ALVAR, J. (2008) - Modos de contacto y medios de comunicación: los orígenes de la expansión fenicia. In: CELESTINO PÉREZ, S., RAFEL I FONTANALS, N. & ARMADA PITA, X. L. (coord.) - *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VII a.n.e): la precolonización a debate*, pp. 19-26. Madrid: CSIC.
- ANTUNES, A.S. (2008) - «Castro» da Azougada (Moura, Portugal): percursos do Pós-Orientalizante no Baixo Guadiana. In: JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coord.) - *Sidereum Ana I: El río Guadiana en Época Post-Orientalizante*, pp.327-352. Madrid: CSIC.
- ANTUNES, A.S. (2009) - «Castro» da Azougada (Moura, Portugal): sacralidade e dinamismo comercial no Baixo Guadiana durante o Pós-Orientalizante. In: MATEOS CRUZ, P., CELESTINO PÉREZ, S., PIZZO, A. & TORTOSA, T. (coord.) - *Santuarios, oppida y ciudades: Arquitectura sacra en el origen y desarrollo urbano del Mediterráneo occidental*, pp.131-152. Madrid: CSIC.
- ANTUNES, A.S. (2010) - *Um conjunto cerâmico da Azougada. Em torno da Idade do Ferro Pós-Orientalizante da margem esquerda do Baixo Guadiana*. O Arqueólogo Português, Suplemento 5. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- ANTUNES, M. T. & CUNHA, A. S. (1986) - O crânio de Garvão (século III a.C.): *Causa mortis* e tentativa de interpretação. *Trabalhos de Arqueologia do Sul*, 1, pp. 79-85. Lisboa: Serviço Regional de Arqueologia do Sul
- ARANCIBIA ROMÁN, A. & ESCALANTE AGUILAR, M.ª del M. (2006) - La Málaga Fenicio-Púnica a la luz de los últimos hallazgos. *Mainake*, XXVIII, pp. 333-320. Málaga: Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga.
- ARANEGUI GASCÓ, C. (1994) - *Iberica Sacra Loca*: entre el Cabo de la Nao, Cartagena y el Cerro de los Santos. *Revista de Estudios Ibéricos*, 1, pp.115-138. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid.
- ARRUDA, A. M. (1983-1984a) - Escavações arqueológicas no Castelo de Castro Marim. Relatório dos trabalhos de 1983. *Clio/Arqueologia*, 1, pp. 245-248. Lisboa: Uniarch.
- ARRUDA, A. M. (1983-1984b) - Escavações arqueológicas no Castelo de Castro Marim. Relatório dos trabalhos de 1984. *Clio/Arqueologia*, 1, pp. 249-254. Lisboa: Uniarch.
- ARRUDA, A. M. (1993) - A ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no contexto da expansão Fenícia para a fachada Atlântica peninsular. *Estudos Orientais*, IV, pp. 193-214. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa.
- ARRUDA, A. M. (1996) - O Castelo de Castro Marim. In: ALARCÃO, J. de (ed.), *De Ulisses a Viriato: o I milénio a.C.*, pp. 95-100. Lisboa: MNA.
- ARRUDA, A. M. (1997) - *As Cerâmicas Áticas do Castelo de Castro Marim no quadro das exportações gregas para a Península Ibérica*. Lisboa: Colibri.
- ARRUDA, A. M. (1999-2000) - *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Cuadernos de Arqueología Mediterránea, Vol. 5-6. Barcelona: Laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra.
- ARRUDA, A. M. (2000) - Práticas e rituais funerários no Sul de Portugal durante a proto-história. *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular*, Volume 5, pp. 101-108. Porto: ADECAP.
- ARRUDA, A. M. (2000b) - As cerâmicas de importação do Castelo de Castro Marim no âmbito do comércio ocidental dos séculos V a III a.C. In: *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos: Cádiz, 2 al 6 de Octubre de 1995*, pp. 727-735. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz.

- ARRUDA, A. M. (2001) – A Idade do Ferro Pós-Orientalizante no Baixo Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 4:2, pp. 207-291. Lisboa: IPA
- ARRUDA, A. M. (2003a) – Escavações arqueológicas no Castelo de Castro Marim – balanço e perspectivas. *Xelb*, 4, pp. 69-88. Silves: Museu Municipal de Arqueologia de Silves.
- ARRUDA, A. M. (2003b), Tavira: afirmação do poder e estratégias de ocupação do território durante a 1ª Idade do Ferro. In: AA.VV. (2003) – *Tavira: Território e Poder*, pp. 51-57. Lisboa: MNA.
- ARRUDA, A. M. (2004) – Necrópoles proto-históricas do sul de Portugal: o mundo oriental e orientalizante. In GONZÁLEZ PRATS, A. (ed.) – *El mundo funerario. Actas del III Seminario Internacional sobre Temas Fenícios, Alicante, 2004*, pp.457-494. Alicante: Universidad de Alicante.
- ARRUDA, A. M. (2005a) – Orientalizante e Pós-Orientalizante no Sudoeste Peninsular. Geografias e Cronologias. In: JIMÉNEZ ÁVILA, J. & CELESTINO PÉREZ, S. (coords.) – *El Período Orientalizante*, Volume I, pp. 277-304. Madrid: CSIC.
- ARRUDA, A. M. (2005b) – O Iº Milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século. *O Arqueólogo Português*, Série IV: 23, pp. 9-156. Lisboa: MNA.
- ARRUDA, A. M. (2006) – Os recursos marítimos na economia da Idade do Ferro do Sul de Portugal: o sal, a pesca e os preparados de peixe. In: *Historia de la pesca en el ámbito del estrecho*, Vol. I, pp. 383-406. Sevilha: Consejería de Agricultura y Pesca de Andalucía.
- ARRUDA, A. M. (2007) – A Idade do Ferro no Algarve: velhos dados (e outros mais recentes) e novas histórias. *Xelb*, 7, *Actas do 4.º Encontro de Arqueologia do Algarve – Percursos de Estácio da Veiga*, pp. 115-130. Silves: Museu Municipal de Arqueologia de Silves.
- ARRUDA, A. M. (2008a) – Estranhos numa terra (quase) estranha: os contactos pré-coloniais no sul do território actualmente português. In: CELESTINO PÉREZ, S., RAFEL I FONTANALS, N. & ARMADA PITA, X. L. (coord.) – *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VII a.n.e.): la precolonización a debate*, pp. 355-370. Madrid: CSIC.
- ARRUDA, A. M. (2008b) – O Baixo Guadiana durante os séculos VI e V a.n.e. In: JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coord.) – *Sidereum Ana I: El río Guadiana en Época Post-Orientalizante*, pp. 307-326. Madrid: CSIC.
- ARRUDA, A. M. (2010) – Os Espaços Funerários e a Construção de Novas Entidades Sociais e Culturais do Extremo Ocidente Europeu (1.º Milénio A.N.E.). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 17, pp.513-520. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- ARRUDA, A. M., CARRETERO POBLETE, P. A., FREITAS, V. T. de, SOUSA, E., BARGÃO, P., LOURENÇO, P. & OLIVEIRA, C. F. (2009) – Castro Marim: un santuario en la desembocadura del Guadiana. In: MATEOS CRUZ, P. & CELESTINO PÉREZ, S. (eds.), *Santuarios, oppida y ciudades: arquitectura sacra en el origen y desarrollo urbano del Mediterráneo Occidental*, pp. 79-88. Madrid: CSIC.
- ARRUDA, A. M. & CELESTINO PÉREZ, S. (2009) – Arquitectura Religiosa en Tartessos. In: MATEOS CRUZ, P. & CELESTINO PÉREZ, S. (eds.), *Santuarios, oppida y ciudades. Arquitectura religiosa en el origen y desarrollo urbano del Mediterráneo Occidental*, pp. 29-77. Madrid: CSIC
- ARRUDA, A. M., COVANEIRO, J. & CAVACO, S. (2008) – A Necrópole da Idade do Ferro do Convento da Graça, Tavira. *Xelb*, 8, pp.117-135. Silves: Museu Municipal de Arqueologia/ Câmara Municipal de Silves
- ARRUDA, A. M., FERREIRA, M., SOUSA, E. de, LOURENÇO, P., LIMA, J. e CARVALHO, A. R. (n.p.) – *Contributos para o conhecimento da Idade do Ferro de Alcácer do Sal: os dados da Rua do Rato*. Alcácer do Sal: Câmara Municipal de Alcácer do Sal.
- ARRUDA, A. M. & FREITAS, V. T. de (2008) – O Castelo de Castro Marim durante os Séculos VI e V a.n.e. In: JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coord.) – *Sidereum Ana I: El río Guadiana en Época Post-Orientalizante*, pp. 429-446. Madrid: CSIC.
- ARRUDA, A. M., FREITAS, V. T. de & OLIVEIRA, C. F. (2007) – Os Fenícios e a urbanização no Extremo Ocidente: o caso de Castro Marim. In: LÓPEZ CASTRO, J. L. (ed.), *Las ciudades fenicio-púnicas en el Mediterráneo Occidental*, pp. 459-482. Madrid: CEFYP.
- ARRUDA, A. M., GUERRA, A. & FABIÃO, C. (1995) – O que é a IIª Idade do Ferro no Sul de Portugal? *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35:2, p. 237-257. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.
- ARRUDA, A. M., VIEGAS, C., BARGÃO, P. & PEREIRA, R. (2006) – A importação de preparados de peixe em Castro Marim: da Idade do Ferro à Época Romana. *Simpósio Internacional «Produção e Comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal Arqueológica*, 13, pp. 153-176. Setúbal: MAEDS.
- ARTEAGA, O. (1994) – La liga púnico-gaditana. Aproximación a una visión histórica occidental, para su contrastación con el desarrollo de la hegemonia cartaginesa en el mundo Mediterráneo. In: *Cartago, Gadir, Ebusus y la influencia púnica en los territorios hispanos. VIII Jornadas de Arqueología Fenicio-Púnica de Ibiza. Trabajos del Museo Arqueológico de Ibiza*, 33, pp.23-57. Ibiza: Museo Arqueològic d'Eivissa.
- AUBET, M. º E. (1968) – La cueva d'Es Cuyram (Ibiza). *Pyrenae*, 4, pp. 1-66. Barcelona: Servicio de Publicaciones de la Universitat de Barcelona.
- AUBET, M. º E. (1982) – *El Santuario de Es Cuieram*. Trabajos del Museo Arqueológico de Ibiza, 8. Ibiza: Museo Arqueològic d'Eivissa.
- AUBET, M. º E. (2006) – El sistema colonial fenicio y sus pautas de organización. *Mainake*, XXVIII, pp.35-47. Málaga: Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga.
- AUBET, M. º E. (2009) – *Tiro y las Colonias Fenicias de Occidente*. Barcelona: Edicions Bellaterra.

- AUBET, M. ^a E., NUÑEZ CALVO, F. J. & TRELISÓ CARREÑO, L. (2004) – La necrópolis fenicia de Tiro-Al Bass en el contexto funerario fenicio oriental. *Huelva Arqueológica*, 20, *Actas del III Congreso Español de Antiguo Oriente Próximo*, Volume II, pp. 41-62. Huelva: Servicio de Publicaciones de la Diputación Provincial de Huelva.
- BANDERA ROMERO, M. ^a L. (2002) – Rituales de origen oriental entre las comunidades tartesias: el sacrificio de animales. In: FERRER ALBELDA, E. (ed.) – *Ex Oriente Lux: Las Religiones Orientales Antiguas en la Península Ibérica*, pp. 141-158. Sevilla: Universidad de Sevilla/Fundación El Monte.
- BANDERA ROMERO, M. ^a L., CHAVES TRISTÁN, F., FERRER ALBELDA, E. & BERNÁLDEZ SANCHÉZ, E. (1995) – Yacimiento Tartésico de Montemolín. In: *Tartessos 25 Años Después 1968-1993*, pp.315-332. Jerez de la Frontera: Ayuntamiento de Jerez de la Frontera.
- BANDERA ROMERO, M. ^a L., FERRER ALBELDA, E., GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. & CAMACHO MORENO, M. (2004) – Nuevas evidencias de cultos betlicos en Turdetania. *Huelva Arqueológica*, 20, *Actas del III Congreso Español de Antiguo Oriente Próximo*, Volume II, pp. 241-256. Huelva: Servicio de Publicaciones de la Diputación Provincial de Huelva.
- BARATA, M. ^a F. (1998) – *Miróbriga: Urbanismo e Arquitectura*. Lisboa: IPPAR.
- BARRECA, F. (1986): *La civiltà fenicio-punica in Sardegna*. Sassari: Carlo Delfine Editore.
- BARRIAL I JOVÉ, O. (1989) - El paradigma de les «inhumacions infantils» i la necessitat d'un enfocament teòric. In: AA.VV. (1989) - *Inhumaciones infantiles en el ámbito mediterráneo español (siglos VII a.E. al II d.E.)*. Cuaderno de Prehistoria y Arqueología Castellonenses, 14, pp. 9-18. Castelló: Servei d'Investigacions Arqueològiques i Prehistòriques.
- BARROS, P. (2008) – Mértola durante os séculos VI e V a.C. In: JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coord.) – *Sidereum Ana I: El río Guadiana en Época Post-Orientalizante*, pp. 399-414. Madrid: CSIC.
- BARROS, L. de, CARDOSO, J. L. & SABROSA, A. (1993) – Fenícios na Margem Sul do Tejo. Economia e integração cultural do povoado do Almaraz, Almada. *Estudos Orientais*, IV, pp. 143-192. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa.
- BEIRÃO, C. de M. (1986) – *Une Civilisation Protohistorique du Sud du Portugal (Ier Âge du Fer)*. Paris : Éditions du Bocard.
- BEIRÃO, C. de M., SILVA, C. T. da, SOARES, J., GOMES, M. V., & GOMES, R.V. (1985) – Depósito votivo da II Idade do Ferro de Garvão. Notícia da primeira campanha de escavações, *O Arqueólogo Português*, série IV, 3, pp. 45-135. Lisboa: MNAE.
- BEIRÃO, C. de M., SILVA, C. T. da, SOARES, J., GOMES, M. V., & GOMES, R.V. (1987) – Um depósito votivo da II Idade do Ferro, no Sul de Portugal, e as suas relações com as culturas da Meseta. *Veleia*, 2-3, pp. 207-221. Servicio de Publicaciones de la Universidad del País Vasco
- BEIRÃO, C. de M., GOMES, M. V. (1980) – *A I Idade do Ferro no Sul de Portugal. Epigrafia e Cultura*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura/MNAE.
- BEIRÃO, C. de M., GOMES, M. V. & MONTEIRO, J. P. (1979) – *As Estelas Epigrafadas da I Idade do Ferro do Sul de Portugal*. Setúbal: MAEDS.
- BELÉN, M. ^a (2000a) – Itinerarios arqueológicos por la geografía sagrada del Extremo Occidente. In: FERNÁNDEZ GÓMEZ, J. & COSTA RIBAS, B. (coord.), *Santuarios fenicio-púnicos en Iberia y su influencia en los cultos indígenas*. *Actas de las XIV Jornadas de Arqueología Fenicio-púnica*, pp. 57-102. Ibiza: Museo Arqueológico de Ibiza y Formentera.
- BELÉN, M. ^a (2000b) – Santuarios fenicios y comercio en Tartessos. In: FERNÁNDEZ URIEL, P., GONZÁLEZ WAGNER, C. & LÓPEZ PARDO, F. (eds.), *Intercambio y Comercio Preclassico en el Mediterráneo*. *Actas del I Coloquio del CEFYP*. Madrid: CEFYP.
- BELÉN, M^a (2001) – Arquitectura Religiosa Orientalizante en el Bajo Guadalquivir. In: RUIZ MATA, D. & CELESTINO PÉREZ, S. (coords.) – *Arquitectura Oriental y Orientalizante en la Península Iberica*, pp. 1-16. Madrid: CSIC.
- BELÉN, M. ^a, ANGLADA CURADO, R., ESCACENA CARRASCO, J. L., JIMÉNEZ HERNANDEZ, A., LINEROS, R. & RODRÍGUEZ, I. (1997) – *Arqueología en Carmona (Sevilla)*. *Excavaciones en la Casa Palacio Marques de Saltillo*. Sevilla: Junta de Andalucía.
- BELÉN, M. ^a, BOBILLO, A. R., GARCÍA MORILLO, M. ^a C. & ROMÁN, J. M. (2004) – Imaginería Orientalizante en cerámica de Carmona (Sevilla). *Huelva Arqueológica*, 20, pp.149-169. Huelva: Diputación Provincial de Huelva.
- BELÉN, M. ^a & ESCACENA CARRASCO, J. L. (1997) – Testimonios religiosos de la presencia Fenicia en Andalucía Occidental. *SPAL*, 6, pp. 103-131. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Sevilla.
- BELÉN, M. ^a & ESCACENA CARRASCO, J. L. (2002) – La imagen de la divinidad en el mundo tartésico. In: FERRER ALBELDA, E. (ed.) – *Ex Oriente Lux: Las Religiones Orientales Antiguas en la Península Ibérica*, pp. 159-184. Sevilla: Universidad de Sevilla/Fundación El Monte.
- BELÉN, M. ^a & MARÍN CEBALLOS, M. ^a C. (2002) – Diosas y leones en el período orientalizante de la Península Ibérica. *SPAL*, 11, pp.169-196. Sevilla: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Sevilla.
- BELÉN, M. ^a & MARÍN CEBALLOS, M. ^a C. (2005) – El fenómeno Orientalizante en su vertiente religiosa. In: JIMÉNEZ ÁVILA, J. & CELESTINO PÉREZ, S. (coords.) – *El Período Orientalizante*, Volume I, pp. 441-466. Madrid: CSIC.
- BELÉN, M. ^a & PÉREZ, I. (2000) – Gorham's Cave, un santuario en el Estrecho. Avance del estudio de los materiales cerámicos. In: *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos*, Vol. II, pp. 531-542. Cádiz: Universidad de Cádiz.
- BELL, C. (1999) – *Ritual. Perspectives and Dimensions*. Oxford: Oxford University Press.

- BERROCAL-RANGEL, L. & SILVA, A. C. (2007) – O castro dos Ratinhos (Moura - Alqueva, Portugal): um complexo defensivo no Bronze Final do Sudoeste peninsular. In: BERROCAL-RANGEL, L. & MORET, P. (eds.) – *Paisajes fortificados de la Edad del Hierro: las murallas protohistóricas de la meseta y de la vertiente atlántica en su contexto europeo*, pp. 169-190. Madrid: Casa de Velásquez.
- BERROCAL-RANGEL, L. e SILVA, A. C. (2010) – *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007*. Lisboa: MNA.
- BIERS, W. (ed.) (1988) – *Miróbriga: investigations at an Iron Age and Roman Site in Southern Portugal by the University of Missouri-Columbia, 1981-1986*. Oxford: British Archaeological Reports.
- BIERS, W., BIER, J. & SOREN, D. (1982) – Excavations at Mirobriga, the 1982 season. *Muse*, 16, pp. 29-43. Columbia: University of Missouri.
- BIERS, W., BIER, J., & SOREN, D. (1983) – Mirobriga, the 1983 season. *Muse*, 17, pp. 38-63. Columbia: University of Missouri.
- BINFORD, L. (1962) – Archaeology as Anthropology. *American Antiquity*, 28:2, pp. 217-225. Washington: Society for American Archaeology.
- BIRAN, A. (1986) – The Dancer from Dan, the Empty Tomb and the Altar Room. *Israel Exploration Journal*, 36, pp. 168-187. Jerusalém: Israel Exploration Society.
- BLÁZQUEZ, J. M. ^a (1962) – *Religiones Primitivas de Hispania*, I, *Fuentes literarias y epigráficas*. Madrid: CSIC.
- BLÁZQUEZ, J. M. ^a (1975) – *Diccionario de las religiones prerromanas de Hispania*. Madrid: Istmo.
- BLÁZQUEZ, J. M. ^a (1982) – Marfiles fenicios de Cancho Roano (Badajoz) con el árbol de la vida y sus prototipos. *Boletín de la Sociedad Española de Orientalistas* 18, pp.127-139. Madrid: Sociedad Española de Orientalistas.
- BLÁZQUEZ, J. M. ^a (1983) – *Primitivas Religiones Ibéricas*, II, *Religiones Prerromanas*. Madrid: Ediciones Cristandad.
- BLÁZQUEZ, J. M. ^a & VALIENTE, J. (1985) – El santuario preibérico de Castulo. Relaciones entre la Meseta e Andalucía en la protohistoria. In: HOZ, J. de (coord.) – *Actas del III Coloquio Sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas*, pp. 179-200. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- BONET, H. (1992) – La cerámica de San Miguel de Liria: su contexto arqueológico. In: OLMOS, R., TORTOSA, T. & IGUACEL, P. (eds.) – *La Sociedad Ibérica a Través de la Imagen*, pp. 224-236. Madrid: Dirección General de Bellas Artes y Archivos.
- BONET, H. & MATA, C. (1997) – Lugares de culto edetanos. Propuesta de definición. In: *Espacios y Lugares Culturales en el Mundo Ibérico. Quaderns de Prehistòria i Arqueologia de Castelló*, 18, pp. 115-146. Castelló: Diputació de Castelló.
- BONNET, C. (1995) – La religion phénico-punique: Apologie pour une approche historique. In : *I Fenici : Ieri Oggi Domani*, pp.119-128. Roma : CNR.
- BRAEMER, F. (1982) – *L'architecture domestique du Levant à l'Âge du Fer*. Paris: Éditions Recherche sur les Civilisations.
- BRELICH, A. (1966) – *Introduzione alla Storia delle Religioni*. Roma: Edizione dell'Ateneo.
- BRÜCK, J. (2007) – Ritual and rationality. Some problems of interpretation in European Archaeology. In: INSOLL, T. (ed.) – *The Archaeology of Identities. A reader*, pp. 281-307. Londres: Routledge.
- CALADO, M. (2002) – Povoamento Pré e Proto-Histórico da Margem Direita do Guadiana. *Almadan*, II S., 11, pp.122-127. Almada: Centro de Arqueologia de Almada.
- CALADO, M., BARRADAS, M. & MATALOTO, R. (1999) – Povoamento Proto-histórico no Alentejo Central. *Actas do Congresso de Proto-História Europeia. Revista de Guimarães*, número especial, Volume I, pp. 363-386. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- CALADO, M. & MATALOTO, R. (2008) – O Post-Orientalizante da Margem Direita do Regolfo do Alqueva (Alentejo Central). In: JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coord.) – *Sidereum Ana I: El río Guadiana en Época Post-Orientalizante*, pp. 185-217. Madrid: CSIC.
- CALADO, M., MATALOTO, R. & ROCHA, A. (2007) – Povoamento Proto-Histórico na Margem Direita do Regolfo do Alqueva (Alentejo, Portugal). In: RODRÍGUEZ DÍAS, A. & PAVÓN SOLDEVILA, I. (eds.) – *Arqueologia de la Tierra. Paisajes rurales de la protohistoria peninsular*, pp. 129-179. Cáceres: Universidad de Extremadura.
- CALADO, M. & ROCHA, L. (1997) – Povoamento da Idade do Ferro no Alentejo Central. *Cadernos de Cultura de Reguengos de Monsaraz*, 1, pp. 99-130. Reguengos de Monsaraz: Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz.
- CARAMELO, F. (2007) – As representações da árvore sagrada na arte neo-assíria. In: RAMOS, J., ARAÚJO, L. M. de & SANTOS, A. R. dos (orgs.) – *Arte Pré-Clássica*, pp.17-34. Lisboa: Instituto Oriental/Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- CARDOSO, J. L. (2000) – Les mammifères d'Abul. In: MAYET, F. & SILVA, C. T. da (2000c) – *L'établissement phénicien d'Abul. Portugal*, pp. 281-291. Paris: Diffusion du Bocard.
- CARDOSO, J. L. (2004) – *A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos Romanos: um ensaio de História regional*. Oeiras: Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras.
- CARRETERO, P. (2004) – *Las ánforas tipo «Tiñosa» y la explotación agrícola de la Campiña Gaditana entre los siglos V y III a.C. Tesis Doctoral*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid.
- CARRETERO, P. (2006) – El uso del aceite de oliva en los rituales religiosos de Castro Marim durante el período púnico-turdetano. *Xelb*, 6, pp.21-30.

- CELESTINO PÉREZ, S. (1992) – Cancho Roano: un centro comercial de carácter político-religioso de influencia oriental. *Rivista di Studi Fenici*, 20:1, pp.19-46. Roma: CNR.
- CELESTINO PÉREZ, S. (1994) – Los altares en forma de «lingote chipriota» de los santuarios de Cancho Roano. *Revista de Estudios Ibéricos*, 1, pp. 291-309. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid.
- CELESTINO PÉREZ, S. (1997) – Santuarios, centros comerciales y paisajes sacros. *Quadernos de Prehistoria y Arqueología Castellonenses*, 18, pp. 359-389. Castelló: Diputació de Castelló, Servei d'Investigacions Arqueològiques i Prehistòriques.
- CELESTINO PÉREZ, S. (2001) – Los santuarios de Cancho Roano. Del Indigenismo al Orientalismo Arquitectónico. In: RUIZ MATA, D. & CELESTINO PÉREZ, S. (coords.) – *Arquitectura Oriental y Orientalizante en la Península Ibérica*, pp. 17-56. Madrid: CSIC.
- CERDEÑO, M. ^a L. (1981) – Los broches de cinturón tartésicos. *Huelva Arqueológica*, 5, pp. 31-56. Huelva: Diputación Provincial de Huelva.
- CHAVES TRISTÁN, F., BANDERA ROMERO, M. ^a L., FERRER ALBELDA, E. & BERNÁLDEZ SÁNCHEZ, E. (2000) – El complejo sacrificial de Montemolín. *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos*, Vol. II, pp. 573-581. Cádiz: Universidad de Cádiz.
- CORREA, J. (2000) – El Topónimo *Hispal(is)*. *Philologia Hispalensis*, XIV:1, pp. 181-190. Sevilla: Universidad de Sevilla, Facultad de Filología.
- CORREIA, V. (1925a) – Uma conferência sobre a Necrópole de Alcácer do Sal. *Biblos* 1:7, pp. 347-363. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- CORREIA, V. (1925b) – Fechos de cinturão da Necrópole de Alcácer do Sal. *Biblos*, 1:6, pp. 319-326. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- CORREIA, V. (1925c) – Um amuleto egípcio da Necrópole de Alcácer do Sal. *Terra Portuguesa*, 5:41, pp. 90-3. Lisboa: Oficina do Anuário Comercial.
- CORREIA, V. (1928) – Escavações realizadas na Necrópole Pré-Romana de Alcácer do Sal em 1926 e 1927. *O Instituto*, 75, pp. 190-201. Coimbra: Instituto de Coimbra.
- CORREIA, V. (1930) – As fíbulas da Necrópole de Alcácer do Sal. *Biblos*, 6:7-8, pp. 504-509. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- CORREIA, V. H. (1993) – As necrópoles da Idade do Ferro do Sul de Portugal: Arqueologia e rituais. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 33, 3-4, pp.351-370. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.
- CORREIA, V. H. (1995) – The Iron Age in South and Central Portugal and the Emergence of Urban Centres. In: CUNLIFFE, B. & KEAY, S. (eds.), *Social Complexity and the development of towns in Iberia*, pp.237-262. Londres: British Academy.
- CORREIA, V. H. (1996a) – Os povoados da 1.^a Idade do Ferro do Sul de Portugal. In: ALARCÃO, J. de (coord.), *De Ulisses a Viriato. O primário milénio a.C.*, pp. 82-87. Lisboa: MNA.
- CORREIA, V. H. (1996b) – *A epigrafia da Idade do Ferro do sudoeste da Península Ibérica*. Porto: Ethnos.
- CORREIA, V. H. (1999) – Algumas considerações sobre os centros de poder na Proto-história do Sul de Portugal. *Actas do Congresso de Proto-História Europeia. Revista de Guimarães*, número especial, Volume I, pp.699-714. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- CORREIA, V. H. (2001) – Arquitectura Oriental e Orientalizante em Território Português: uma Revisão. In: RUIZ MATA, D. & CELESTINO PÉREZ, S. (coords.) – *Arquitectura Oriental y Orientalizante en la Península Ibérica*, pp. 57-67. Madrid: CSIC.
- CORZO SÁNCHEZ, J. (1989) – Los sacrificios infantiles en Cádiz. In: AA.VV. (1989) – *Inhumaciones infantiles en el ámbito mediterráneo español (siglos VII a.E. al II d.E.)*. *Cuaderno de Prehistoria y Arqueología Castellonenses*, 14, pp.239-246. Castelló: Servei d'Investigacions Arqueològiques i Prehistòriques.
- CORZO SÁNCHEZ, J. (1995) – El ritual de los sacrificios infantiles en el área gaditana. *Treballs del Museu Arqueològic d'Eivissa e Formentera*, 35, pp. 67-89. Ibiza: Museo Arqueològic d'Eivissa.
- CORZO SÁNCHEZ, J. (2000) – El santuario de la Algaida (Sanlúcar de Barrameda, Cádiz) y la formación de sus talleres artesanales. In FERNÁNDEZ GÓMEZ, J. & COSTA RIBAS, B. (coord.), *Santuarios fenicio-púnicos en Iberia y su influencia en los cultos indígenas. Actas de las XIV Jornadas de Arqueología Fenicio-púnica*, pp. 147-184. Ibiza: Museo Arqueológico de Ibiza y Formentera.
- CUADRADO, E. (1969) – Origen y desarrollo de la cerámica de barniz rojo en el mundo tartésico. *V Symposium de Prehistoria Peninsular: Tartessos*, pp. 257-291. Barcelona: Universidad de Barcelona.
- CULICAN, W. (1972) – Phoenician Remains from Gibraltar. *Australian Journal of Biblical Archaeology*, II: 1, pp. 110-145. Sidney: Australian Society of Biblical Archaeology.
- De GRUMMOND, E. C. (2005) – *Sacred Sites and Religion in Early Rome, Eight to Sixth Centuries BC. Doctoral Thesis*. Ann Arbor: University of Michigan.
- DOMÍNGUEZ MONEDERO, A. (1995) – Religión, rito y ritual durante la protohistoria Peninsular. El fenómeno religioso en la cultura ibérica. In *Proceedings of the III International Conference of Prehistory: Ritual, Rites and Religion in Prehistory*. B.A.R., 611, pp. 21-91. Oxford: Archaeopress.
- DOMÍNGUEZ MONEDERO, A. (1997) – Los lugares de culto en el mundo ibérico: espacio religioso y sociedad. *Quadernos de Prehistoria y Arqueología Castellonenses*, 18, pp. 391-404. Castelló: Diputació de Castelló, Servei d'Investigacions Arqueològiques i Prehistòriques.

- DOMINGUEZ MONEDERO, A. (2001) – La religión en el *emporion*. *Gerión*, 19, pp. 221-257. Madrid: Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense de Madrid.
- DOMINGUEZ PÉREZ, J. C. (2006) – Estructuras productivas y distributivas del Círculo púnico-gaditano (IV-III): bases locales para un império atlántico-mediterráneo. In: MORIN, J., URBINA, D. & BICHO, N. F., (eds. cient.) *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular, Faro, 2004*. Volume 7: *As Idades do Bronze e do Ferro*, pp.295-304. Faro: ADECAP.
- DOTHAN, T. & DOTHAN, M. (1992) – *People of the Sea: The Search for the Philistines*. Nova Iorque: MacMillan Publishing Company.
- ELIADE, M. (1994 [1949]) – *Tratado de História das Religiões*. Lisboa: Asa.
- ENCARNAÇÃO, J. d'; FARIA, J. C. (2002) – O santuário romano e a *defixio* de Alcácer do Sal. In: RIBEIRO, J. C. (coord.) – *Religiões da Lusitânia. Loquuntur saxa*, pp. 259-263. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- ESCACENA CARRASCO, J. L. (2001) – Fenícios a las Puertas de Tartessos. *Complutum*, 12, pp. 73-96. Madrid: Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense de Madrid.
- ESCACENA CARRASCO, J. L. (2009) – La Égersis de Melqart. Hipótesis sobre una teología solar cananea. *Complutum*, 20:2, pp. 95-120. Madrid: Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense de Madrid.
- ESCACENA CARRASCO, J. L. & BELÉN, M.ª (1994) – Economía y sociedad en la Turdetania de los siglos V-IV a.C. In: FERNÁNDEZ JURADO, J., RUFETE TOMICO, P. & García Sanz, C., (eds.) *La Andalucía Ibero-Turdetana (siglos VI-IV a.C.)*. Huelva Arqueológica, 14, pp. 137-160. Huelva: Diputación Provincial de Huelva.
- ESCACENA CARRASCO, J. L. & IZQUIERDO, R. (2000) – Altares para *Baal*. *ARYS*, 3, pp. 11-40. Huelva: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Huelva.
- ESCACENA CARRASCO, J. L. & IZQUIERDO, R. (2001) – Oriente en Occidente: Arquitectura Civil y Religiosa en un «Barrio Fenicio» de la *Caura* Tartésica. In: RUIZ MATA, D. & CELESTINO PÉREZ, S. (coords.) – *Arquitectura Oriental y Orientalizante en la Península Ibérica*, pp. 1-16. Madrid: CSIC.
- FABIÃO, C. (1992) – O Passado Proto-Histórico e Romano. In: MATTOSO, J. (dir.), *História de Portugal*, vol. I, pp. 77-201. Lisboa: Círculo de Leitores.
- FABIÃO, C. (1998) – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na Área Céltica do actual território português*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 3 volumes. Edição policopiada.
- FABIÃO, C. (2001) – O povoamento do Sudoeste peninsular na segunda metade do I milénio a.C.: Continuidades e rupturas. In: BERROCAL-RANGEL, L. & GARDES, Ph. (eds.) *Entre Celtas e Iberos. Las Poblaciones Protohistóricas de las Galias e Hispania*, pp. 227-246. Madrid: Real Academia de la Historia/Casa de Velásquez.
- FARIA, J. C. (2002) – *Alcácer do Sal ao Tempo dos Romanos*. Lisboa : Colibri.
- FANTAR, M. H. (1986) – *Kerkouane. Cité Punique du Cap Bon (Tunisie)*. Tome III, *Sanctuaires et Cultes. Société – Économie*. Tunis: Institut National d'Archéologie et d'Art.
- FERNANDES, F. (2009) – *As ânforas do tipo B/C de Pellicer no Castelo de Castro Marim*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.
- FERNÁNDEZ CASTRO, M.ª C. & CUNLIFFE, B. (1988) – *Excavations at Torreparedones 1988. The Guadajoz Project*. Oxford: Institute of Archaeology.
- FERNÁNDEZ FLORES, A. & RODRÍGUEZ AZOGUE, A. (2005) – *Tartessos desvelado. La colonización Fenicia del Suroeste peninsular y el origen y ocaso de Tartessos*. Córdoba: Almuzara.
- FERREIRA, O. da V. & SILVA, C.T da (1970) – Estatueta lusitana (?) de bronze, de Alferraz (Setúbal). *Revista de Guimarães*, 80, pp. 99-104. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- FERRER ALBELDA, E. (2001-2002) – La religión púnica en Iberia: lugares de culto. *Actas del II Congreso Internacional del Mundo Púnico. Estudios Orientales*, 5-6, pp. 107-119. Murcia: Instituto del Próximo Oriente Antiguo.
- FERRER ALBELDA, E. (2002) – Topografía sagrada del Extremo Occidente: santuarios, templos y lugares de culto de la Ibérica Púnica. In: *Ex Oriente Lux: Las religiones orientales antiguas en la Península Ibérica, Spal, Monografías*, 2, pp. 185-218. Sevilla: Universidad de Sevilla.
- FREITAS, V. T. de (2005) – *As cerâmicas de engobe vermelho do Castelo de Castro Marim. Produção, consumo e comércio na Idade do Ferro Orientalizante Peninsular*. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 volumes. Lisboa: Edição policopiada.
- GAMITO, T. J. (1988a) – *Social complexity in Southwest Iberia, 800-300 B.C.: The case of Tartessos*. Oxford: British Archaeological Reports.
- GAMITO, T. J. (1988b) – Os *obeloi* de bronze do Sudoeste peninsular: seu contexto e interpretação sócio-ideológica. In: PEREIRA MENAUT, G. (ed.) – *Actas del 1er. Congreso Peninsular de Historia Antigua*, Volume I, pp. 329-339. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela.
- GAMITO, T. J. (1990-1992) – A cerâmica de retícula brunida do Castro dos Ratinhos (Moura). *O Arqueólogo Português*, S. 4, vol.8-10, pp. 277-297. Lisboa: MNA.

- GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. (2003) - *Los Turdetanos en la Historia: Análisis de los testimonios literarios grecolatinos*. Écija: Editorial Gráficas Sol.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. (2007) - Etnología y etnias de la Turdetania en época prerromana. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*, 33, pp. 117-143. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid.
- GARCÍA-GELABERT PÉREZ, M. ^a P. & BLÁZQUEZ, J. M. ^a (1997) - Carácter sacro y funerario del toro en el mundo ibérico. *Quaderns de Prehistoria i Arqueologia de Castelló*, 18, pp.417-442. Castelló: Diputació de Castelló: Servei d'Investigacions Arqueològiques i Prehistòriques
- GARCÍA Y BELLIDO, A. (1963) - *Hercules Gaditanus*. *Archivo Español de Arqueología*, 36, pp. 70-153. Madrid: CSIC.
- GOMES, E. (2008) - *Os ex-votos proto-históricos do Castelo de Alcácer do Sal*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada. 2 volumes.
- GOMES, F. B. (no prelo) - Um ciclo iconográfico feminino na Idade do Ferro do Sul de Portugal. *Cadmo*, 21. Lisboa: CH-UL.
- GOMES, M. V. (1983) - El «smiting god» de Azougada (Moura). *Trabajos de Prehistoria*, 40, pp. 199-220. Madrid: CSIC.
- GOMES, M. V. (1990) - O Oriente no Ocidente. Testemunhos iconográficos na Proto-história do Sul de Portugal. *Revista ICALP*, 22-23, pp. 125-177. Lisboa: Instituto Camões.
- GOMES, M. V. (2001) - Divinidades e santuários púnicos, ou de influência púnica, no sul de Portugal. In: *Os Púnicos no Extremo Ocidente*, pp. 99-148. Lisboa: Universidade Aberta.
- GÓMEZ BELLARD, C. (1991) - La expansión cartaginesa en Sicilia y Cerdeña. In: AA.VV. (1991), *La caída de Tiro y el Auge de Cartago. V Jornadas de Arqueología Fenicio-Púnica*, pp. 47-57. Ibiza: Museo Arqueològic d'Eivissa.
- GÓMEZ BELLARD, C. & VIDAL GONZÁLEZ, P. (2000) - Las cuevas-santuario Fenicio-Púnicas y la navegación en el Mediterráneo. In: FERNÁNDEZ GÓMEZ, J. & COSTA RIBAS, B. (coord.), *Santuarios fenicio-púnicos en Iberia y su influencia en los cultos indígenas*. *Actas de las XIV Jornadas de Arqueología Fenicio-púnica*, pp. 57-102. Ibiza: Museo Arqueológico de Ibiza y Formentera.
- GÓMEZ PEÑA, Á. (2010) - Así en Oriente como en Occidente: el origen oriental de los altares taurodérmicos de la Península Ibérica. *SPAL*, 19, pp. 129-148. Sevilla: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Sevilla.
- GONZÁLEZ de CANALES, F., SERRANO, L. & LLOMPART, J. (2006) - Las evidencias más antiguas de la presencia fenicia en la Península Ibérica. *Mainake*, XXVIII, pp. 105-128. Málaga: Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga.
- GRACÍA, F., MUNILLA, G. & GARCÍA, E. (1994) - Models d'anàlisi de l'arquitectura ibèrica: Espai públic i construccions religioses en medis urbans. *Cota Zero*, 10, pp. 90-101. Barcelona: Eumo Editorial.
- GRAS, M., ROUILLARD, P. e TEIXIDOR, J. (1991) - *L'Univers Phénicien*. Paris : Pluriel.
- GROENEWOUD, E. M. C. (2005) - Water in the cultic worship in Phoenician Sanctuaries. In: *Atti del V Congresso Internazionale di Studi Fenici e Punici*, Vol. 1, pp.149-156. Palermo: Università degli Studi di Palermo.
- GROTTANELLI, C. (1981) - Santuari e divinità delle colonie d'Occidente. In: *La religione fenicia: matrici orientali e sviluppi occidentali*, pp.109-133. Roma: CNR.
- GUERRA, A. (1992) - O Promontório Sacro. In: MEDINA, J. (dir.) - *História de Portugal. Volume II*. Lisboa: Ediclube.
- GUERRA, A. (1998) - *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente peninsular*. Dissertação de Doutoramento em História Clássica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2 volumes. Lisboa: Edição policopiada.
- GUERRA, A. (2003) - Anotações ao texto da *tabella defixionis* de Alcácer do Sal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 6:2, pp. 335-339. Lisboa: IPA.
- GUSI I JENER, F. (1997) - Lugares sagrados, divinidades, cultos y rituales en el levante de Iberia. *Quaderns de prehistòria i arqueologia de Castelló*, 18, pp. 171-210. Castelló: Diputació de Castelló.
- HAINES, R. C. (1971) - *Excavations in the Plain of Antioch, II, The Structural Remains of the Later Phases*. Chicago: Oriental Institute.
- HAWKES, C. (1954) - Archaeological theory and method: some suggestions from the Old World. *American Anthropologist*, 56, pp. 155-88. Arlington: American Anthropological Association.
- HODDER, I. (1982a) - Theoretical archaeology: a reactionary view. In: HODDER, I. (ed.) *Symbolic and structural archaeology*, pp. 1-16. Cambridge: Cambridge University Press.
- HODDER, I. (1982b) - *Symbols in Action: Ethnoarchaeological Studies of Material Culture*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HODDER, I. (1992) - *Theory and Practice in Archaeology*. Londres: Routledge.
- INSOLL, T. (2001) - Introduction. The Archaeology of World Religion. In: INSOLL, T. (ed.), *Archaeology and World Religion*, pp.1-32. Londres: Routledge.
- INSOLL, T. (2004) - *Archaeology, Ritual, Religion*. Londres: Routledge.
- INSOLL, T. (ed.) (2007) - *The Archaeology of Identities. A reader*. Londres: Routledge.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (1997) - Cancho Roano y los complejos monumentales post-orientalizantes del Guadiana. *Complutum*, 8, pp.141-160. Madrid: Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense de Madrid.

- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2005) – Cancho Roano: el proceso de privatización de un espacio ideológico. *Trabajos de Prehistoria*, 62:2, pp. 105-124. Madrid: CSIC.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2009a) - Modelos arquitectónicos en la protohistoria del suroeste peninsular: edificios «en tridente». In: MATEOS CRUZ, P. & CELESTINO PÉREZ, S. (eds.), *Santuários, oppida y ciudades. Arquitectura religiosa en el origen y desarrollo urbano del Mediterráneo Occidental*, pp.89-100. Madrid: CSIC.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2009b) – Arquitectura y modalidad: la construcción del poder en el mundo post-orientalizante. *Archivo Español de Arqueología*, 82, pp. 69-95. Madrid: CSIC.
- JIMÉNEZ FLORES, A. M. ^a & MARÍN CEBALLOS, M. ^a C. (2004) - Los santuarios fenicio-púnicos como centros de sabiduría: el templo de Melqart en Gadir. *Huelva Arqueológica*, 20, *Actas del III Congreso Español de Antiguo Oriente Próximo*, Volume II, pp. 215-240. Huelva: Servicio de Publicaciones de la Diputación Provincial de Huelva.
- KARAGHEORGIS, V. (1962) – *Chypre*. Ginebra: s/e.
- LIMA, J. F. de (1944) – O Castro da Azougada. *Jornal de Moura*, 18-III-1944.
- LIMA, J. F. de (1951) – Aspectos da romanização no território português da Bética. *O Arqueólogo Português*, S. 2, I, pp. 171-211. Lisboa: MNAE.
- LIMA, J. F. de (1960) – Castro dos Ratinhos (Moura, Baixo-Alentejo, Portugal). *Zephyrus*, XI, pp. 248-252. Salamanca: Universidad de Salamanca.
- LIMA, J. F. de (1981) – *Elementos Históricos e Arqueológicos do Concelho de Moura*. Moura: Biblioteca Municipal.
- LIPINSKI, E. (1979) - *State and Temple Economy in the Ancient Near East*. Leuven: Departement Oriëntalistiek
- LIPINSKI, E. (1995) – *Dieux et Déeses de l'Univers Phénicien et Punique*. Leuven : Peeters.
- LLOBREGAT, E. (1983) – El templo Ibérico de Illeta dels Banyets. El Campello, Alicante. In: BLÁZQUEZ, J. M. ^a (ed.) – *Primitivas Religiones Ibéricas*, II, *Religiones Prerromanas*, pp. 489-494. Madrid: Ediciones Cristandad.
- LÓPEZ BERTRAN, M. (2007) – *Ritualizando Cuerpos y Paisajes. Un análisis antropológico de los ritos Fenicio-Púnicos*. Tesis Doctoral. Barcelona: Universidad Pompeu Fabra.
- LÓPEZ CASTRO, J. L. (1991) - Cartago y la Península Ibérica: ¿imperialismo o hegemonía? In: AA.VV. (1991), *La caída de Tiro y el Auge de Cartago. V Jornadas de Arqueología Fenicio-Púnica*, pp. 73-86. Ibiza: Museo Arqueològic d'Eivissa.
- LÓPEZ PALOMO, L. (1981) – Alhonor. Ciudad perdida en la Protohistoria Andaluza. *Revista de Arqueología*, 26, pp.16-23. Madrid: Zugarto Ediciones.
- LÓPEZ PARDO, F. (1996) - Los enclaves fenicios en el África noroccidental: del modelo de las escalas náuticas al de colonización con implicaciones productivas. *Gerión*, 14, 251-288. Madrid: Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense de Madrid.
- LÓPEZ PARDO, F. (2000) - Los fenicios en la costa atlántica africana: balance y proyectos. In: COSTA RIBAS, B. & FERNÁNDEZ GÓMEZ, J. (eds.) - *La colonización fenicia de Occidente: estado de la investigación en los inicios del siglo XXI. Actas de las XVI Jornadas de Arqueología Fenicio-púnica*, pp. 19-48. Ibiza: Museo Arqueológico de Ibiza y Formentera.
- LÓPEZ PARDO, F. (2006) – *La torre de las almas. Un recorrido por los mitos y creencias del mundo fenicio y orientalizante a través del monumento de Pozo Moro*. Anejos de Gerión, 10. Madrid: Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense de Madrid.
- LÓPEZ ROSENDO, E. (2005) – El perfume en los rituales orientalizantes de la Península Ibérica. In: JIMÉNEZ ÁVILA, J. & CELESTINO PÉREZ, S. (coords.) – *El Período Orientalizante*, Volume I, pp. 669-681. Madrid: CSIC.
- LOURENÇO, P. (2008) – Os Trípodas do Castelo de Castro Marim. *Promontoria*, 6, Faro: Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve.
- LUCAS, M. R. (1979) – Santuários y Dioses en la Baja Época Ibérica. In: *La Baja Época de la Cultura Ibérica*, pp. 233-293. Madrid: Asociación Española de Amigos de la Arqueología.
- MAIA, M. ^a (1987) – Dois *larnakes* da Idade do Ferro do Sul de Portugal. *Veleia*, 2-3, pp. 223-242. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco.
- MAIA, M. ^a (1988) – Neves II e a facies cultural de Neves Corvo. *Arquivo de Beja*. 2ª Série, 3, pp. 23-42. Beja: Câmara Municipal de Beja.
- MAIA, M. ^a (2000) – Tavira fenícia. O território para Ocidente do Guadiana, nos inícios do I milénio a. C. In: GONZÁLEZ PRATS, A. (ed.) – *Fenicios y Territorio. Actas del II Seminario Internacional sobre Temas Fenicios*, pp. 121-150. Alicante: Instituto Alicantino Juan Gil-Albert.
- MAIA, M. ^a (2003): Fenícios em Tavira, In: AA.VV. (2003) – *Tavira: Território e Poder*, pp. 57-72. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- MAIA, M. ^a (2008) – Reflexões sobre os Complexos Arquitectónicos de Neves-Corvo, na região central do Baixo Alentejo, em Portugal. In: JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coord.) – *Sidereum Ana I: El río Guadiana en Época Post-Orientalizante*, pp. 353-364. Madrid: CSIC.
- MAIA, M. & CORREA, J. A. (1985) – Inscripción en escritura tartésica (o del SO) hallada en Neves (Castro Verde, Baixo Alentejo) y su contexto arqueológico. *Habis*, 16, pp. 243-274. Sevilla: Universidad de Sevilla.
- MAIA, M. ^a & MAIA, M. (1986) – *Arqueologia da área mineira de Neves Corvo. Trabalhos realizados no triénio 1982-84*. Castro Verde: Somincor.

- MAIA, M. ^a & MAIA, M. (1996) – Arqueologia do couto mineiro de Neves Corvo. In: REGO, M. (ed.) – *Mineração do Baixo Alentejo*, pp. 83-93. Castro Verde: Câmara Municipal de Castro Verde.
- MAIA, M. ^a & SILVA, L. (2004): O culto a BAAL em Tavira. *Huelva Arqueológica*, 20, *Actas del III Congreso Español de Antiguo Oriente Próximo*, Volume II, pp. 171-194. Huelva: Servicio de Publicaciones de la Diputación Provincial de Huelva.
- MALUQUER de MOTES, J.; CELESTINO PÉREZ, S.; GRACIA, F. & MUNILLA, G. (1986) – *El Santuario protohistorico de Zalamea la Serena*. Barcelona: Programa de investigaciones Protohistóricas XVI.
- MALUQUER de MOTES, J.; GRACIA, F. MUNILLA, G. & CELESTINO PÉREZ, S. (1987) – Cancho Roano, un Palacio-Santuario del siglo V a.C. *Revista de Arqueología*, 74, pp. 36-50. Madrid: Universidad Complutense de Madrid.
- MANTAS, V. (1997) – As *civitates*: Esboço de Geografia Política e Económica do Algarve Romano. In: *Noventa Séculos Entre a Terra e o Mar*, pp. 283-310. Lisboa:
- MANTAS, V. (2002) – Na Mira da Perfeição das Artes e dos Homens: *Apollo* e o seu Filho *Aesculapius*, In: RIBEIRO, J.C. (coord.), *Religiões da Lusitânia, Loquuntur Saxa*, pp.125-130. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- MARÍN CEBALLOS, M. ^a C. (1993) – La religión fenicio-púnica en España (1980-1993) – *Historia Antiqua*, XVIII, pp. 533-568.
- MARÍN CEBALLOS, M. ^a C. (1995) – El ritual del tofet: ¿sacrificio infantil o ritual iniciático? *Treballs del Museu Arqueologic d'Eivissa e Formentera*, 35, pp. 55-66. Ibiza: Museu Arqueològic d'Eivissa.
- MARÍN CEBALLOS, M. ^a C. (2010) – Santuarios Prerromanos de la Costa Atlántica Andaluza. In: TORTOSA, T. & CELESTINO PÉREZ, S. (eds.) – *Debate en Torno a la Religiosidad Protohistórica*, pp. 125-140. Madrid: CSIC.
- MARKOE, G. E. (2000) – *Phoenicians*. Londres: British Museum Press.
- MARZOLI, D., LÓPEZ PARDO, F., SUÁREZ PADILLA, J., GONZÁLEZ WAGNER, C., MIELKE, D. P., LEON MARTÍN, C., RUIZ CABRERO, L., THIEMEYER, H. & TORRES ORTIZ, M. (2010) – Los inicios del urbanismo en las sociedades autóctonas localizadas en el entorno del Estrecho de Gibraltar: Investigaciones en los Castillejos de Alcorrín y su territorio (Manilva, Málaga). *Menga. Revista de Prehistoria de Andalucía*, 1, pp. 153-182. Sevilla: Junta de Andalucía – Consejería de Cultura.
- MATA CARRIAZO, J. (1973) – *Tartessos y el Carambolo*. Madrid: Dirección General de Bellas Artes.
- MATALOTO, R. (2004a) – Meio Mundo: o início da Idade do Ferro no cume da Serra d'Ossa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7:2, pp. 139-173. Lisboa: IPA.
- MATALOTO, R. (2004b) – Um «monte» da Idade do Ferro na Herdade da Sapatoa: ruralidade e povoamento no I milénio a.C. *do Alentejo Central*. Trabalhos de Arqueologia, 37. Lisboa: IPA.
- MATALOTO, R. (2007) – Paisagem, memória e identidade: tumulações megalíticas no pós-megalitismo alto-alentejano. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 10:1, pp.123-140. Lisboa: IGESPAR.
- MATALOTO, R. (2009) – Através dos campos: arquitectura e sociedade na Idade do Ferro alto alentejana. In: BELARTE, M. ^a C. (ed.) – *L'espai domèstic i l'organització de la societat a la protohistòria de la Mediterrània occidental (Ier millenni aC)*, pp. 279-298. Barcelona: Universitat Barcelona.
- MATALOTO, R. & MATIAS, C. (n.p.) – Viver no Campo: O Sítio da Herdade da Sapatoa 3 e o Povoamento Rural Centro Alentejano em Meados do Iº Milénio a.C. In: *Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenício Púnicos*, pp. 216-235. Lisboa: UNIARQ.
- MAYET, F. & SILVA, C. T. da (1992) – Abul, um estabelecimento orientalizante do século VII a.C. no Baixo Vale do Sado. *Setúbal Arqueológica*, 9-10, pp. 315-333. Setúbal: MAEDS.
- MAYET, F. & SILVA, C. T. da (1993) – Presença fenícia no Baixo Sado. *Estudos Orientais*, IV, *Actas do Encontro «Os Fenícios no território português»*, pp. 127-142. Lisboa: UNL.
- MAYET, F. & SILVA, C. T. da (1996) – Abul: um estabelecimento fenício do Baixo Sado. In: ALARCÃO, J. de (coord.), *De Ulisses a Viriato. O primério milénio a.C.*, pp.52-9. Lisboa: MNA.
- MAYET, F. & SILVA, C. T. da (1997) – L'établissement phénicien d'Abul (Alcácer do Sal). *Itinéraires Lusitaniens*, pp. 255-271. Paris: Diffusion du Bocard.
- MAYET, F. & SILVA, C. T. da (2000a) – Os Fenícios no Estuário do Sado. In *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida*, Trabalhos de Arqueologia, 14, pp.71-83. Lisboa: IPA.
- MAYET, F. & SILVA, C. T. da (2000b) – Abul et la présence phénicienne sur l'Atlantique. In: *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenícios y Púnicos*, pp. 849-857. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz.
- MAYET, F. & SILVA, C. T. da (2000c) – *L'établissement phénicien d'Abul. Portugal*. Paris: Diffusion du Bocard.
- MAYET, F. & SILVA, C. T. da (2001a) – Abul e a Arquitectura Orientalizante na Costa Portuguesa. In: RUIZ MATA, D. & CELESTINO PÉREZ, S. (coords.) – *Arquitectura Oriental y Orientalizante en la Peninsula Iberica*, pp. 249-260. Madrid: CSIC.
- MAYET, F. & SILVA, C. T. da (2001b) – O Santuário de Abul B, uma presença púnica no Baixo Sado? In: *Os Púnicos no Extremo Ocidente*, pp. 173-195. Lisboa: UNL.
- MAZAR, A. (1980) – *Excavations at Tell Qasile, Part One: The Philistine Sanctuary. Architecture and Cult Objects*. Jerusalém: Institute of Archaeology.

- MAZAR, A. (1992) – Temples of the Middle and Late Bronze Ages and Iron Age. In: KEMPINSKI, A. & REICH, R. (eds.) – *The Architecture of Ancient Israel*, pp. 161-187. Jerusalém: Biblical Archaeology Society.
- MAZAR, A. (2000) – The Temples and Cult of the Philistines. In: OREN, E. (ed.) – *The Sea Peoples and Their World: A Reassessment*, pp. 213-232. Philadelphia: University Museum.
- MONTEO, T. (1995) – Santuários urbanos en el mundo Ibérico. *Complutum*, 6, pp. 245-255. Madrid: Universidad Complutense de Madrid.
- MORENO ARRASTIO, F. (2000) – Tartessos, Estelas, Modelos Pesimistas. URIEL, P., WAGNER, C. G. & LÓPEZ PARDO, F. (eds.), *Intercambio y Comercio preclásico en el Mediterráneo*, pp. 153-174. Madrid: CEFYP.
- MOSCATI, S. (1992) – *Il santuario dei bambini* (tofet). Roma: Libreria dello Stato.
- NAUMANN, R. (1950) – *Tell Halaf, II, Die Bauwerke*. Berlin: Pergamon Museum.
- NICOLINI, G. (1969) – *Les bronzes figurés des sanctuaires ibériques*. Paris: Presses Universitaires de France.
- NIVEAU, A. M^a. (2001) – El espacio geopolítico gaditano en época púnica. Revisión y puesta al día del concepto de «Círculo del Estrecho». *Gérion*, 19, pp.313-354. Madrid: Servicio de publicaciones de la Universidad Complutense de Madrid.
- OGGIANO, I. (2005) – *Dal terreno al divino. Archeologia del culto nella Palestina del primo millennio*. Roma: Carocci.
- OLIVEIRA, C. F. (2006) – *A cerâmica manual do Castelo de Castro Marim: século IX a III a.n.e.* Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2 volumes. Lisboa: Edição policopiada.
- OLIVER, A. (1997) – La problemática de los lugares sacros ibéricos en la historiografía arqueológica. In: *Espacios y Lugares Culturales en el Mundo Ibérico. Quaderns de Prehistoria i Arqueologia de Castelló*, 18, pp. 495-516. Castelló: Diputación de Castelló.
- PAIXÃO, A. C. (1970) – *A necrópole do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal. Novos elementos para o seu estudo*. Tese de Licenciatura. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- PAIXÃO, A. C. (1983) – Uma nova sepultura com escaravelho da necrópole proto-histórica do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português*, S.4, 1: pp.273-286. Lisboa: MNAE.
- PAIXÃO, A. C. (2001) – Alcácer do Sal proto-histórica no contexto mediterrânico. In: *Os Púnicos no Extremo Ocidente*, pp. 149-172. Lisboa: Universidade Aberta.
- PAIXÃO, A. C. e FARIA, J. C. (1996) – Escavações Arqueológicas no Convento de Nossa Senhora de Araceli (Alcácer do Sal). Lisboa: edição policopiada.
- PELLICER CATALÁN, M. (1962) – *Excavaciones en la necrópolis púnica «Laurita» del Cerro de San Cristóbal (Almuñécar, Granada)*. Excavaciones Arqueológicas en España, 17. Madrid: Ministerio de Educación.
- PELLICER CATALÁN, M. (2004) – De Laurita a Tavira: una perspectiva sobre el mundo funerario en Occidente. In: GONZÁLEZ PRATS, A. (ed.) – *El mundo funerario. Actas del III Seminario Internacional sobre Temas Fenicios, Alicante, 2004*, pp.13-42. Alicante: Universidad de Alicante.
- PELLICER CATALÁN, M. (2007) – *La Necrópolis Laurita (Almuñécar, Granada) en el contexto de la colonización fenicia*. Cuadernos de Arqueología Mediterránea, 15. Barcelona: Universidad Pompeu Fabra.
- PEREIRA, T. (2008) – *Os Artefactos Metálicos do Castelo de Castro Marim na Idade do Ferro e em Época Romana. Metalurgia em transição: a amostra numa análise de conjunto*. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2 volumes. Lisboa: Edição policopiada.
- PETTAZZONI, R. (1958) – Il metodo comparativo. *Numen*, 6, pp. 1-14. Roma: Università di Roma.
- PRADOS TORREIRAS, L. (1994) – Los santuarios ibéricos: apuntes para el desarrollo de una Arqueología de Culto. *Trabajos de Prehistoria*, 51:1, pp. 127-142. Madrid: CSIC.
- PRADOS MARTÍNEZ, F. (2001) – ¿Almacenes o centros redistribuidores de carácter sacro? Una reflexión en torno a un modelo arquitectónico tipificado en la protohistoria mediterránea. *Actas del II Congreso Internacional del Mundo Púnico. Estudios Orientales*, 5-6, pp. 173-180. Murcia: Instituto del Próximo Oriente Antiguo.
- PRADOS MARTÍNEZ, F. (2006) – Sobre arquitectura Ibérica y *dependencias sacras*: un modulo tipificado a debate. *Lvcentvm*, XXV, pp. 47-69. Alicante: Universidad de Alicante.
- PRADOS MARTÍNEZ, F. (2010) – La Arquitectura sagrada: Un santuario del siglo IX A.C. In: BERROCAL-RANGEL, L. & SILVA, A. C., *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007*, pp. 259-276. Lisboa: MNA.
- RAMON, J. (1995) – *Las Ánforas Fenicio-púnicas del Mediterráneo Central y Occidental*. Barcelona: Universitat de Barcelona.
- RENFREW, C. (1985) – *The Archaeology of Cult: The Sanctuary of Phylakopi*. Londres: Thames & Hudson.
- RENFREW, C. (1994) – The Archaeology of Religion. In: RENFREW, C. and ZUBROW, E. (eds.) – *The Ancient Mind: Elements of Cognitive Archaeology*, pp.47-54. Cambridge: Cambridge University Press.
- RESENDE, A. de (1996 [1593]) – *Antiguidades da Lusitânia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- RIBEIRO, O., LAUTENSACH, H. & DAVEAU, S. (1987-8) – *Geografia de Portugal. Volume 1: A posição geográfica e o território. Volume 2: O ritmo climático e a paisagem*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

- RIBICHINI, S. (1987) – *Il tofet e il sacrificio dei fanciulli*. Sassari: Chiarella.
- RIBICHINI, S. (2006) – Religione e Storia. Il Mediterraneo Antico. In: MARÍN CEBALLOS, M. ^a C. & SAN BERNARDINO, J. (eds.) – *Teoría de la Historia de las Religiones: Las Escuelas Recientes*. Sevilla: Universidad de Sevilla.
- ROCHA, A. S. (1975) – *Memórias e Explorações Arqueológicas*, Vol. III. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- RODRÍGUEZ DÍAS, A. (1994) – Algunas reflexiones sobre el fin de Tartessos en la cuenca media del Guadiana: la crisis del cuatrocientos y el desarrollo de la *Baeturia*. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*, 21, pp. 9-34. Madrid: Universidad Complutense de Madrid.
- RODRÍGUEZ DÍAS, A. (ed.) (2004) – *El edificio protohistórico de La Mata (Campanario, Badajoz) y su estudio territorial*. Badajoz: Universidad de Extremadura
- RODRÍGUEZ DÍAS, A., ORTIZ ROMERO, P. (1998) – La Mata de Campanario (Badajoz): un nuevo ejemplo de «Arquitectura de Prestigio» en la Cuenca Media del Guadiana. In: RODRÍGUEZ DÍAS, A., (ed.) - *Extremadura protohistórica: paleoambiente, economía y doblamiento*, pp. 201-246. Cáceres: Universidad de Extremadura.
- RODRÍGUEZ DÍAS, A., ORTIZ ROMERO, P. & PAVÓN SOLDEVILLA, I. (2000) – El complejo arqueológico de la Mata (Campanario, Badajoz) en el contexto socioeconómico del postorientalizante extremeño. In: *Ibers. Agricultors, artesans i comerciants. III Reunió sobre Economia en el Mon Ibèric. Saguntum — Extra*, 3, pp. 101-107. Valencia: Universidad.
- RODRÍGUEZ FERRER, A. (1988) – El Templo de Hércules-Melkart: un modelo de explotación económica y prestigio político. In: PEREIRA MENAUT, G. (ed.) – *Actas del 1er. Congreso Peninsular de Historia Antigua*, Volume II, pp. 101-110. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela.
- ROMERO RECIO, M. (1999) – El rito de las piedras volteadas (STR 3.1.4). *ARYS*, 2, pp.69-82. Sevilla: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Sevilla.
- ROMERO RECIO, M. (2008) – Rituales y prácticas de navegación de Fenicios y Griegos en la Península Ibérica durante la Antigüedad. *Mainake*, XXX, pp.75-89. Málaga: Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga.
- ROUILLARD, P. (1991) – *Les grecs et la Péninsule Ibérique : du VIIIe au IVe siècle avant Jésus-Christ*. Paris : Diffusion du Bocard.
- ROUILLARD, P., PAIXÃO, A. C., VILLANUEVA-PUIG, M.-C. & DURAND, J.-L. (1988-9) – Les vases grecques d'Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português*, S.4, 6-7, pp.43-108. Lisboa: MNA.
- RUFETE TOMICO, P. (2002) – *El Final de Tartessos y el periodo Turdetano en Huelva. Huelva Arqueológica*, 17. Huelva: Diputación Provincial de Huelva.
- RUIZ DE ARBULO, J. (1997) – Santuarios y comercio marítimo en la península Ibérica durante la época arcaica. *Quaderns de Prehistoria i Arqueologia de Castelló*, 18, pp. 517-536. Castelló: Diputació de Castelló: Servei d'Investigacions Arqueològiques i Prehistòriques.
- SÁEZ ROMERO, A. (2009) – El templo de Melqart de Gadir: hito religioso-económico y marítimo: consideraciones sobre su relación con la industria conservera. In: MATEOS CRUZ, P. & CELESTINO PÉREZ, S. (eds.), *Santuários, oppida y ciudades. Arquitectura religiosa en el origen y desarrollo urbano del Mediterráneo Occidental*, pp. 29-77. Madrid: CSIC.
- SALINAS DE FRÍAS, M. (1988) – El «*Hieron Akroterion*» y la geografía religiosa del extremo occidente según Estrabón. In: PEREIRA MENAUT, G. (ed.) – *Actas del 1er. Congreso Peninsular de Historia Antigua*, Volume II, pp. 135-147. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela.
- SANTOS, D. (2009) – *As ânforas pré-romanas do tipo Mañá-Pascual A4 do Castelo de Castro Marim*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.
- SCHMITT, A. (2000) – Étude pétrographique des céramiques phéniciennes d'Abul. In: MAYET, F. & SILVA, C. T. da (2000c) – *L'établissement phénicien d'Abul. Portugal*, pp.265-79. Paris: Diffusion du Bocard.
- SCHUBART, H. & MAASS-LINDEMANN, G. (2007) – *Toscans 1967-1984*. Berlín: Walter de Gruyter & Co.
- SCHÜLE, W. (1969) – *Die Meseta-kulturen der Iberischen Halbinsel: Mediterrane und Eurasische elemente in früheisen zeitlichen kulturen südwesteuropas*. Berlín: Walter de Gruyter & Co.
- SCHULTEN, A. (1952) – *Fontes Hispaniae Antiquae*, VI, Estrabón. *Geografía de Iberia*. Barcelona: A. Bosch
- SECO SERRA, I. (1999) – El betilo estiliforme de Torreparedones. *SPAL*, 8, pp. 135-158. Sevilla: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Sevilla.
- SILVA, A.C. & BERROCAL-RANGEL, L. (2005) – O Castro dos Ratinhos (Moura), povoado do Bronze Final do Guadiana: primeira campanha de escavações (2004). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 8:2, pp.129-176. Lisboa: IPA.
- SILVA, C. T. da (2005) – A presença fenícia e o processo de Orientalização nos Estuários do Tejo e do Sado. In: JIMÉNEZ ÁVILA, F. J. & CELESTINO PÉREZ, S. (eds.), *El Período Orientalizante: Actas del III Simpósio Internacional de Arqueología de Mérida, Protohistoria del Mediterráneo Occidental*, pp. 749-766. Madrid: CSIC.
- SILVA, C. T. da, SOARES, J., BEIRÃO, C. de M., DIAS, L. F. & COELHO-SOARES, A. (1980-1) – Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica*, 6-7, pp.149-218. Setúbal: MAEDS.
- SIMONETTI, A. (1983) – Sacrifici umani e uccisione rituale nel mondo fenicio-punico: il contributo delle fonte literarie. *Rivista di Studi Fenici*, 11, pp. 147-152. Roma: CNR.

- SOARES, A. M. e MARTINS, J. (2010) – A cronologia absoluta para o Castro dos Ratinhos: Datas de Radiocarbono. In: BERROCAL-RANGEL, L. e SILVA, A. C., *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007*, pp.409-414. Lisboa: MNA.
- SOARES, J. e SILVA, C. T. (1979) – Cerâmica pré-romana de Miróbriga (Santiago de Cacém. *Setúbal Arqueológica*, 5, pp. 159-185. Setúbal: MAEDS.
- SOARES, J. e SILVA, C. T. da (1986) – Ocupação pré-romana de Setúbal: escavações arqueológicas na Travessa dos Apóstolos. *Actas do I Encontro de Arqueologia Urbana*. Trabalhos de Arqueologia, 3, pp.87-101. Lisboa: IPPC.
- SOMMER, M. (2010) - Shaping Mediterranean economy and trade. Phoenician cultural identities in the Iron Age. In: HALES, S. e HODOS, T. (eds.) – *Material Culture and Social Identities in the Ancient World*, pp. 114-137. Cambridge: Cambridge University Press.
- SOUSA, E. (2009) – *A cerâmica de tipo Kuass no Algarve*. Lisboa: UNIARQ.
- SOUSA, E. e ARRUDA, A. M. (2010) – A gaditanização do Algarve. *Mainaké*, XXXII: II, pp. 951-974.
- STERN, E. (2001) – *Archaeology of the Land of the Bible*, II, *The Assyrian, Babylonian and Persian Periods (732-332 BCE)*. Nova Iorque: Doubleday.
- THOMAS, J. (2004) – *Archaeology and Modernity*. Londres: Routledge.
- TORRES ORTIZ, M. (1998) - La cronología absoluta europea y el inicio de la colonización fenicia en Occidente: Implicaciones cronológicas en Chipre y el Próximo Oriente. *Complutum*, 9, pp. 49-60. Madrid: Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense de Madrid.
- TORRES ORTIZ, M. (2008) – Los «tiempos» de la precolonización. In: CELESTINO PÉREZ, S., RAFEL I FONTANALS, N. & ARMADA PITA, X. L. (coord.) – *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico: (siglos XII-VII a.n.e.): la precolonización a debate*, pp. 59-92. Madrid: CSIC.
- TREBOLLE, J. (1997) – El monoteísmo y el aniconismo bíblico en relación con la iconografía israelita y con los cultos anicónicos del mundo semítico. In: AUSÍN, S. (ed.) – *De la Ruína a la Afirmación. El Entorno del Reino de Israel en el Siglo VIII a.C.*, pp. 77-100. Madrid: Verbo Divino.
- VASCONCELLOS, J. L. de (1897) – *Religiões da Lusitânia*, I. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- VASCONCELLOS, J. L. de (1905) – *Religiões da Lusitânia*, II. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- VEIGA, S. P. M. E. (1891) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VILÀ PÉREZ, C. (1994) – Una propuesta metodológica para el estudio del concepto «templo» en el marco de la concepción religiosa ibérica. *Pyrenae*, 25, pp. 123-139. Barcelona: Universitat de Barcelona.
- VILÀ PÉREZ, C. (1997) – Arquitectura templal ibérica. *Quaderns de Prehistoria y Arqueología Castellonenses*, 18, pp. 537-566. Castelló: Diputació de Castelló, Servei d'Investigacions Arqueològiques i Prehistòriques.
- WAGNER, C. G. (1995) – El sacrificio fenicio-púnico «mlk»: la ritualización del infanticidio. *Treballs del Museu Arqueològic d'Eivissa e Formentera*, 35, pp. 23-54. Ibiza: Museu Arqueològic d'Eivissa.
- WAGNER, C. G. & ALVAR, J. (1989) – Fenicios en Occidente: La colonización agrícola, *Rivista di Studi Fenici*, 17, 1, pp.61-102. Roma: Fabrizio Serra.
- WAGNER, C. G., RUIZ, L. & PEÑA, V. (2000) – *Molk e tofet*: aspectos de crítica metodológica. In: *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos*, Vol. II, pp. 613-618. Cádiz: Universidad de Cádiz.
- WERNER, P. (1994) – *Die Entwicklung der Sakrarchitektur in Nord Syrien und Südostkleinasien*. Munique: München Universität.
- WRIGHT, P. (1971) – Pre-Israelite temples in the land of Canaan. *Palestine Exploration Quarterly*, 103, pp. 17-32. Jerusalém: The Palestine Exploration Trust.
- WRIGHT, G. (1985) – *Ancient buildings in South Syria and Palestine*. Leiden: E.J. Brill.
- WRIGHT, G. (1992) – *Ancient buildings in Cyprus*. Leiden: E.J. Brill.

Índice de Figuras

FIGURA 1	Localização dos sítios estudados no actual território português	19
FIGURA 2	Lista dos contextos estudados	20
FIGURA 3	Castro Marim na Carta Militar de Portugal – 1:25000, Folha 600	24
FIGURA 4	Planta do Santuário do Castelo de Castro Marim (Fase III)	25
FIGURA 5	Aspecto do “altar” da Fase III	26
FIGURA 6	Piso de conchas da Fase III	27
FIGURA 7	Planta do Santuário de Castro Marim (Fase IV)	29
FIGURA 8	Aspecto de um dos bancos corridos do Compartmento 27 e de restos de pisos de conchas	30
FIGURA 9	Aspecto do Compartmento 27 após escavação	30
FIGURA 10	«Altar» da Fase IV	31
FIGURA 11	Tavira na Carta Militar de Portugal – 1:25000, Folha 608	34
FIGURA 12	Planta geral das intervenções no Palácio da Galeria (segundo Maia e Silva, 2004, adaptado)	35
FIGURA 13	Corte dos “Poços” do Palácio da Galeria	35
FIGURA 14	Abul na Carta Militar de Portugal – 1:25000, Folha 467	39
FIGURA 15	Planta da primeira Fase de Abul A	41
FIGURA 16	Planta da segunda Fase de Abul A	42
FIGURA 17	Castro dos Ratinhos na Carta Militar de Portugal – 1:25000, Folha 501	49
FIGURA 18	Castro dos Ratinhos – Planta do Edifício MN23 (Fase 1b)	52
FIGURA 19	Castro dos Ratinhos – <i>Massebah</i> e conjunto votivo associado	53
FIGURA 20	Exemplar de recipiente do Tipo XIII	56
FIGURA 21	Azougada na Carta Militar de Portugal – 1:25000, Folha 501	60
FIGURA 22	<i>Smiting God</i> da Azougada	62
FIGURA 23	Matriz metálica	62
FIGURA 24	Placa gravada figurando grifo de estilo “orientalizante”	63
FIGURA 25	Passa-rédeas possivelmente procedente da Azougada	65
FIGURA 26	Elemento de arreio possivelmente procedente da Azougada	65
FIGURA 27	Localização dos sítios da área de Neves-Corvo	67
FIGURA 28	Planta de Neves II	69
FIGURA 29	Planta de Neves I	71
FIGURA 30	Elemento figurativo de cerâmica de Neves I	74
FIGURA 31	<i>Larnax</i> B de Neves I	76
FIGURA 32	<i>Larnax</i> A de Neves I – caixa	77
FIGURA 33	<i>Larnax</i> A de Neves I – tampa	77
FIGURA 34	Planta de Corvo I	79
FIGURA 35	Conjunto de terracotas figurativas de Corvo I	80

FIGURA 36	<i>Obelos</i> de Corvo I	81
FIGURA 37	Cronologias prováveis dos sítios da área de Neves-Corvo	82
FIGURA 38	Planta geral de Espinhaço de Cão	84
FIGURA 39	Planta da primeira Fase de Abul B	88
FIGURA 40	Planta da segunda Fase de Abul B	88
FIGURA 41	Estrutura 1 de Abul B	89
FIGURA 42	Aspecto do Compartmento 29 no momento da sua construção	92
FIGURA 43	Planta do santuário de Castro Marim (Fase V)	92
FIGURA 44	Aspecto do depósito do Compartmento 31	94
FIGURA 45	Um dos enterramentos infantis sob o Compartmento 29	96
FIGURA 46	Formas de cerâmica de tipo <i>Kuass</i> possivelmente associadas a práticas rituais	97
FIGURA 47	Conjunto de cabeças femininas de pasta vítrea exumadas na área dos santuários de Castro Marim	98
FIGURA 48	Alcácer do Sal na Carta Militar de Portugal – 1:25000 (Folha 476)	99
FIGURA 49	Prótomo de felino	100
FIGURA 50	Concha de tipo cipriota	100
FIGURA 51	Thymiaterion de tipo cipriota	101
FIGURA 52	Ralador de tipo etrusco	101
FIGURA 53	Placa óssea com figuração de “árvore da vida”	102
FIGURA 54	Placa de osso com rosáceas de dezasseis pétalas	102
FIGURA 55	Figuras de bronze do Castelo de Alcácer do Sal – guerreiro; ofertante masculino; orante feminina; bóvido; equídeo	104
FIGURA 56	Touro de bronze depositado na BNL	106
FIGURA 57	Amuleto de osso figurando <i>udjat</i>	106
FIGURA 58	Castelo Velho de Santiago do Cacém na Carta Militar de Portugal – 1:25000, Folha 516	109
FIGURA 59	Cerro do Castelo de Garvão na Carta Militar de Portugal – 1:25000, Folha 546	111
FIGURA 60	Queimadores fenestrados de Garvão	113
FIGURA 61	“Urna de orelhetas” com decoração coroplástica e pintada	115
FIGURA 62	Coroplastia de Garvão	116
FIGURA 63	Espólio metálico do depósito de Garvão	118
FIGURA 64	Evolução diacrónica da “rede” de santuários sidéricos do actual território português	127
FIGURA 65	Critérios diferenciadores dos contextos estudados...	130
FIGURA 66	Modelos arquitectónicos dos santuários estudados: distribuição diacrónica	131
FIGURA 67	Equipamentos diferenciados presentes nos santuários estudados	135
FIGURA 68	Práticas rituais atestadas nos contextos estudados	137
FIGURA 69	Principais esquemas classificatórios aplicados a contextos de culto da área «Ibérica»	140

